

OS ATLAS LINGÜÍSTICOS NO PARANÁ: PERCURSOS E ESTÁGIO ATUAL

Introdução

A geografia lingüística, desde a sua origem, distinguiu-se por estudos diatópicos que abrangiam o país como um todo, muitos deles extrapolando até mesmo as fronteiras geopolíticas, na delimitação das isoglossas. O atlas de George Wenker, por exemplo, embora publicado apenas um fascículo em 1881, tinha como propósito demonstrar as fronteiras dialetais da Alemanha, trabalhando apenas com dados fonéticos da língua.

Na França¹, o *Atlas Linguistique de la France* envolveu 639 localidades não só do território francês, mas também da Bélgica e da Suíça, onde são falados dialetos franceses, provençais e franco-provençais. Outros atlas como o da Suíça, da Itália, da Catalunha e dos Estados Unidos da América e Canadá, também não se restringiram às fronteiras políticas.

Normalmente a publicação de atlas nacionais suscita estudos mais detalhados em espaços geográficos de menor extensão. Com o estreitamento da rede de pontos, e conseqüente ampliação do universo de informantes, busca-se ora confirmar os dados registrados no atlas nacional, ora detectar possíveis “ilhas” lingüísticas que possam se opor às zonas de isoglossas, ora levantar arcaísmos lingüísticos.

Um movimento inverso observa-se hoje, na Europa, quando os esforços estão concentrados na elaboração do Atlas Linguarum Europae, registrando tanto dados de trabalhos mais antigos como de outros mais modernos. São métodos geolingüísticos que se alternam ou se complementam com enfoques diferentes seja na análise ou na síntese.

Na América do Sul, o Atlas Lingüístico e Etnográfico da Colômbia é mais uma prova da tendência do método geolingüístico em privilegiar atlas de grande extensão. No Chile, depois de frustradas tentativas de atlas regionais, sob a direção de Guillermo Araya, publica-se o primeiro volume do Atlas lingüístico-etnográfico del sur de Chile (ALESUCH). Para o Uruguai, Harald Thun e Adolfo Elizácin elaboram o Atlas Diatópico e Diastrático – ADDU – com base numa investigação lingüística pluridimensional: diagera-

cional, diastrática e diassexual, pesquisando as variantes lingüísticas do espanhol dentro e fora das fronteiras uruguaias. Incluem também uma investigação do português na fronteira dos territórios brasileiro e uruguaio, num raio de 150 km a partir dos limites entre os dois países.

No Brasil, a idéia de um atlas lingüístico nacional materializou-se no Decreto 30.463, de 20 de março de 1952 (CARDOSO: 1998, p. 165) e, por mais de 10 anos, contou com o empenho de Serafim da Silva Neto, Celso Cunha e Antenor Nascentes. Silva Neto, em 1954, ao relacionar as tarefas mais urgentes no campo da Dialectologia, coloca em último lugar a elaboração do Atlas Nacional, por crer que as sondagens preliminares, a recolha de vocabulários, as monografias etnográfico-lingüísticas sobre falares e os atlas regionais são atividades insubstituíveis para a consecução de alcance nacional (SILVA NETO: 1957, p. 11).

Dessa forma, começam a ser elaborados os primeiros atlas estaduais iniciando-se pela Bahia, com o *Atlas prévio dos falares baianos*, de Nelson Rossi, em 1963, seguido pelo *Esboço de um Atlas Lingüístico de Minas Gerais* (1977), de José Ribeiro e colegas, do *Atlas Lingüístico da Paraíba* (1984), de Cleuza Menezes e Maria do Socorro Aragão, do *Atlas Lingüístico de Sergipe* (1987), de Carlota Ferreira e colegas, e o *Atlas Lingüístico do Paraná* (1994), de Aguilera. Além desses que já estão publicados, outros estão em andamento como o Atlas Lingüístico do Ceará e o Atlas Lingüístico e Etnográfico da Região Sul. Os métodos, os dados e a experiência desses autores e a iniciativa de Suzana Alice Cardoso e Jacyra Mota, da UFBA, com a realização do Seminário Caminhos e perspectivas da Geolingüística no Brasil, em novembro de 1996, dão impulso ao Projeto do Atlas Lingüístico do Brasil que, em sua base, propõe, entre outros objetivos, “descrever a realidade lingüística do Brasil, no que tange à língua portuguesa, com enfoque prioritário na identificação das diferenças diatópicas (fônicas, morfossintáticas, léxico-semânticas e prosódicas) consideradas nas perspectivas da Geolingüística”. Chega-se, então, no fechar do milênio com um projeto nacional e interinstitucional.

¹ Excetua-se o primeiro atlas de Gilliéron, *O Petit Atlas Phonétique du Volais Roman* (1881), da região do Sul do Rhône.

1 Primeiras informações sobre os falares paranaenses

As primeiras observações das diferenças lingüísticas paranaenses datam do início do século XIX, quando, viajando por várias províncias brasileiras, o cientista francês Auguste de Saint-Hilaire registra o mais antigo testemunho, de que se tem notícia, sobre o português falado pelos habitantes dos Campos Gerais do Paraná:

Não é, pois, de se admirar que os habitantes dos Campos Gerais, apesar de sua profunda ignorância, falem um português muito mais correto do que os que habitam os arredores da cidade de São Paulo; eles não pronunciam, por exemplo, o ch como se fosse ts, nem o g como dz (...). (apud Mercer, 1992: 26).

Segundo Mercer (1992: 28), outras informações sobre a linguagem do Paraná do início do século XIX foram dadas pelo escritor paranaense Salvador José Correia Coelho num livro sobre as recordações de viagem que fez ao interior do Estado em 1844. Em duas passagens, salienta a influência castelhana sobre o modo de falar paranaense, ressaltando a presença constante de interjeições, hipérbolos e *bravatas espanholas*.

Os comentários desses dois observadores sobre a realidade lingüística paranaense são exíguos e superficiais. Assim, o primeiro registro sistemático dos falares paranaenses pode ser considerado o trabalho do General José Cândido da Silva Muricy, sintetizado e apresentado por Andrade MURICY durante o Primeiro Congresso da Língua Nacional Cantada, no Rio de Janeiro, em 1938, sob o título *Algumas vozes regionais do Paraná do Extremo Oeste*. Trata-se de uma compilação, sob a forma de vocabulário, do vasto material coletado sobre as vozes mais características do dialeto falado no Extremo Oeste paranaense, mais precisamente na antiga e extinta República Teocrática do Guaíra, a famosa Vila-Rica dos Jesuítas.

Segundo Andrade Muricy, o General paranaense, em “*sucessivas excursões ao sertão bruto do Paraná*” captou naquele grande mundo virgem “*abundante e vivo manancial do linguajar local, sem nenhum eruditismo intencional, através de anedotas, de cenas, de narrativas, de solilóquios de toda natureza em que só o que é autêntico aparece, na sua pureza intacta*” (1938: 576).

Embora o autor tivesse pretendido selecionar os vocábulos que indicavam um autêntico falar paranaense, na maioria das vezes o que temos são variantes lexicais do falar caipira brasileiro muitos dos quais constituem verdadeiros arcaísmos, ou variantes fônicas da fala padrão, ou mesmo da fala rural brasileira, como se pode observar em alguns exemplos: *adonde* (aonde), *amó que*, *amode que* (a modos que, parece que), *antão* (então), *aquentar o sol* (aquecer-se ao sol), *arreganhado* (cavalo cansado), *aspa* (chifre do animal), *banda* (lado), *campear* (procurar).

O trabalho, no entanto, reveste-se de valor incontestável uma vez que permite comparar vocábulos

e expressões do século passado vigentes em regiões agrestes, ainda imersas nas florestas, com as existentes na fala rural e mesmo urbana em todo o Estado.

2 Dos estudos dialetológicos sistematizados aos atlas lingüísticos

Os primeiros estudos acadêmicos, portanto sistemáticos, dos falares paranaenses são impulsionados principalmente pela Universidade Federal do Paraná e elegem como objeto de estudo a linguagem do sul e litoral paranaenses, em particular da baía de Guaraqueçaba, primeiro ponto explorado pelos portugueses e paulistas no século XVII. Sobre o falar guaraqueçabano, dedicaram-se AMARAL (1952), ALVAR e ALVAR (1979) e MERCER (1979).

A primeira, Serafina Taub do AMARAL, no capítulo referente ao léxico, expõe algumas especificidades dialetais registradas no litoral paranaense a partir de sua *Contribuição para um inquérito lingüístico no litoral do Paraná*. Faz algumas observações de ordem fonética, como a ausência do fonema construtivo palatal, como em *Iórie* (por Jorge), *ingreia* (por igreja), a desnasalização (*fândango*, *bánána*) e a articulação do fonema lateral alveolar em trava silábica ora como vibrante retroflexa, ora como semivogal (*arquere*, *eis*, *caine*) (por alqueire, eles, carne). Dedicou também uma seção ao vocabulário referente aos campos semânticos da natureza, fenômenos atmosféricos, astros, tempo, plantas e animais.

Manuel e Janine ALVAR iniciam uma pesquisa etnográfica na mesma região litorânea de Guaraqueçaba, no ano de 1973. Publicada em dois volumes, registra no primeiro um Glossário com mais de 2.000 vocábulos. O segundo, de caráter etnográfico, traz gravuras e nomes dos instrumentos de trabalho e dos objetos da cultura dos caiçaras, além de elementos da flora e da fauna locais. É o primeiro trabalho etnolingüístico a registrar esses elementos através do desenho. Nesta obra lançam a proposta da elaboração de um atlas lingüístico do Paraná.

MERCER (1979), com a tese de doutorado *Le lexique technique des pêcheurs de Guaraqueçaba (Brésil)*, em três volumes, apresenta, além de um extenso glossário da pesca, um estudo das origens históricas da localidade e dos principais traços fonológicos, prosódicos, fonéticos e morfossintáticos da fala guaraqueçabana.

Dois outros estudos da linguagem paranaense merecem destaque: de FILIPAK (1976) e de TONIOLO (1981). O primeiro, no *Glossário do Vale do Iguaçu*, registra mais de quatrocentos vocábulos coletados em localidades do sul paranaense, mais especificamente no Vale do rio Iguaçu, região colonizada no final do século passado e início do atual por contínuas levas de imigrantes e reimigrantes poloneses, alemães, russos, italianos e ucranianos. Trata-se de um elenco de 460 verbetes, muitos dos quais, embora não dicionarizados ou dicionarizados com significados diferentes, pertencem não só à linguagem rural paranaense, mas à linguagem padrão comum a outras regiões brasileiras,

como: *aceiro* (faixa de terreno capinado ou arado para impedir o avanço do fogo nas queimadas das roças); *araticum* (fruto da família das anonáceas); *bor-nal* (saco de pano ou taquara); *coivara* (galhos, ramagens, troncos de árvores que não foram queimados totalmente nas roças), *destripar o mico* (vomitar).

Toniolo (1981), por sua vez, a partir de alentada pesquisa de campo desenvolvida durante os anos de 1975 a 1978, no interior do município de Tibagi, no centro-sul, apresenta seu *Vocabulário*. Registra e comenta cerca de oitocentos vocábulos, muitos dos quais não são exclusivos daquela região, mas próprios da linguagem rural brasileira como um todo ou de significativa extensão territorial, como se pode verificar em *arroio* (por córrego, rio pequeno), *bainha* (por vagem), *banhado*, (por brejo), *barra* (por foz ou ponto em que dois rios se cruzam), *guaxo* (animal criado com leite não-materno), *fuzilo* (por relâmpago), *intendente* (por parteira), *piruá* (por grão de milho que não rebenta quando se faz pipoca).

Esses primeiros estudos, como se pôde observar, demonstram o interesse que os estudos dialetológicos vinham despertando, muitos dos quais já ressaltavam a importância de se fazer um Atlas Lingüístico do Estado.

No entanto, a geolingüística no Paraná só começa a ganhar corpo quase um quarto de século depois dos estudos pioneiros da Bahia, ou seja, na década de 1980, com o Esboço de um Atlas Lingüístico de Londrina (EALLO) (AGUILERA: 1987) e com o Atlas lingüístico de Ortigueira (AGUILERA: 1992), ainda inédito. Ambos os trabalhos se constituíram em etapas de sondagem para o Atlas Lingüístico do Paraná, publicado em 1994 (o volume das cartas).

O EALLO teve como objetivos: a) registrar as variantes lexicais e fonéticas em 11 comunidades rurais e uma urbana do município londrinense; b) traçar possíveis áreas de isoglossas e c) verificar a influência do elemento indígena, no caso, o kaingang sobre o falar local. Na primeira parte, além da discussão da metodologia adotada, apresenta um estudo sobre os aspectos lingüísticos da fala londrinense, ressaltando as variantes fonéticas e as variantes lexicais. Na segunda, apresenta um esboço de atlas com 80 cartas analítico-sintéticas, (45 lexicais e 35 fonéticas), e 6 sintéticas ou de isoglossas, permitindo observar que, mesmo dentro de um espaço mais restrito, a língua não é homogênea, sofre variações de toda ordem: fonético-fonológica, léxico-semântica e morfossintática, sujeita que está a variáveis lingüísticas, sociais e situacionais. A carta 6 (anexo 1) para *arco-íris* indica uma primeira divisão diatópica dos falares londrinenses: uma que se prende ao falar urbano, e outra a leste e sul que se prende ao falar rural das regiões mais antigas, com a variante *arco-da-velha/arco-de-velho*. Este fato pode ser explicado pelos fatores histórico-sociais que nortearam a colonização do Norte Paranaense, motivada pela expansão do plantio de café, na primeira metade deste século, e o movimento de ocupação precedente do sul do Estado, pelos criadores de suínos e cultivadores de milho no final do século passado.

O segundo atlas municipal estuda a distribuição diatópica lexical e fonética em Ortigueira, município localizado ao sul de Londrina, distante cerca de 150 km e cortado pela serra do Cadeado, portanto solo bastante acidentado que dificulta o acesso a muitos bairros rurais. Essa topografia irregular motivou um estudo geolingüístico levado a efeito entre 1988 e 1992 com vistas a registrar arcaísmos léxico-semânticos e fonético-fonológicos, considerando como fator determinante o isolacionismo de determinadas áreas devido a essa topografia acidentada. Investigados 16 pontos rurais e 3 urbanos, através de um extrato do Questionário do Atlas Lingüístico do Paraná, como produto final elaboraram-se 130 cartas, das quais 79 são lexicais e 51 fonéticas. Novamente comprova-se que a língua é um sistema heteróclito de variantes, como se pode observar pela carta 8, com as variantes para o conceito *trilho* (anexo 2). A análise da distribuição diatópica das variantes *trilho/carreiro* indica que Ortigueira está no limite entre o falar nortista e sulista paranaense, uma vez que ambas as formas se interseccionam: a primeira forma, mais produtiva no norte, irradia-se para o sul, o inverso ocorrendo com a forma *carreiro*, característica do sul que se irradia para o norte. O mesmo fato pode ser comprovado pela comparação de outras cartas do Atlas de Ortigueira com as do Atlas Lingüístico do Paraná (ALPR), que abordam temas comuns.

O ALPR, concluído em 1990 e publicado em 1994, compõe-se de 92 cartas lexicais, 70 fonéticas e 29 de isoglossas. Algumas cartas fonéticas permitem visualizar duas grandes áreas de isófonas que dividem o falar do Norte e do Sul paranaenses: a manutenção das vogais média-altas posterior e anterior /o/ e /e/, em posição inacentuada e final absoluto, no Sul, ou seu alçamento para /u/ e /i/ no Norte. Outro fato fonético que pode ser considerado como distintivo dessas regiões é a distribuição diatópica do /R/ inicial em vocábulo e em sílaba, que se realiza como posterior velar ou uvular no Norte, e anterior, ou alveolar múltiplo no Sul.

As cartas lexicais, por sua vez, documentam várias distribuições que, a rigor não são homogêneas mas apresentam claramente os pontos de irradiação. Em primeiro lugar pode-se comprovar a resistência de vocábulos tupis, como a carta 177 para *jojoca* (solução) (anexo 3) no território denominado Paraná Tradicional, partindo da região litorânea de Guaraqueçaba, ponto 46 e expandindo-se no sentido leste-oeste e sul-norte.

Em segundo lugar, verifica-se a predominância de vocábulos populares na designação de certos conceitos como a carta 70 (anexo 4), *capela*, para pálpebras. Com menor abrangência, temos outras designações rurais populares e arcaicas como *cuitelo*, *cuitelinho* para beija-flor; *garrão* para tornozelo ou calcanhar; *fuzilo* para raio; *tromenta* para tempestade e *dente do quexá* para os molares.

Em terceiro lugar, há uma série de cartas lexicais que aponta para a divisão dialetal N e S paranaenses, como *sarilho/manivela* (anexo 5).

Considerações finais

Os fatos lingüísticos documentados nas cartas do ALPR ensejam, a cada leitura, elementos que podem ser comparados com variáveis extralingüísticas como, por exemplo, fatos históricos e econômicos da ocupação do território. É o caso do Caminho do Peabiru, trilha pré-colombiana que servia de acesso aos nativos do Oceano Atlântico ao Pacífico, segmentando o território paranaense na linha aproximada que divide os falares do Norte e Sul do Estado. Outro é o Caminho dos Tropicões que, durante mais de um século, serviu de ligação entre Viamão, no RS, e Sorocaba, em SP, ao longo do qual se formaram muitos municípios paranaenses.

Por outro lado, as entrevistas transcritas compõem um conjunto de 13 volumes que têm servido de *corpora* para diversos trabalhos acadêmicos, como a elaboração de cartas complementares com o aproveitamento do material não cartografado, análise do discurso rural, investigação sobre as lendas e credences, entre outros. Outras pesquisas estão sendo levadas a efeito considerando aspectos históricos singulares. É o caso, por exemplo, do Projeto do Atlas Lingüístico de Cândido de Abreu (Lino e equipe), no centro do Paraná, e do Projeto do Atlas Lingüístico de Adrianópolis (Altino, Cabral e equipe), ao sul, no vale do rio Ribeira, que serão apresentados nesta sessão.

Além disso, os atlas lingüísticos oferecem também inesgotável material para subsidiar estudos interdisciplinares, como a antropologia, a etnolingüística, o folclore, a lexicologia e a sociolingüística, entre outros. Muito do que se publicou pode fornecer elementos importantes para uma descrição da linguagem paranaense. E mais ainda poderá ser feito quando estiverem disponíveis para os pesquisadores os dados do Atlas lingüístico e etnográfico da Região Sul – ALERS, coordenado por Koch, cuja publicação está sendo esperada para muito breve.

Bibliografia

- AGUILERA, Vanderci. de Andrade. *Aspectos lingüísticos da fala londrinense*. Esboço de um atlas lingüístico de Londrina. Assis: UNESP, 1987, dissertação de mestrado.
- _____. *Atlas lingüístico do Paraná*. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado do Paraná: 1994.
- _____. *Atlas lingüístico de Ortigueira*. Londrina: UEL, versão original, 1993.
- AMARAL, Serafina Taub Borges do. Contribuição para um inquérito lingüístico no litoral do Paraná. *Letras*, 5/6: 157-66, dez., 1956.
- ALVAR, Manuel e ALVAR, Jeanine. *Guaraqueçaba: mar e mata*. Curitiba: UFPR, 1986. CARDOSO, Suzana Alice Marcelino. O Atlas Lingüístico do Brasil: um projeto nacional. *A geolingüística no Brasil*. AGUILERA, Vanderci de Andrade (org.). Londrina: EUER, 1998.
- FILIPAK, Francisco & SICURO, Néilson. *Antologia do Vale do Iguaçu*. União da Vitória: Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de União Vitória, 1976. (Coleção Vale do Iguaçu, n.º 24).
- MERCER, José Luiz da Veiga. *Le lexique technique des pêcheurs de Guaraqueçaba (Brésil)*. Toulouse: Univ. de Toulouse II, 1979, tese de doutorado.
- _____. *Áreas fonéticas do Paraná*. Curitiba: UFPR, 1992, tese para inscrição no concurso para Professor Titular. 2 v.
- MURICY, Andrade. Algumas vozes regionais do Paraná do Extremo Oeste. *Primeiro Congresso da Língua Nacional Cantada*, Rio de Janeiro: 1938.
- SILVA NETO, Serafim da. *Guia para estudos dialectológicos*. 2 ed. Belém: [s.ed.] 1957.
- TONIOLO, Enio. *Vocabulário de Tibagi*. Apucarana: Fundação Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana, 1981.

ANEXO 1

ESBOÇO DE UM
ATLAS
LINGÜÍSTICO DE
LONDRINA

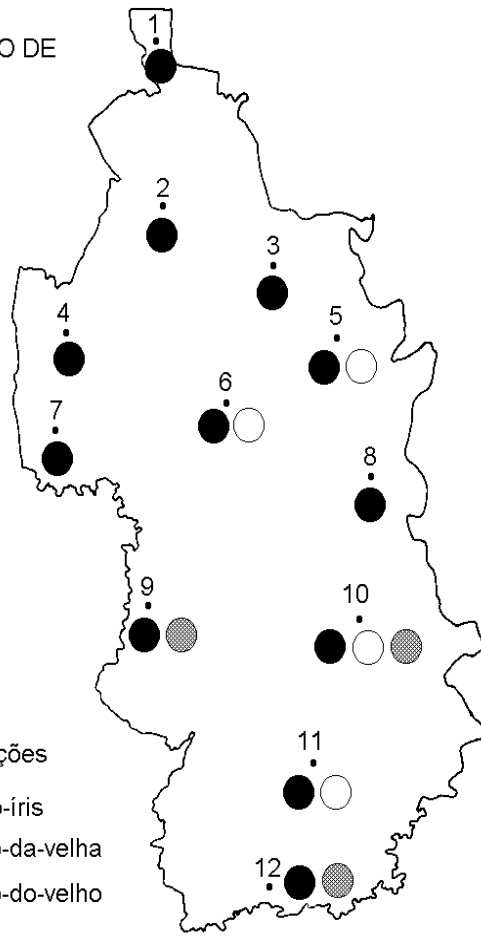
Carta 6

ARCO-ÍRIS

Pergunta 33

Convenções

- arco-íris
- arco-da-velha
- ◐ arco-do-velho

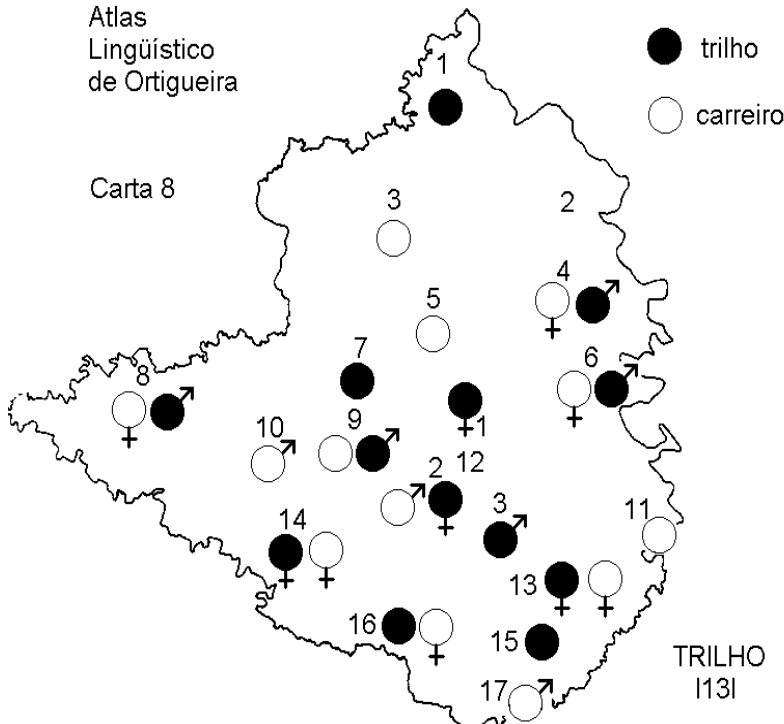


ANEXO 2

Atlas
Lingüístico
de Ortigueira

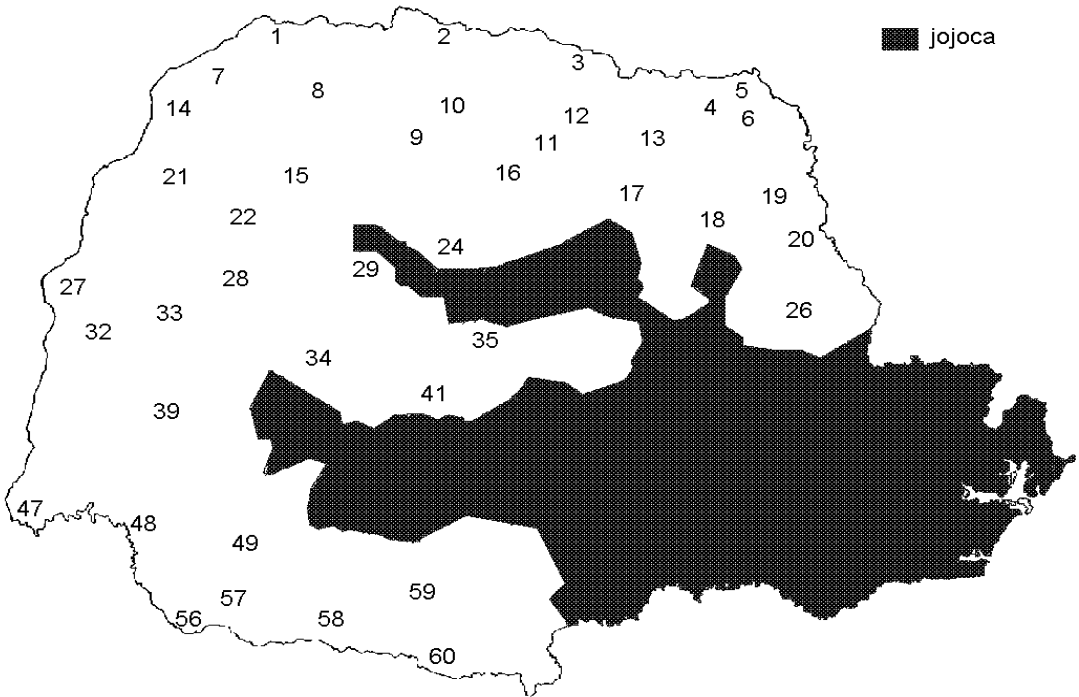
Carta 8

- trilho
- carreiro



TRILHO
1131

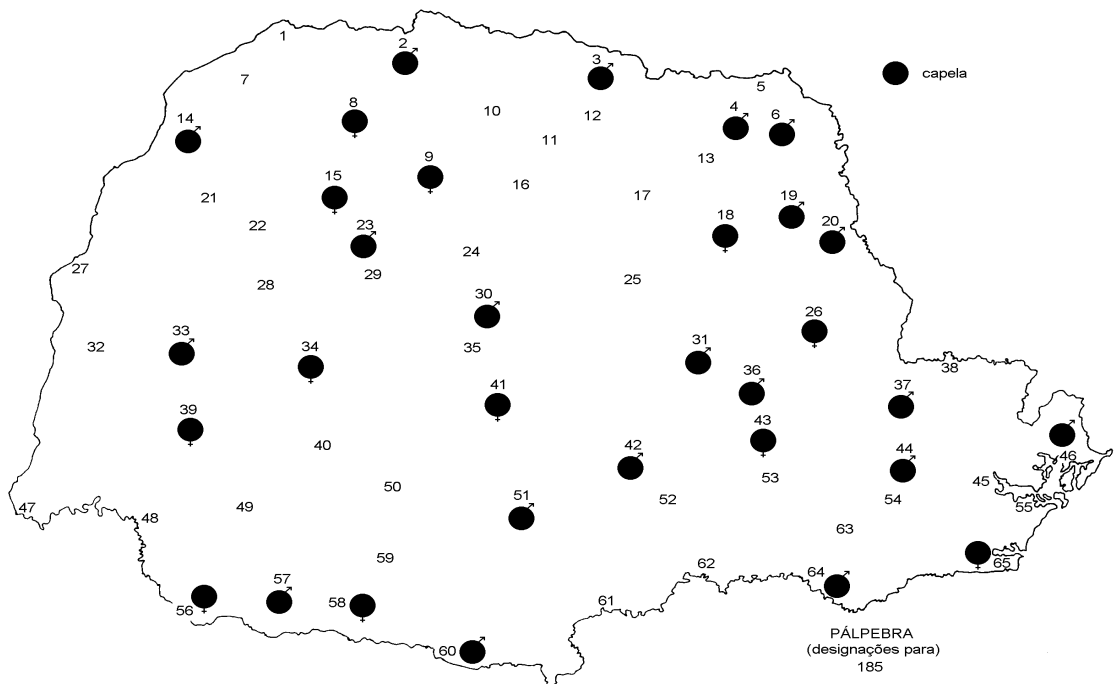
ANEXO 3



ATLAS LINGÜÍSTICO DO PARANÁ

Carta 177

ANEXO 4

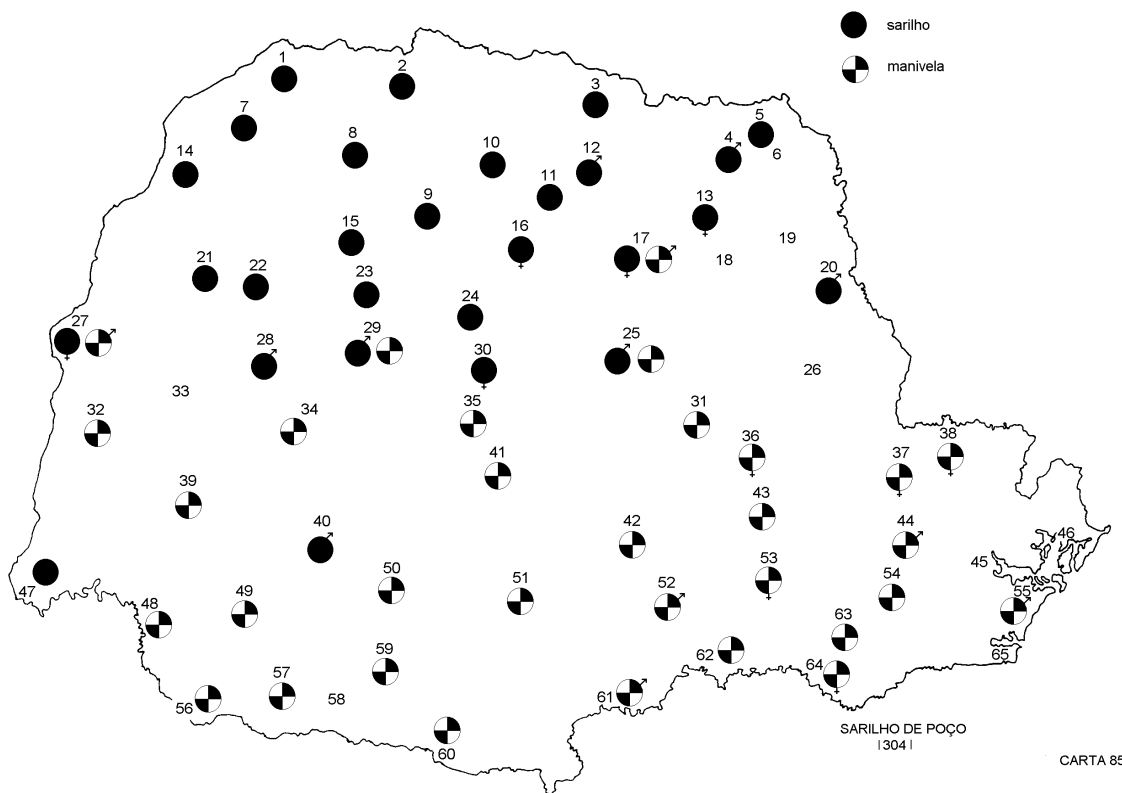


PÁLPEBRA
(designações para)
185

ATLAS LINGÜÍSTICO DO PARANÁ

CARTA 70

ANEXO 5



ATLAS LINGÜÍSTICO DO PARANÁ

A VARIAÇÃO FONÉTICO-LEXICAL EM ATLAS LINGÜÍSTICOS DO NORDESTE

Introdução

Ao estudarmos os falares regionais, especialmente naqueles estados brasileiros que já possuem seus Atlas Lingüísticos, e ao estabelecermos as discussões sobre Dialectologia e Sociolingüística, surge sempre a questão que diz respeito ao tipo de variação que ocorre, se as variações fonético-lexicais, por exemplo, são, realmente, regionais, dialetais, em seu sentido específico, ou se elas são sociais, sociolingüísticas.

Os especialistas de cada uma das áreas tendem a priorizar ou chamar a atenção para seu campo específico de atuação.

Por trabalharmos mais aprofundadamente com a Dialectologia procuraremos mostrar que a Dialectologia atual não é uma mera Geolingüística, como se considerava até alguns anos atrás, com o estudo, apenas, das variações regionais ou diatópicas, que produzia apenas resultados monodimensionais, monostráticos, monogeneracionais e monofásicos, no dizer de ELIZAINCÍN e THUN (1992: 128-9), mas que estuda, também, as causas sociais e estilísticas que determinam as variações regionais, pois:

“... el Atlas lingüístico tiene la obligación y es además capaz de dar una imagen de la multidimensionalidad y de las interrelaciones de los fenómenos variacionales” (THUN, FORTE e ELIZAINCÍN 1989:28).

Deste modo, a Dialectologia moderna utiliza-se, também, dos princípios e métodos da Sociolingüística, por exemplo, para caracterizar as variantes regionais e sociais daquela comunidade.

LOPE BLANCH (1978:53-4) reforça esta idéia ao falar sobre o papel da Sociolingüística nos estudos dialetais, ao dizer:

“La dialectología puede, evidentemente, beneficiarse mucho com las aportaciones de la sociolingüística, como de hecho ya se há estado beneficiando. El progreso metodológico que há establecido la sociolingüística con su rigurosa y detenida consideración de factores sociológicos antes sólo superficialmente atendidos por la dialectología, es aportación de primera magnitud, que la actividad dialectológica habrá de tener ahora muy en consideración.”

Nossa visão, a partir dos estudos realizados, é que as variações fonético-lexicais podem ser consideradas sócio-dialetais. Concordamos, portanto, com FISHMAN (1971:36) quando diz:

“Couramment cependant, les dialects peuvent représenter, signifier ou symboliser des éléments non géographiques.”

1 As Variações Diatópicas e Diastráticas

Sabe-se que a língua é um todo homogêneo, composto de partes heterogêneas que, reunidas, constituem a estrutura desse todo. O princípio da variedade na unidade é uma realidade que não se pode desconhecer.

Os avançados estudos dialetológicos e sociolingüísticos têm mostrado o quanto o conhecimento dessas variações pode ajudar num maior aprofundamento das análises lingüísticas e no melhor conhecimento das línguas.

Contudo, esse desenvolvimento da dialectologia e da sociolingüística não tem sido bem aplicado no sentido de valorizar as variantes regionais e sociais, a nível de escola fundamental, por exemplo, fazendo com que essas variações sejam vistas não como algo exótico, diferente, ou “errado”, em alguns casos, mas como parte do todo que constitui nossa língua. É necessário que se entenda o que muito bem frisou WILLIAM LABOV (1972:5) “*diferença não é deficiência*”.

Nessa mesma linha de pensamento dizem SCARTON e MARQUARDT (1981:6)

“As múltiplas variações observadas no sistema lingüístico ocasionadas por fatores vários dão uma idéia multicolorida da língua, realçando seu caráter maleável, diversificado. Tal imagem corresponde a uma realidade evidente e desconhecê-la ou não levá-la em consideração o suficiente, significa ter uma concepção mutilada da língua.”

Outra questão também polêmica é de que disciplina é mais ampla: a Dialectologia ou a Sociolingüística. Os defensores da Dialectologia argumentam que ela, ao estudar as variantes regionais, ou diatópicas, tem que estudar, obrigatoriamente, o grupo social que fala aquela variação, tendo assim, que estudar as variações sociais ou diastráticas bem como as estilísticas, ou diafásias.

Os sociolinguistas, por sua vez, dizem que a base de todos os estudos de variação é sempre o social que está presente em qualquer tipo de variedade que estude, já que o homem e o meio em que vive são o princípio de tudo.

Assim, as barreiras entre o dialetal e o sociolinguístico ficam cada vez mais tênues ficando difícil, muitas vezes, dizer onde termina uma e começa a outra. A esse respeito diz FISHMAM (1971:36):

“Ce qui constituait une variété régionale à l’origine devient ainsi une variété sociale ou un sociolecte.”

2 As Variações Fonético-Lexicais

Em todos os processos de variação e consequente mudança linguística é nos aspectos fonéticos e léxicos que começam todos esses processos de variação da língua que poderão se cristalizar numa mudança. Com base neste tipo de variação CINTRA (1971: 1-2) diferencia dialeto e falar, dizendo que:

... o dialeto vem a ser o desvio na estrutura (de caráter morfo-sintático) e o falar é o desvio superficial (fonético e vocabulário)”.

Deste modo, as variações fonético-lexicais assumem um importante papel no estudo de uma língua por poderem dar início a todo um processo não só de variação mas de mudança, começando por estabelecer falares, passando esses falares a se constituírem dialetos que poderão, num momento histórico e político se transformar em novas línguas.

3 As Variações Fonéticas na Paraíba e no Ceará

Apesar de partirmos de *corpora* diferentes: o *corpus* da Paraíba, constituído de material do Atlas Linguístico da Paraíba, e o do Ceará, constituído do *corpus* do projeto Dialectos Sociais Cearenses, mas tendo ambos os *corpora* informantes de áreas urbanas e rurais, de classes sociais, nível de escolarização, sexo e faixas etárias bastante semelhantes, cremos que podemos utilizá-los para mostrar os casos da Despalatalização de /λ/ e /ɲ/ e o caso do uso das Proparoxítonas.

3.1 O Fenômeno da Despalatalização e Iotização do /λ/ e do /ɲ/

O princípio linguístico da economia da linguagem atinge todos os níveis de análise linguística. Porém, é no nível fonético-fonológico que podemos perceber, de imediato, a aplicação desse princípio.

Esta percepção é ainda maior quando se trata do estudo do registro popular, coloquial e descuidado da fala.

A tendência natural para a facilidade da articulação dos sons, neste registro, conjuntura, assimilações, monotongações, apócopies, síncope, aféreses

e contrações pode indicar marcas características da linguagem de pessoas de nível cultural mais baixo.

O fenômeno da despalatalização, seguido ou não de iotização é um caso típico de economia da linguagem muito freqüente na linguagem popular e causado pela necessidade de facilidade de articulação, sendo um caso inverso da palatalização que o próprio TROUBETZKOY (1967:) diz ser “*um trabalho articulatorio suplementar*”.

O fonema / λ / é descrito fonética e fonologicamente como consoante oral, sonora, lateral, dorso-palatal e o fonema / ɲ / como consoante vibrante, sonora, nasal, dorso-velar. Ambos ocorrem sempre em posição medial de sílaba medial, ou final de palavras e, com raríssimas exceções, em posição inicial de alguns empréstimos espanhóis e no pronome de 3ª pessoa *lhe*. Ao tratar da posição das consoantes / λ / e / ɲ / nas palavras, CÂMARA JR. (1972:38) considera uma neutralização a posição não-intervocálica de / l - λ / e / n - ɲ /.

Em suas palavras:

Podemos dizer que em posição não-intervocálica há uma neutralização das oposições entre [...] líquida dental / l / e líquida palatal, ou molhada / λ /, e entre nasal dental / n / e nasal palatal, ou molhada / ɲ /, em proveito do primeiro membro de cada par.

Em determinados contextos, por facilidade ou relaxamento de articulação o / λ / e o / ɲ / podem perder o traço palatal, passando a ser articulados como alveolares / l / e / n /, como iode / y / ou sofrer apagamento, desaparecendo.

Autores há que consideram esse fato um fenômeno fonético. Outros acham que é um problema de influência africana, uma mudança fonética do latim para o português, ou ainda um fato que pode vir a ser fonológico, gerando um novo fonema e não apenas uma articulação diferente dos fonemas / λ / e / ɲ /.

A despalatalização, definida como perda de traço palatal na articulação de um fonema, pode ser vista também como variedade regional, social, estilística ou individual.

BERGO (1986: 70) ao falar sobre o assunto diz que é:

Fenômeno fonético de caráter individual ou regional, que consiste em trocar-se um fonema palatal por um alveolar ou linguodental em consequência de não se apoiar devidamente a ponta da língua na abóbada palatina ao proferir aquele som.

JOTA (1976:103) além de considerá-lo fato fonético, considera-o fato estilístico quando diz:

... O fato não é raro em linguagem descuidada de alguns, que mudam o NH ou LH por N ou L ...” e ainda regional quando afirma: ... Em camadas rurais é comum [véyu] (velho), [muyé] (mulher)...

Ao falar da iodização/iotização como um dos fatos decorrentes da despalatalização, explica JOTA (1976:179) que ela precede a palatalização na passagem do latim para o português, dizendo:

A iodização precede a palatalização: lat. milia > por. Milya > milha..

O autor (1976: 179) igualmente trata como ipsilonismo a passagem do /l/ palatal /λ/, em semi-consoante /y/ afirmando que:

... Na passagem do latim para o por. ocorre na fase intermediária, anterior à palatalização: palia > palya > palha.

Já MELO (1981) considera a despalatalização um caso sociolingüístico, de registro de linguagem popular, de pessoas incultas, ao dizer:

Penso que a despalatalização seja fenômeno semi-culto, pois, muita vez, se ouve ligeira prolação do R final: mulér.

Já a iotização (fio por filho) é fenômeno popular, em qualquer região do país.

Para CÂMARA JR. (1979) a despalatalização pode muitas vezes, ser um fato fonológico, já que podemos ter, mudança de significado do signo, tanto no caso de despalatalização /λ > l / como com a iotização /λ > y /, como diz ele:

... no caso do molhamento, trata-se a rigor de uma iotização, mas temos que considerar o resultado uma consoante simples em virtude da possibilidade de contraste como olhos-óleos, venha-vênia.

Mas, ao definir a iotização o autor usa critérios fonéticos quando diz (1977:149):

Mudança de uma vogal ou consoante para a vogal anterior alta / i / ou para a semivogal correspondente ou iode.

Outra hipótese para a despalatalização e iotização do /λ / e do /ɲ / é a da influência do português crioulo dos escravos ou do substrato indígena, como diz CÂMARA JR. (1979):

É igualmente possível que [...] se explique pelo português crioulo dos escravos negros ou pelo substrato indígena...

hipótese esta também levantada por outros estudiosos que vêem a despalatalização e iotização como uma marca da fala dos índios e africanos que tinham dificuldades de articular o /λ / e o /ɲ /, como frisa SILVA NETO (1977):

... No nosso caso particular e histórico, observamos que os aloglotas (mouros, índios e negros) se mostraram sempre incapazes de pronunciar o lh.

Historicamente, pode-se também explicar o fenômeno uma vez que na passagem do latim para o

português a iotização antecede a palatalização. Assim, em latim havia o iode, que se palataliza no português como nos casos de milia > milya > milha ou foleam > folha ou somnium > sonho, sendo que /l + y / deram /λ / e /n + y / deram /ɲ /.

Ora, no caso da despalatalização, que leva à iotização, o movimento se inverteu, ou seja, o /λ / desdobra-se em /l + y / e o /ɲ / em /n + y /.

3.2 Os *Corpora* Analisados

3.2.1 O *Corpus* do Atlas Lingüístico da Paraíba

A pesquisa para a realização do Atlas Lingüístico da Paraíba, ocorrida entre 1976 e 1982 e publicada em 1984, foi feita em 100 municípios paraibanos cobrindo todas as microrregiões do Estado, com cerca de 200 informantes de faixa etária entre 30 e 75 anos, de ambos os sexos, com nível de instrução entre analfabeto e primário completo. Para este trabalho foram analisadas as variações ocorridas em onze cartas fonéticas: de número 013 - Redemoinho; 027 - Orvalho; 055 - Espinha dorsal, 077 - Zarolho; 114 - Castanha; 097 - Apanhado; 105 - Bilha; 076 - Caraolho; 054 - Espinhaço; 026 - Molhação; e 066 - Patinho.

3.2.2 O *Corpus* do Projeto Dialetos Sociais Cearenses

O *corpus* da pesquisa Dialetos Sociais Cearenses foi colhido entre 1986 e 1987 e publicado em 1996. É composto de 18 entrevistas com informantes de 11 bairros de Fortaleza, por faixas etárias que vão de 10 a 40 anos, homens e mulheres, com níveis de escolaridade entre 1º. e 2º. graus, de classe média e baixa e de profissões variadas. Para este trabalho foram utilizadas as entrevistas de 6 informantes;

3.3 A Despalatalização e Iotização no Falar da Paraíba e do Ceará

As primeiras análises indicam alguns fatos como os mostrados a seguir:

3.3.1 Apagamento do /ɲ / - /ɲ > ø /

Nos *corpora* estudados há uma predominância, quase que absoluta, do apagamento do /ɲ / - /ɲ > ø / antecedido da vogal fechada /i /, em sílaba nasal, restando, contudo, a nasalização, como nos casos de:

Ceará

minha ['m̃ɲa > m̃ã]
caminho [kã' m̃ɲu > kã' m̃ũ]

Paraíba

redemoinho [hidi' m̃ɲu > hidim̃ũ]
espinha [isp̃ɲa > is' p̃ã]

3.3.2 Permanência do / λ /

Fato marcante, também nesse contexto, é a permanência do / λ / tanto em sílaba medial quanto em final, como nos exemplos:

Ceará

milho ['miλu]
melhora [mi'λɔra]

Paraíba

orvalho [ɔfi'vaλu]
zanolho [zâ'noλu]

3.3.3 Permanência do / ɲ /

O fonema / ɲ /, permanece em sílaba medial e final, no falar do Ceará, porém, no falar da Paraíba esse fato aparece raramente, como nos exemplos:

Ceará

escolinha [isko'liɲa]
conheço [ku'ɲesu]

Paraíba

espinhaço [ispi'ɲasu]
patinho [pa'tiɲu]

3.3.4 Iotização do / λ /

Em seguida, em número de ocorrências, vem a iotização do / λ /, em sílabas medial e final, como nos exemplos:

Ceará

filho ['fiλu > 'fiy]
trabalhador [trabaλa'dofi > trabaya'do]

Paraíba

carvalho [kaʔa'oλu > kaʔa'oy]
molhaço [moλa'saw > moya'saw]

3.3.5 Iotização do / ɲ /

O / ɲ / também sofre iotização em sílabas medial e final, como nos exemplo:

Ceará

banho ['bâɲu > 'bây]
sonhado [so'ɲadu]

Paraíba

castanha [kaʔ 'tâɲa > kaʔ 'tâya]
apanhado [apâ'ɲadu > apây'adu]

3.3.6 Baixas Frequências ou Não Ocorrências

Apesar de se esperar que ocorressem, alguns fatos não apareceram ou apareceram com uma única ocorrência em ambos os *corpora*. É o caso de:

3.3.6.1 Dupla iotização [λ - ɲ > yy] que apareceu em:

Ceará

galhinho [ga'liɲu > ga'liyyu]

Paraíba

espinhaço [ispi'ɲasu > ispiyy'asu]

3.3.6.2 Despalatalização simples do [λ > l], como em:

Ceará

mulher [mu'λe > mu'le]

Paraíba

bilha ['biλa > 'bila]

3.3.6.3 No caso do [ɲ > n], não ocorreu em nenhum caso a despalatalização simples.

3.3.6.4 O apagamento do [ʎ] não ocorreu em nenhum caso.

O estudo da despalatalização tem sido feito em outros estados, com *corpus* semelhante ao nosso, com análises que seguem essa mesma linha de trabalho. Entre esses trabalhos podemos destacar o de AGUILERA (1988): *O fonema /ʎ /: realização fonética, descrição e sua comparação na fala popular paranaense*, para o Estado do Paraná, ARAGÃO, (1994): *A despalatalização e iotização no falar paraibano*, para a Paraíba, *A Despalatalização e Conseqüente Iotização no Falar de Fortaleza* (1996) e CARUSO (1983): *A iotização do /-LH/ segundo o atlas prévio dos falares baianos*, para a Bahia, entre outros.

Nesses trabalhos observa-se que a despalatalização e iotização estão sempre relacionadas, além dos aspectos puramente fonéticos, de articulação defeituosa ou relaxada, a fatores sociais e geográficos, sendo consideradas diastráticas, uma vez que se diz que esses fenômenos ocorrem com falantes de pouca escolaridade, e diatópicas, já que ocorrem em falantes da zona rural ou de regiões mais atrasadas.

SERAINE (1985: 60) faz referência ao fenômeno da despalatalização, iotização e apagamento do [ʎ] e do [ɲ] no falar de Fortaleza ligando-o ao aspecto diastrático, ao comentar que mesmo no falar de pessoas cultas, no registro informal e familiar ocorre a despalatalização e a iotização. Em suas palavras:

*Se examinarmos, porém, a fala urbana culta de Fortaleza, no colóquio informal ou na linguagem familiar, [...] encontraremos diversas infrações ao que prescrevem essas normas sociolinguísticas. [...] vocalização do dígrafo **nh** para formar ditongo nasal com a vogal anterior [tãmãyu] ou [tãmãɥ], [põyu] ou mesmo síncope como em [kariu] [karim]...*

4 As Variações Lexicais nos Atlas Lingüísticos da Paraíba, Sergipe e Bahia

Do mesmo modo que as variações fonéticas, as lexicais podem ser e geralmente são consideradas, ora como puramente geográficas, dialetais ou diatópicas, como sociais ou diastráticas, ou ainda dependentes do estilo, estilísticas ou diafásicas.

Para uma análise de alguns desses aspectos, selecionamos algumas cartas léxicas dos Atlas Lingüísticos da Bahia (1963), Paraíba (1984) e Sergipe (1987), levando-se em consideração as seguintes variáveis:

- a) a freqüência e distribuição das variantes em todo o Estado e em cada ponto de per si;
- b) a estruturação das variantes em forma de lexias simples, compostas, complexas e como expressões completas;
- c) o uso de formas diminutivas com valor afetivo ou representativo;
- d) o uso de adjetivos qualitativos em lexias compostas e complexas;
- e) o número de variantes lexicais em cada tema das cartas.

O objetivo da seleção e análise dessas cartas é tentar determinar se essas variantes são diatópicas ou diastráticas ou, se ao contrário, são sócio-dialetais.

As cartas escolhidas, em todos os Atlas foram *soutien*, *útero*, *arco-íris*, *tornozelo* e *rótula* e fazem parte dos campos semânticos a terra e o homem.

Paraíba	Bahia	Sergipe
1. Sutiã	Soutien	Soutien
corpete	corpete	corpete
califon	califon	califon
porta-seio	porta-seio	porta-seio
guarda-seio	guarda-seio	guarda-seio
bustiê	_____	_____
_____	corpinho	_____
_____	aperta-seio	_____
_____	sustenta-seio	_____
2. Útero	Útero	Útero
mãe do corpo	mãe do corpo	_____
bacia	bacia	bacia
ventre	_____	_____
ventre da mãe	_____	_____
_____	dona do corpo	_____
_____	saco	saco
_____	ova	_____
_____	senhora do corpo	_____
_____	madre	_____
_____	comadre	_____
_____	_____	companheira
_____	_____	fato

3. Arco-írisarco-celeste
olho de boi

arco

as barras

as torres

sub-dourada

os vieiras

os véus

cu de boi

Arco-írisarco-celeste
olho de boi

arco de boi

arco da velha

arco de velho

arco

arco da aliança

sete couros

barra de nuvem

Arco-írisarco-celeste
olho de boi

arco de boi

arco da velha

arco de velho

arco

4. Tornozelo

rejeito

junta

mocotó

junta do pé

osso de São Severino

osso do gostoso

Tornozelo

rejeito

junta

mocotó

peadouro

mondongo

cotovelo

Tornozelo

rejeito

junta

mocotó

mondongo

cotovelo

joaninha

tronco

machinho

5. Rótula

bolacha

bolacha do joelho

rodinha do joelho

cabeça do joelho

patinho

bolachinha

Rótula

bolacha

patinho

bolachinha

rodela

bolinh

pataca

pataquinha

cotovelo

prato

carapuça

Rótula

bolacha

patinho

cotovelo

cabeça

pratinho

bola

catoca

carapucinha

Após a análise das cartas léxicas dos Atlas Lingüísticos da Paraíba, da Bahia e de Sergipe, selecionadas como amostragem para este trabalho, chegamos a algumas conclusões:

a) Os temas analisados apresentam uma grande variação lexical. O que apresentou menor número de variantes teve cinco formas diferentes para o mesmo conceito e o de maior riqueza lexical apresentou doze variações;

b) As variantes distribuem-se em todo o estado, comprovando o princípio da norma lingüística: alta freqüência e distribuição regular;

c) Muitas das variantes são comuns aos três estados analisados, podendo-se pensar numa variação regional nordestina, contudo, ao analisarmos os Atlas Lingüísticos de Minas Gerais e do Paraná vamos encontrá-las também naqueles estados;

d) As variantes lexicais analisadas possuem várias estruturas, que podem ser lexicais simples, compostas e complexas;

Conclusão

Ao propormos o presente trabalho queríamos não só mostrar o problema da variação lingüística fonética e lexical, propriamente dita, mas, principalmente, analisar até onde essas variações podem ser consideradas apenas geográficas, diatópicas ou sociais, diastráticas.

Sabemos que, em determinadas situações, esta distinção torna-se bastante difícil, uma vez que, ao mesmo tempo que os informantes são de uma determinada região, têm, ao mesmo tempo, todas as marcas sociais, de faixa etária, de sexo, de escolaridade, de nível sócio-econômico diferentes que poderão influenciar no seu modo de falar.

Quer fonética, quer lexicalmente, pode-se falar em variantes sócio-dialetais e não apenas em dialetais e sociais, porém se dará maior ênfase a um desse tipos de variação, dependendo da linha de trabalho que se esteja seguindo.

7 Bibliografia

- AGUIAR, Martins de. Fonética do português do Ceará. *Revista do Instituto do Ceará*, tomo LI, ano LI, Fortaleza, 1937, p. 271-307.
- AGUILERA, Vanderci A. *O fonema /ʎ/: realização fonética, descrição e sua comparação na fala popular paranaense*. III ENCONTRO NACIONAL DE FONÉTICA E FONOLOGIA. João Pessoa: UFPB, 1988.
- ARAGÃO, M. do Socorro Silva de. *A despalatalização e a iotização no falar paraibano*. I CONGRESSO INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LINGÜÍSTICA. *Resumos*. Salvador: UFBA, 1994.
- _____. et al. *A despalatalização e conseqüente iotização no falar de Fortaleza*. XIV JORNADA DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS DO GELNE. Natal: UFRN, 30/10 a 01/11 de 1996.
- _____. et SOARES, Maria Elias (orgs.) *A linguagem falada em Fortaleza - Diálogos entre informantes e documentadores - materiais para estudo*. Fortaleza: UFC, 1996.
- BERGO, Vitório. *Pequeno dicionário brasileiro de gramática portuguesa*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986.
- BISOL, Leda. A palatalização e sua estrutura variável. *Estudos Lingüísticos e Literários*. n. 5. Salvador: UFBA, dez. 1986, p. 151-162
- BLANCH, M.L. La sociolingüística y la dialectología hispánica. In: ALVAR, M & BLANCH, M.L. *En torno a la sociolingüística*. México: UNAM, 1978.
- CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. *História e estrutura da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão, 1979.
- _____. *Estrutura da língua portuguesa*. Petrópolis: Vozes, 1972.
- _____. *Dicionário de lingüística e gramática*. Petrópolis: Vozes, 1977.
- CARDOSO, Suzana A. M. *Atlas lingüístico do Brasil - ALiB - Projeto*. Salvador: UFBA, 1998.
- CARUSO, Pedro. A iotização do /-LH/ segundo o atlas prévio dos falares baianos. *Alfa*, São Paulo, 27, p. 47-52, 1983.
- CINTRA, L.F.L. Nova proposta de classificação dos dialetos galego-portugueses. *Boletim de Filologia*. Lisboa, 22 (1-2), 1971.
- ELIA, Sílvio E. *A unidade lingüística do Brasil - condicionamentos geo-econômicos*. Rio de Janeiro: Padrão, 1979.
- ELIZAINCÍN, A. *Dialectología de los contactos: un ensayo metodológico*. *Anuario de Letras*. México, v. XXVI, 1988.
- FISHMAN, J. *The sociology of language*. Massachusetts: Newbury House Publishers, 1972.
- JOTA, Zélio dos S. *Dicionário de lingüística*. Rio de Janeiro: Presença, 1976.
- LABOV, W. *Language in the inner city*, Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.
- MADUREIRA, Evelyne D. Difusão lexical e variação fonológica: o fator semântico. *Revista de Estudos da Linguagem*. Belo Horizonte, ano 6, v.1, p. 5-22, jan/jun.1997.
- MELO, Gladstone Chaves de. *A língua do Brasil*. Rio de Janeiro: Padrão, 1981
- MONTEIRO, José Lemos. Fontes bibliográficas para o estudo do falar cearense. *Revista da Academia Cearense de Língua Portuguesa*. Fortaleza, anos 9-11, n. 9, p. 68-94, 1988-1990.
- SCARTON, G. et MARQUARDT, L.L. O princípio da variação lingüística e suas implicações numa política para o idioma. *Boletim do Gabinete Português de Leitura*. Porto Alegre: (24):21-31, jun. 1981.
- SERAINE, Florival. Relações entre níveis de norma na fala atual de Fortaleza. In: SERAINE, Florival. *Linguagem e cultura - estudos e ensaios*. Fortaleza: Secretaria da Educação, 1985.
- _____. *Dicionário de termos populares (registrados no Ceará)*. Fortaleza: Stylus, 1991
- SILVA, Marinalva F. da. As seqüências "LH" e "NH" em português. *Letras de Hoje*. Porto Alegre: PUC-RS, v. 22, n. 3, p. 91-99, set. 1987.
- THUN, Harald et al. *El atlas lingüístico diatópico y diastrático del Uruguay (ADDU)* Presentación de un proyecto. Iberoromânia, 3. Tübingen: 26-62, 1989.
- TROUBETZKOY, N.S. *Principes de Phonologie*. Paris: Klincksieck, 1967.

ARCO-ÍRIS NO BRASIL: UM ESTUDO LINGÜÍSTICO- ANTROPOLÓGICO A PARTIR DOS ATLAS REGIONAIS

Neste trabalho examinam-se as respostas à pergunta *arco-íris*, cartografadas nos cinco atlas lingüísticos já publicados no Brasil – *Atlas Prévio dos Falares Baianos* (1963), *Esboço de um Atlas Lingüístico de Minas Gerais* (1977), *Atlas Lingüístico da Paraíba* (1984), *Atlas Lingüístico de Sergipe* (1987) e *Atlas Lingüístico do Paraná* (1994), buscando-se, por um lado, o conhecimento da realidade específica de cada região, e, de outro, a identificação de áreas dialetais.

Ao examinar as designações para *arco-íris* procura-se analisar as formas documentadas (a) com vistas ao estabelecimento de áreas dialetais, traçando, segundo as possibilidades, isoléxicas, e (b) incursionando pelo campo lingüístico-antropológico para o exame das designações no que diz respeito, sobretudo, à natureza da motivação que as determina e à relação que se estabelece com a realidade cultural em que se inserem os usuários das formas em questão.

Panorama das designações para *arco-íris*: uma visão diatópica

Os atlas lingüísticos brasileiros publicados documentam uma farta relação de lexias que recobrem o conceito “arco-íris”. Perfazem um total de 24 diferentes formas cujos índices de ocorrência, por região, variam de percentuais elevados a registos unitários,

documentados em apenas um dos pontos da rede de cada área considerada. Assim, há formas — excluída *arco-íris* por ser a designação geral de *languê* — que atingem índices consideráveis como *arco celeste*, 96% da rede de pontos na Paraíba e 36% na Bahia, ou *arco-da-velha* com 67% da rede no Paraná, 49% em Minas Gerais e 28% na Bahia. Outras, no entanto, constituem-se em registos únicos como é o caso de *rabo-de-pavão*, *os véus*, *sete e um couro*, num rol mais amplo de 11 formas. O Quadro 1 fornece os dados de maneira global, com indicação do número de localidades da rede em que foram documentadas, número esse que deve ser examinado na sua relação com o total de pontos da região que, também, vem indicado.

Como revelam os dados, observa-se que uma única designação está presente em todas as áreas consideradas. Trata-se de *arco-íris* que se constitui, na língua portuguesa, na denominação geral para o fenômeno. As demais ou são atestadas em quatro das áreas — *olho de boi* e *arco-da-velha* —, ou em três — *arco celeste*, *arco-da-aliança* e *arco-de-velho* —, ou em apenas duas, como é o caso de *arco-de-boi*. As demais documentam-se em apenas uma área, com índices muito baixos, variando entre um máximo de 5 ocorrências ou simplesmente uma. O Quadro 2 põe em destaque as denominações registradas a partir de duas áreas.

QUADRO 1
Formas para designar *arco-íris* no Brasil
(A partir dos dados dos atlas lingüísticos publicados)

Formas	Paraíba(25)	Sergipe(15)	Bahia(50)	M.G.(116)	Paraná(65)
arco	01				
arco-celeste	24	3	18		
arco-da-aliança			06	03	08
arco-da-velha		02	14	57	44
arco-de-boi		01	01		
arco de celeste			01		
arco-de-velho		04	08		9*
arco-do-celeste		01			

arco-do-sol				03	
arco inselente		02			
arco-íris	17	13	43	89	64
as barras	04				
as torres	02				
barra de nuvem			02		
cu-de-boi	01				
mãe d'água				01	
navio				01	
olho-de-boi	08	01	02	01	
os véus	01				
os vieiras	01				
rabo-de-galo				05	
rabo-de-pavão				01	
sete-e-um-couro			01		
sub-dourada	01				

Observações: a) O número que se segue à denominação de cada área indica o total de localidades que constituem a rede de pontos do atlas considerado.

b) A indicação de ocorrências de cada forma refere-se ao número de localidades em que foi documentada.

c) O *ALPr* não tem registrada na carta a forma, mas vem indicada nas notas a ocorrência em 9 localidades.

QUADRO 2
Designações para *arco-íris* comuns a várias áreas

Formas	Paraíba	Sergipe	Bahia	Minas Gerais	Paraná
<i>arco-íris</i>	◆	◆	◆	◆	◆
<i>olho-de-boi</i>	*	*	*	*	
<i>arco-da-velha</i>		*	*	*	*
<i>arco celeste</i>	•	•	•		
<i>arco-da-aliança</i>			•	•	•
<i>arco-de-velho</i>		•	•		•
<i>arco-de-boi</i>		◇	◇		

Das lexias com registo em uma única área, observa-se uma maior ocorrência na Paraíba, seguida de Minas Gerais, Bahia e Sergipe. O atlas do Paraná não traz, em carta, exemplos de registos únicos. Os casos de ocorrências únicas, entretanto, podem ser

interpretados, pelo menos alguns deles, como variações estilísticas individuais. O Quadro 3 apresenta a distribuição das formas ocorrentes em apenas uma das cinco regiões documentadas pelos atlas publicados.

QUADRO 3
Distribuição das ocorrências com registo em uma única área

Paraíba	Sergipe	Bahia	Minas Gerais
<i>arco</i>	<i>arco do celeste</i>	<i>arco-de-celeste</i>	<i>arco-do-sol</i>
<i>as barras</i>	<i>arco inselente</i>	<i>barra-de-nuvem</i>	<i>mãe d'água</i>
<i>as torres</i>		<i>sete-e-um-couro</i>	<i>navio</i>
<i>cu-de-boi</i>			<i>rabo-de-galo</i>
<i>os véus</i>			<i>rabo-de-pavão</i>
<i>os vieiras</i>			
<i>sub-dourada</i>			

A descrição das áreas apresentada de forma resumida nos Quadros 1, 2 e 3 permite identificarem-se algumas subáreas lexicais com base nas designações para "arco-íris".

Assim, Paraíba, Bahia, Sergipe e Minas Gerais formam um continuum se se considerar a designação *olho-de-boi*; do mesmo modo que Sergipe, Bahia, Minas Gerais e Paraná, se tomada a lexia *arco-da-*

velha. Menos extensas, mas também áreas configuradas, as que se definem com *arco-celeste*, que envolve Paraíba, Sergipe e Bahia, com *arco-da-aliança*, presente na Bahia, Minas Gerais e Paraná, e com *arco-de-velho* registada em Sergipe, Bahia e Paraná.

A noção de contínuo a que se faz referência não pode, porém, ser tomada no sentido estrito de continuidade ininterrupta. A referência é feita considerando as regiões com atlas lingüísticos publicados e, obviamente, lacunas se interpõem entre Paraíba e Sergipe, do mesmo modo que entre Minas Gerais e Paraná. De igual forma, os índices de ocorrência das lexias consideradas não são os mesmos em todas as áreas, nem se encontram as formas distribuídas de maneira generalizada por essas regiões, como facilmente se deduz do número de localidades da rede de pontos em que foram documentadas em cada parte (Ver Quadro 1). O fato para o qual se quer chamar a atenção é essencial-

mente para o caminho que algumas formas seguiram, caminho que pode ter relevância para o conhecimento da história da língua no país.

Panorama das designações para *arco-íris*: uma visão lingüístico-antropológica

Se observarmos o extenso rol de designações para “arco-íris”, deparamo-nos, de imediato, com um vasto espectro de motivações que deram origem às diferentes formas. Assim, podemos identificar pelo menos quatro grupos: 1. Designações pautadas na motivação “arco”; 2. Designações com outras motivações do principal elemento componente; 3. Formas que atestam casos de zoomorfismo; 4. Formas que documentam o antropomorfismo, como se mostra no Quadro 4.

QUADRO 4
Designações para *arco-íris* segundo a natureza da motivação

Arco como motivação do elemento principal	Outras motivações do elemento principal	Zoomorfismo	Antropomorfismo
<i>arco</i> <i>arco celeste</i> <i>arco-da-aliança</i> <i>arco-da-velha</i> <i>arco-de-boi</i> <i>arco-de-celeste</i> <i>arco-de-velho</i> <i>arco-do-celeste</i> <i>arco-do-sol</i> <i>arco inselente</i> <i>arco-íris</i>	<i>barra-de-nuvem</i> <i>cu-de-boi</i> <i>olho-de-boi</i> <i>rabo-de-galo</i> <i>rabo-de-pavão</i>	<i>arco-de-boi</i> <i>cu-de-boi</i> <i>olho-de-boi</i> <i>rabo-de-galo</i> <i>rabo-de-pavão</i>	<i>arco-íris</i> <i>arco-da-aliança</i> <i>arco-da-velha</i> <i>arco-do-velho</i>

1. A motivação **arco** está presente em 11 dos nomes atribuídos ao fenômeno. Trata-se de uma designação bastante transparente, que se prende à forma com que geralmente assume na abóbada atmosférica. A qualificação do elemento principal, porém, segue caminhos diferenciados. A começar pela designação mais genérica, *arco-íris*, de inspiração nos deuses pagãos, e pelas ocorrências de *arco-da-velha* e *arco-do-velho*, casos de antropomorfismo a serem tratados no subitem 4, observa-se que as demais se agrupam, no que se refere ao segundo elemento, em:

i) Referência à abóbada celeste ou a elementos nela existentes – *arco celeste*, *arco-do-sol*, *arco-do-celeste*, *arco-de-celeste*.

ii) Referência a animais, de que se trata no subitem 3, casos de zoomorfismo – *arco-de-boi*.

iii) Termo de caráter religioso-cristão, *arco-da-aliança*.

2. As designações com outras motivações do elemento principal do componente são: *barra-de-nuvem*, *cu-de-boi*, *olho de boi*, *rabo-de-galo* e *rabo-de-pavão*.

Das formas que constituem o elemento principal nas designações classificadas nesse grupo, per-

cebe-se que motivações distintas orientam o processo de metaforização. De um lado, associa-se o fenômeno à cauda do galo ou do pavão cuja diversidade de penas, no tamanho e na cor, mais neste do que naquele, é evidente. De outro, toma-se a denominação *barra* que tem servido, também, na área rural pelo menos da Bahia e de Sergipe para designar a “aurora”, o “romper do dia”, quando aparece na abóbada celeste o primeiro clarão, de cor avermelhada, que se espalha gradativamente. As duas outras lexias – *olho-de-boi* e *cu-de-boi* – não deixam transparecer, pelo menos com certa clareza, a natureza da comparação. Convém assinalar, no entanto, que *olho-de-boi*, que foi registrada em quatro das cinco áreas com atlas lingüísticos publicados, encontra-se, também, documentada em regiões da Europa, como atesta o *Atlas Linguarum Europae-ALE*, na carta I.9 que regista a ocorrência da forma - *oeuil de boeuf* - na França.

3. As lexias *olho-de-boi*, *cu-de-boi*, *rabo-de-galo*, *rabo-de-pavão* e *arco-de-boi* constituem-se exemplos de zoomorfismo pois trazem para a denominação do fenômeno a associação com um determinado animal. Assim, são evocados o **boi**, o **galo** e o **pavão**. No caso dos dois últimos, parece evidente

o mecanismo de associação: o tipo de cauda que os caracteriza, menos densa e menos colorida em um, mais ampla e multicor no outro. A relação, porém, que se estabelece com **boi** não nos parece muito clara. Alinei (1983) refere-se nos comentários que faz às cartas arco-íris do *ALE*, ao caráter mais antigo das designações para arco-íris com motivação em animais dizendo que “...*thus reflect an ancient totemic vision of reality.*” (1983:50). Refere-se ainda e imediatamente a seguir ao mito expandido por toda a Europa de que

“*the reinbow is a gigantic animal – most often a snake – that “drinks” or “sucks” water, as well as people and animals, from the earth and eventually spits them out.*”

4. O quarto grupo contempla as formas que atestam casos de antropomorfismo: *arco-íris*, *arco-da-velha*, *arco-do-velho* e *arco-da-aliança*. O *ALE* na Carta I.9 admite um “*anthropomorphisme païen*” e um “*anthropomorphisme cretien et islamique*”. No primeiro caso enquadra-se a designação *arco-íris* que toma a divindade Iris, mensageira alada dos deuses que se recobria com um xale de sete cores identificado com o próprio *arco-íris*, como elemento da sua formação. No segundo caso, “antropomorfismo cristão”, situa-se a denominação *arco-da-aliança* que traz o tema da aliança entre Deus e os homens, após o dilúvio, anunciada pela presença do *arco-íris*. As duas outras denominações, *arco-da-velha* e *arco-do-velho* constituem-se em variantes em que a segunda denota a perda da motivação de que, conseqüentemente, pode ter resultado a mudança de gênero de *da velha* para *do velho*. Na citada Carta I.9 do *ALE*, a designação *arco-da-velha* vem classificada como caso de “antropomorfismo pagão”, uma vez que a *velha* está identificada com a “*vieille, sorcière, femme sage, vieille boîteuse*”. Neste caso específico levanta-se, porém, uma questão: não seria o *arco-da-velha*, e por conseqüência o *arco-do-velho*, um caso de antropomorfismo cristão em que a forma resultaria de um encurtamento de **arco-da-velha-aliança**?

À guisa de conclusão

O estudo das denominações para **arco-íris** nas cinco áreas brasileiras possuidoras de atlas lingüísticos, que se soma, nessa Sessão de Comunicações Coordenadas, ao estudos de duas outras — **estrela**

cadente e cambalhota — permite-nos algumas considerações de ordem diatópica.

Primeiramente, a forma *arco-íris* revelou-se, ou confirmou-se, como a de uso generalizado, não deixando de ocorrer em nenhuma das regiões consideradas.

No que diz respeito a ocorrências registradas em apenas três ou quatro das regiões, observa-se que a Bahia ocupa uma posição singular: é a única área que de referência às cinco designações consideradas — *olho-de-boi*, *arco-da-velha*, *arco celeste*, *arco-da-aliança* e o próprio *arco-íris* — está contemplada com a documentação de todas elas. Não se leva em conta, para essa afirmação, o número de ocorrência nem a distribuição diatópica delas, pois o que se quer salienta é, simplesmente, a presença de cada uma dessas lexias.

Finalmente é interessante notar-se como algumas designações se fixam da Bahia para o norte e outras da Bahia para o sul, colocando este Estado bem ao meio, o que pode ter implicações culturais e históricas, especificamente.

Bibliografia

- AGUILERA, Vanderci de Andrade. *Atlas Lingüístico do Paraná*. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado, 1994.
- ALINEI, Mario. “Arc-en-ciel”. In: *Atlas Linguarum Europae*. Assen-Maastricht: Van Gorcum, I, 1983. Volume I - Commentaires.
- ARAGÃO, Maria do Socorro e Cleuza Bezerra de Menezes. *Atlas Lingüístico da Paraíba*. Brasília: UFPB/CNPq, Coordenação Editorial, 1984.
- Atlas Linguarum Europae*. Assen-Maastricht: Van Gorcum, I, 1983.
- FERREIRA, Carlota; Judith Freitas; Jacyra Mota; Nadja Andrade; Suzana Cardoso, Vera Rollemberg e Nelson Rossi. *Atlas Lingüístico de Sergipe*. Salvador: Universidade Federal da Bahia/Fundação Estadual de Cultura de Sergipe, 1987.
- RIBEIRO, José; Mário Roberto Lobuglio Zágari; José Passini e Antônio Pereira Gaio. *Esboço de um Atlas Lingüístico de Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura/Casa de Rui Barbosa/Universidade Federal de Juiz de Fora, 1977.
- ROSSI, Nelson; Carlota Ferreira e Dinah Isensee. *Atlas Prévio dos Falares Baianos*. Rio de Janeiro: Ministério de Educação e Cultura/Instituto Nacional do Livro, 1963.

ESTRELA CADENTE NOS ATLAS REGIONAIS BRASILEIROS

1 Preliminares

A geolingüística brasileira conta, atualmente, com cinco atlas regionais publicados, três deles — o *Atlas Prévio dos Falares Baianos (APFB)*, o *Atlas Lingüístico de Sergipe (ALS)*, o *Esboço de um Atlas Lingüístico de Minas Gerais (EALMG)* — recobrimo uma área contínua, em grande parte coincidente com a área do chamado *falar baiano*² e dois de áreas geograficamente afastadas — o *Atlas Lingüístico da Paraíba (ALPB)* e o *Atlas Lingüístico do Paraná (ALPR)*.

Apresentamos nesta comunicação o estudo das denominações para o fenômeno identificado como

estrela cadente, a partir dos dados fornecidos pelos cinco atlas, considerando que essa é uma das quatro cartas³ que, coincidentemente, constam de todos eles.

2 Denominações para *estrela cadente*⁴

Encontram-se, nos cinco atlas, diferentes denominações para o fenômeno que se identifica como *estrela cadente* e, embora nenhuma delas ocorra em todos os atlas, algumas se registram em mais de uma área (cf. Quadros 01, 02 e 03).

QUADRO 01 - FORMAS DOCUMENTADAS EM TRÊS OU QUATRO ÁREAS

FORMAS DOCUMENTADAS	Nº DE LOCALIDADES EM QUE SE ENCONTRAM					TOT.
	APFB	EALMG	ALS	ALPB	ALPR	
<i>exalação ~ (co)zelação ~ velação ~ relação ~ elevação ~ viração</i>	39	13	01	15	--	78
<i>planeta ~ praneta</i>	09	13	---	13	08	43
<i>cometa</i>	02	16	---	---	04	22
<i>estrela corredeira</i>	01	01	---	---	01	03

Além dessas formas, merecem destaque as ocorrências da expressão *estrela se mudando*, documentadas em quatro das 25 localidades do *ALPB*, e, com

essa e outras formas flexionais do verbo *mudar*⁵, em doze dos quinze pontos do *ALS* e em trinta e sete dos sessenta e cinco do *ALPR*.

QUADRO 02 - FORMAS DOCUMENTADAS EM DUAS ÁREAS

FORMAS DOCUMENTADAS	Nº DE LOCALIDADES EM QUE SE ENCONTRAM					TOT.
	APFB	EALMG	ALS	ALPB	ALPR	
<i>mãe do ouro ~ mãe de ouro</i>	---	25	---	---	14	39
<i>estrela de rabo</i>	---	06	---	---	08	14
<i>satélite</i>	---	06	---	---	04	10
<i>diamante</i>	---	03	---	---	02	05
<i>estrela-do-orient</i>	---	01	---	---	02	03
<i>papa- ceia</i>	---	02	---	07	---	09
<i>estrela d'alva</i>	---	---	---	13	02	15
<i>estrela cadente</i>	---	01	---	01	---	02

² A denominação *falar baiano* aplica-se, segundo Nascentes (1953), à área compreendida pelos estados de Bahia e Sergipe, norte, nordeste noroeste de Minas Gerais e oeste de Goiás.

³ As outras cartas se referem a *arco-íris*, *neblina* e *cambalhota*.

⁴ Cf. *APFB*, carta 2; *EALMG*, cartas 22, 23 e 55; *ALS*, carta 2, *ALPB*, carta 38 e *ALPR*, cartas 13.e 14.

⁵ Registram-se também as formas verbais *mudar*, *muda*, *mudava*, *mudou*, *mudado* e, no *ALS*, o substantivo *mudança*. Ocorrem ainda os verbos *correr*, *cair*, *descer* e *trocar*.

QUADRO 03 - FORMAS DOCUMENTADAS EM APENAS UMA ÁREA

FORMAS DOCUMENTADAS	Nº DE LOCALIDADES EM QUE SE ENCONTRAM					TOTAIS
	APFB	EALMG	ALS	ALPB	ALPR	
<i>meteoro</i>	01	---	---	---	---	01
<i>estrela-do-norte</i>	---	01	---	---	---	01
<i>estrela-andante</i>	---	01	---	---	---	01
<i>estrela da guia</i>	---	---	---	---	03	03
<i>rabo de fogo</i>	---	---	---	---	02	02
<i>aparelho</i>	---	---	---	---	02	02
<i>rabisca</i>	---	---	---	02	---	02
<i>sete-estrelas</i>	---	---	---	01	---	01
<i>mercúrio</i>	---	---	---	01	---	01
<i>barca</i>	---	---	---	01	---	01
<i>estrela mariana</i>	---	---	---	01	---	01
<i>meteorolito</i>	---	---	---	---	01	01

2.1 Distribuição areal

Examinamos, a seguir, a distribuição diatópica das formas que se documentam em mais de uma área.

2.1.1 *Exalação* e variantes

A ocorrência em quatro dos cinco atlas, em 78 localidades, de *exalação* e variantes delineia uma grande área dialetal que se inicia na parte setentrional de Minas Gerais e se estende em direção norte, alcançando a Paraíba. Segundo os dados do APFB, essas variantes são freqüentes na Bahia, onde deixam de ocorrer em apenas quatorze pontos — os pontos 8, 9, 10, 11, 12 e 50, do extremo sul; os pontos 24 e 25, em área limítrofe com Minas Gerais; os pontos 15 e 16, próximos ao estado de Sergipe; os pontos 3 e 5, no Recôncavo baiano; e, mais ao norte, os pontos 26 e 42, este último, a oeste, às margens do rio São Francisco (cf. mapa 1).

Em Sergipe, registra-se apenas uma ocorrência de *zelação*, no ponto 60.

Ao norte de Minas Gerais, na área mineira do *falar baiano*, registra-se *zelação*, nos pontos 1, 1A, 1B, 1C, 2A, 5, 6, 7, 8 e 10 e, mais ao sul, ainda próximo ao *falar baiano*, no ponto 18. Ocorrem aí mais duas variantes: *cozelação* (no ponto 16) e *velação* (no ponto 52). (cf. mapa 1).

A propósito das variantes *zelação*, *velação* e *exalação*, no *falar baiano*, citamos Ferreira e Cardoso (1994: 13):

Neutralizadas as três substâncias fônicas é possível delinear uma **isoléxica** que aponta uma semelhança de grande parte do estado da Bahia, excluindo-se a região sul, com a área contígua do norte de Minas Gerais, contrastando com Sergipe onde *zelação* teve ocorrência única. [...]. Observando ainda

as duas substâncias fônicas presentes em *zelação* e *velação*, [...] tem-se uma isoglossa fônica não muito nítida, dentro do próprio estado [da Bahia], que marca alternância entre as dentais [z] e [v].

A variante *zelação* ocorre em vinte e um pontos da Bahia — os pontos 1, 2, 13, 19, 23, 27, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 39, 41, 43, 44, 47, 48 e 49 e no único ponto de Sergipe em que a forma é documentada (ponto 60); *velação* se documenta em quatorze pontos — 14, 17, 20, 21, 22, 29, 30, 34, 37, 38, 39, 40, 41 e 46⁶; *exalação*, em três — 4, 7 e 27; e *relação* apenas no ponto 21. (cf. mapa 1).

Quanto à alternância entre vogal aberta e fechada, na sílaba anterior ao acento, é interessante observar que em sete pontos do EALMG — pontos 1, 1A, 1B, 1C, 5, 6 e 8 — registram-se variantes com a vogal média aberta ([é]) na primeira sílaba, como na Bahia, enquanto nos outros seis pontos a vogal é fechada ([ê]).

Fora da área do *falar baiano*, *zelação* registra-se também na Paraíba, nos pontos 5, 6, 8, 9, 12, 14, 15, 16, 18, 19, 20 e 22, onde se encontram ainda as variantes *elevação*, nos pontos 22 e 24, e *viração*, no ponto 9. (cf. mapa 2).

2.1.2 *Planeta*, *praneta*

As variantes *planeta* e *praneta* — as mais documentadas depois de *exalação* e variantes — encontram-se em 43 localidades, também em quatro dos cinco atlas (APFB, EALMG, ALPB e ALPR).

Essas variantes delineiam uma subárea no *falar baiano* que compreende o nordeste de Minas Gerais, — pontos 4A, 15, 19, 20, 23, 38 e 39 — e o extremo sul da Bahia — 9, 10, 11, 12 — estendendo-se daí em direção norte, por uma faixa que alcança os pontos 25, 23, 22 e 20, pelo interior, e o ponto 5, próximo a Salvador, pelo litoral. (cf. mapa 3).

⁶ Os pontos 37, 38, 39, 40 e 41 encontram-se às margens do rio São Francisco.

Em Minas Gerais, as variantes ocorrem ainda nos pontos 31 e 32, um pouco abaixo do limite do *falar baiano*, a oeste, e, mais abaixo, nos pontos 29, 40, 51 e 85c (cf. mapa 3).

É interessante observar que *planeta* e *praneta* é também documentado na Paraíba, em treze localidades espalhadas por todo o Estado — os pontos 2, 3, 4, 6, 7, 8, 10, 15, 16, 17, 18, 19 e 24 — (cf. mapa 2) e no Paraná, em oito localidades — pontos 14, 25, 37, 44, 55, 58, 59 e 62. (cf. mapa 5).

2.1.3 Cometa e estrela corredeira

Essas duas denominações encontram-se no APFB, no EALMG e no ALPR, com frequências bastante diferenciadas.

Cometa, documentado em 22 localidades, encontra-se em apenas dois pontos da Bahia — pontos 1, no litoral norte, e 40, ao norte, às margens do rio São Francisco, e em quatro do Paraná — pontos 15, 25, 36 e 60.

Minas Gerais é a única das três áreas em que a forma é mais documentada. Aí cinco das 16 ocorrências — pontos 13, 19, 21, 36 e 60 — encontram-se na parte leste do *falar baiano*, área em que, como vimos, também ocorre *planeta*; seis estão no *falar mineiro* — nos pontos 16, 17, 35, 53, 67 e 95 — e cinco no *falar paulista* — pontos 28, 29, 45, 74 e 86. (cf. mapa 4).

Estrela corredeira se documenta apenas uma vez em cada uma das três áreas (Bahia, Minas Gerais e Paraná).

2.1.4 Mãe do/de ouro, estrela de rabo, satélite, diamante e estrela-do-orient

Essas denominações são encontradas apenas no EALMG e no ALPR, indicando, talvez, uma área dialetal que começaria em Minas Gerais, abaixo do limite do *falar baiano*, e se estenderia para o sul.

Mãe de/do ouro é a forma mais documentada nas duas áreas em que ocorre. Em Minas Gerais, as 25 ocorrências localizam-se, quase exclusivamente, na área centro-sul do Estado — áreas que se identificam como de *falar paulista* e *falar mineiro* (Zágari, 1998: 34-35 e 46) — nos pontos 24, 27, 29, 33, 40, 45, 61, 62, 63, 56, 59, 68, 69, 70, 75, 77, 78, 80, 83, 84, 88, 89 e 90. Na área mineira do *falar baiano*, registra-se apenas em dois pontos — o 2 e o 22. (cf. mapa 4).

No Paraná, as 14 localidades onde se encontra a variante *mãe de ouro* são as de número 9, 11, 19, 20, 25, 26, 30, 31, 34, 38, 45, 49, 53 e 60. (cf. mapa 5).

Estrela de rabo registra-se no EALMG, em seis pontos, cinco situados na área do denominado *falar paulista* — pontos 28, 42, 44, 49 e 87 — e um na do *falar mineiro*, no ponto 81, próximo ao limite entre esses dois falares. (cf. mapa 4).

As demais variantes comuns às três áreas — *satélite*, *diamante* e *estrela-do-orient* — registram-se em um número insignificante de pontos: *satélite*, em 6 pontos do EALMG (um no *falar baiano*, o ponto 2; três, a leste, no *falar mineiro*; e dois, a oeste, no *falar paulista*) e em quatro pontos do ALPR — 14, 39,

45 e 57; *diamante*, em três pontos do EALMG, — 24, 40 e 45 e dois do ALPR — 49 e 53 e *estrela-do-orient* apenas no ponto 40 do EALMG e nos pontos 22 e 29 do ALPR.

2.1.5 Estrela-d'alva e papa-ceia

Estrela-d'alva e *Papa-ceia*, formas representadas no ALPB em 13 — 1, 2, 3, 4, 10, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 20 e 25 — e 07 pontos — 1, 8, 12, 13, 14, 17 e 24, respectivamente, encontram-se também em duas outras áreas não contíguas: *papa-ceia*, em dois pontos de Minas Gerais, — 70 e 73 — e *estrela d'alva*, em dois do Paraná — pontos 11 e 29 .

3 Considerações finais

Os diferentes nomes que se dão para o fenômeno conhecido como *estrela cadente*, documentados em mais de uma área e em um número significativo de localidades, como *exalação* ~ *zelação* e outras variantes; *planeta* ~ *praneta*, *mãe do ouro* ~ *mãe de ouro*, possibilitam a delimitação de isoléxicas importantes para a caracterização de áreas dialetais do português do Brasil.

A partir da análise dessas variantes observamos que:

(a) a presença de *zelação* ~ *velação* em algumas localidades da Bahia e na parte setentrional de Minas Gerais demonstra a unidade da área que se identifica como *falar baiano*, assim como a existência de subárea dialetal dentro dessa área, caracterizada pela ausência dessas variantes no extremo sul da Bahia e na parte nordeste de Minas Gerais, subárea em que ocorrem as variantes *planeta* ~ *praneta*, como vimos no mapa 3.

(b) a alternância, nas variantes *zelação* e *velação*, das consoantes iniciais [z] e [v] e das vogais pré-acentuadas médias abertas ([é]) e médias fechadas ([ê]) é também indicadora de subáreas dialetais no *falar baiano*;

(c) a ausência de *mãe do ouro*, *estrela de rabo*, assim como outras variantes menos representadas (*satélite*, *diamante*, *estrela do orient*), na parte setentrional de Minas Gerais e no Estado da Bahia, vem mais uma vez confirmar os limites do *falar baiano*, enquanto o fato de essas variantes se documentarem apenas no EALMG e no ALPR pode estar indicando uma outra grande área dialetal, ainda não suficientemente delimitada;

O Paraná é, como vimos, a única das cinco áreas em que não se documenta *exalação*, sob qualquer das variantes, apresentando, no entanto, um maior grau de formas coincidentes com as do *falar mineiro* ou *paulista* de Minas Gerais.

(d) a presença de variantes como *zelação* também no *ALPB* mostra a semelhança entre o *falar baiano* e o *nordestino*, aqui representado pelo Estado da Paraíba.

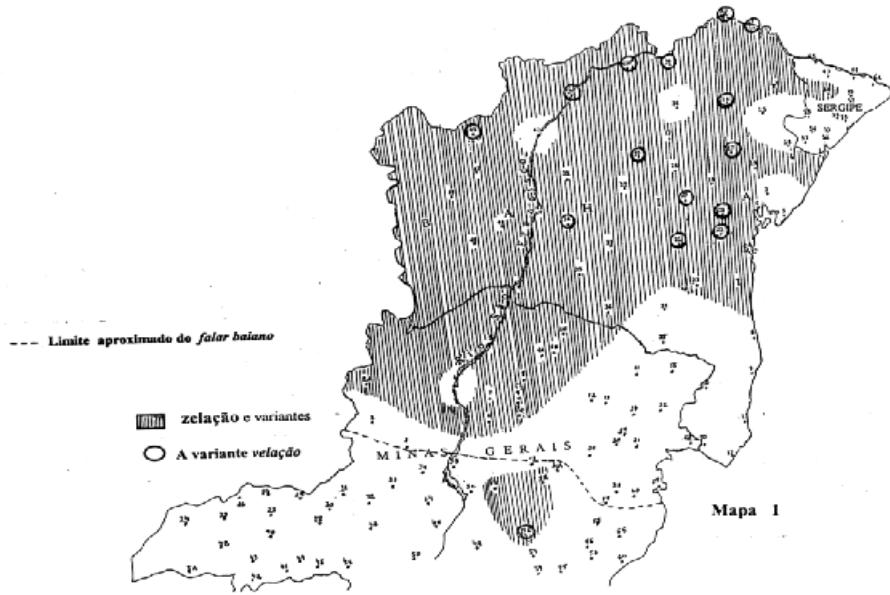
(e) a forma *cometa* não oferece elementos para o confronto entre os diferentes atlas: registra-se principalmente no *EALMG* — na parte nordeste e em localidades mais ao sul —, aparecendo, no *APFB* e no *ALPR*, em um reduzido número de pontos, afastados entre si.

O fato estudado, assim como outros que têm merecido a atenção de diversos pesquisadores, mostram a importância dos atlas regionais para o conhecimento do português do Brasil, apesar das lacunas, que poderão vir a ser preenchidas com a publicação de outros atlas regionais e com um levantamento em âmbito nacional, como o que se está programando com o Atlas Lingüístico do Brasil.

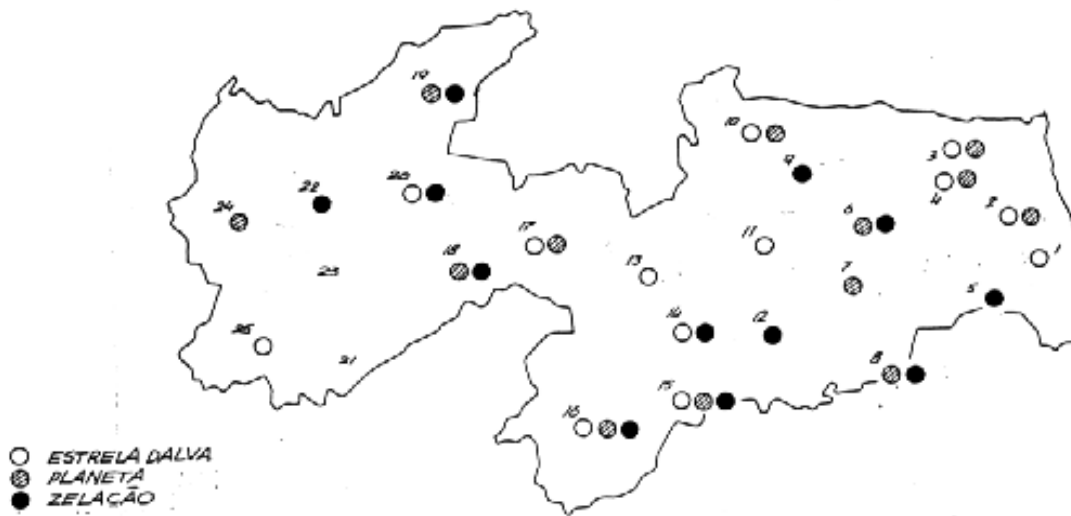
Bibliografia

- AGUILERA, Vanderci (1996): *Atlas lingüístico do Paraná*. Curitiba. Imprensa Oficial do Estado.
- AGUILERA, Vanderci (1998): *A geolingüística no Brasil-caminhos e perspectivas*. Londrina: Editora UEL.
- ARAGÃO, Maria do Socorro Silva de / Menezes, Cleusa Palmeira Bezerra (1984): *Atlas lingüístico da Paraíba*. v. I. Brasília: Universidade Federal da Paraíba / CNPq, Coordenação Editorial.
- FERREIRA, Carlota / Mota, Jacyra / Freitas, Judith / Andrade, Nadja / Cardoso, Suzana / Rollemberg, Vera / Rossi, Nelson (1987): *Atlas lingüístico de Sergipe*. Salvador: Universidade Federal da Bahia / Fundação Estadual de Cultura do Estado de Sergipe.
- FERREIRA, Carlota / Cardoso, Suzana (1994): *A dialectologia no Brasil*. São Paulo: Contexto.
- NASCENTES, Antenor (1953): *O Linguajar carioca*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Simões.
- RIBEIRO, José / Zágari, Mário Roberto / Passini, José / Gaio, Antônio Pereira (1977): *Esboço de um atlas lingüístico de Minas Gerais*. v. I. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa / Universidade Federal de Juiz de Fora,
- ROSSI, Nelson (1963): *Atlas prévio dos falares baianos*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro.
- ZÁGARI, Mário Roberto (1996): Esboço de um atlas lingüístico de Minas Gerais, em: *Seminário nacional caminhos e perspectivas para a geolingüística no Brasil*. Salvador: Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, págs. 15-19.

DENOMINAÇÕES para *Estrela cadente* no falar baiano

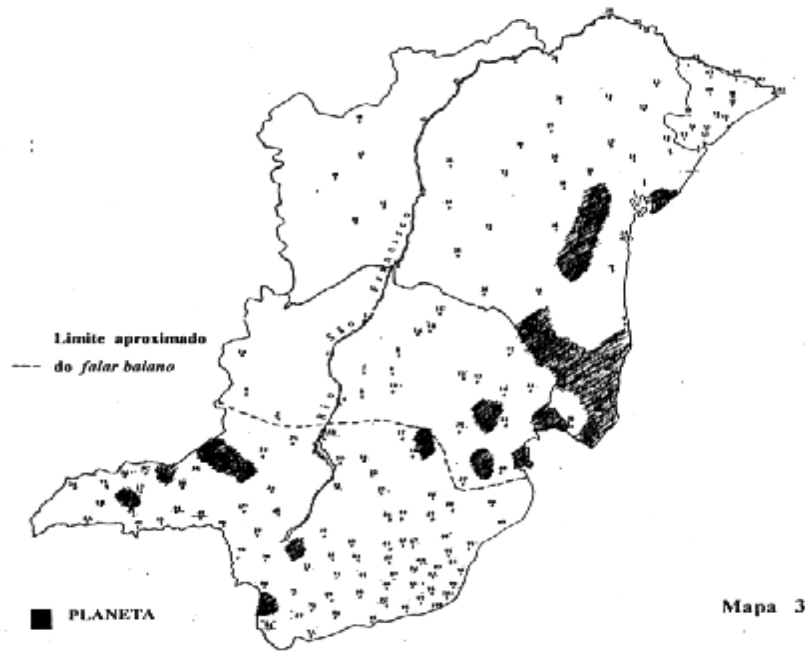


DENOMINAÇÕES para *Estrela cadente* no ALPB

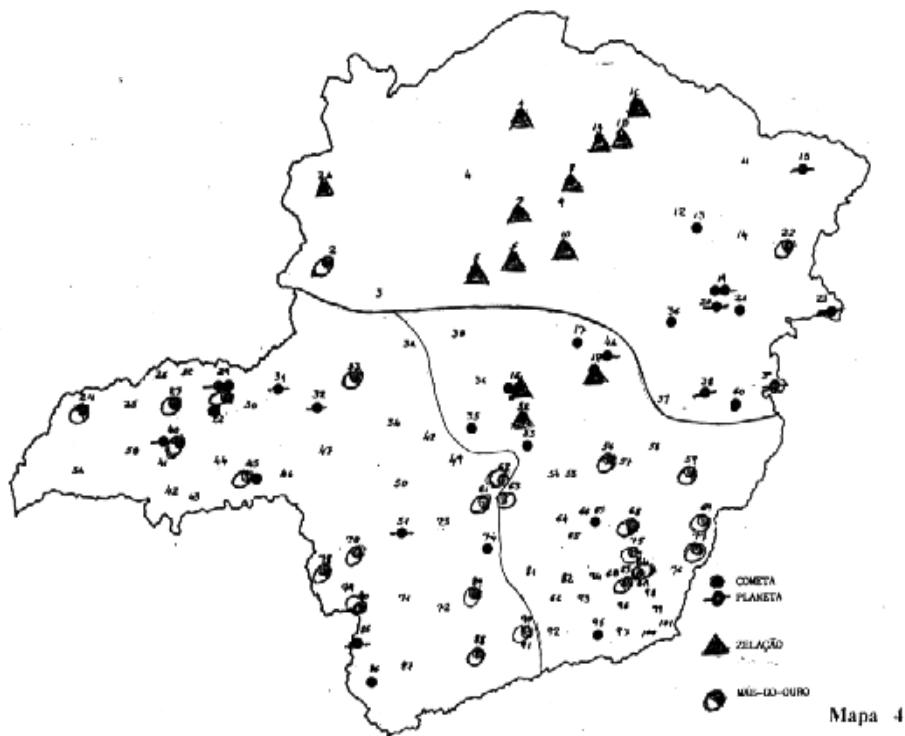


Mapa 2

DENOMINAÇÕES para *Estrela cadente no falar baiano*



DENOMINAÇÕES para *Estrela cadente no EALMG*



DENOMINAÇÕES para *Estrela cadente* no ALPR



ERRO GRAMATICAL OU PRECONCEITO LINGÜÍSTICO?

A idéia de que existem formas lingüísticas corretas e, logicamente, formas erradas parece ser tão antiga quanto as primeiras reflexões sobre a linguagem humana. Tal idéia constitui a razão de ser de um tipo de gramática, denominada de prescritiva ou normativa, que privilegia o uso escrito da língua e condena as construções não abonadas pelos grandes escritores do passado.

O conceito de erro para essa concepção gramatical deixa de levar em conta vários fatores, entre os quais se evidenciam os seguintes: a) o uso oral é intrinsecamente distinto do escrito, desde que ninguém fala como escreve ou vice-versa; b) cada uso, oral ou escrito, é influenciado pela situação comunicativa; c) a norma literária representa apenas uma das possíveis formas de realização do sistema lingüístico; d) uma vez que as variações e mudanças são inerentes à língua, a própria norma literária está longe de ser homogênea.

É bastante simples comprovar que fatores como os citados acima interferem na conceituação equivocada do chamado erro gramatical. Quando um professor de português é taxativo em ensinar que o objeto direto anafórico deve ser preenchido com o clítico acusativo, e não com o pronome reto, ou quando insiste em dizer que ninguém pode começar uma frase por um pronome oblíquo, apenas está demonstrando não ter consciência de que no Brasil tais regras têm uma aplicação bastante restrita, não sendo adequadas por exemplo à maioria das situações de fala espontânea ou mesmo a determinados tipos de expressão escrita. De modo análogo, quando ensina as regras de concordância, estigmatizando construções de alta frequência nos dialetos populares, não percebe que essas mesmas construções poderiam até ser consideradas elegantes e expressivas, se fossem incorporadas à norma culta. E se algum aluno mais perspicaz lhe perguntar por que é erro crasso falar de um jeito e não de outro, sua resposta será sempre evasiva: “a gramática diz que é assim”, “isso não soa bem”, “as pessoas cultas e bem educadas não se expressam dessa forma”. Em suma, pois, o errado é o modo de falar não aprovado pela elite dominante ou o que pertence ao domínio das classes desfavorecidas.

Não estamos querendo inverter os valores cultivados pela sociedade nem muito menos defender que o ensino de português deixe de tomar como referência a chamada língua padrão. Nosso propósito é apenas o de refletir sobre a hipótese de que o erro gramatical na prática não existe, pois em última análise o que se condena no uso da língua ou são variantes populares estigmatizadas ou construções pouco fre-

qüentes mas possíveis. Muitas vezes, o que se interpreta como infração a uma regra gramatical nada mais é do que um empréstimo de outra norma.

O mais curioso é que essa concepção de erro não equivale necessariamente à de desvio. Este é um conceito de base estatística, que se refere a qualquer fato que destoa dos demais numa distribuição de frequências. Por exemplo, observou-se que o verbo *haver*, quando tem um sentido existencial, é usado impessoalmente pela maioria dos escritores portugueses e brasileiros tidos como grandes vernaculistas. Da alta frequência desse emprego impessoal decorreu então a prescrição de que constitui erro crasso pluralizar o verbo *haver* em frases do tipo “houve eleições” ou “havia mulheres bonitas na festa”. A pluralização no caso constitui um desvio, por ser uma ocorrência bastante rara em comparação ao uso não flexionado, pelo menos em determinados estágios da língua. Mas, se tal desvio for encontrado em Camões (cf. no *Auto d'el Rei Seleuco*: “*Hajam festas de prazer*”, “*Hajam contos para ouvir*”), apesar de gramáticos como Góis (1951) o censurarem, a maioria tenta descobrir alguma justificativa de ordem estilística.

Na realidade, além do desvio ocasionado pelo desconhecimento da norma ou por fatores de ordem psicobiológica, como o cansaço, a pressa e os lapsos de memória, há o desvio expressivo ou intencional, objeto de estudo da estilística (Monteiro, 1991), praticado quando o escritor percebe que a forma usual é incapaz de expressar o que ele deseja. Os grandes criadores da língua, observou Coseriu (1987), rompem conscientemente a norma e realizam no grau mais alto as possibilidades do sistema. Quando isso ocorre, não se costuma dizer que houve um erro gramatical, senão que uma prova maior do domínio lingüístico. Ao chamado erro sempre se atribui uma conotação negativa, associado que é ao despreparo, descaso ou até mesmo falta de amor e respeito à língua materna. Como se os indivíduos que não têm acesso a um bom nível de escolaridade fossem culpados por se expressarem de modo diferente.

Há uma forte ironia por trás disso tudo: as pessoas que pertencem às classes desfavorecidas não têm o domínio da norma culta simplesmente porque a sociedade lhes nega, entre muitos outros, o direito a uma boa educação. Mas, como na fábula do lobo e do cordeiro, são elas que estão erradas e a elite está certa. E se cria nelas um sentimento de insegurança tão grande que elas próprias passam a aceitar a culpa e admitir que realmente falam errado.

Ora, conforme defendem inúmeros lingüistas, entre os quais Trudgill (1979), todos os dialetos são igualmente bons como sistemas lingüísticos, uma vez que são adequados às necessidades de seus falantes. Desse modo, o sentimento de que as formas discrepantes do modo de falar culto são erradas se deve a um grave preconceito social. Nada há que torne por natureza errônea uma variante popular. O que existe é apenas uma associação com falantes de classes não privilegiadas pois, mesmo uma construção antes estigmatizada, não mais será avaliada como incorreta se for incorporada à língua padrão. A atitude prescritivista da gramática e a pressão institucional da escola são, por conseguinte, em grande parte responsáveis pela manutenção do preconceito que sustenta essa falsa concepção de erro.

É verdade que, com o advento da lingüística, muito dessa postura prescritivista cedeu lugar a uma preocupação descritivista. Todavia, o pressuposto falso da homogeneidade sempre constituiu um obstáculo à plena aceitação das estruturas variantes, principalmente as estigmatizadas. Em função desse pressuposto, sobretudo a partir dos conceitos gerativistas de agramaticalidade e inaceitabilidade associados ao de falante-ouvinte ideal, a noção de frase correta ou bem formada continuou a ser cultivada por muitos pesquisadores, com talvez uma agravante: o julgamento de uma sentença como boa ou má tornou-se dependente da intuição do próprio lingüista e não mais do testemunho dos grandes escritores.

A teoria sociolingüística veio, porém, demonstrar que a agramaticalidade na fala cotidiana não passa de um mito, sem base em dados reais. Deixando de lado os titubeios ou lapsos normais, qualquer enunciado reúne condições de ser descrito, não passando de mera diferença dialetal o que muitas vezes se julga uma frase impossível. Labov (1983) afirma que, nos diversos estudos empíricos que realizou, a grande maioria dos enunciados é constituída de frases corretamente formadas segundo todos os critérios. Assim sendo, em termos sociolingüísticos, a probabilidade de que alguém produza uma sentença agramatical é quase nula.

Na realidade, o costume de avaliar as frases como bem ou mal formadas tem muito de subjetividade pois, conforme dissemos, depende da intuição do pesquisador. O que se constata em geral é que são frases perfeitamente normais em outro dialeto ou são construções absurdas que o sistema lingüístico não permite e que, por isso mesmo, não ocorrem no desempenho dos falantes nativos.

Não se deve esquecer que o sistema lingüístico, sendo um conjunto de oposições funcionais, oferece múltiplas possibilidades de realização. O fato de que uma construção possa parecer estranha às vezes decorre de sua baixa ou nula freqüência, não querendo isto dizer que o sistema não a aceite. Uma coisa é, pois, o que ocorre na norma ou na fala e outra é o que está previsto no sistema.

A título de ilustração, pode-se citar, seguindo Coseriu (1987), o caso das vogais em espanhol, onde não existe distinção entre abertas e fechadas. O fato

de se pronunciar, por exemplo, [papel] com o /e/ fechado não afeta o sistema, mas constitui um desvio da norma, sendo pois algo insólito. Há então um único fonema /e/ no sistema, duas variantes típicas desse fonema na norma e, finalmente, inúmeras realizações distintas (variantes individuais e ocasionais) na fala, nos atos lingüísticos.

No campo da morfologia, a distinção entre sistema e norma pode igualmente ser percebida. Assim, em português, embora o sistema permita para o plural das palavras terminadas em *-ão* três possibilidades, o plural de *cão* só se realiza na norma como *cães*. Na formação do feminino, a norma admite a oposição *deputado / deputada* ou *vereador / vereadora*, porém não a oposição *cabo / caba*; isto é, realiza só parcialmente o sistema. De modo semelhante, tomando-se como referência o paradigma derivacional, é lícito afirmar que o sistema admite a adjunção dos sufixos *-mento* ou *-ção* a qualquer base verbal. A norma, porém, seleciona *cassação* e não **cassamento* e, de modo contrário, *casamento* e não **casação*.

Sendo assim, quando um falante cria uma nova forma, poderá estar apenas desenvolvendo as potencialidades que definem o sistema. Não haverá erro algum nisso, pois a norma lingüística não é imutável. Mas, como se pensa que ela é imexível, se a nova forma, embora plenamente possível, for criada por alguém que relembre algum estigma de classe será criticada e tachada de erro. Uma crítica sem o menor fundamento, salvo o fundamento que termina sendo o maior de todos: o preconceito lingüístico.

Em suma, pois, são critérios de ordem social e não de natureza estritamente lingüística os que subsistem ao se avaliar uma forma de expressão como errada ou correta. O que se julga erro nada mais é do que uma diferença devida a fatores múltiplos, entre os quais, a região, a classe social do falante e o registro ou situação comunicativa. Seria bem mais lógico que, em vez de se ensinar que as frases são corretas ou erradas, se transmitisse a consciência de que a língua não é uniforme nem estática e que, por isso mesmo, admite uma pluralidade de usos. Estes podem ser expressivos ou inexpressivos, elegantes ou grosseiros, comuns ou raros, formais ou informais, adequados ou não aos propósitos comunicativos, sempre diferentes uns dos outros e jamais errados em sua essência.

Bibliografia

- COSERIU, Eugenio (1987). Sistema, norma e fala. In: — *Teoria da linguagem e lingüística geral*. Rio de Janeiro, Presença, pp. 13-85.
- GÓIS, Carlos (1951). *Sintaxe de concordância*. 10. ed. Rio, Gráfica Sauer. 247 p.
- MONTEIRO, José Lemos (1991). *A estilística*. São Paulo, Ática. 188 p. (Série Fundamentos)
- LABOV, William (1983). *Modelos sociolingüísticos*. Madrid, Cátedra. 411 p.
- TRUDGILL, Peter (1979). *Sociolinguistics: an Introduction*. Great Britain, Penguin Books. 189 p.

PROCESSO DE PALATALIZAÇÃO DAS FRICATIVAS NA LÍNGUA PORTUGUESA

1 Introdução

Entendemos ser apaixonante dedicar-se ao estudo de um fenômeno lingüístico e poder ao final ter-se um perfil de sua distribuição, quer do ponto de vista diatópico quer do ponto de vista diastrático, entendendo seu processo de variação ou de mudança. Isso, com certeza, seria tarefa das mais fáceis, se não ocupássemos área territorial tão vasta e não tivéssemos um processo de variação tão acentuado. E mais fácil ainda seria se tivéssemos estudos mais sistemáticos sobre a variável a ser estudada.

Nosso objetivo nessa comunicação é tratar do processo de palatalização das fricativas /s/ e /z/, enfatizando estudos realizados e suas tendências. Para isso revisitaremos resultados conhecidos através da literatura obtidos por alguns pesquisadores e apresentaremos alguns mais recentes.

Nesse estudo, os dados analisados fazem parte de alguns projetos (NURC, APERJ e VALPB) e de algumas pesquisas individuais. Têm em comum o fato de evidenciarem a variação do processo de palatalização.

2 Palatalização das fricativas alveolares

Analisando dados do Projeto NURC/Brasil, distribuídos nas cinco capitais brasileiras (Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador e Recife), Callou e Moraes (1995) consideraram quatro variantes do fonema /S/ (fricativa alveolar, fricativa palatal, fricativa laríngea e zero fonético), encontrando 9.026 ocorrências, distribuídas posteriormente nos contextos pós-vocálicos final e interno.

Sem levar em conta a posição da sílaba no vocábulo, os resultados de São Paulo e Porto Alegre apresentam, segundo os autores, uma distribuição praticamente idêntica, predominando a realização alveolar. Enquanto o Rio de Janeiro e Recife apresentam a predominância da realização palatal, com índice mais baixo para Recife. Salvador revela uma distribuição, para alveolar e palatal, homogênea, respectivamente, 45% e 44%.

Discriminando os contextos medial e final, os autores constatam tendência consistente de palatalização em posição medial para todas as capitais.

No que concerne aos fatores sociais, e voltados especificamente para o processo de palatalização,

Callou e Moraes (1995) constatam que São Paulo e Porto Alegre revelam uma curva de variação estável, com comportamentos diferenciados por sexo, o mesmo ocorrendo com o Rio de Janeiro e Recife. Salvador, entretanto, apresenta resultados intermediários, “com uma curva de variação estável para os homens e de mudança em favor da palatalização para as mulheres”.

Estudo similar foi realizado por Mota e Rollemberg (1994), utilizando, também, dados do Projeto NURC, especificamente de Salvador. Nesse estudo, o que nos chama atenção são os resultados referentes ao condicionamento contextual. Segundo as autoras, p. 673,

“os contextos em que figuram constritivas em distribuição implosiva - em sílaba interna ou em final de vocábulo - mostram realizações palatais em alternância com realizações alveolares diante de quase todos os fonemas consonânticos: as variantes não-sonoras ([f,s]) se documentam antes dos oclusivos e constritivos não sonoros (/p, t, k, f, s/); as variantes sonoras ([ʒ,z]) diante dos oclusivos sonoros labial e dental (/b, d/), dos constritivos lábio-dental, palatal e velar sonoras (/v,ʒ, x/); do lateral alveolar (/l/), dos nasais, labial e alveolar (m/, n/)”.

A análise desses contextos revela, segundo Mota e Rollemberg (1994), diferentes índices para as palatais e alveolares, dependendo da consoante inicial da sílaba seguinte; favorecendo o uso das palatais a oclusiva dental não sonora (/t/), e as demais consoantes favorecendo o uso das alveolares. Enquanto isso, com a presença da oclusiva dental sonora (/d/) não se tem comportamento idêntico, visto que neste contexto predomina a realização das alveolares (87,5%).

Para as autoras, situação similar à de Salvador verifica-se em outras áreas do Nordeste do Brasil, em que as fricativas estão sujeitas a um processo dissimilatório sob a ação condicionadora de consoante dental da sílaba seguinte, a exemplo do Ceará.

Brandão, utilizando o corpus do APERJ, levantou para o estudo do /S/ implosivo 3.939 vocábulos. Nesse conjunto, há predomínio das realizações alveolares, ao contrário do que acontece na capital do Estado. Para a autora, os resultados devem ser relativizados, visto que a posição e o valor morfêmico ou não do

segmento implicam maior ou menor produtividade das variantes. Em sua conclusão, ela constata que na região Norte-Noroeste do Estado do Rio de Janeiro predomina a variante alveolar. Embora a tendência à palatalização seja menor do que na variante culta, tanto na capital quanto em zonas rurais ou ruralizadas, a aplicação da regra vem sendo incrementada, o que corrobora não só seu caráter inovador, mas também sua representatividade como forma de prestígio.

Corrêa (1998), em seu estudo sobre o /s/ pós-vocálico em Brasília, analisando 1.200 realizações, tem como resultado 97% para alveolar, 2% para aspirada e 1% para o zero fonético. Para a autora, as realizações palatalizadas foram idiosincrasias na fala de dois informantes. Um deles tem fortes laços com pessoas do Rio de Janeiro e o outro apresentou apenas três realizações. A autora conclui que a variante alveolar é praticamente categórica entre os brasilienses ali nascidos, o que hoje representa 41% da população do Distrito Federal. Do ponto de vista da classe social, não foi observada diferença.

A análise do corpus do Projeto Variação Lingüística no Estado da Paraíba (VALPB) deu-nos, ao todo, 9.699 ocorrências, distribuídas entre as variantes: [s], [ʃ], [z], [ʒ], [h], [ø].

Considerando o baixo número de ocorrências para o zero fonético [ø], e a recorrência de poucos itens lexicais (meømo, 109), e que, embora com maior número de ocorrências, a variante [h] também aparece em poucos itens lexicais (mehmo, 564, dehde, 19), preferimos não considerá-las na análise. Optamos então pelas oposições [s] : [ʃ] e [z] : [ʒ] em interior de vocábulos.

Utilizando o mesmo conjunto de fatores, realizamos análise independentes, de um lado as fricativas surdas; de outro, as sonoras.

Em relação às fricativas surdas, procedidas às amalgamações necessárias para a utilização do programa de regra variável, foram selecionados, hierarquicamente, como relevantes os grupos de fatores: contexto fonológico subsequente, contexto fonológico precedente, anos de escolarização e classe de palavras. No que concerne às fricativas sonoras, foram selecionados apenas o contexto fonológico subsequente e distância em relação à sílaba tônica. Levando em conta que o contexto fonológico subsequente foi selecionado para os dois grupos de variantes, e, ainda, o objetivo de estabelecer uma comparação com resultados obtidos nos estudos aqui apresentados anteriormente, optamos por analisar apenas esse contexto.

Os resultados obtidos, em relação às fricativas surdas, levaram-nos a separar a consoante dental das demais consoantes. Para a primeira, conforme Tabela 1, observamos que sua presença é um forte condicionador da palatalização do [s], com índice 0.81 de correlação positiva. Enquanto a presença de outras consoantes, categoricamente, se correlaciona à não palatalização.

No que concerne às fricativas sonoras, por questões operacionais, separamos os contextos subsequentes em três grupos, como se vê na Tabela 2. Semelhante ao que aconteceu com as fricativas surdas, a oclusiva dental sonora, categoricamente, está correlacionada à palatalização, com índice categórico de aplicação, seguida da alveolar com 0.95. Na mesma tendência anterior, as demais consoantes se correlacionam negativamente à palatalização (0.36).

Tabela 1
Contexto fonológico subsequente

Contextos	Apl./Total	%	Peso Relativo
Cons. Dental (este)	5811/5970	97	0.81
Outras cons. (escada)	47/1571	3	0.00

Valor aplicação = palatalização

Tabela 2
Contexto fonológico subsequente

Contextos	Apl./Total	%	Peso relativo
Cons. Dental (desde)	44/48	92	1.00
Cons. Alv. (deslocar)	2/4	50	0.95
Outras cons. (mesmo)	9/586	2	0.36

Valor aplicação = palatalização

Confrontando nossos resultados com os obtidos nos estudos de Callou, Moraes (1995) e os de Mota, Rollemberg (1994), verificamos convergências e divergências. Em relação aos primeiros, a divergência básica está no fato de que nos dados das cinco capitais brasileiras estudadas, no mesmo contexto que analisamos, há uma tendência generalizada à palatalização das fricativas, independentemente do contexto subsequente. Já em relação aos de Mota, Rollemberg (1994), divergimos, principalmente, quando o contexto subsequente é uma oclusiva dental sonora, uma vez que em Salvador a sua presença favorece o aparecimento de uma fricativa alveolar, ao contrário do que acontece em João Pessoa, que categoricamente favorece sua palatalização.

4 Conclusão

O que fica claro, a partir de uma comparação entre os resultados é que a palatalização parece delinear-se claramente como uma regra que aos poucos tende a generalizar-se. Em se tratando das consoantes em pauta, o contexto lingüístico fortemente atua sobre sua aplicação.

Entendemos que só através de estudos sistemáticos que abarquem outras comunidades, até então

não pesquisadas, é que poderemos fazer afirmações mais categóricas acerca do processo em pauta.

Bibliografia

- BISOL, Leda. *A palatalização e sua restrição variável*. Porto Alegre, 1985. Relatório de pesquisa, mimeo.
- BRANDÃO, Sílvia Figueiredo. *Sobre a palatalização num dialeto brasileiro*. 1998, mimeo.
- CALLOU, Dinah, MORAES, João Antônio de. A norma de pronúncia do S e R pós-vocálicos: distribuição por áreas regionais. In: *Diversidade lingüística e ensino*, 1995.
- CORRÊA, Cíntia da Costa. Focalização dialetal em Brasília: um estudo das vogais pretônicas e do /s/ posvocálico. Dissertação de Mestrado, UnB: DF, 1998.
- HORA, Dermeval da. *Palatalização das oclusivas dentais: variação e representação não linear*. Tese de Doutorado, PUC-RS, 1990.
- MOTA, Jacyra, ROLLEMBERG, Vera. *Constritivas implorativas na norma culta brasileira: alveolares ou palatais?* Actas do XIX Congreso Internacional de Lingüística e Filoloxia Románicas. Universidade de Santiago de Compostela, 1989, p. 671-679.

CLIMA & HIDROGRAFIA EM *MENINO DE ENGENHO*, de José Lins do Rego: uma análise sócio-etnolingüística

A presente comunicação intitulada **CLIMA & HIDROGRAFIA EM *MENINO DE ENGENHO*, de José Lins do Rego: uma análise sócio-etnolingüística**, é parte da nossa pesquisa desenvolvida no Doutorado em Letras, na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP – Araraquara/SP e tem como finalidade maior evidenciar vocábulos regionais/populares, considerando o nível do léxico utilizado na cultura canavieira, especificamente na realidade sociocultural do Nordeste brasileiro, a partir do mundo físico, tais como a flora, a fauna, o clima e a hidrografia, entre outros e sua repercussão na língua. Pretendendo-se constatar como a língua reflete e retrata a realidade física, social e cultural de uma região.

Averiguamos, mais especificamente, de que maneira a relação entre o tipo de linguagem utilizado pelos habitantes da região açucareira e sua cultura é retratada no vocabulário, procurando-se, conseqüentemente, detectar possíveis interpenetrações lingüísticas e extralingüísticas que agem na configuração desse vocabulário. Nossas reflexões foram orientadas por princípios teóricos especialmente da Lexicologia, da Semântica, da Sócio e da Etnolingüística indicadas na fundamentação teórica, além de textos específicos sobre a obra de José Lins do Rego, bem como dicionários gerais e específicos da língua regional.

Para atingirmos os objetivos propostos, procedemos à observação direta da obra, tendo em vista o nível lingüístico do léxico, espelho da realidade física, social e cultural da região, e, em particular, do universo açucareiro. Foram detectados os aspectos léxico-semânticos, de forma a se consubstanciar uma amostra bastante representativa do universo de *Menino de engenho*. Durante o curso das investigações, foram observadas questões específicas envolvendo o intercâmbio entre a sociedade, a cultura e a língua. Daí a necessidade dessa visão sócio e etnolingüística, numa concepção de linguagem apoiada também na Sociologia e na Antropologia Cultural.

Constituí, assim, objeto de nossa análise a linguagem regional/popular nordestina, considerando-se aspectos de ordem histórica, antropológica, sociológica que o Autor exercita de forma livre, espontânea, num estilo com sabor de oralidade, constituindo-se numa marca da influência da linguagem regional/popular sobre a escrita.

A contribuição propiciada por esse estudo repousa, a nosso ver, na influência de manifestações socioculturais e na sua interação com a língua, na obra em análise. Optamos pelo nível lexical, uma vez que o léxico é o elemento móvel mais sensível às mudanças culturais, que torna possível os diversos momentos de realização da língua, de forma que revela os interesses culturais de uma determinada comunidade.

Para tal análise, fizemos um levantamento sistemático dos termos, expressões e estruturas lingüísticas, consideradas regionais/populares na obra. Foram detectados os aspectos léxico-semânticos, de forma a se consubstanciar uma amostra bastante representativa do universo de *Menino de engenho*. Durante o curso das investigações, foram observadas questões específicas envolvendo o intercâmbio entre a sociedade, a cultura e a língua. Daí a necessidade dessa visão sócio e etnolingüística, numa concepção de linguagem apoiada também na história na Sociologia e na Antropologia Cultural.

Os dados foram organizados em campos léxico-semânticos, verificando-se, principalmente, as relações manifestas com a **práxis** social entre os diferentes termos selecionados.

Os vocábulos levantados em *Menino de engenho* têm como suporte a realidade sociocultural do engenho, expressos pela linguagem regional/popular, ressaltando-se que, esse tipo de variação apresenta muito mais componentes de natureza etno-sociolingüística do que propriamente regional.

Os dados hauridos do **corpus** foram agrupados em três macrocampos considerando-se o **mundo físico** como representação da natureza, com todos os seus elementos e sua relação com o homem; os **tipos humanos**, destacando-se, sobretudo, o **menino de engenho** com todas as suas reminiscências, o **senhor de engenho** - representante da aristocracia rural vigente e, por fim, o **homem do eito**. Esse sistema tripartite dá a configuração do homem e de sua relação com a **cultura**, esta, constituindo o **terceiro** macrocampo em que se pode observar, no **plano material**, o engenho como construção (visão sociocultural), como fábrica, a agricultura, a alimentação e a medicina popular. No **plano espiritual**, incluem-se a religiosidade, as credences e costumes além de artes e diversões que foram abordados como elementos

portadores de idéias, de padrões de comportamento e atitudes, refletindo a relação correspondente no comportamento lingüístico.

Para a organização dos campos léxico-semânticos específicos, adotamos um conjunto de gráficos do tipo organogramas, procurando explicitar as relações semânticas básicas entre os vocábulos regionais/populares coletados em *Menino de engenho*. A metodologia usada para a elaboração desses gráficos teve como suporte os modelos apresentados por John Lyons e B. Pottier cujas obras serão referenciadas ao final do trabalho.

Esse conjunto de informações forneceu os dados que foram analisados no plano da Semântica e da Lexicologia a fim de explicitar a descrição da realidade lingüística nordestina como um dos paradigmas da realidade brasileira.

Estabelecemos, enfim, uma análise léxico-semântica considerando a realidade sócio-lingüístico-cultural, tornando possível uma visão lingüística, específica do ambiente físico e humano do mundo dos engenhos.

Vejamos, a seguir, a nossa análise específica em torno do campo léxico-semântico do Clima e da Hidrografia.

Descrição temática do campo léxico-semântico

Clima & hidrografia

Neste campo incluíram-se não apenas os rios, mas todo manancial associado à idéia de ÁGUA - elemento de importância relevante no dia-a-dia do engenho, de forma a estabelecer-se uma vinculação entre ele e a realidade humana; além, evidentemente, do clima, como fenômeno ligado à hidrografia.

Como já foi dito, não foram incluídos, neste campo, apenas as correntes hídricas, mas, ainda, associaram-se outros itens que constituem fenômenos cíclicos, como as enchentes, de grande destaque no universo do Nordeste úmido.

O episódio da cheia constitui um fato marcante no mundo dos engenhos, razão por que há tantas expressões para caracterizá-lo. Observemos algumas: “**cabeça da cheia**”, “**correnteza d’água**”, “**barulho das águas**”, “**água muita**”, “**água com força de açude arrombado**”, entre outras.

O Rio Paraíba sintetiza a maior corrente hídrica naquele contexto e representa, assim, o paradoxo entre a destruição e a riqueza.

O problema da enchente nivela a todos, igualando os da casa-grande e os da “senzala”.

Como se vê, *Menino de engenho* é um documento vivo da miséria da Várzea, das dificuldades do homem servil, pobre, que vive em condições subumanas, uma vez que o clima e a hidrografia, notadamente, a cheia exercem tanta influência nos seus hábitos e costumes, expressos com vigor na língua comum.

A cheia representa também perspectiva de fartura, pois traz o limo para a terra. Assim, a mesma água que destrói traz a fartura.

Observemos, assim, a visão do Coronel Zé Paulino, ao tratar das enchentes:

“Meu avô, em pé, olhava de uma ponta da calçada as suas plantas de cana submersas, a sua safra quase toda perdida. Mas não se lastimava porque sabia que riqueza em limo lhe trouxera o rio por suas terras. Ele mesmo dizia: - Gosto mais de perder com água do que com o sol.”(ME, p.71)

Se o Rio Paraíba destrói os partidos de cana, se estraga as plantações, representa, também, a fartura, o limo para a terra.

Observemos, nos trechos a seguir, a grande importância desse fenômeno para a vida dos engenhos, assumindo dimensões expressivas nas relações entre os dominados e o senhor de engenho.

“O povo gostava de ver o rio cheio, correndo água de barreira a barreira. Porque era uma alegria por toda a parte quando se falava da cheia que descia. E anunciavam a chegada como se tratasse de visita de gente viva [...]”(ME, p.68) [...]

“E por onde as águas tinham passado, espelhava ao sol uma lama cor de moeda de ouro: o limo que ia fazer a fartura dos novos partidos.”(ME: p.74)

O Rio, enfim, é o elemento de efeito mágico funcionando, sobretudo no inverno, como um personagem dramático, caracterizando a interação da natureza com o homem.

As citações a seguir justificam:

“Fomos ver o rio. E pouco andamos, porque já estava entrando pelas estrebarias.”(ME, p.79) [...]

“Mas o rio, que vazava para mais de metro, à noitinha começou a encher outra vez. Nós íamos sair de casa em carro de boi para a caatinga.”(ME, p.72)

Há nele uma significação simbólica trazendo a imagem da terra fértil, coberta de lavoura, num cenário verde, com água deslizante e de grande fecundidade.

Sua faixa marginal povoa-se de casas-grandes, solares, de amplas varandas, harmonizando a fidalguia com a fartura, caracterizando, assim, o domínio do patriarcalismo, símbolo de dominação e de poder.

A pintura da “enchente” do rio é uma das passagens mais belas do romance que se passa na zona fronteira entre Pernambuco e Paraíba, retratando, com muita clareza, as paisagens e a vida dos engenhos de açúcar, na civilização rural nordestina.

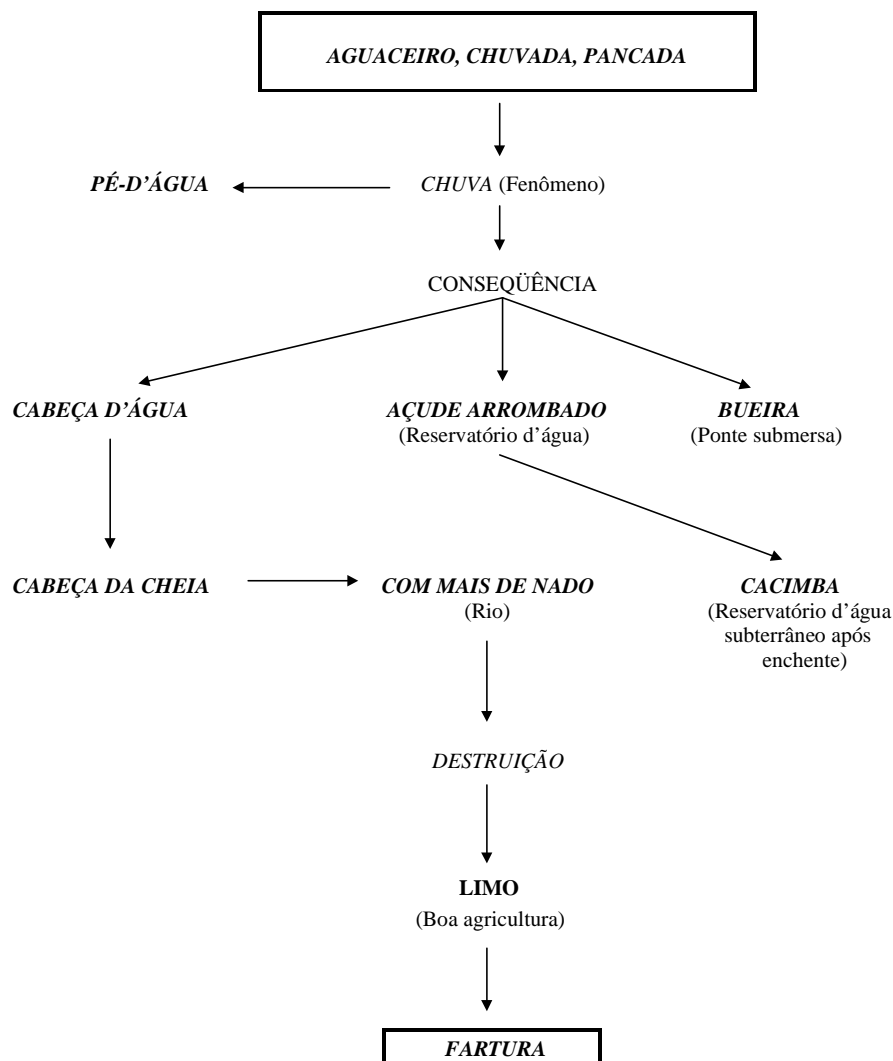
Como se observa, apesar de todas as classificações, é intensa a marca do Regionalismo na obra,

a riqueza de vocábulos, bem como a existência de uma marca forte, de um estilo de espontaneidade, de apegos ao mundo descrito. É importante salientar que a base regionalista foi fundamental para a obra de José Lins enquanto narrativa criada a partir de uma motivação estético-cultural.

Ressaltamos que, na bibliografia compulsada, pouco há descrito sobre a questão do clima e da hidrografia em *Menino de engenho*. Entretanto, esperamos que as nossas observações preliminares possam ser valiosas para futuros pesquisadores dessa área.

CAMPO CONCEITUAL & REDE SEMÂNTICA

1.1 CLIMA & HIDROGRAFIA



Bibliografia sobre José Lins do Rego

- ALMEIDA, José Maurício Gomes de. *A tradição regionalista no romance brasileiro* (1857-1945). Rio de Janeiro: Achiamé, 1981.
- ZÊVEDO, Neroaldo Pontes de. *José Lins do Rego: trajetória de uma obra*. João Pessoa: FECP, 1996.
- CARPEAUX, Otto Maria. José Lins do Rego. In: *Pequena bibliografia crítica da literatura brasileira*. 2. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura. Serviço de Documentação. 1959, p. 280-82.
- CASTELLO, José Aderaldo. *José Lins do Rego: modernismo e regionalismo*. São Paulo: EDART, 1961.
- _____. José Lins do Rego e a criação do ciclo da cana-de-açúcar. *Diários Associados*, Rio de Janeiro: 12 jan. 1956. Edição Especial dedicada ao Açúcar.
- _____. Memória e regionalismo. In: REGO, José Lins do. *Romances reunidos de José Lins do Rego*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1960.
- CAVALCANTI, Valdemar. "Menino de engenho". *Boletim de Ariel*. Rio de Janeiro: 19, jun. 1932, p. 19.
- COUTINHO, Edilberto. *O romance do açúcar. José Lins do Rego, vida e obra*. Rio de Janeiro: José Olympio/INL-MEC, 1980.

- COUTINHO, Odilon Ribeiro. *José Lins do Rego, perda e reparação*. Natal: Ed. Part, 1961.
- COUTINHO, Afrânio. *José Lins do Rego*. Org. por Eduardo F. Coutinho & Ângela Bezerra de Castro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/FUNESC, 1991.
- GARBUGLIO, José Carlos. Fôlego de gato (O regionalismo e suas versões). In: *Acta Semiótica et Lingüística*. São Paulo: Global, 1979.
- INOJOSA, Joaquim. Esta carta ao Zé Lins. *Jornal do Commercio*, Recife, 4 jun. 1922.
- ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira & identidade nacional*. 5. ed., São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 142.
- PONTES, Maria das Neves A. de. *A influência da língua falada em Menino de engenho, de José Lins do Rego*. João Pessoa: Academia Paraibana de Letras, 1992.
- _____. Visitando José Lins do Rego e seu *Menino de engenho*. In: *Revista da Academia Paraibana de Letras*. Nº 11, João Pessoa, 1994.
- REGO, José Lins do. *Menino de engenho*. 37. ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- RONAI, Paulo. De *Menino de engenho* a *Pedra bonita*, estatuto. In: REGO, José Lins do. *Pedra bonita*, 9. ed., Rio de Janeiro: José Olympio, 1979. p. 8-25 (Col. Sagarana, 53).
- SANTANA, Martha M. Falcão de Carvalho e Morais. *Nordeste, açúcar e poder*; um estudo da oligarquia açucareira na Paraíba (1920-1962). João Pessoa: CNPq/UFPB, 1990.
- SOBREIRA, Ivan Bichara. *O romance de José Lins do Rego*: ensaio. 2. ed., João Pessoa: A União, 1979.
- VILANOVA, José Brasileiro Tenório. *Linguagem e estilo de um menino de engenho*. Recife: Imprensa Universitária, 1962.
- BERNSTEIN, B. *Langages et classes sociales*. Paris: Ed. de Minuit, 1975.
- BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. *Teoria lingüística: lingüística quantitativa e computacional*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978.
- _____. A estruturação do léxico e a organização do conhecimento. *Letras de Hoje*. Porto Alegre. v.22., n. 4, p. 81-96, dezembro de 1987.
- _____. A estrutura mental do léxico. In: *Estudos de filologia e lingüística: em homenagem a Isaac Nicolau Salum*. São Paulo: T. A. Queiroz/Editora da Universidade de São Paulo, 1981, p. 131-145.
- BLIKSTEIN, I. *Kaspar Hauser ou a fabricação da realidade*. 3. ed. São Paulo: Cultrix, 1990, p.98.
- BORBA, F. da Silva. *Introdução aos estudos lingüísticos*. São Paulo: CEN, 1970.
- CASCUDO, L. da C. *Geografia dos mitos brasileiros*. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, Brasília: INL, 1976, p. 345.
- _____. *Sociologia do açúcar*: pesquisa e dedução. Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e do Alcool, 1971. (Col. Canavieira, 5)
- _____. *El hombre y su lenguaje*. Madrid: Gredos, [s.d.], p. 167.
- GARMADI, J. *Introdução à sociolingüística*. Lisboa: D. Quixote, 1983.
- GECKLER, H. *Semántica estructural y teoría del campo léxico*. Madrid: Gredos, 1976.

Dicionários e Glossários

Bibliografia Lingüística

- ALMEIDA, Horácio de. *Dicionário popular paraibano*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1979.
- ARAGÃO, Maria do Socorro Silva et al. *Glossário aumentado e comentado de A bagaceira*. João Pessoa: A União, 1984.
- _____. *A linguagem regional/popular na obra de José Lins do Rego*. João Pessoa: FUNESC, 1990.
- BARBALHO, Nelson. *Dicionário do açúcar*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco. Massangana, 1984.
- CABRAL, Tomé. *Novo dicionário de termos e expressões populares*. Fortaleza: UFC, 1982.
- CLEROT, L. F. *Vocabulário de termos populares e gírias da Paraíba*: estudo de glotologia e semântica paraibana. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1959.
- MOURA, F. Hugo. Alimentação e linguagem popular. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano*. João Pessoa: nº 17, 54-71, 1970.
- ODILON, Marcus (org.) *Camumbembe e seus parentes*. Belém: Falangola, 1997.
- SOUTO MAIOR, Mário. *Dicionário folclórico da cachaça*. Recife: 1973.
- AMARAL, Amadeu. *Tradições populares*. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1948, p. 418.
- ARAGÃO, Maria do Socorro Silva de. *Lingüística aplicada aos falares regionais*. João Pessoa: A União, 1983.
- BALDINGER, R. *Teoria semántica* - hacia una semántica moderna. Madrid: Alcalá, 1970, p. 278.
- BALLY, C. *El lenguaje y la vida*. 7. ed., Buenos Aires: Editorial Lozada, 1977.
- BARBOSA, Maria Aparecida. *Léxico, produção e criatividade*: processos de neologismo. São Paulo: Global, 1981.
- BASÍLIO, Margarida. *Estrutura lexical do português*: uma abordagem gerativa. Petrópolis: Vozes, 1980.
- BENVENISTE, E. *Problemas de lingüística geral-I*. São Paulo: Nacional, 1976.

ESTRUTURA, FUNÇÕES E PROCESSOS DE PRODUÇÃO DE DICIONÁRIOS TERMINOLÓGICOS MULTILÍNGÜES

Introdução

Este trabalho relata resultados de pesquisas que realizamos sobre a produção de vocabulários técnico-científicos e dicionários terminológicos bilíngües e multilíngües, no âmbito geral de nossas investigações nas áreas de Lexicologia, Lexicografia e Terminologia. Examinamos aspectos de sua estrutura, natureza e funções, face a metamodelos construídos pelas ciências que têm por objeto a palavra. Esses estudos permitiram-nos chegar à proposição de metodologia de compatibilização de um mesmo conceito em duas ou mais línguas de especialidade e, por outro lado, de elementos estruturais básicos específicos desse tipo de obra lexicográfica/terminológica, quanto à macroestrutura, microestrutura e remissivas.

1 Teoria, metodologia, tipologia

Preliminarmente, a partir de um *corpus* constituído de vários dicionários bilíngües, aleatoriamente escolhidos, examinamos sua macroestrutura, microestrutura e sistema de remissivas predominantes. Isso nos permitiu, dentre outras facetas, caracterizar uma tipologia estrutural dessas obras e, quanto à microestrutura, delimitar uma tipologia de relações de equivalência entre a entrada e a correspondente definição de um verbete.

Considerando as questões acima apontadas à luz dos modelos elaborados por J. Rey-Debove, G. Haensch, H. Weinrich, Bernard Al, J. e C. Dubois, B. Pottier, E. Coseriu, R. Galisson, F. Rastier, pelo Groupe Interdisciplinaire de Recherche Scientifique et Appliquée en Terminologie de Québec, pelos pesquisadores da terminologia francesa *La banque des mots*, como P. Lerat, dentre outros, levou-nos a postular a existência de critérios fundamentais, para a ordenação das entradas (macroestrutura), para a constituição das definições complementares (microestrutura) e para a explicitação da rede de relações inter-verbetes (sistema de remissivas).

Quanto à microestrutura, um dos aspectos mais complexos, nas reflexões sobre o saber e o fazer lexicográficos e terminológicos, concebemos um

continuum, que vai da microestrutura mínima - entrada e definição sumária - a uma microestrutura que tende *ad infinitum*: os paradigmas informacionais atribuíveis a uma entrada compreendem faixa de valores de 1 a n .

Assim, existe uma microestrutura básica, de acordo com Debove (1971), constituída pelo conjunto das 'informações' ordenadas que se seguem à entrada, que tem uma estrutura constante, correspondente a um programa e a um código de informações aplicáveis a qualquer entrada. A esse conjunto 'entrada + enunciado lexicográfico' denominamos 'artigo' ou 'verbo'. Desse modo, o verbo mínimo tem dois constituintes: 'entrada' e 'definição'.

Observe-se, entretanto, que a definição, como os demais paradigmas integrantes do enunciado lexicográfico, e a metodologia que permite sua construção organizam-se em função da natureza da obra lexicográfica ou terminológica em que comparecem. Há, pois, correlação entre tipologia de dicionário e tipologia de definições, estabelecendo-se relação de dependência entre natureza da obra e natureza do enunciado lexicográfico; 'tipologia de dicionário' e 'tipologia de enunciado lexicográfico' situam-se numa relação determinante/determinado: o tipo de obra lexicográfica condiciona a quantidade, os tipos de paradigma, a sua distribuição combinatória e coerções no enunciado.

Observe-se, entretanto, que a definição, como os demais paradigmas integrantes do enunciado lexicográfico, e a metodologia que permite sua construção organizam-se em função da natureza da obra lexicográfica ou terminológica em que comparecem. Há, pois, correlação entre tipologia de dicionário e tipologia de definições, estabelecendo-se relação de dependência entre natureza da obra e natureza do enunciado lexicográfico; 'tipologia de dicionário' e 'tipologia de enunciado lexicográfico' situam-se numa relação determinante/determinado: o tipo de obra lexicográfica condiciona a quantidade, os tipos de paradigma, a sua distribuição combinatória e coerções no enunciado.

Logo, a microestrutura básica exposta na figura 1 é uma *variável*, visto que o programa de informações nele contido sustenta-se numa relação de dependência para com o contexto lexicográfico.

Thesauri, dicionários monolíngües, dicionários bilíngües, multilíngües, vocabulários técnico-científicos, vocabulários especializados, glossários, etc., requerem programas diferentes e adequados aos seus universos. Nessas condições, indo além da estrutura mínima, o artigo de dicionário, segundo Vilela (1983), pode conter: entrada + informação (etimológica /ortográfica / fonética / gramatical) + definição (ou explicação) + exemplos (ou aplicação em contextos).

Nessa segunda estrutura possível, o ‘enunciado lexicográfico’, constitui-se de três macro-paradigmas, três zonas semântico-sintáticas: paradigma informacional (PI), paradigma definicional (PD) e paradigma pragmático (PP). Esses macro-paradigmas, por sua vez, subdividem-se em micro-paradigmas, variáveis em qualidade e quantidade, conforme a natureza da obra, seus objetivos, limites e público-alvo. Desse modo, temos:

$$\text{Artigo} = \{ + \text{entrada} + \text{enunciado lexicográfico} (+ \text{definição}) \}$$

microestrutura mínima
predicados da entrada

Figura 1

$$\text{Artigo} = \{ \text{Entrada} + \text{Enunciado Lexicográfico} (\pm \text{PI}_i + \text{PD}_i \pm \text{PP}_i) \}$$

microestrutura possível

onde:

Paradigma I = {PI1, PI2 ,..., PI_n}

Paradigma D = {PD1, PD2 ,..., PD_n}

Paradigma P = {PP1, PP2 ,..., PP_n}

ou seja,

Paradigma I = {abreviatura, categoria, gênero, número, conjugação, pronúncia, homônimos, campos léxico-semânticos, etc.}

Paradigma D = {sema1, sema2 ,..., seman}

Paradigma P = {classe contextual1, classe contextual2 ,..., classe contextualn}

Figura 2

Teoricamente, o número de tipos de ‘informações’ sobre uma entrada tende *ad infinitum*. Assim, outros paradigmas podem ser acrescentados aos citados, enriquecendo a microestrutura: índices de frequência; nível de rapidez da difusão de uma palavra;

emprego preferencial por um autor; relações de significação como sinonímia, hiperonímia, antonímia, homonímia; analogias; ilustrações, etc.

Completando-se a fórmula inicial de micro-estrutura, teremos, portanto:

$$\text{Artigo} = \{ + \text{Entrada} + \text{Enunciado Lexicográfico} (\pm \text{ParadigmaI}_1, + \text{Paradigma Diferencial}, \pm \text{Paradigma Pragmático}_1 \pm \text{Paradigma Pragmático}_2, \dots, \text{ParadigmaI}_n) \}$$

micro estrutura que tende *ad infinitum*

Figura 3

Se a microestrutura, considerada em todos os seus aspectos, é variável de uma obra lexicográfica/terminológica para outra, é constante no interior de uma mesma obra. Adotado um programa, sustentarse-á ao longo da obra. Essa mesma organização se reitera em subclasses das macro-classes componentes da microestrutura.

A microestrutura apresenta, pois, uma hierarquia interna, que tem no paradigma definicional o seu

elemento nuclear. Sua natureza também varia em função do contexto lexicográfico, numa relação inter-dicionários. É constante, porém, numa relação inter-artigos e intra-dicionários, independentemente da modalidade de construção escolhida, na vasta gama de opções oferecidas pela tipologia de definições lexicográficas. Dessa maneira, quer se opte pela análise sêmica, quer por outro tipo de identificador semântico, estabelecem-se paradigmas sêmicos

(semas, sintagmas semânticos ou enunciados semânticos), que têm, igualmente, uma hierarquia e um programa definitório (Barbosa, 1989).

Desse modo, se a microestrutura é constituída de um 'programa de informações', requerido pelo contexto lexicográfico e pelo universo de discurso que lhe corresponde, chega-se às correlações entre diferentes tipos de obra e os níveis de atualização dos elementos lingüísticos: sistema, normas e falar concreto (Coseriu, 1969).

Tomando por base o modelo de Charles Muller (1978) sobre a distinção entre *universo léxico*, *conjunto vocabulário* e *conjunto palavras-ocorrência*, e a relação que o autor estabelece entre *universo léxico* e *sistema*, *conjunto vocabulário* e *normas*, *conjunto palavras-ocorrência* e o *falar concreto*, e, ainda, a distinção que faz entre *lexema* (unidade lexical de sistema), *vocábulo* (unidade lexical de normas), *palavra* (unidade lexical de falar concreto), inferem-se alguns aspectos fundamentais.

Destacamos aqui a correlação possível entre: a) *dicionário de língua/universo léxico/conjunto lexema/sistema*; b) *vocabulário técnico-científico, especializado/conjunto vocabulário/conjunto de vocábulos/norma*; c) *glossário/conjunto palavras-ocorrência/conjunto de palavras/falar concreto*.

De maneira geral, a *eficácia* dos dicionários e, mais especificamente, a dos vocabulários técnico-científicos depende, em grande parte, da seleção e ordenação adequadas dos modelos de paradigmas subjacentes à sua estruturação, paradigmas informacionais, definitórios e pragmáticos. Contudo, verifica-se que a desejada uniformidade metodológica e estrutural - um dos princípios que devem reger a produção de qualquer obra lexicográfica/terminológica e garantir o seu estatuto, natureza e funções - nem sempre ocorre.

Nos vocabulários por nós analisados, observamos acentuada falta dessa postulada uniformidade. Com efeito, alguns deles apresentam uma microestrutura constituída, apenas, da entrada, na língua de especialidade de partida, e de uma 'definição' restrita a possíveis unidades léxicas equivalentes, na língua de chegada; outros organizam-na como entrada e a correspondente definição, elaborada na língua de chegada, da língua de especialidade de partida; outros, ainda, apresentam um enunciado lexicográfico/terminográfico constituído de entrada + pronúncia + categoria gramatical + domínio de experiência + definição ou equivalentes da entrada da língua de partida, formulada com a língua de chegada + combinatória semântico-sintática na língua de partida (frase ou segmento de frase), traduzida na língua de chegada + sentidos figurados, da língua de partida (frase ou segmento de frase), traduzidos na língua de chegada + informações morfo-sintático-semânticas redigidas apenas com a língua de chegada + remissivas.

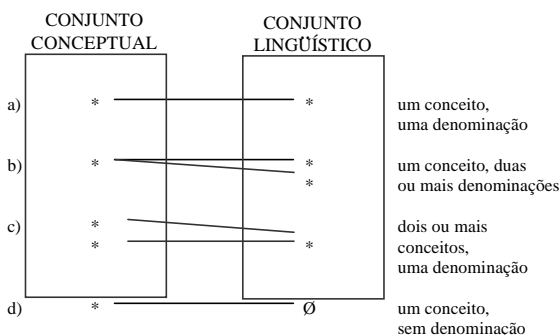
O primeiro tipo descrito configura, antes, uma relação *terminológica* que um vocabulário/dicionário propriamente ditos, constitui somente uma lista

de termos técnico-científicos da língua de partida e possíveis equivalentes na língua de chegada. Podemos observar muitos outros tipos de soluções estruturais na classe dos dicionários e vocabulários bilíngües e multilíngües, que confirmam essa falta de homogeneidade e coerência estruturais. Mesmo no caso dos vocabulários que optam pelo tipo de estrutura formada por entrada na língua de partida e equivalentes na língua de chegada, ocorre enorme variação, na medida em que há toda uma *tipologia* das relações de equivalência, dentre elas o caso ideal e raro de equivalência aproximada entre duas unidades, uma, da língua de partida, e outra, da língua de chegada; muito mais comuns são os casos de existência de vários equivalentes na língua de chegada, para uma única unidade léxica da língua de partida, ou, inversamente, de várias entradas, da língua de partida, às quais corresponde apenas um equivalente na língua de chegada.

2 Relações entre conjuntos noêmicos e conjuntos léxico-semânticos

Nesse sentido, nota-se que as relações entre os conjuntos noêmicos e os conjuntos léxico-semânticos das estruturas lingüísticas que os manifestam, no âmbito do universo conceptual-cultural de uma língua, as relações entre os conjuntos noêmicos de uma língua e de outra, ou seja, entre os universos conceptuais-culturais que lhes correspondem, e, ainda, as relações que se estabelecem entre os conjuntos léxico-semânticos de duas línguas ou mais línguas distintas caracterizam-se como funções de bijeção, injeção e sobrejeção.

Temos, pois:



Percebe-se a complexidade da rede de relações que se estabelece entre as unidades da língua de partida e aquelas que devem ser propostas como equivalentes. A relação nunca é biunívoca, já na linguagem coloquial. Nas linguagens de especialidade, a rede de possíveis 'equivalentes' torna-se ainda mais complexa. Por vezes, não há nenhuma unidade lexical que possa ser proposta como equivalente e a solução tem de ser buscada numa paráfrase ou mesmo numa 'explicação' de tipo enciclopédico. A precisão e o rigor exigíveis de um vocabulário técnico-científico, ou especializado, e de um dicionário terminológico acentuam o problema.

Uma análise noêmica, léxico-semântica e semântico-sintática de microsistemas de uma área técnica e/ou científica permite determinar com precisão essas relações.

3 Propostas de microestrutura de dicionários terminológicos bilíngües e multilíngües

Obtém-se, enfim, um modelo de microestrutura de dicionários terminológicos bilíngües e multilíngües, que contempla os seguintes campos:

- a) paradigmas informacionais de pronúncia, de categoria gramatical, de domínio e sub-domínio de experiência, conjunto noêmico;
- b) paradigma definicional e formas equivalentes na língua de chegada;
- c) paradigmas pragmáticos (frases ou segmentos de frases, na língua de partida, traduzidos na língua de chegada, incluindo-se possíveis combinações semântico-sintáticas);
- d) paradigma de freqüência de emprego e de normalização na área de especialidade;
- e) paradigma de formas lexicais equivalentes, no discurso banal;
- f) paradigma informacional de relações de significação — ‘sinônimos’, parassinônimos, hiperônimos, hipônimos, co-hipônimos —, para estabelecimento do sistema de remissivas.

Por outro lado, uma ficha terminológica, para elaboração de vocabulários técnico científicos bilíngües e/ou multilíngües, poderia, por exemplo, ficar assim constituída, para cada língua de partida:

1. N.º da Entrada. Termo em LP; informações gramaticais, idioma e país.
2. Abreviatura
3. Variante ortográfica
4. Quase-sinônimo
5. Termo equivalente em LC, informações gramaticais, idioma e país.
6. Abreviatura
7. Variante ortográfica
8. Quase-sinônimo
9. Definição
10. Nota 1 (explicativa,)
11. Nota 2 (de caráter enciclopédico)
12. Nota 3 (eventualmente)
13. Remissivas
14. Domínio, subdomínio, área de aplicação

4 Conclusão

Cumpramos ressaltar a questão dos sistemas de valores sustentados por linguagens de especialidades, manifestadas em línguas naturais distintas. Diferenças observadas, em alguns casos, são, apenas, terminológicas, remetendo ao mesmo conjunto noêmico ou conceitual; noutros casos, diferenças mais profundas dizem respeito à própria organização conceitual da cultura e ao sistema de valores correspondente.

Existem, pois, tipos de relações entre o sistema noêmico ou conceptual e o sistema terminológico, conducentes a uma escala de equivalências, quando da análise contrastiva entre termos de línguas distintas, ainda que se considere a mesma área, domínio e subdomínio.

Bibliografia

- BARBOSA, M. A. (1989) “Da microestrutura dos vocabulários técnico-científicos”. In: *Anais do IV Encontro Nacional da ANPOLL*. (Recife, ANPOLL), p. 567-578.
- _____. (1990) “Considerações sobre a estrutura e função da obra lexicográfica: metodologia, tecnologia e condições de produção”. In: *Colóquio de Lexicologia e Lexicografia*. Actas. (INIC. Lisboa, Universidade Nova de Lisboa), p. 229-241.
- _____. (1996) “Dicionário, vocabulário, glossário: concepções”. In: *Cadernos de Terminologia*, 1. (São Paulo, FFLCH-CITRAT), p. 23-45.
- BUZON, C. (1979) “Dictionnaire, langue, discours, idéologie”. In: *Langue française*, 43. (Paris, Larousse).
- COSERIU, E. (1969) *Teoria del lenguaje y lingüística general*. (Madrid, Gredos).
- HAENSCH, G. et al. (1982) *La lexicografía*. (Madrid, Gredos).
- MULLER, Ch. (1968) *Initiation à la statistique linguistique*. (Paris, Larousse).
- RASTIER, F. (1991) *Sémantique et recherches cognitives*. (Paris, PUF).
- REY-DEBOVE, J. (1971) *Étude linguistique et sémiotique des dictionnaires français contemporains*. (The Hague, Paris, Mouton).
- THOIRON, P. et BEJOINT, H. (Org.) (1996) *Les dictionnaires bilingues*. (Louvain-la-Neuve, Aupelf-Uref, Éditions Duculot).
- VILELA, M. (1983) *Definição nos dicionários do português*. (Porto, Ed. ASA).

A VARIAÇÃO ORTOGRÁFICA NOS DICIONÁRIOS

1 A variação ortográfica e a Terminologia

A Norma Internacional - ISO 1087 - de 1990, traz em seu vocabulário, dentro de uma organização de itens e subitens, a definição de variante como “cada uma das formas existentes de um termo”, destacando, em nota, uma classificação dessas variantes em ortográficas, morfológicas e sintáticas, com remissão ao conceito de termo, enquanto designação, ou representação de uma noção, por meio de uma unidade lingüística, definida numa língua de especialidade. Dentro dessa perspectiva, dois conceitos básicos destacam-se: 1. a monossêmia, ou seja, a relação biunívoca entre designação e noção, pela qual uma designação representa uma e tão somente uma noção; 2. a mononímia, ou seja, a relação entre designação e noção, pela qual a noção tem apenas uma única designação (1990: 5-6).

Vale observar já, aqui, a própria designação das noções da Semântica e da Terminologia. Trata-se do termo ‘monossêmia’ que, de acordo com BARBOSA (1996: 37), em face da noção que representa, deve ser substituído por ‘monossêmia’, se se levar em conta o universo de discurso específico do vocábulo-ocorrência.

A questão da designação, porém, é anterior a toda essa discussão e remonta à própria relação homem-realidade, ou ainda, ser racional, linguagem e dizer, ou representar, lingüisticamente, a realidade. Ela retroage, pois, à própria origem da linguagem que, para Platão, é o instrumento mais adequado para distinguir, designar, a realidade (1961: 56).

Mais do que a história da linguagem, importa aqui a história da escrita, especialmente da escrita alfabética, cujo princípio foi descoberto pelos gregos por volta de 2.000 aC., consistindo de uma representação abstrata da língua, com duas virtudes básicas: a) do mesmo modo que na língua oral utiliza-se um número limitado de sons (fonemas), a escrita apresenta-se organizada em um número limitado de figuras (os grafemas); b) como se sabe, o fato de uma língua estar “morta” não elimina sua forma escrita ou, por outra, o número de línguas ágrafas é bem maior do que o das que têm a forma escrita; isso aponta a autonomia de uma forma em relação à outra, conforme ressalta BAJARD (1994: 15-29). Um bom exemplo desse fato é a língua sânscrita, da qual somente se tem referência na forma escrita. Desse modo, uma vez descoberto o

princípio da escrita alfabética, a língua escrita apresenta-se, a exemplo da oral, com dupla articulação e, além disso, propicia a comunicação, na ausência ou no distanciamento do interlocutor, no tempo e no espaço, permitindo, ainda, o vaivém entre a escrita e o oral, de acordo com esse mesmo autor.

Na base, em princípio, a maior simplificação da escrita alfabética deve ser dada pela biunivocidade entre os fonemas e as letras: quanto mais integrada for essa correspondência, maior a simplicidade do sistema, como bem demonstram CASTRO et al. (1987: 58). Acontece que inúmeros fatores terminam por impedir uma perfeita adequação entre o sistema fonológico e o sistema ortográfico das línguas, tais como, as mudanças fonéticas, com repercussões na representação ortográfica, dado que, enquanto a língua oral está sujeita à variação constante, na sua atualização discursiva, a representação escrita, ou melhor ainda, a ortográfica, está sujeita à normalização oficial, cuja periodicidade não se prevê, além do que, se constantemente modificada, poderá perder seu papel de registro permanente da informação em forma oficial.

Do que até agora se expôs, tem-se que, se a escrita alfabética das línguas guardasse o princípio da biunivocidade permanentemente, estaria ela mais próxima das bases da Terminologia, no que tange às relações entre noções e designações.

De qualquer modo, a escrita alfabética em tipos gráficos proporciona a redução das variações individuais, encontradas nos manuscritos. Esse fator, ao lado da normalização oficial, proporciona a neutralização das variações, do que se tem um sistema ortográfico que contempla, em si mesmo, todas as variações, uma vez que não privilegia qualquer atualização fonética específica (CAGLIARI, 1992: 114-117).

Era de se esperar, portanto, que a escrita ortográfica garantisse uma única forma correta para cada unidade do léxico. Entretanto, não é isso que se verifica e, ao contrário, a variação ortográfica identificada em línguas de cultura como a inglesa, a francesa, a portuguesa, etc. aponta na direção de que, se na escrita da língua padrão esse já é um problema relevante, com muito mais propriedade, ele se manifesta na representação escrita das línguas de especialidade, contrariando, frontalmente, o princípio da mononímia, dado que a variação ortográfica alcança apenas o significante gráfico, determinando, assim, que uma noção seja representada por mais de uma forma de sua designação.

2 A variação ortográfica em algumas línguas de cultura e o tratamento lexicográfico dessa questão

Nos países de língua inglesa, a variação ortográfica não chega a criar uma preocupação mais constante. De qualquer modo, CARDOSO (1988:59) aponta vários exemplos dicionarizados, como: defence/defense, offence/offense, license/licence, traveller/traveler, marvellous/marvelous, skilful/skillful, instil/instill, colour/color, theatre/theater, judgement/judgment, mould/mold, foetal/fetal, analyse/analyze, catalogue/catalog, etc.

No que se refere à língua espanhola, não obstante a existência de variedades dialetais, historicamente, o governo espanhol sempre conduziu a questão ortográfica, de tal modo que conserva uma só ortografia, em face dos países de língua espanhola oficial. Desse modo, ainda que o procedimento não tenha sido “democrático”, o fato é que a unificação da escrita não constitui maior preocupação dos governos, haja vista que, no geral, o sistema comporta as variações.

Entre os países de língua francesa, a própria França apresenta um grande volume de pesquisas nessa área e, oficialmente, desenvolve-se um trabalho voltado tanto para as perspectivas lingüísticas e didático-pedagógicas, conforme destacam FAYOL e JAFFRÉ (1992, quanto para as retificações ortográficas, de acordo com CATACH (1995), desenvolvendo-se um esforço, entre os estudiosos do ramo, no sentido de que se faça uma harmonização ortográfica nos dicionários franceses. Para tanto, o Conseil Internationale de la Langue Française - CILF - então sob a presidência de Joseph Hanse, dirigiu um importante projeto de normalização ortográfica da língua francesa, contando com a participação dos mais renomados especialistas em Lexicografia e em Ortografia, como Alain Rey, Claude Kannas, George Matoré, Charles Muller, entre outros, do que resultou o livro intitulado *Pour l'harmonisation orthographique des dictionnaires*. Nesse trabalho, registram-se um pouco mais de 2.600 unidades lexicais que apresentam mais de uma forma ortográfica. Senão, vejam-se alguns exemplos, extraídos desse trabalho: abadir/abbadir, abatage/abattage, accon/acon, ægagre/égragre, allegro/allégro, angrois/engrois, bagou/bagout, baïram/bayram, bouller/boulier, cabillaud/cabillau, caracul/karakul, carré/quarré, carreur/careur, caleil/chaleil, daïmio/daïmyo, dissymétrie/dyssymétrie, écepper/écéper, embatre/embattre, évoé/évohé, euristique/heuristique, flegmon/phlegmon, gabare/gabarre, gesha/geisha/ghesha, harpé/herpé, herma/herm, indouisme/hindouisme, indusia/induse, jaco/jacquot/jacot, kasbah/casbah, kava/kawa, lanter/lenter, lambruche/lambrusque, maffia/mafia, mage/maje, matagot/

matégau, nanar/nanard, ogam/ogham, odographe/hodographe, pacquage/paquage, pacquer/paquer, quadrillion/quatrillion, quipu/quipou, raboin/rabouin, rollet/rôlet, etc.

3 A variação ortográfica nos países lusófonos

Diversamente do que ocorre na França, onde o grupo liderado por Nina Catach há vários anos dedica-se aos estudos nessa linha, tendo, inclusive, como já se registrou acima, produzido excelente material de pesquisa, em torno das reflexões sobre a normalização ortográfica nos dicionários franceses, a variação gráfica e/ou ortográfica da língua portuguesa não tem despertado muito interesse, enquanto área de pesquisa, quer no Brasil, quer em Portugal, quer nos outros países lusófonos, talvez porque as universidades têm ficado à margem das discussões e das decisões em torno dos destinos da escrita da língua portuguesa, pois credita-se à Academia Brasileira de Letras e à Academia de Ciências de Lisboa a competência (jurídica e intelectual) para definir a normalização e a normatização ortográficas da língua portuguesa.

Por essa razão, resta um grande espaço de pesquisa, ainda pouco explorado, da variação ortográfica, de maneira geral e, em especial, nos dicionários. É nesse viés que o projeto “Variantes Ortográficas da Língua Portuguesa” vem sendo desenvolvido, no Departamento de Letras do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso, em Rondonópolis. No momento, a investigação aborda a variação já dicionarizada, para fins de controle e de parâmetro, para detecção das variantes não dicionarizadas.

Os resultados obtidos até agora apontam na direção de que há uma variação decorrente da “facultatividade”, prevista no Acordo Ortográfico de 1990, e outra decorrente de fatores diversos, como, por exemplo, variações fonéticas, com repercussões ortográficas, o que, aliás, é de alta frequência, tanto em português como nas outras línguas acima citadas.

O fato de se registrar uma variação ortográfica não prevista no Acordo é relevante, no sentido de que essa variação poderá ultrapassar os 2%, obtidos em face dos 110.000 verbetes, base de cálculo tomada pelas duas Academias, para prever o alcance, em termos quantitativos, dos usos facultativos, impeditivos da tão sonhada unificação.

É possível afirmar-se também que a variação ortográfica da língua portuguesa, nas hipóteses não previstas, alcança notadamente as línguas de especialidade, como se verificou até o momento. Esse fato, constatado nos dicionários de língua portuguesa que vêm sendo examinados, explica a preocupação presente na Norma ISO 1087, no que se refere especificamente aos problemas advindos das dificuldades reais de normalizar, por inteiro, a ortografia dos termos, na direção de que sejam mononímicos.

Bibliografia

- ANIS, J. (1983) *Langue Française - Le signifiant graphique*. Larousse, Paris.
- BAJARD, E. (1994) *Ler e dizer. Comunicação e compreensão do texto escrito*. Cortez Editoa, São Paulo.
- BARBOSA, M. A. (1994) “Dicionário, vocabulário, glossário: concepções”. In: *Cadernos de Terminologia*, CITRAT, FFCL-USP, São Paulo.
- CAGLIARI, L. C. (s/d) *Alfabetização & Lingüística*. Editora Scipione, São Paulo.
- CARDOSO, M. E. (1988) “Entre irmãos e cavalheiros: um saudável desacordo”. In: *A questão do Acordo Ortográfico*. Gráfica Maiadoura, Maia-Portugal.
- CASTRO, I. et al. (1987) *A demanda da ortografia portuguesa*. Comentário acerca do Acordo Ortográfico de 1986 e subsídios para a compreensão da Questão que se lhe seguiu. Edições João Sá da Costa, Lisboa.
- CATACH, N. *Langue Française - L'Orthographe*. Larousse, Paris.
- CST (1990) *Recommandations relatives a la Terminologie*. CSTEEEO, Berne.
- DIEGO, A. F. (1995) *Terminología. Teoría y práctica*. Equinoccio Ediciones de la Universidad Simon Bolivar, Caracas-Venezuela.
- HANSE, J. (1988) *Pour l'harmonisation orthographique des dictionnaires*. COFORMA, DIXIT, Paris.
- LEHMANN, A. (1995) *Langue Française. L'exemple dans le dictionnaire de langue*. Histoire, typologie, problématique. Larousse, Paris.
- PLATON. (19641) *Oeuvres Complètes*. Cratyle. Tomo V, Societé d'Éditions Les Belles Lettres, Paris.
- SABOIA, A. M. T., MEDEIROS, D. F. R., STURM, I. N. (1998) “Para um dicionário de variantes ortográficas da língua portuguesa”. In: *Acta Semiotica et Lingvistica*, n° 8, Plêiade, São Paulo.

UMA NOVA DENOMINAÇÃO DOS MUNICÍPIOS PARANAENSES

Cada povo tem sua tradição, seus hábitos, suas idiossincrasias. Este povo procura diferenciar-se dos demais à medida em que perpetua o seu passado, o seu modo de ser. E a Toponímia, nosso objeto de estudo, possibilita o entendimento de um povo uma vez que procura analisar “o nome de lugar” como depositário das esperanças, dos medos e da religiosidade dos moradores de uma localidade.

Dauzat, em 1878, sistematizou as pesquisas sobre “os nomes de lugar da França”, apresentando a etimologia dos topônimos. No Brasil, no início deste século, Theodoro Sampaio muito trabalhou com os topônimos de origem indígena. Mais recentemente, Dick, na USP, procura classificar os topônimos com base na sua motivação lingüística. Exemplo: rio do Tigre – zootopônimo, São José do Rio Preto – hagiopônimo.

Outras pesquisas têm contribuído para a sistematização da Toponímia – destacamos, em particular, os estudos sobre a toponímia paranaense. O projeto ATEPAR – Pelos caminhos do Paraná, da UEL, tem disseminado reflexões acerca da denominação de municípios (bairros, distritos) e acidentes físicos (rios, praias) do estado do Paraná.

O recorte que propomos fazer, nesta comunicação, diz respeito à alteração dos nomes de municípios. Alguns dados históricos serão apresentados pois são eles que justificam a substituição de um nome por outro.

No século passado, parte da então Província do Paraná encontrava-se loteada em colônias distribuídas a imigrantes europeus (não esquecer que o país precisava de mão de obra, principalmente depois da Abolição da Escravatura). Eram glebas de terra às quais se atribuíam os nomes genéricos de colônia (ainda no tempo do Império) ou de fazenda (neste século). À medida em que o desenvolvimento acontecia, a comunidade transformava-se em Distrito (de um município maior, próximo) e, posteriormente, conseguia a sua emancipação política.

Ferreira (1996: 240) atesta que o período de 1860-1880 marcou o estabelecimento de 27 colônias agrícolas, assentando imigrantes europeus em terrenos doados pelo governo de D. Pedro II. O atual município de Colombo (a 20 km de Curitiba) foi, inicialmente, a “Colônia Alfredo Chaves”, que recebeu, em 1878, cerca de 160 colonos de nacionalidade italiana. A primeira denominação foi uma homenagem ao Ministro da Agricultura, na época do assentamento; a atual

denominação é uma homenagem ao navegador italiano que descobriu a América.

Os imigrantes eslavos, por sua vez, aportaram em 1896 na então “Colônia Pequena” que hoje é a cidade de Antonio Olinto, preito ao Ministro da Indústria, Viação e Obras, promotor de assentamentos de colonos ucranianos.

Mais recente, na década de 40, o norte do Estado era conhecido como a “Terra da Promissão”, local para onde migraram paulistas, mineiros e nordestinos. A qualidade das terras atraiu pessoas em busca de oportunidades. Diamante do Norte, por exemplo, é de colonização recente; segundo Ferreira (1996: 264), “por volta de 1949, levado pelo impulso de transformar florestas em núcleos de civilização, chegaram à região do atual município de Diamante do Norte, os primeiros povoadores do lugar”. O primeiro nome do povoado foi “Fazenda Macuco”.

O oeste paranaense também é de colonização recente, era “um imenso vazio demográfico” (apesar da presença dos jesuítas no século XVI). Getúlio Vargas propôs a campanha “Marcha para o Oeste” com o intuito de assentar principalmente colonos gaúchos. Palotina (a 654 km de Curitiba) é nome dado em “homenagem aos padres palotinos, que no início da colonização muito contribuíram para a estabilidade social, cultural e religiosa da comunidade” – a primeira denominação do povoado foi Nova Iporã.

A nossa proposta não é apenas relatar a substituição dos nomes de municípios e seus motivos subjacentes. Nos casos mencionados anteriormente, observa-se a substituição de:

- a) antropotopônimo por antropotopônimo – Colônia Alfredo Chaves > Colombo
- b) dimensiotopônimo por antropotopônimo – Colônia Pequena > Antonio Olinto
- c) zootopônimo por litotopônimo – Fazenda Macuco > Diamante do Norte
- d) cronotopônimo por hicrotopônimo – Nova Iporã > Palotina

Os exemplos indicam que não existe uma diretriz única na substituição dos designativos de cidades. O objetivo desta comunicação é agrupar os topônimos paranaenses em conjuntos que considerem o nome original do povoado – qual era a sua taxionomia? O “novo” nome se enquadra na mesma categoria? O que se pode inferir de tal substituição?

Um primeiro conjunto a ser estudado resgata antigos hagiotopônimos. A motivação religiosa é frequente na Toponímia brasileira e é registrada desde o início da colonização. A cidade de São Paulo, por exemplo, deve seu nome à data de sua fundação, a saber 25 de janeiro, dia dedicado ao apóstolo Paulo.

Os nomes de cerca de 50 municípios paranaenses enquadram-se, atualmente, na categoria de hagiotopônimos, dando origem até a uma distinção entre hagiotopônimos autênticos (São João) e hagiotopônimos aparentes (Santa Mônica), de acordo com pesquisa realizada por Lima (1997).

Entretanto, no passado, havia outros municípios que referendavam a fé do povo. A alteração do nome parece indicar uma maior valorização do homem, como vemos em:

- Nossa Senhora da Conceição do Cercado > Almirante Tamandaré, patrono da Marinha;
- Santo Antonio do Iratim > Santa Bárbara > Bituruna, termo usado para designar a nação indígena que habitava a região (Ferreira, 1996: 178);
- Villa Rica del Espiritu Santo > Fênix.

A fundação da cidade remonta a 1580, com a presença de espanhóis e jesuítas; em 1632 a cidade foi sitiada, destruída e incendiada pelo bandeirante paulista Raposo Tavares. A reconstrução da cidade permitiu uma comparação com a ave mitológica que renasce das próprias cinzas.

- Sant'Ana do Iapó > Castro

O nome Castro é uma homenagem feita a Martinho de Mello e Castro, Ministro dos Negócios Ultramarinhos de Portugal, nos anos de 1785 e 1790. A nova denominação prende-se a um fato ocorrido na prisão de Limoeiro, em Portugal. Encontrava-se encarcerado o capitão Manoel Gonçalves Guimarães, enriquecido no contrabando de ouro e dono de extensa área de terras que, ajoelhado, pediu clemência e liberdade a Martinho de Mello e Castro. O prisioneiro informou que morava no Brasil, numa florescente freguesia, na qual não havia justiça e os crimes ficavam impunes, mas... se lhe fosse concedida a liberdade, trataria de elevar a freguesia à categoria de vila e, com o nome do Ministro português, iria melhorar a vida dos que ali moravam. Tal pedido sensibilizou a autoridade que libertou o potentado e este, reconhecido, empenhou-se para que a nova nomeação fosse uma realidade, em 1788.

Observa-se, também, a supressão do item lexical que denota a religiosidade, mantendo-se parte do nome original, como em:

- Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba > Curitiba
- São Sebastião do Guaraci > Guaraci
- Espírito Santo do Pinhal > Laranjinha > Ribeirão do Pinhal

Os poucos exemplos apontados indicam a substituição de um hagiotopônimo por antropotopônimo, etnotopônimo, mitotopônimo, fitotopônimo. Ou seja, não há uma uniformidade quanto ao surgimento de um novo nome. Por isso, parece ser mais significativo destacar-se que há a substituição de um hagiotopônimo: a visão teocêntrica dá lugar ao profano, ao homem, à natureza.

Um segundo grupo de antigos nomes de municípios paranaenses arrola designativos bastante descritivos, como Barreiro do Oeste, numa referência às “dificuldades da região, principalmente à péssima qualidade das estradas que, em tempos de chuva, ficavam completamente intransitáveis” (Ferreira, 1986: 179) – o nome atual, Boa Esperança, provém do otimismo em um futuro melhor e foi escolhido pelos fundadores.

- Arraial Queimado era a denominação devida a um devastador incêndio ocorrido na atual localidade de Bocaiúva do Sul, nome que homenageia Quintino Bocaiúva, senador carioca que foi Ministro das Relações Exteriores.
- Lajeado, em 1925, era uma referência a um lugar às margens do rio Laranjinha, significa “arroio ou regato cujo leito é de rocha”. Em 1943, substituído por Abatiá, termo de origem Tupi que significa “homem de nariz batata” e/ou “grão de milho”.

Cumprido especificar, aqui, que um decreto federal promulgado a 21 de outubro de 1943 estipulava e regulamentava a eliminação dos topônimos homônimos, numa tentativa do governo organizar a Toponímia brasileira e incentivar, na mudança de nomes, a restauração de nomes tupis.

- Feijão Cru foi a primeira designação da localidade de Marilena e traz à baila as dificuldades da época da colonização.

Muitas vezes, o nome do rio (atribuído por topógrafo) se estendia às pequenas povoações que se desenvolviam às margens do rio; posteriormente, a localidade recebia uma nova denominação, como aconteceu com:

- Suruquía > Nova Aliança do Ivaí
- Água do Sabiá > Santa Bárbara > Nova Santa Bárbara
- Água da Aliança > Vila Nova Dantzig > Cambé

A cidade foi fundada por alemães, oriundos do Porto de Dantzig. Na época da 2ª Guerra Mundial, o nome foi substituído por um termo de origem tupi e significa “árvore ou planta de raízes aéreas”.

- Rio do Tigre > Braganey, homenagem prestada ao ex-governador paranaense (ainda vivo), que teve a anteposição de seu nome ao prenome.

Por último, um conjunto formado por apenas três antropotopônimos teve alteração nos designativos de lugar. Curiosamente, dois deles são substituídos por antropotopônimos:

- Eptácio Pessoa (ex-presidente da nação, cujo nome não vingou por motivos políticos advindos do período da Revolução de 30 e depois por já existir uma cidade homônima no interior paulista) > Adrianópolis, homenagem ao pioneiro da indústria de minérios da região, Sr. Adriano Seabra da Fonseca.
- Interventor Manoel Ribas, antigo governador do Paraná (1932-1945) > Munhoz de Mello, presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, nomeado à localidade em novembro de 1955. Ressalte-se que, em julho de 55, Campina Alta sofreu alteração para Manoel Ribas.
- Lovat, de nacionalidade inglesa, foi o fundador da Companhia de Terras Norte do Paraná, pioneiro da colonização > Mandaguari, termo de origem Tupi que designa uma espécie de abelha silvestre.

Concluindo, pode-se dizer que o resgate dos primeiros designativos das comunidades aponta para:

- a) a substituição de hagiopônimos, o que parece ser um resquício do Humanismo;
- b) o uso de termos bastante descritivos do local, registrando muitas vezes as adversidades vividas na época da colonização;
- c) a expansão do emprego dos nomes dos rios às povoações próximas;
- d) a alteração de um antropotônimo, que equivale a retirar a homenagem anteriormente prestada a alguém.

Bibliografia

- FERREIRA, João Carlos Vicente. **O Paraná e seus municípios**. Maringá: Memória Brasileira, 1996.
- LIMA, Ivone Alves de. A motivação religiosa nos topônimos paranaenses. In: **Anais do XLV Grupo de Estudos Lingüísticos de São Paulo**. Campinas: UNICAMP, 1997.

DICIONÁRIO BILÍNGÜE (PORTUGUÊS-FRANCÊS) DOS TERMOS DA LINGÜÍSTICA APLICADA

Introdução

O projeto Dicionário Bilíngüe (Português-Francês) dos termos da Lingüística Aplicada vem sendo desenvolvido por nós e por bolsistas ligados ao PIBIC/CNPq e encontra-se em fase inicial.

Como ainda não temos um corpus completamente formado, nem análises realizadas, resolvemos, por ora, apenas apresentar, nesta publicação, o projeto. No futuro, os resultados da pesquisa serão publicados em periódicos especializados ou em livros.

O glossário tem como público-alvo estudantes de letras, tradutores e professores de línguas estrangeiras.

1 Importância da Pesquisa

A carência de um glossário multilíngüe, de base terminológica, dos termos da Lingüística Aplicada provoca dificuldades para todos os que produzem ou lêem textos acadêmicos em Língua Portuguesa, uma vez que as línguas-bases para a formação dos pesquisadores brasileiros tem sido o Inglês e o Francês, e a fonte teórica mais vigorosa de que nos servimos tem sido alimentada por autores que escrevem livros, artigos e relatórios de pesquisa, em língua inglesa e em língua francesa, principalmente.

Diante disso, resolvemos desenvolver um projeto de pesquisa que tivesse como objetivo produzir um glossário bilíngüe dos termos específicos da Lingüística Aplicada.

A Lingüística Aplicada foi o domínio contemplado como objeto de estudo porque é, hoje, uma área que tem crescido rapidamente. Com o aparecimento de vários novos programas de pós-graduação em Lingüística Aplicada foi criada a ALAB (Associação de Lingüística Aplicada do Brasil). Sucodem-se com frequência os congressos, simpósios e seminários na área. Publicam-se revistas especializadas e anais de eventos acadêmicos, com as contribuições emergentes.

Por ser esta área já bastante importante e com crescimento a passos largos, é natural a incorporação de novos termos para denominar abordagens, novas técnicas, métodos, especialmente a partir do final da década de 80, quando a Lingüística do Discurso, a Retórica, as Teorias Pedagógicas, a Psicologia Cognitiva,

a Sociolingüística, a Psicolingüística e outras vêm tendo lugar de importância nos estudos de linguagem, numa perspectiva essencialmente interdisciplinar e multidisciplinar.

Por todos estes aspectos, é que se torna imprescindível gerar um glossário técnico para fazer acessível a todos os interessados os conhecimentos relativos à Lingüística Aplicada, área importantíssima, quando se coloca em discussão educação, ensino, intercâmbio cultural e circulação de conceitos no mundo.

2 Delimitação do Tema

Dada a extensão do conceito, procuramos delimitar o campo de ação da área, porque se sabe que o conceito em torno do que é verdadeiramente Lingüística Aplicada não é claro e seu campo de ação não é bem definido, até mesmo para os profissionais da área. Por isso, para a pesquisa em questão, conceberemos Lingüística Aplicada como a disciplina que investiga tudo o que diz respeito ao **ensino/aprendizagem de línguas: teorias/abordagens, métodos, planejamento curricular, técnicas, sistemas de avaliação, etc.** Noutras palavras, equivaleremos Lingüística Aplicada ao ensino de línguas, noção mais comum encontrada nas obras especializadas e o que, tradicionalmente, tem-se feito no Brasil e noutros países.

3 Objetivos

3.1 Geral

Produzir um dicionário bilíngüe (Português/Francês) dos termos da Lingüística Aplicada, seguindo a metodologia terminográfica, os fundamentos da Terminologia e as contribuições da Terminótica.

3.2 Específicos

- Descrever sobre os aspectos morfossintáticos e samânticos, os termos da área em questão;
- Caracterizar os gêneros dissertativos acadêmicos, do ponto de vista pragmático;
- Apresentar as variantes terminográficas dos termos da Lingüística Aplicada.

4 Metodologia

Nosso trabalho baseia-se na orientação metodológica da Terminologia temática, que segue as etapas seguintes:

4.1 Levantamento do *Corpus*

No primeiro momento, fizemos o levantamento bibliográfico, com a finalidade de coletar informações sobre o que foi feito no Brasil e outros países, relativamente a estudos e a pesquisas nas áreas da Terminologia e Lexicologia.

Na etapa seguinte, levantamos a produção científica dos programas de pós-graduação em Linguística Aplicada, de 1987 a 1997, objetivando construir a nomenclatura do glossário em Português, a partir dos contextos recortados na literatura produzida.

A literatura para composição do *corpus*, constituiu-se de teses, dissertações, artigos de periódicos e livros, escritos em língua portuguesa, variante brasileira, cujos temas girarão em torno de **ensino/aprendizagem de línguas**, abrangendo teorias, abordagens, métodos, técnicas, sistemas de avaliação, considerando-se as capacidades de leitura, escrita, audição e fala, isso em L.M., L.2, L.E.

Os termos coletados terão equivalentes em Francês. Essas equivalências serão extraídas de dicionários de Linguística, livros, revistas, todos produzidos em língua francesa.

Os programas de pós-graduação que servirão de fontes de informação são: o da PUC/RS, o da PUC/SP e o da UNICAMP, programas considerados de conceito excelente, frente aos critérios de credenciamento da CAPES.

4.2 Do Diagrama do Domínio

Foi elaborado um diagrama de domínios, o qual será assim representado:

LINGÜÍSTICA APLICADA	
Aplicação à Pedagogia do Ensino de Línguas	Outras aplicações
Capacidade de leitura	Abordagens, métodos, sistemas de avaliação, estratégias.
Capacidade de escrita	
Capacidade de fala	
Capacidade de audição	

Serão considerados termos específicos os relacionados ao ensino de línguas e os relativos a estas quatro capacidades.

A árvore do domínio servirá, então, para avaliar à relevância e a pertinência do termo em relação à área considerada.

4.3 Da Macroestrutura

Os verbetes serão distribuídos em campos nocionais, apresentando-se internamente em ordem alfabética. Optamos por tal modalidade por ser o glossário em questão organizado a partir da perspectiva onomasiológica, que fundamenta, em geral, os estudos de caráter terminológico.

Para facilitar a consulta, organizaremos um índice remissivo, em que todos os termos estarão em ordem alfabética, com o indicativo do número da página em que se encontrarão no glossário.

Usaremos programas computacionais adequados para o levantamento dos contextos e tratamento do vocabulário.

Para a organização do glossário utilizaremos uma ficha terminológica, considerando os seguintes campos:

- Unidade terminológica
- Contexto
- Definição
- Domínio/sub-domínio
- Informações enciclopédicas
- Equivalente em Francês
- Sinônimos/Quase sinônimos em Português
- Siglas
- Variantes morfológicas
- Variantes morfossintáticas
- Variantes ortográficas
- Área de aplicação

Concluídas as fichas, organizaremos o glossário, tanto do ponto de vista da microestrutura, quanto do ponto de vista da macroestrutura.

4.4 Da Microestrutura

O glossário, em sua microestrutura, organizar-se-á da seguinte forma:

- Número de entrada
- Termo em Português, com informações gramaticais
- Abreviatura
- Variantes morfológicas/morfossintáticas
- Quase-sinônimos
- Termo equivalente em Francês, com informações gramaticais
- Definição
- Contexto
- Nota
- Remissivas

Trabalharemos com a definição por compreensão, a ideal para estudos terminológicos.

As notas serão elaboradas para fornecer informações adicionais, explicativas e/ou de caráter enciclopédico, que permitam ao usuário a compreensão do fenômeno em causa.

5 Considerações Finais

A pesquisa que ora se inicia pretende ser uma contribuição importante para os que se iniciam nesta área, considerando que não há trabalhos desse gênero que dêem conta dos principais conceitos

veiculados hoje em Linguística Aplicada, domínio que cresce como ciência interdisciplinar.

Na fase em que se encontra a pesquisa, estamos procedendo ao levantamento do corpus e formulando as fichas no programa computacional Access. Essa etapa garantirá uma melhor organização micro e macroestrutural do produto em questão.

SISTEMAS DE VALORES E VISÕES DE MUNDO NOS DICIONÁRIOS TÉCNICO-CIENTÍFICOS BILÍNGÜES E MULTILÍNGÜES

Introdução

Desde há muitos anos, nos interessamos, em nossos estudos e pesquisas, por modelos que procuram dar conta das condições semióticas e semântico-sintáticas da produtividade sistêmica, lexical e discursiva (Pais, 1993: 554-602). Essas investigações nos conduziram a outro importante problema, aqui abordado, o exame de aspectos do processo de produção do conhecimento, articulado ao da produção da significação, enquanto função semiótica (Hjelmslev, 1966: 63-79), ou seja, das relações entre *episteme* - como projeção do homem sobre os 'objetos do mundo', no sentido aristotélico - e *semiose* - entendida como processo de instauração das relações entre o plano do conteúdo e o plano da expressão.

Assim, neste trabalho propusemo-nos a estudar, ainda, aspectos do processo de construção e permanente reconstrução da 'visão de mundo' das comunidades humanas, em abordagem multidisciplinar, fundamentando-se em modelos teóricos formulados pela semântica cognitiva, pela noêmica, pela semântica lexical, em sua forma mais avançada, e considerando, ainda, suas articulações com a sociosemiótica e a semiótica das culturas. Buscamos examinar certas facetas dos mecanismos de produção do 'saber sobre o mundo' e suas relações com a produção de significação, de informação, como também, com a sustentação de sistemas e microsistemas de valores subjacentes aos discursos, em nível profundo e hiper-profundo.

1 A propósito dos 'universais' semióticos e da diversidade cultural

Caracterizam-se os processos semióticos - sistemas e discursos, ou, se preferirmos, competência e desempenho, dialeticamente articulados -, verbais, não-verbais e complexos ou sincréticos, por certos atributos comuns e constantes, decorrentes da natureza do homem, como espécie biológica, e de mecanismos básicos do funcionamento do cérebro humano,

do processamento da informação que lhe é peculiar. Desse ponto de vista, como é evidente, a estrutura, o funcionamento e a produção daqueles processos permitem construir modelos que procuram dar conta do que é semelhante nas diversas comunidades humanas, em função da chamada "natureza humana", como se dizia na Antiguidade.

Assim, por exemplo, todos os processos semióticos são suscetíveis de ser parcialmente explicados por um modelo simples, o da oposição entre eixo paradigmático e eixo sintagmático. Todos os processos semióticos contêm, ainda, no nível da competência, um 'léxico', isto é, universo das unidades memorizadas disponíveis para atualização, e uma 'sintaxe', enquanto conjunto de regras ou de leis combinatórias, para a produção de enunciados constitutivos do discurso e para a produção do próprio discurso. No caso particular das semióticas verbais, por exemplo, todas as línguas naturais conhecidas e seus discursos se assinalam pelo tratamento seqüencial e descontínuo (discreto) da informação, dentre muitos outros aspectos.

Além disso, todas as semióticas-objeto constituem processos de produção de significação, de produção de informação, de produção e sustentação de ideologia, de sistemas de valores. Com eles e através deles se dá a permanente construção e reconstrução de um saber sobre o mundo e da 'visão de mundo', eis que são "instrumentos de pensar o mundo".

Entretanto, se os mecanismos fundamentais da cognição e da *semiose* são os mesmos para o homem, enquanto espécie, os processos e os resultados dessa produção incessante variam extremamente, daí decorrendo a constituição de culturas, de formas de ordenamento social, de processos semióticos diferentes, de memória dessas codificações, donde o desenvolvimento do processo histórico e a tomada de consciência no que tange a esse complexo simbólico. Noutras palavras, temos, como conseqüência, a extraordinária diversidade socio-cultural e lingüística que é o apanágio do homem. De fato, os homens são a única espécie animal do

planeta que desenvolveu, por exemplo, milhares de instrumentos de comunicação distintos, para mencionar apenas as línguas naturais. Quanto a essa questão, convém lembrar a afirmação de Hjelmslev (1966: 79), no sentido de que “não existe formação universal, mas apenas um princípio universal de formação”. É preciso assinalar que *formar*, no sentido hjelmsleviano, significa atribuir, suprimir, criar ou modificar valores.

Nesse sentido, a ‘visão do mundo’ de uma comunidade sociocultural e lingüística, assim como a ideologia, ou, se preferirmos, o sistema de valores de uma cultura acham-se sempre em contínuo processo de (re)formulação, num perpétuo “vir a ser”, no processo histórico da cultura e, paradoxalmente, transmitem aos membros da comunidade o sentimento de estabilidade e de sua continuidade. Desse modo, todos os processos semióticos (sistemas x discursos), numa etapa qualquer de sua existência e funcionamento, são geograficamente delimitados e historicamente determinados.

Parece, pois, pouco produtivo afirmar, como o fazem certas teorias, que somente são pertinentes para as ciências da linguagem e da significação, as características ‘universais’ de tais processos semióticos, ou, ao contrário, sustentar que apenas a diversidade lingüística e sociocultural têm interesse científico. Como é evidente, articulam-se dialeticamente a universalidade de certas estruturas e mecanismos decorrentes da natureza biológica do homem e a riquíssima e extremamente complexa diversidade dos processos semióticos, das culturas e dos modos de ordenamento social que, através dos primeiros, se constroem e permanentemente se reconstroem.

2 Considerações sobre cognição, conceptualização e semiose

Propusemo-nos, pois, a investigar as relações entre o processo de construção e reconstrução do saber, efetuado pelo *sujeito cognitivo*, e o processo de elaboração e reelaboração de um mundo semioticamente construído, pelo *sujeito enunciatador/enunciatário* do discurso. Foram utilizados os modelos da semântica cognitiva, da análise noêmica, da análise sêmica e léxico-semântica, da sociosemiótica. Consideraram-se o percurso gerativo da enunciação de codificação e de decodificação, seus níveis de estruturação e transformações, buscando verificar de que modo neles se inscrevem e se articulam o fazer cognitivo e o fazer discursivo. Em trabalhos anteriores (Pais, 1979a; 1979b; 1982; 1984a; 1984b; 1985; 1988; 1993), examináramos muitos aspectos dos processos de produção da significação e da informação, da construção e permanente reconstrução das visões do mundo, nos sistemas significantes, dos problemas observáveis nas relações que se estabelecem entre os *processos semióticos*, sistemas semióticos e seus discursos, de um lado, e a sociedade e a cultura em que se verificam sua operação e manifestação, de outro. Em função dos avanços da

pesquisa, aqueles modelos anteriormente publicados sofreram reformulações.

Trata-se de um domínio multidisciplinar por definição, de que decorre a exigência de uma cooperação intensa entre ciências, disciplinas e domínios como, por exemplo, a lingüística, a semiótica, a antropologia, a sociologia, a história, a filosofia da linguagem, as lógicas, as ciências da comunicação, as investigações sobre inteligência artificial. Contudo, toda pesquisa inter ou multidisciplinar compreende uma ou duas disciplinas dominantes que definem o ponto de vista de que se parte, para adicionar, em seguida, as contribuições das outras disciplinas envolvidas. Assim, nossos modelos e metamodelos fundamentam-se, essencialmente, na lingüística e na semiótica.

A nosso ver, os sistemas semióticos - verbais, não-verbais e complexos ou sincréticos e seus discursos - são concebidos como processos de produção, simultaneamente, da significação - relações entre um plano do conteúdo e o plano da expressão, funções semióticas e metasemióticas *lato sensu*-, produção da informação do conteúdo - recortes culturais -, produção, transformação e reiteração da ideologia - aqui entendida como sistema de valores - e, por conseguinte, da ‘visão do mundo’. Nesses termos, os sistemas semióticos e seus discursos articulam-se dialeticamente, constituindo as duas instâncias dos *processos semióticos de produção* (Pais, 1979a, 1980; 1982; 1993: 309-328, 404-419). Especialmente delimitados e historicamente determinados, devem ser estudados, em sua estrutura e funcionamento no seio da vida social, enquanto instrumentos de comunicação humanos, dotados de mecanismos de auto-regulagem e auto-alimentação, e também em sua mudança no eixo da história, em suas relações com a sociedade e a cultura, enquanto instituições sociais, culturais e históricas.

3 Do mundo semioticamente construído e do percurso gerativo da enunciação, da coerência e da compatibilidade

Por outro lado, pudemos verificar que diferentes sistemas semióticos e seus discursos em funcionamento numa mesma comunidade lingüística e sociocultural, não obstante a diversidade da natureza de seus códigos e processos de tratamento da informação, produzem e reiteram, de modo geral, recortes culturais *compatíveis*, sistemas de valores e ‘visões do mundo’ *coerentes*. Esse fato é detectável não só nos percursos de transcodificação inter-semiótica, como também nos percursos sintagmáticos concomitantes dos discursos complexos ou sincréticos resultantes do funcionamento combinado (em paralelo) de várias semióticas-objeto ditas ‘simples’, ou seja, nas semióticas-objeto complexas ou sincréticas (Pais, 1979b; 1993:382-403). Nessas condições, diremos que tais sistemas e seus discursos constituem, em conjunto, o que chama-

mos de macrossemiótica de determinada cultura (Pais, 1982; 1993: 420-421).

Esse caráter culturalmente coerente e articulado, no tocante à informação, observado nos processos semióticos de produção, conduziu à necessidade de propor noções operacionais, utilizáveis na metalinguagem científica, de elaborar ou reelaborar certos metamodelos, para tentar explicar não somente os mecanismos que autorizam as transcódificações e, na realidade, impõem a coerência e a compatibilidade mencionadas, no interior de uma macrossemiótica, mas também aqueles que permitem as transcódificações inter-macrossemióticas, de uma a outra cultura.

Dáí decorreram nossos esforços de construção de metamodelos, de reconstrução teórica dos patamares, das etapas dos percursos gerativos da enunciação de codificação e de decodificação, dos correspondentes processos de elaboração, transmissão, armazenagem, recuperação e reelaboração da informação. Esses patamares e esses processos correspondem, por sua vez, teoricamente, a outros tantos níveis de abstração, desde os textos manifestados até as estruturas hiperprofundas, pré e trans-semióticas, em correlação com os diferentes universos semióticos afetados, nos planos do sistema e das normas (Pais, 1985; 1988; 1993: 522-553, 554-602).

Essas reflexões nos conduziram a conceber um percurso gerativo, em sentido amplo, da enunciação de codificação, que vai da percepção biológica - culturalmente filtrada - e da análise da experiência até a sua manifestação em discurso e, inversamente, um percurso gerativo da enunciação de decodificação, que, por sinal, coincide com o processo de reconstrução teórica do lingüista e do semiótico, a partir dos textos manifestados, únicos objetos diretamente observáveis.

O percurso gerativo da enunciação de codificação compreende, como pudemos demonstrar em trabalhos anteriores (Pais, 1985; 1988; 1993: 522-553, 554-602), a percepção, a conceptualização, a semiologização, a semiotização - que inclui a lexemização e a atualização - e, finalmente, a semiose em discurso. Por seu lado, o percurso gerativo da enunciação de decodificação realiza-se em sentido contrário, conduzindo à reconceptualização, à reconstrução, pelo sujeito semiótico, de uma análise da experiência e, conseqüentemente, à realimentação e à auto-regulagem dos processos semióticos de produção (Pais, 1993: 309-328).

4 Do metassistema conceptual e da produtividade discursiva

Dessa maneira, a *compatibilidade* dos recortes culturais, a *coerência* ideológica e a própria *possibilidade* das *transcodificações* exigem postular teoricamente uma instância, imediatamente subsequente à percepção biológica e, portanto, *pré-semiótica* - entendida como etapa logicamente necessária - e *trans-semiótica* - no sentido de sua disponibili-

dade, para ser tratada, em seguida, por qualquer semiótica-objeto: o nível do *metassistema conceptual*, da *conceptualização*, das *estruturas hiperprofundas* (Pais, 1979b; 1985; 1988; 1993: 535-541, 562-598). Nesse nível, são produzidos recortes culturais - destacados do *continuum* dos dados da experiência, como objetos, processos e atributos de objetos ou de processos - e analisados, a seu turno, em traços semânticos conceptuais, os *noemas*, objeto da noêmica (Pottier, 1980a; 1980b; 1991: 9, 13, 16, 60-70, 76). Uma rede de relações se estabelece, pois, entre os recortes culturais - os *designata* do mundo 'referencial' - e os conjuntos de noemas, nebulosas sêmicas ou conjuntos noêmicos que são os *lexes* (Pottier, 1974: 44 e 82), entendidos como *designationes* potenciais ou como matrizes sîgnicas pré-semióticas e trans-semióticas. Esses *lexes* correspondem, de outro ponto de vista, aos *conceptus*, aos 'modelos mentais' de que se ocupa a semântica cognitiva, segundo a proposição de Rastier (1991: 73-114). De maneira geral, a cada *conceptus*, enquanto 'modelo mental', se relacionam um ou vários conceitos, ao nível lingüístico (de uma língua natural), por exemplo.

Entretanto, na passagem do patamar da percepção ao da conceptualização, convém distinguir três estágios de atributos semânticos, as latências (traços dos 'objetos do mundo' *in potentia*), as saliências (traços que se destacam na semiótica natural) e as pregnâncias (escolhas do sujeito enunciador individual e/ou coletivo), assim como as etapas que intervêm entre as latências e as saliências - o "perceber" - e entre as latências e as pregnâncias - "conceber" (Pottier, 1992: 61-69; Pais, 1993: 556-561).

Aqui, parece-nos indispensável formular a hipótese de que todo metassistema conceptual compreende dois níveis e dois tipos de *lexes*. Os processos mentais, na atividade cognitiva do homem, os mecanismos de produção dos recortes culturais, de constituição dos *lexes* e dos 'modelos mentais' que são os *conceptus*, os mecanismos de seleção, de mudança e de fixação dos atributos semânticos, do estabelecimento e da transformação das relações entre tais formações e de sua conversão semiótica (através do percurso gerativo) são próprios ao homem, enquanto espécie biológica e, nesse sentido, universais; nesse primeiro nível, o mais profundo, situam-se certos *lexes* que integram a aptidão semiótica geral do homem - denominadores comuns de todas as culturas e sociedades -, que definem os universais semântico-sintáticos da linguagem e da significação, ou, se preferirmos, proto-*lexes* (universais) que dirigem os processos de construção dos 'modelos mentais', as operações cognitivas. A universalidade dos processos e mecanismos, de ordem mental, assegura a possibilidade de transcódificações entre metassistemas conceptuais distintos e, *ipso facto*, entre semióticas-objeto de culturas e de macrossemióticas diversas (Pais, 1993: 584-598). Em contrapartida, no segundo nível do metassistema conceptual, ainda pertencente às estruturas hiperprofundas mas subordinado

ao primeiro e, portanto, menos profundo, é preciso situar os *lexes* ou *conceptus* construídos, que constituem conjuntos ordenados de noemas bem definidos - o 'léxico-conceptual' -, específicos de uma cultura, característicos desta e disponíveis para todas as semióticas-objeto de uma macrossemiótica, resultantes do *processo histórico da cultura*. Ainda nesse segundo nível, situa-se uma 'sintaxe-semântica' conceptual, encarregada da produção dos *complexos conceptuais*, seqüências sintagmaticamente ordenadas de *lexes/conceptus*, suscetíveis de ser manifestados como enunciados, enquanto análise de determinada experiência, nos textos produzidos por uma semiótica-objeto. Trata-se, pois, de uma construção cultural e histórica, específica de uma macrossemiótica, resultante de seu funcionamento e mudança incessantes, exposta a interferências de outras macrossemióticas (Pais, 1993: 584-598).

Por outro lado, os *metassistemas conceptuais* assim construídos, em seu dinamismo, funcionam, como vimos, enquanto *instância pré-semiótica e trans-semiótica*, capaz de assegurar, por sua vez, a coerência dos recortes culturais e a compatibilidade ideológica intracultural e intra-macrossemiótica, sustentadas pelos processos semióticos, ou seja, pelos sistemas semióticos e seus discursos, no interior desses limites.

Dessa maneira, os *lexes*, ou *conceptus*, enquanto matrizes sígnicas, são disponíveis para o engendramento de funções semióticas e funções metassemióticas (Hjelmslev, 1968: 65-79 e 144-157; Pais, 1979b; 1985; 1993: 384-403, 548), em todos os sistemas semióticos e discursos dependentes de um mesmo metassistema conceptual. O problema da convertibilidade dos *lexes* em funções semióticas e metassemióticas *lato sensu* se propõe, então, nos percursos gerativos próprios a cada processo semiótico.

O *processo discursivo*, como afirmamos muitas vezes, é o *único lugar possível da semiose*, seja da produção da significação e da informação novas, seja da reiteração da significação e da informação preexistentes. Em dado discurso, as funções semióticas e metassemióticas *lato sensu* têm um valor de comunicação exclusivo desse discurso. O discurso lingüístico e o das semióticas não-verbais co-ocorrentes, como a gestualidade, assim como os discursos complexos das semióticas sincréticas determinam tratamentos em paralelo e processos de semiose concomitantes, transcódificações simultâneas, possibilitadas justamente pelo metassistema conceptual subjacente. O resultado dessa produção significativa e informacional realimenta, através do percurso gerativo da enunciação de decodificação, o metassistema conceptual e todas as semióticas-objeto deles dependentes, conduzindo à auto-regulagem e à realimentação. Evidentemente, o mecanismo é muito mais complexo, nos processos discursivos em que se dão transcódificações entre semióticas-objeto pertencentes a diferentes macrossemióticas, dependentes de metassistemas conceptuais distintos. Reconhece-se, assim, a complementaridade obrigatória, por exemplo, dos estudos de semântica cognitiva, de semântica

das línguas, de seus discursos, dos estudos semióticos, sociossemióticos (Pais, 1984a; 1993: 454-456, 495-521) e de semiótica das culturas (Pais, 1993: 603-640).

5 Do léxico e das estruturas conceptuais

Em determinado processo semiótico, as significações - funções semióticas e metassemióticas *lato sensu* e suas combinações - e os recortes culturais produzidos determinam em conjunto, como vimos, a configuração de um mundo semioticamente construído (Pais, 1984b; 1993: 556-561). Contudo, essas funções semióticas só podem existir no interior de uma semiótica-objeto e no âmbito de determinada macrossemiótica; não são transcódificáveis; a informação de conteúdo, ao contrário, fundamentada nos recortes culturais, é *suscetível de transcódificação*, não só de uma semiótica-objeto a outra, como também de determinada macrossemiótica a outra, ainda que haja filtragem e certa perda de informação potencial. Essa foi sempre uma das questões mais árduas das pesquisas semióticas e lingüísticas.

Por outro lado, constitui o léxico uma *espaço semiótico* privilegiado, nos sistemas semióticos que são as línguas naturais. Com efeito, através dele, sobretudo, se realizam a produção, a reiteração, a transformação e a manifestação dos recortes culturais e da correspondente 'visão do mundo'. Uma tensão dialética e um processo de alimentação e realimentação são sustentados entre o léxico e os sistemas e práticas sociais e culturais (Pais, 1979; 1984b; 1993: 373-381, 641-649). Noutros termos, o léxico é um instrumento de produção da cultura e, ao mesmo tempo, seu reflexo.

Ora, as pesquisas lexicológicas, lexicográficas e terminológicas se defrontaram sempre com o problema acima apontado, das relações entre significação - necessariamente intrassemiótica - e informação - suscetível de transcódificação -, questão ainda mais complexa, quando as semióticas-objeto envolvidas pertencem a macrossemióticas distintas (Barbosa, 1989).

Se uma língua natural e seus discursos, assim como os sistemas semióticos não-verbais e sincréticos, pertencentes a uma mesma comunidade lingüística e sociocultural, integrantes da mesma macrossemiótica, produzem e reiteram recortes culturais compatíveis, produzem e reiteram um sistema de valores coerente, como vimos, segue-se que esses recortes culturais, ou 'referentes', são específicos de determinada cultura, de sorte que não é possível encontrar, noutras culturas, elementos que lhes sejam idênticos, no sentido matemático do termo. Fenômeno comparável se verifica nas relações entre dada língua natural e as metalinguagens, as 'línguas de especialidade', a partir daquela construídas, entre uma língua natural e os universos de discurso que lhe correspondem.

Nessa perspectiva, toda transcódificação se efetua como uma busca de informações do conteú-

do que sejam aceitáveis como 'equivalentes', para as quais são engendradas significações - intrasemióticas - na semiótica-objeto receptora, capazes de manifestá-las. Evidentemente, soluções desse tipo são sempre parciais, mais ou menos satisfatórias: não existem 'sinônimos' perfeitos numa língua natural, salvo em casos excepcionais, e é impossível encontrá-los, quando se passa de uma língua a outra. O problema se apresenta com todo o seu peso nos trabalhos de elaboração de dicionários ou vocabulários técnico-científicos e, sobretudo, na produção de obras lexicográficas bilíngües ou multilíngües (Barbosa, 1992).

Além disso, o lingüista e o lexicógrafo são obrigados a levar em conta, rigorosamente, o caráter metalingüístico das lexias utilizadas como metatermos suportes da análise sêmica. É preciso fazer abstração, atentamente, das conotações de tais lexias em língua natural. O sujeito falante-ouvinte comum e o usuário da obra lexicográfica têm a tendência de 'ler' esses metatermos com seu sobressentimento polissêmico e/ou polissemêmico de língua (Pais, 1993: 189-190, 216-220), donde os mais que prováveis 'deslizamentos' (*glissements*) de sentido.

Todas essas reflexões levaram-nos a considerar que os lexes, de um ponto de vista, ou os *conceptus*, de outro, assim como os complexos conceptuais desempenham papel extremamente importante nos processos de produção da significação, da informação, da construção e permanente reconstrução do 'mundo'; asseguram a própria possibilidade de realizar os percursos gerativos da enunciação de codificação e de decodificação, os processos de elaboração, transmissão, armazenagem, recuperação e reelaboração da significação e da informação, a acumulação e a transformação das *designationes* e dos *designata*, o estabelecimento das redes de relações que mantêm, a conservação/mudança de elementos e redes, a possibilidade das *transcodificações intradiscursivas, interdiscursivas, intrasemióticas, intersemióticas, intra-macrossemióticas e inter-macrossemióticas*.

Estamos, pois, convencido de que os elementos do nível conceptual desempenham o papel de um *tertium comparationis* (Pais, 1993: 569-578) entre as funções semióticas e metasemióticas *lato sensu*, entre os recortes culturais, entre os primeiros e as segundas - isto é, entre *designationes* e *designata*, seja no interior de uma semiótica-objeto e seus discursos - na norma de um universo de discurso, ou quando se passa de um universo de discurso a outro -, seja quando se passa de uma semiótica-objeto a outra, seja, ainda, quando da passagem de uma macrossemiótica a outra.

Além do caráter operacional dessas noções, para o lingüista e o semioticista, parece-nos evidente que os lexes, os *conceptus* e os *complexos conceptuais* desempenham, sempre, esse papel de *tertium comparationis*, nos sujeitos semióticos enunciadore/enunciatários, em seus processos de produção semiótica, ainda que disso não sejam conscientes, eis que se trata de mecanismos automatizados.

Por isso entendemos que os lexes, ou *conceptus*, de outro ponto de vista, e os complexos conceptuais constituem, tanto para o lingüista, para o lexicógrafo, para o semioticista, como para os sujeitos falantes-ouvintes de uma língua natural e para os sujeitos semióticos enunciadore/enunciatários, em geral, das semióticas-objeto verbais, não-verbais e sincréticas, *critérios* e *parâmetros* que permitem *avaliar* a qualidade e a quantidade de informação produzida, o instrumento, não só para *estabelecer relações* entre as unidades do léxico das línguas naturais e as unidades das metalinguagens construídas a partir daquelas, as funções semióticas e metasemióticas *lato sensu* e os recortes culturais (os 'referentes') que são encarregadas de representar, ou, noutras palavras, as *designationes* e os *designata* que lhes correspondem ou podem lhes corresponder, mas também, para *julgar* essas relações; constituem, enfim, o instrumento para *apreciar* as equivalências propostas e a precisão relativa das transcodificações.

Além disso, essas noções revelam-se operacionais, na medida em que autorizam tanto o lingüista como o semioticista a construir uma metalinguagem científica mais rigorosa, que pode ajudá-los a formalizar feixes de relações tão complexas.

6 Ainda a propósito dos 'universais' e dos 'protótipos'

De outro ponto de vista, que nos parece complementar ao acima exposto, é conveniente distinguir, como propõe Pottier, os conceitos gerais ou 'conceitos' que recobrem os seres e as coisas do mundo (percepções discretas do mundo, assim como as propriedades e as atividades que formam a experiência comum aos seres humanos) dos conceitos universais, entendidos como as representações relacionais, abstratas de experiência, ou seja, uma espécie de universo de formas comuns a todas as línguas (Pottier, 1992: 70-78).

Assim, as noções relativas ao primeiro subnível constituem elementos indispensáveis, para a construção de teorias lingüísticas e semióticas gerais mais completas e coerentes. Os elementos que compõem o segundo subnível são os que, no interior de determinada cultura e sua macrossemiótica, achando-se disponíveis para todas as semióticas-objeto e seus discursos nela inseridos, garantem, como vimos, a compatibilidade dos recortes culturais e a coerência ideológica, intra e intersemióticas, intra e interdiscursivas.

Além disso, parece-nos importante diferenciar o *lexe construído* e o *conceptus*, 'modelo mental' do *modelo prototípico* (Pottier, 1992: 63-66; Dubois, 1991). Este representa, segundo Pottier, um "compromisso entre o muito geral e o muito específico", ou seja, aproximadamente, a "idéia banal da coisa", a nosso ver, uma redução do lexe ou do *conceptus* a certo número de atributos constantes e facilmente reconhecíveis, uma espécie de 'núcleo sêmico' *conceptual*, ou seja, um subconjunto de semas conceptuais do lexe

- subconjunto noêmico -, composto de traços constantes que configuram algo como uma norma semântica e sociocultural, que assegura as condições de *previsibilidade semântica* (Pais, 1993: 178-185). O lexe ou o *conceptus*, ao contrário, enquanto conjunto noêmico e matriz sígnica é, por definição, largamente polissêmico; compreende todos os traços semânticos já atualizados num discurso de uma semiótica-objeto qualquer pertencente à macrossemiótica em causa e, ainda, os traços latentes mas que podem ser introduzidos, a qualquer momento, num percurso gerativo da enunciação de codificação. Como é evidente, existe uma relação direta entre o modelo prototípico e o lexe e/ou *conceptus* que lhe correspondem.

Verificamos, pois, que o poder-fazer-saber do *sujeito cognitivo* só pode realizar-se através de um poder-saber-fazer do *sujeito enunciator-enunciatário* do discurso, que, manifestando-se, conduz à realimentação e à regulação do metassistema conceptual e dos processos semióticos dele dependentes. *O sujeito cognitivo e o sujeito semiótico produzem um*

saber sobre o 'mundo' e sobre si mesmos e são simultaneamente produzidos num processo em que são determinantes a racionalidade, a sensibilidade, a intuição, a afetividade e a historicidade.

7 Classes noemáticas e redes léxico-semântico-conceptuais

Como pudemos observar, acima, é necessário opor, de um lado, os noemas e conjuntos noêmicos 'universais', integrantes dos mecanismos de operação do cérebro humano, ou seja, biologicamente determinados, daqueles que resultam das *escolhas*, das *pregnâncias*, realizadas no interior de uma comunidade lingüística e sociocultural, ao longo do processo histórico da cultura. Distinguem-se, pois, a nosso ver, duas classes de noemas, os noemas de classe A, que são universais semânticos hiperprofundos, que presidem aos mecanismos básicos da cognição, e os noemas de classe B, atributos semânticos conceptuais-culturais. Esquemáticamente, temos:

Classes de Noemas	Caracterização semântico-conceptual	Natureza
Noemas A	Universais semânticos hiperprofundos	mecanismos básicos da cognição
Noemas B	Atributos semânticos conceptuais-culturais	pregnâncias

Figura 1: Classes noemáticas

Além disso, os complexos conceptuais, enquanto combinatórias de lexes/*conceptus* e, ao mesmo tempo, 'matrizes' de enunciados suscetíveis de manifestação nos discursos de diferentes semióticas-objeto, distinguem-se por dois tipos de relações básicas de *atribuição*, em esquemas conceptuais que determinam relações entre um *suporte* - informação pressuposta conhecida do enunciator e do enunciatário e condição da comunicação - ao qual um *aporte atribui* informação nova, dotada de valor de comunicação. Trata-se de duas relações de atribuição, a *atribuição de atributos* - que compreende, por sua vez, relações de

equivalência, de inclusão, de pertinência - e a *atribuição de processo*. Estas se convertem, a seu turno, em esquemas de entendimento, ditos respectivamente mono-actancial e bi-actancial (Pottier, 1974:41-57; Pais, 1993: 244-275). Não examinaremos aqui, por escapar ao nosso propósito, no presente trabalho, os diferentes subtipos dessas duas formulações básicas. Limitamo-nos a apresentar, de maneira sumária, nossa formalização dos complexos conceptuais, apontando dois exemplos dos decorrentes esquemas de entendimento. Temos, pois:

Complexo conceptual	Atributivos de atributo	$A \cong / \supset / \subset / \in \dots B$
Esquema de entendimento		$\bigcirc \leftarrow \square$
Complexo conceptual	Atributivos de processos	$A \langle \text{CAUS} \rangle B: \alpha \rightarrow \beta, A \cong / \neq B$
Esquema de entendimento		$\bigcirc \rightarrow \square \rightarrow \bigcirc$

Figura 2: Complexos conceptuais e esquemas de entendimento

Parece-nos necessário acrescentar, por outro lado, que a *denominação*, se entendida como a relação que se estabelece entre o *conceptus*, 'modelo' mental, unidade do metassistema conceptual, e as funções semióticas e/ou metassemióticas *lato sensu*, ou, noutros termos, as unidades do 'léxico' de determinada semiótica-objeto, permitem examinar, com maior rigor, as relações de significação. No caso das línguas naturais e seus discursos, torna-se possível analisar, descrever e explicar, de maneira mais precisa, não só as relações de significação, intrassemióticas, como também as relações léxico-semântico conceptuais, a nosso ver de grande interesse para semanticistas, lexicólogos, lexicógrafos e terminólogos (Barbosa, 1998).

A título de ilustração, consideramos aqui, apenas, a parassinonímia, caracterizada como a relação entre *um conceptus* e duas ou mais unidades lexicais, cujos sememas lingüísticos, apresentam uma intersecção; a co-hiponímia, definida como relação entre *dois conceptus* e duas unidades lexicais, cujos sememas lingüísticos têm uma intersecção; a hiperonímia/hiponímia, em que dois *conceptus*, em relação de inclusão, ligam-se a duas unidades lexicais, cujos sememas estão em relação de inclusão inversa, na medida em que o *conceptus* includente define um *topos* semântico mais amplo, enquanto o semema lingüístico relativo ao *conceptus* incluído tem, como é evidente, semema lingüístico mais específico. Esquemáticamente, temos:

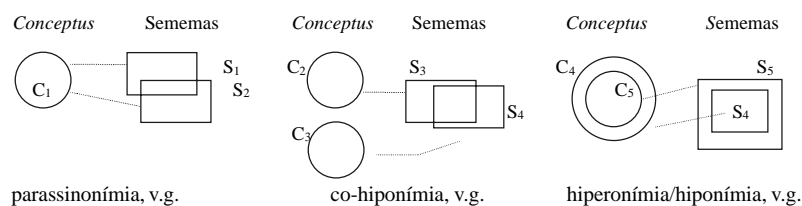


Figura 3: Relações léxico-semântico-conceituais

8 Conceptualização e semiose no âmbito do percurso gerativo da enunciação

Como pudemos verificar acima, o processo de produção do conhecimento, articulado ao da produção da significação, como função semiótica, ou seja, das relações entre *episteme*, como projeção do homem sobre os 'objetos do mundo', na concepção aristotélica, como construção do 'saber sobre o mundo', e *semiose*, enquanto produção da significação, ou seja, das *designations* que manifestam os *designata*, recortes culturais, nas diferentes semióticas-objeto, verbais, não-verbais e sincréticas, podem ser mais satisfatoriamente explicados, quando examinados no âmbito do percurso gerativo da enunciação, numa concepção mais ampla.

Desse modo, nosso modelo de percurso gerativo da enunciação de codificação e de decodificação, compreende, vale lembrar, os patamares da percepção, da conceptualização, da semiologização, da lexemização, da atualização, da semiose, quanto ao *fazer persuasivo*, os do reconhecimento da semiótica-objeto, da re-semiotização, da ressemiologização e da reconceptualização, quanto ao *fazer interpretativo*; e as transformações que entre eles se realizam (Pais, 1993a; 1993b; 1994; 1995; 1996; 1997).

Tornou-se necessário examinar as unidades correspondentes a cada patamar do percurso e suas relações: a questão das *latências*, *saliências*, *pregnâncias*; a construção do protótipo e do *conceptus*, 'modelo mental', sua relação com o recorte cultural, na *conceptualização*; a relação de *denominação*, entre 'modelo mental', do metassistema conceptual, e unidade 'lexical', de sistema e normas discursivas; a relação de *designação*, entre unidade 'lexical' e recorte cultural; a *referência*, relação entre funções semióticas intra-sígnicas manifestadas e recortes culturais, 'objetos do mundo', tomados no texto. Com o auxílio da noêmica, da semântica cognitiva, da semântica lexical e da semiótica, formalizaram-se complexas redes de relações semântico-conceituais, léxico-semânticas, semântico-sintáticas, referenciais, pragmáticas.

Obtivemos, então, um modelo teórico que procura dar conta da produtividade sistêmica e discursiva, da produção, reiteração, transformação dos recortes e das significações que os manifestam em discurso, da modificação da competência, decorrente da produtividade discursiva, ao longo do processo histórico, numa dinâmica configuradora de processo semiótico. Explica-se, dessa maneira, o processo de produção do discurso, a partir do sistema - a competência auto-

riza o desempenho -, a produção, reiteração, transformação dos recortes e das significações que os manifestam em discurso, a produção de novo estágio do sistema, ou, a modificação da competência, decorrente da produtividade discursiva, ao longo do processo histórico da sociedade envolvida, em seu todo, como em cada um de seus membros, numa relação dialética.

Essa produção, reiniciada e reiterada em cada enunciação, conduz à (re)constituição de um metassistema conceptual - 'léxico' e 'sintaxe' -, disponível para atualização em qualquer semiótica-objeto de determinada comunidade, caracterizando-se como uma pancronia (funcionamento e mudança). Articulam-se dialeticamente *conceptus* e recortes culturais, ou *designata*, que funcionam como '*referentes*', como '*objetos do mundo*' *semioticamente construídos* da cultura e da sociedade envolvidas.

Importa, a nosso ver, retomar, de forma mais minuciosa, alguns aspectos das relações entre o *fazer do sujeito da cognição* e o *fazer do sujeito da semiose*. De fato, o processo de produção do conhecimento, articulado ao da produção da significação, como função semiótica, ou seja, das relações entre *episteme*, como projeção do homem sobre os 'objetos do mundo', em suma, do 'saber sobre o mundo', e o processo da *semiose* dita infinita, enquanto produção das *designations* que manifestam os *designata*, podem ser mais satisfatoriamente explicados, como já tivemos ocasião de assinalar, quando examinados ao longo do percurso gerativo da enunciação. Para a sua formalização, utilizamos modelos da lógica formal, da lógica matemática, das lógicas dialéticas e das lógicas modais.

Desenvolve-se o *fazer persuasivo* do sujeito enunciadador do discurso, em cada processo discursivo, como vimos acima, através dos patamares da percepção, da conceptualização, da semiologização, da lexemização, da atualização, da semiose.

Verifica-se que, na enunciação de codificação e a partir da percepção biológica - culturalmente filtrada em função dos comportamentos e condicionamentos adquiridos, ou, noutros termos, do 'aprendizado' de uma comunidade - dos dados da experiência, desencadeia-se no patamar da conceptualização, a produção de modelos mentais - *conceptus* - e recortes culturais - *designata* -, que leva em conta a prévia detecção e escolha de atributos semânticos conceptuais, nos diferentes graus da latência, da saliência e da pregnância (Pottier, 1992: 72) dos 'objetos', dos processos e atributos da semiótica natural.

Essa produção, sempre reiniciada e reiterada em cada enunciação, conduz, por geração, acumulação e

transformação, à construção de um 'léxico' conceptual - protótipos (Dubois, 1990: 29-100) e *conceptus* (Rastier, 1991: 73-114) - e de uma 'sintaxe' conceptual, ou, noutras palavras, de um metassistema conceptual disponível para atualização em qualquer semiótica-objeto de determinada cultura e sociedade, caracterizando-se como uma pancronia no sentido amplo (funcionamento e mudança).

Entendem-se as latências como os atributos semânticos possíveis dos 'objetos' e 'processos' da semiótica natural; as saliências, como os atributos que se destacam, na estrutura, funcionamento e hierarquia dos 'fatos naturais'. As pregnâncias, por sua vez, constituem o resultado da atividade do homem, das escolhas que faz nas diferentes maneiras de apreensão daqueles 'fatos'.

Nessa perspectiva, o protótipo deve ser considerado como núcleo noêmico, ou núcleo sêmico conceptual. A ele podem corresponder um ou vários *conceptus* que o contêm, numa relação de inclusão. O *conceptus*, ou 'modelo mental', constitui, assim, um conjunto noêmico expandido, conjunto sêmico conceptual, resultante de uma *escolha* do sujeito individual e/ou coletivo. Articulam-se dialeticamente os *conceptus* e os recortes culturais, ou *designata*, que funcionam como 'referentes' ou, mais precisamente, como 'objetos do mundo' semioticamente construído de uma cultura e sociedade.

Dessa forma, comporta-se o metassistema conceptual como sistema de matrizes noêmicas - dialeticamente articuladas aos recortes culturais, como vimos - da produção de funções semióticas e metassemióticas *lato sensu*. Assim, a produção, acumulação e transformação do saber sobre o 'mundo' somente ocorrem no processo de enunciação do discurso, concomitante e indissociavelmente da produção, armazenagem, e recuperação, durante o percurso gerativo, da significação e da informação semioticamente construída.

Esse percurso sustenta-se, pois, dentre outros aspectos, num *contrato de cooperação* entre sujeito enunciador - sujeito da enunciação de codificação - e sujeito enunciatário - sujeito da enunciação de codificação -, sem o qual não são viáveis a produção

cognitiva e a produção de significação, concomitantes e articuladas.

Segue-se à conceptualização, já examinada, a semiologização, enquanto processo de conversão dos atributos dos conjuntos noêmicos em atributos semânticos pré-semióticos, trans-semióticos, e de (re)ordenamento dos campos semânticos, os *τοποι*.

A semiotização configura-se como outro nível que depende da *escolha* - consciente ou não - da semiótica-objeto - verbal (uma língua natural), não-verbal ou sincrética -, inserida na *macrosemiótica* de uma cultura (Pais, 1982).

Compreende a semiotização o nível da lexemiização, entendida, por sua vez, como processo de conversão dos *conceptus*, das matrizes noêmicas, em funções semióticas (grandezas signos) de uma semiótica-objeto e/ou em funções metassemióticas dessas grandezas, ou seja, da geração e/ou transformação de *designationes*, relacionadas a determinação *conceptus* e seu correspondente *designatum*.

Nas línguas naturais e seus discurso, por exemplo, importa distinguir, na etapa da atualização, o nível do sistema e o das normas. No sistema, caracterizam-se as unidades lexicais, enquanto *designationes*, por um *semema polissêmico*, denominado *sobressemema*. Sofre esse semema uma *restrição sêmica*, quando de sua inserção numa norma, no plano diatópico e/ou diastrático e, sobretudo, num universo de discurso. Desse modo, a um sobressemema, ao nível do sistema, correspondem vários *sememas* específicos, caracterizadores de *normas discursivas*.

A combinatória particular das unidades no enunciado de determinado discurso manifestado, em função das relações *intratextuais*, *intertextuais*, *intradiscursivas*, *interdiscursivas*, conduz, dialeticamente a uma ampliação do *epissistema* dessas unidades, nesse discurso, de que resulta o processo da semiose, do ponto de vista do sujeito enunciador, com a produção de significação e informação novas, específicas do discurso em causa e dotadas de valor de comunicação. Verifica-se, na verdade, que as mesmas relações entre sistema, normas e discurso manifestado ocorrem nas semióticas não-verbais e sincréticas, *mutatis mutandis*. Esquemáticamente, temos:

Modelo sumário de percurso gerativo da enunciação de codificação

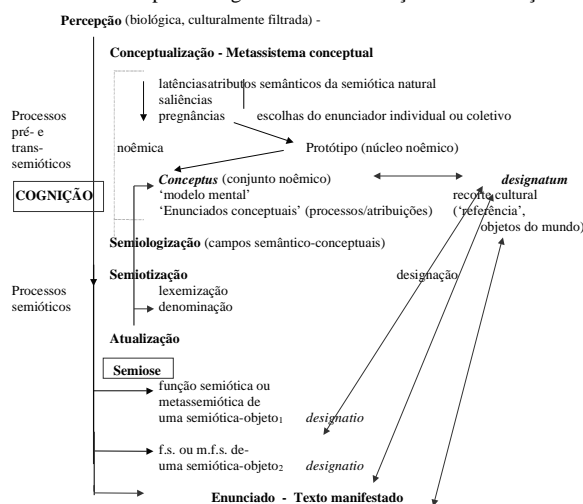


Figura 4: Percurso gerativo da enunciação de codificação

Em síntese, cumpre distinguir diferentes relações. A *conceptualização* estabelece o percurso entre a percepção e a construção do ‘modelo mental’, *conceptus*, dialeticamente articulado a um recorte cultural; a *denominação* configura a etapa pela qual um *conceptus* é lexemizado, ou, se preferirmos, é convertido em ‘lexema’ de determinada semiótica-objeto, estabelecendo-se a relação *conceptus-denominação*; a designação define a relação entre a função semiótica e/ou metassemiótica *lato sensu* e o *designatum*, o recorte cultural, a *referência* qualifica-se como relação de implicação entre o *significado* (excepcionalmente, também., o *significante*, na ‘função poética’) *construído no texto* e o *mundo semioticamente construído*, que, para os sujeitos enunciator-enunciatário, naquele universo de discurs-

so, equivale à uma ‘visão de mundo’, apoiada na rede de *designata*, de recortes culturais.

Ao fazer do sujeito enunciator correspondem, no *fazer interpretativo* do sujeito enunciatário, como vimos, os patamares da percepção do objeto semiótico concreto, da reatualização ou do reconhecimento (da semiótica -objeto e dos elementos manifestados), da re-semiotização, da ressemilogização, da reconceptualização, conducentes à realimentação e a auto-regulagem do metassistema conceptual.

De maneira sumária, pois, podemos considerar em conjunto o fazer persuasivo do sujeito enunciator e o fazer interpretativo do sujeito enunciatário, inseridos e articulados no percurso gerativo da enunciação, de acordo com o seguinte esquema:

Do percurso gerativo da enunciação de codificação e de decodificação

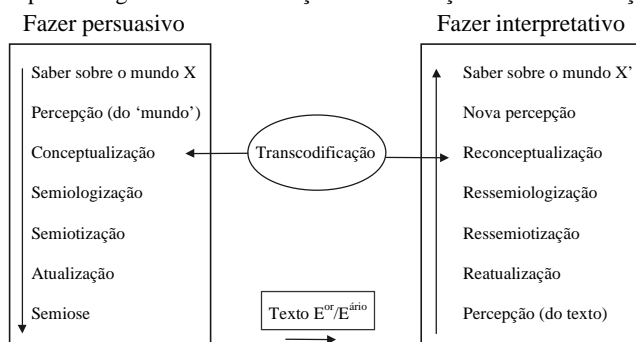


Figura 5: Percurso gerativo da enunciação enunciator-enunciatário

Nessas condições, acreditamos que seria útil tornar mais claras ou, ao menos, mais explícitas, as relações que se estabelecem entre o percurso gerativo transfrástico proposto por Greimas, e o percurso gerativo frástico, proposto anteriormente por Pottier. Para tanto, buscamos articular os dois modelos, inserindo-os no modelo de percurso gerativo de enunciação de codificação e de decodificação que elaboramos

e do qual fizemos uma sumária apresentação acima. Simultaneamente, fizemos *um ensaio de homologação* das estruturas e patamares semióticos *stricto sensu* e semântico-sintáxicos (Pais, 1985). Assim procedemos, para alcançar, para nós mesmos, uma melhor compreensão das condições de produtividade sistêmica, lexical e discursiva (Pais, 1993: 522-553). De maneira sumaríssima e esquematicamente temos:

Ensaio de homologação dos modelos de percurso gerativo de Greimas e Pottier e sua inserção no modelo de percurso gerativo de Pais.

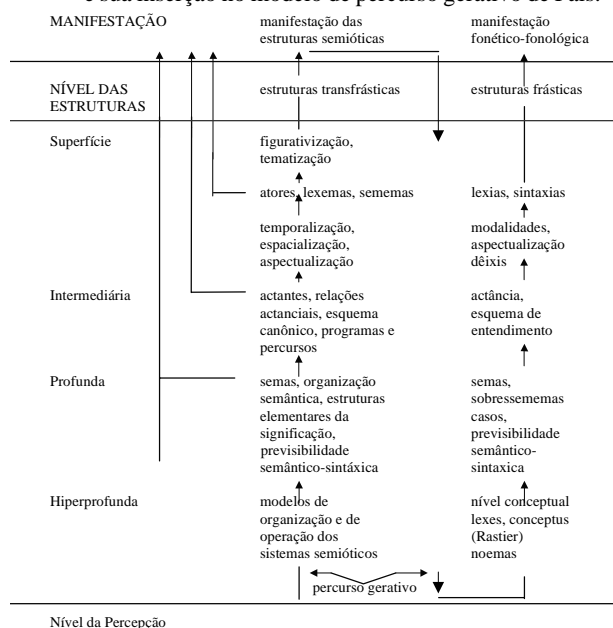


Figura 6: Percurso gerativo frástico e transfrástico

9 Racionalidade, sensibilidade, afetividade, historicidade

As relações entre *designationes* e *designata*, de um lado, e entre o plano do conteúdo e o plano da expressão, de outro, constituem questões das mais complexas, no âmbito dos estudos da filosofia da linguagem, da lingüística e da semiótica, discutidas desde o período greco-romano até os dias de hoje. Na Antigüidade, Platão (1969), por exemplo, narra no diálogo *Crátilo*, a discussão de Sócrates sobre a natureza do signo, retomada, logo depois, por Aristóteles (1973). Tratava-se, então, de duas teses, a de que o signo e sua relação com os ‘objetos do mundo’ resultam de um consenso social, de uma convenção (θεσει), ou da ‘natureza das coisas’ (jusei). A discussão prossegue entre os filósofos da Idade Média e da Renascença (que nos abtemos de citar, por falta de espaço) e alcança o século XX. Saussure (1964) sustenta, em 1911, que as relações entre significante e significado e do signo com o ‘referente’ são arbitrárias, de modo geral. Benveniste (1966), posteriormente defenderia a proposição de que o signo é motivado.

De maneira sucinta, os defensores da tese da motivação do signo lingüístico apontam, por exemplo, os casos das onomatopéias, das palavras impressivas, da harmonia imitativa e da harmonia sugestiva (Grammont, 1963). Contra-argumentam os que sustentam a posição contrária, da arbitrariedade do signo, que, mesmo nesses casos, tem-se sempre uma

interpretação lingüística, dentro das possibilidades do sistema fonético-fonológico de cada língua. Acrescentam os primeiros que, além da motivação fonética *stricto sensu*, existem no universo léxico das línguas naturais motivações léxicas e morfo-semântico-sintáticas. A discussão parece inexaurível.

Fundamentando-nos na teoria semiótica mais avançada, formulamos um pequeno modelo que, a nosso ver, permite explicar alguns dos aspectos desse relevante tema. Pensamos que *arbitrariedade* e *motivação* devem ser entendidas como duas forças, ou duas tendências contrárias, dialeticamente articuladas. Nesses termos, a *significação*, enquanto função semiótica, ou relação de dependência entre o plano do conteúdo e o plano da expressão, sustenta-se, na tensão dialética entre aqueles dois termos; *~arbitrariedade* e *~motivação* constituem os correspondentes termos contraditórios. Obtém-se, assim, a formalização dessas relações e das que delas decorrem, num octógono semiótico dialético. Teremos, pois, quatro metatermos complexos. A *significação*, resulta, como vimos, da combinação *arbitrariedade* x *motivação*, numa perspectiva pancrônica em sentido amplo (funcionamento e mundança); *arbitrariedade* x *~motivação* definem o metatermo *racionalidade*, numa perspectiva rigidamente sincrônica; a combinação *motivação* x *~arbitrariedade* determina o metatermo *historicidade*, na perspectiva diacrônica; *~motivação* x *~arbitrariedade* definem o termo neutro (fora do sistema da significação). Esquemáticamente, temos:

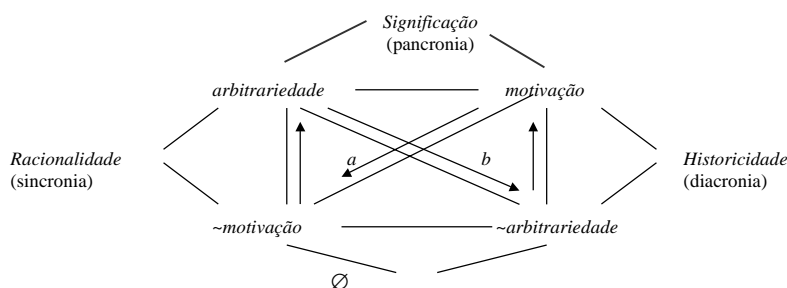


Figura 7: Racionalidade e historicidade

Nessas condições, observa-se que *b* é o percurso dialético da *neologia*, enquanto *a* equivale ao percurso dialético da *desneologização*.

Complementarmente, parece-nos lícito conceber a *significação*, enquanto função semiótica, como uma tensão dialética entre os termos *conteúdo* e *expressão*. A esses metatermos correspondem os metatermos contraditórios *~conteúdo*

e *~expressão*. A combinação *conteúdo* x *~motivação* define o metatermo complexo do *plano semiológico-conceptual* (o conceito e o *conceptus*); a combinação *expressão* x *~conteúdo* determina o metatermo do *plano do sensível*; *~expressão* x *~conteúdo* definem o termo neutro. Tais relações podem ser formalizadas no octógono dialético:

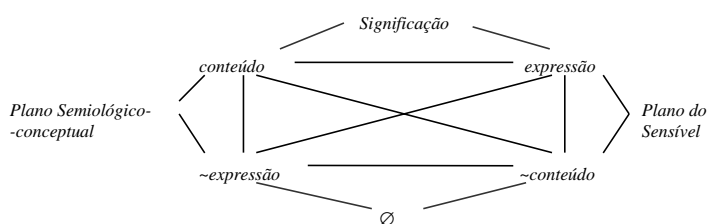


Figura 8: Sensibilidade, Racionalidade

10 Sujeito, conceptualização, significação, informação, designação

Convém lembrar que os dados da experiência constituem informação potencial, suscetível de ser transformada em informação utilizável pela intermediação dos processos semióticos. Essa transformação exige, como vimos, a produção de recortes culturais, ou seja, de 'objetos', de processos que se verificam entre aqueles e de atributos de 'objetos' e processos, ou, noutras palavras, a produção de 'referentes', enquanto elementos de um universo cultural, dialeticamente articulada ao processo da conceptualização, acima examinado e da correspondente produção de 'modelos mentais', os *conceptus*. Parece-nos legítimo, pois, considerar que uma tensão dialética se sustenta entre o sistema cultural e o metassistema conceptual, que define a informação de conteúdo dos processos semióticos envolvidos.

Por outro lado, a produção de informação é indissociável, como sabemos, da produção de significação. Logo, as informações utilizáveis o são, na medida em que assumem o estatuto de *designata*, em relação às funções semióticas e metassemióticas, caracterizadas, por sua vez, como *designationes*. Assim, a nosso ver, outra tensão dialética se sustenta, a tensão *designatio/designatum*, a que chamamos a designação.

Quanto à significação, entendida como função semiótica, ou seja, uma relação de dependência entre um plano do conteúdo e um plano da expressão, resultante da semiose, define-se, no âmbito de determinado processo semiótico, como uma tensão significante/significado.

Nessas condições, a *informação* pode ser produzida como *intersemiótica* - no caso dos processos semióticos sincréticos, ou *tornar-se intersemiótica*, como resultado de transcodações sucessivas, ao passo que a *significação* é, por definição, *intrasemiótica*.

Encontramo-nos, assim, diante de processos semióticos construídos e operantes em dada comunidade lingüística e sociocultural, encarregadas, a seu

turno, da construção e da permanente reconstrução de uma visão de mundo, ou, se preferirmos, de um mundo semioticamente construído, de sorte que outra tensão dialética é sustentada, a tensão processo semiótico/mundo construído.

Ora, como já tivemos ocasião de assinalar muitas vezes, a produção de informação e de significação, a produção e reiteração dos sistemas de valores só podem efetuar-se em discurso, na produtividade discursiva.

Por conseguinte, se desejamos elaborar modelos que permitam uma melhor compreensão desse complexo processo de produção, temos de levar em conta, necessariamente, o sujeito do discurso, ou, mais precisamente, o sujeito da enunciação, tanto o sujeito da enunciação de codificação, como o da enunciação de decodificação, no âmbito do percurso gerativo da enunciação.

Dessa maneira, é o sujeito do discurso - individual ou coletivo - que opera os processos semióticos, produz e reitera informação e significação, em seus discursos, segundo a tensão consenso/especificidade. O mundo semioticamente construído é reiterado e reconstruído incessantemente.

Entretanto, o sujeito do discurso é, ele mesmo, um elemento desse mundo construído: neste integra todos os dados da experiência e, portanto, inscreve-se ele próprio nas redes do universo cultural, do metassistema conceptual e dos universos semióticos construídos, no âmbito da macrossemiótica em questão.

Além disso, enquanto enunciador-enunciatário o sujeito produz seus discursos e é, ao mesmo tempo, produzido por seus discursos. Daí resulta uma tensão sujeito/processo semiótico. Por outro lado, como já pudemos observar, uma tensão dialética se sustenta entre processos semióticos e mundo construído. Desse modo, pela intermediação dos processos semióticos e seus discursos, sustenta-se, finalmente, uma tensão dialética sujeito semiótico/mundo construído (Pais, 1993: 579-584).

Esquemáticamente, temos:

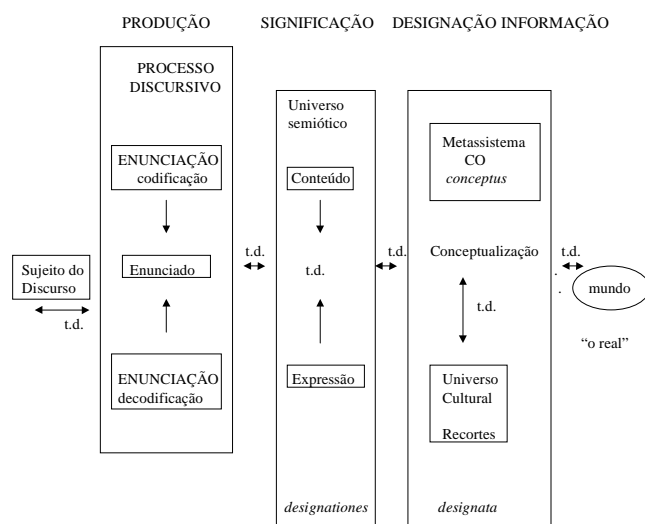


Figura 9: Sujeito, conceptualização, significação, informação, designação

Saber e significação articulam-se, pois, no processo de produção discursiva, e revelam, ao mesmo tempo, as escolhas, ou seja, a fixação dos critérios e da pertinência, que determinam e refletem o sistema de valores de uma comunidade. A reiteração da produção discursiva e a subsequente realimentação e autorregulação do metassistema conceptual e das semióticas dele dependentes, no âmbito de uma macrosemiótica, configuram o processo de produção, acumulação e transformação do saber, assim como da significação e da informação (recortes culturais) que o sustentam, ao longo do processo histórico de uma cultura.

11 Dicionários técnico-científicos bilíngües e multilíngües: visões de mundo, sistemas de valores e cooperação técnico-científica internacional

Desse modo, a produção (e transformação) do saber sobre o 'mundo' só é viável no processo de enunciação do discurso, articuladamente à produção, armazenagem, e recuperação da significação e da informação semioticamente construídas, num percurso sustentado em contrato de cooperação entre enunciador e enunciatário.

Nesse sentido, a 'visão do mundo' de uma comunidade lingüística e sociocultural, assim como a ideologia, a axiologia e o sistema de valores de uma cultura acham-se sempre em incessante (re)formulação, num perpétuo "vir a ser", no processo histórico da cultura, transmitindo, simultaneamente, aos membros da comunidade o sentimento de sua permanência e continuidade: processos semióticos e mundos semioticamente construídos são espacialmente delimitados e historicamente determinados.

Assim, examinaram-se alguns aspectos do estatuto lingüístico, pragmático, semiótico e sociocultural dos dicionários terminológicos bilíngües e multilíngües. Foram considerados modelos teóricos concernentes aos diferentes patamares do percurso gerativo da enunciação e às relações que se estabelecem entre as unidades correspondentes a cada nível, como a relação entre *conceptus*, 'modelo mental' e recorte cultural, ou *conceptualização*; a relação de *denominação*, entre 'modelo mental', do metassistema conceptual, e unidade lexical, do sistema e das normas lingüísticas; a relação de *designação*, entre a unidade lexical/terminológica e o recorte cultural; a *referência*, entre a função semiótica intrasígnica e os 'objetos do mundo', *ousía*, na expressão de Aristóteles.

Formalizaram-se, assim, complexas redes de relações semântico-conceptuais, léxico-semânticas, semântico-sintáticas e referenciais, inclusive do ponto de vista pragmático. Foi possível chegar a uma explicação satisfatória dos processos segundo os quais os dicionários terminológicos realizam uma reelaboração do mundo semioticamente construído e, simultaneamente, uma reconstituição do saber, no

âmbito de uma especialidade técnica ou científica, configurando-se, pois, a um tempo, como universo de discurso terminológico e *simulacro* do universo de discurso que é objeto do dicionário em questão.

Verificou-se, notadamente, que o sistema de remissivas, quando bem elaborado, constitui uma rede paradigmática que permite reconstituir a teoria científica e/ou tecnológica que toma por objeto, no plano semântico-conceptual, como também no plano das relações lingüístico-socioculturais, apontando ao usuário caminhos de acesso ao saber.

Além disso, observou-se que o dicionário terminológico, enquanto simulacro, sustenta os microsistemas de valores relativos ao universo semiótico da especialidade em causa e, também, como é evidente, microsistemas de valores da língua em que se manifesta.

12 Conclusão

Nessas condições, constatou-se que dicionários terminológicos bilíngües e multilíngües revelam extraordinária complexidade, quanto aos sistemas de valores e às visões de mundo sustentadas, das várias línguas e culturas envolvidas. Determinaram-se, com o apoio dos modelos e da metodologia apontadas, diferentes relações de articulação e de confronto, de dominação, dependência e submissão lingüístico-culturais, de conflito entre identidades e diversidade culturais, dentre outros aspectos, com sérias conseqüências, para o rigor e a eficácia dessas obras, enquanto instrumentos importantes de auxílio à comunicação entre especialistas e à cooperação técnico-científica internacional.

Bibliografia

- ARISTOTE (1963) *Rétorique*, Livres I e II (Paris, "Les Belles Lettres").
- BARBOSA, M.A. (1989) - "Da microestrutura dos vocabulários técnico-científicos". In: *Anais do IV Encontro Nacional da ANPOLL* (Recife, ANPOLL), p. 567-578.
- _____. (1992) - "O percurso gerativo da enunciação, a relação de equivalência lexical e o ensino do léxico". In: *Estudos lingüísticos XXI. Anais de Seminários do GEL*. Vol. 1. (Jau, Grupo de Estudos Lingüísticos do Estado de São Paulo/Fundação Educacional "Dr. Raul Bauab"), p. 258-265.
- _____. (1998) - "Terminologização, vocabularização, cientificidade, banalização: relações". In: *Acta semiotica et linguistica*, vol. 4 (São Paulo, Plêiade), p. 25-44.
- BENVENISTE, E. (1966) *Problèmes de linguistique générale* (Paris, Gallimard).
- COURTÉS, J. (1991) - *Analyse sémiotique du discours. De l'énoncé à l'énonciation*. (Paris, Hachette).

- DUBOIS, D. et al. (1991) *Sémantique et cognition. Catégories, prototypes, typicalité* (Paris, CNRS).
- GREIMAS, A. J. et COURTÉS, J. (1979) *Sémiotique. Dictionnaire raisonné de la théorie du langage*. (Paris, Hachette), p. 157-162.
- HJELMSLEV, L. (1966) *Prolégomènes à une théorie du langage* (Paris, Minuit).
- PAIS, C.T. (1979a) - "Les tensions et les parcours de production du processus sémiotique". In: *Acta semiotica et linguistica*, vol. 3 (São Paulo, Global), p.103-124.
- _____. (1979b) - "Semiose, informação e transcodificação". In: *Língua e Literatura*, 8 (São Paulo, FFLCH-USP), p.57-69.
- _____. (1980) "Systèmes de signes et systèmes de signification au-delà du structuralisme". In: *Acta semiotica et linguistica*, vol. 4 (São Paulo, Global), p. 69-80.
- _____. (1982) "Elementos para uma tipologia dos sistemas semióticos". In: *Revista Brasileira de Lingüística*, vol. 6 (São Paulo, Duas cidades, p. 45-60).
- _____. (1984a) - "Aspectos de uma tipologia dos universos de discurso". In: *Revista Brasileira de Lingüística*, vol. 7 (São Paulo, Global), p. 43-65.
- _____. (1984b) - "Conceptualisation, information, production du sujet". In: *Acta semiotica et linguistica*, vol. 5 (São Paulo, Global) p. 41-61.
- _____. (1985) - "Sémiotique structurale et syntaxe sémantique: essai d'homologation épistémologique". In: PARRET, H. et RUPRECHT, H.G. (Ed.) - *Exigences et perspectives de la sémiotique. Recueil d'hommages pour Algirdas Julien Greimas* (John Benjamins Publ. Co.), p. 483-498.
- _____. (1988) - "Conditions sémiotiques et sémantico-syntaxiques de la productivité systémique, lexicale et discursive". In: Divers, *Hommage à Bernard Pottier*, vol. II (Paris, Klincksieck), p. 599-614.
- _____. (1993) - *Conditions sémantico-syntaxiques et sémiotiques de la productivité systémique, lexicale et discursive*. Doctorat d'État ès-Lettres et Sciences Humaines. Directeur de Recherche: Bernard Pottier (Paris, Université de Paris-Sorbonne (Paris-IV), Lille, Atelier National de Reproduction des Thèses), 761 p.
- _____. (1998) - "Conceptualisation, dénomination, désignation, référence. Réflexions à propos de l'énonciation et du savoir sur le monde". In: *Hommage à Simone Saillard. Textures. Cahiers du Centre d'Études Méditerranéennes et Ibéro-Américaines*. (Lyon, Université Lumière Lyon 2), p. 371-384.
- PLATON (1969) - *Oeuvres complètes*, Vol. I, II, III (Paris, "LesBelles Lettres").
- POTTIER, B. (1974) - *Linguistique générale. Théorie et description* (Paris, Klincksieck).
- _____. (1980a) - "Comment dénommer les sèmes". In: *Le Bulletin*, 13 (Paris, Centre de Recherches Sémio-linguistiques), p. 21-29.
- _____. (1980b) - "L'homme, le monde, le langage, les langues, le linguiste". In: *Le Bulletin*, 14 (Paris, Centre de Recherches Sémio-linguistiques) p. 3-7.
- POTTIER, B. (1987) - *Théorie et analyse en linguistique*. (Paris, Hachette).
- _____. (1991) - *Théorie et analyse en linguistique*. 2è éd. (Paris, Hachette).
- _____. (1992) - *Sémantique générale*. (Paris, PUF).
- RASTIER, F. (1991) - *Sémantique et recherches cognitives* (Paris, PUF).
- SAUSSURE, F. de (1964) - *Cours de linguistique générale*. (Paris, Payot).

O NÃO: FORMADOR DE PALAVRAS EM PORTUGUÊS?

Introdução

Das leituras feitas por nós, no que respeita ao elemento de negação em português *não*, inferimos que não é pacífica a classificação deste em compêndios gramaticais, lingüísticos e mesmo em obras lexicográficas. Uns acolhem *não* como marca de negação sintática, mesmo em ambiente pré-substantival e pré-adjetival. Outros o têm como formador de palavras, neste contexto, mas, ainda assim, reina dissenso.

Neste segundo grupo, há uns que classificam *não* como prefixo, outros como prefixóide, outros como elemento de composição.

Este trabalho intenta dar uma certa ordem ao caos. Procuramos responder às seguintes perguntas:

- a) *não* participa da formação de palavras em ambiente pré-substantival e pré-adjetival?
- b) se a resposta é positiva, que classificação é cabível para *não*: prefixo, prefixóide ou elemento de composição

Responder a tais perguntas é o objetivo do exposto na secção abaixo.

Não: formador de palavras em português?

Entre os gramáticos tradicionais, há reticência ou dúvida quanto ao fato de *não* poder formar novas unidades vocabulares a partir de adjetivos e substantivos. Para ilustração, reproduzamos o trecho abaixo, de Bueno (1963):

Recorre a língua aos prefixos negativos para suas expressões de negação, principalmente a in-, de-, des-: infiel, desgosto, desamar, desadorar, depor, depenar, e também ao grego a-: acatólico, amoral. Algumas vezes per- toma o sentido: perjurar, pérfido. Muito comumente emprega não, sem, a fim de destruir o sentido afirmativo dos vocábulos: não tolerante, sem-cerimônia, sem-ventura, sem-razões, etc. (p. 330)

O autor deveria ter explicitado melhor a condição morfológica de *não*, caso contrário somos le-

vado a crer, por inferência, que um e outro são prefixos, em virtude da alusão às unidades prefixais citadas anteriormente. Cabe indagar por que *não* não aparece hifenizado junto à palavra *tolerante*, enquanto *sem* apresenta hífen junto aos itens lexicais. Perguntamos também por que motivo, na página 99, ao tratar dos prefixos, em especial dos indicadores de negação, Bueno não menciona *não*.

Barreto (1986) refere-se explicitamente a *não* como expediente sintático de negação:

Além da palavra não, há outros sinais de negação, que dão significado negativo a vocábulos distintos dos verbos usados em desinência pessoal. Tais são os prefixos in, des, a, e a preposição sem: indomável, incapacidade, desprimor, desamparo, desatar, desagradável, afônico, anormal, sem-razão, sem-justiça, sensabor. (pp. 141-2)

Entre os gramáticos mais modernos, Cunha (1983: 78) trata o *não* como elemento de composição, de natureza adverbial. Todavia não o faz explicitamente. Inferimo-lo através de um exemplo, *não-euclidiana*.

Falemos agora das obras lexicográficas. Em Moraes (1813), 2º. volume, o dicionarista reconhece a possibilidade de *não* poder ajuntar-se a substantivos e adjetivos. Cita inclusive exemplos de autores antigos, como João de Barros e Vieira, o que já elucida que o emprego de *não*, nesses contextos, não é tão recente, nem se deve a influência do inglês, como imagináramos.

Moraes, todavia, trata o *não* como advérbio, quer seja pré-verbal, pré-substantival ou pré-adjetival. Interrogamo-nos se ele o encarava como elemento formador de novas unidades léxicas, já que não há entradas em separado com os itens lexicais precedido do morfema.

O Aulete (s/d) não oferece entrada à parte para substantivos ou adjetivos anteceditos de *não*. Exemplos como *não eu*, *não existente* (sem hífen) constituem ilustrações. Já no Aulete (1958) há verbetes em separado com *não*: *não apoiado*, *não conformismo*, *não euclidiano*, *não filho*, etc.

Cunha (1987) não dá um só exemplo de formações com *não*. Biderman (1992) não só elenca

* Professor do Mestrado em Lingüística da UFC. Doutor em Lingüística e Língua Portuguesa.

exemplos de *não* como elemento prefixado, como explicita três entradas para ele: advérbio, substantivo e prefixo.

Linguístas há que negam ao *não* o estatuto de formador de novas unidades léxicas, entre eles Macambira (1987: 44). Alargando a definição tradicional de advérbio como palavra invariável, modificadora do verbo, do adjetivo e de outro advérbio, o autor admite que a referida classe pode modificar o pronome, o numeral ou mesmo o substantivo, do que decorre ser *não* um elemento independente, não formador de palavras. Macedo (1987: 114) tem igualmente o *não* como veiculador de negação sintática.

Mateus *et alii* (1983), em estudo sobre a negação e o escopo desta, postula três tipos de negação: a lexical, a frasal e a dos constituintes frasais. Deixam claro que *não*, além de ter como escopo um sintagma verbal, pode também incidir sobre um sintagma nominal e um sintagma preposicional. Parecer semelhante ao de Mateus *et alii* é o de Brenner (1981: 101-2).

Pottier (1978: 173-6) também se reporta a *não* em português, como um meio de exprimir negação. Esta, enquadrada na classe da formulação, subclasse da asserção, pode aplicar-se ao nível do sintagma ou do enunciado. Incide sobre o sujeito, sobre o predicado e sobre o circunstante. O substantivo e o adjetivo admitem dois graus de negação: a *integrada*, com *in-*, por exemplo, e a *não-integrada*, com *não*: incorreção/*não*-correção, infeliz/*não*-feliz.

Também existem linguístas para os quais *não* é formador de novas unidades lexicais. Por exemplo, para a negação explícita de cunho lexical, Uppendahl (1979) admite a prefixação com *in*-negativo, *des-* (desleal, desfavor), *dis-* (dissenso), *a-* e *an-* (agramatismo, anarquia). A negação também se pode fazer por meio de elementos correspondentes a itens lexicais: *mal* (malditoso), *sem* (sem-cerimônia) e *não* (não-intervenção, não-alinhado). No caso das formações com *mal*, *sem* e *não*, configura-se, para o autor, composição e não derivação, sendo os referidos elementos unidades léxicas categorizáveis.

Uppendahl explica o que ele caracteriza como composição por *não*, pela economia linguística, uma vez que poupa uma oração subordinada ou outras partes sintáticas: o não-fumante = a pessoa que não fuma; a não-entrega dos documentos = o fato de não entregar os documentos. É em essência a mesma explicação de Alves (1987).

Existem outros autores que tratam os grupos formados de *não* + substantivo e *não* + adjetivo como processos em que o elemento de negação é prefixal. Além de Alves, já citada, cita-se Ferreira (1989). Esta, por fornecer mais pormenores, tem seu trabalho aqui apreciado com mais detença.

A autora aponta as seguintes razões para o caráter prefixal de *não*:

- a) o forte rendimento funcional do elemento, que dá origem a inúmeras formações neológicas;
- b) a extensão de sua utilização a domínio de experiência e registros de língua extremamente diversificados;

c) o acréscimo de significado à base a qual se liga;

d) o fato de pertencer à classe adverbial.

O primeiro argumento peca por petição de princípio. Pressupõe que aceitemos ser *não* um elemento formador de palavras, mas isto é o que se quer provar. Quanto ao forte rendimento funcional, que é uma versão do critério da produtividade, julgamos que é de natureza exterior, pois simplesmente afere a produtividade de uma regra. Reclama-se previamente um critério de base estrutural.

O segundo argumento é ainda mais precário. É vicioso, pois, tal como o outro supracitado, pressupõe que é dado como certo o fato de *não* ser elemento formador de novas unidades léxicas. A multiutilização de *não*, junto a substantivos e adjetivos, nos amplos exemplos domínios da experiência, também nada prova.

O terceiro argumento também nada demonstra. O mero fato de *não* crescer o significado a um item lexical não confere a ele caráter prefixal. O equívoco da autora reside, assim pensamos, em tomar, como ponto de partida, o sentido. Ora, *não* também acrescenta o sentido de negação a um verbo e, nem por isto, é constituinte vocabular.

O último argumento é baseado na concepção de Mitterrand, segundo a própria autora nos informa. Para o autor de *Les Mots Français*, os nomes construídos pela junção de um advérbio ou de uma preposição pertencem ao domínio da derivação, sendo o primeiro um prefixo. Assinalar isto porém não é o bastante.

Começemos por destacar a independência de *não*, a qual decorre da impossibilidade de aglutinar-se às bases a que se liga. Essa independência, relacionada ao fato de *não* conter um ditongo nasal, se traduz nos planos ortográfico e fonológico. Por isto, ocorre a hesitação no emprego do hífen, quer na língua de uso geral, quer nas linguagens técnicas.

Não veicula negação sintática, em orações desenvolvidas na voz passiva, com verbo de cópula elíptico:

Embora não ignoradas, estas questões foram relegadas a segundo plano.

Quando não revisado, o trabalho pode apresentar erros.

Cremos ser igualmente necessário considerar as orações reduzidas de participio, em que o elemento participial é acompanhado por *não*, de negação sintática:

Não iniciado no horário previsto, o espetáculo foi cancelado.

Um outro fator, a nosso ver, merece ser considerado: a entonação marcada sobre o adjetivo ou o substantivo antecedido de *não*, de modo que eles acarretam informação nova. Há uma nítida pausa entre *não* e o adjetivo ou substantivo, a qual nos autoriza encarar o elemento de negação como independente do item nominal:

Cristo pregou não PAZ.

Os discípulos são muitas vezes não APLICADOS.

Construções como estas acima se ligam ao problema do foco e da pressuposição. Diante delas, o alocutário sente necessidade de informações suplementares, como as que se verificam abaixo:

Cristo pregou não PAZ, mas DISSENSÃO.

Os discípulos são muitas vezes não APLICADOS, mas ACOMODADOS.

Face ao exposto até o momento, constatamos que é simplificador ao extremo caracterizar *não* como elemento formador de palavras, pela simples menção da ambiência. Além do problema de inserir as formações de que ele participa na derivação ou na composição, existem restrições a serem feitas, as quais contribuem para que ele seja elemento independente.

Para nós, convém tomar, como ponto de partida, a distribuição de *não* em dois contextos: um pré-verbal, em que ele é veiculador de negação sintática e outro, em que ele é pré-substantival ou pré-adjetival, formador de novas unidades lexicais. Não se contabilizam os seguintes casos:

- a) em orações desenvolvidas ou reduzidas na voz passiva ou em orações reduzidas em que se registra o apagamento do verbo de cópula;
- b) junto a adjetivos ou substantivos marcados por foco.

Ferreira elenca outras marcas das formações com *não*. Em primeiro lugar, à semelhança de muitos prefixos, funciona como elemento recategorizador: *impressoras não-impacto, países não-OPEP*. Em segundo lugar, adjunge-se a formações com *in-* negativo: *não-inconstitucionalidade*. Por fim, enquanto as unidades construídas com *in-* negativo são passíveis de ser enquadradas em estruturas de intensificação, as construídas com *não* são insusceptíveis de gradação. Diz-se, por exemplo, *um grande insucesso escolar*, mas não *um grande não sucesso escolar*.

O alto número de formações com *não* deve-se ao fato de ele estar mais disponível ao falante médio, como muito bem assinalou Ferreira. A sua utilização não implica alografias nem alomorfias, que se registram por exemplo em *in-* negativo. A propósito disto, faz-se necessário salientar uma observação de Camara Jr. (1977: 47) quanto ao fato de as pretônicas iniciais começadas por vogal deslocarem sua atonicidade mínima para a sílaba seguinte, do que resulta o semi-apagamento das vogais átonas iniciais, que do ponto sincrônico, torna pouco eficientes contrastes do tipo *regular/irregular*.

Uma vez tendo exposto toda a complexa questão em torno do *não*, em ambiente pré-substantival ou pré-adjetival, concluímos o seguinte:

- a) esta forma pode ser vista como prefixo, por uma questão de tradição, já que os afixos iniciais são geralmente associados a advérbios e preposições, mas *não* pode ser considerado derivacional ou composicional, conforme a perspectiva do autor;

- b) esta forma pode ser encarada como advérbio, participante do processo composicional;

- c) esta forma pode ser classificada como prefixóide, porque se vincula a forma livre, mas na formação tem aspecto distribucional distinto desta última;

A primeira posição é sincronicamente arbitrária. Não se explica por que as correspondências tem de existir. A terceira, que é a de Sandmann (1989), é mais explícita. Quanto à base formal, funda-se na distinção distribucional entre forma, enquanto constituinte vocabular, e forma, enquanto elemento de ocorrência isolada. Parece-nos que o autor parte do princípio de que formas em composição devem ser réplicas de formas em sintaxe. Mas a junção de formas, num caso e no outro, não se dá paritariamente. Como explicar compostos com radicais presos e formas livres ou mesmo com radicais presos tão somente? Como explicar uma formação como *videomania* e *fã-clube*, em que o elemento determinante é um nome anterior a outro nome? E *fã* e *vídeo* não são considerados prefixóides, apesar da distribuição diferente em relação às mesmas formas, enquanto elementos de ocorrência isolada. Se formas em composição copiassem estruturas sintáticas em todos os casos, por que compostos do tipo $V^{\wedge}N$ são categorizáveis como nomes, mas não como verbos?

Parece-nos que é melhor classificar *não*, em contexto pré-substantival e pré-adjetival, como elemento adverbial formador de novas unidades lexicais. Assim evitamos a criação de uma entidade ainda um tanto espúria, porque mal caracterizada, o prefixóide.

Conclusão

Julgamos ser possível estabelecer que *não* é elemento formador de palavras, em ambiente pré-substantival e pré-adjetival. Isto, porém, por si só não basta, uma vez que não devem ser levados em conta substantivos e adjetivos marcados por foco. Também devem ser excluídos os casos em que *não* se antepõe a participípios em orações desenvolvidas ou reduzidas em que ocorre o apagamento do verbo de cópula.

Bibliografia

- ALVES, Ieda Maria (1987). A produtividade do prefixo *não-* no português contemporâneo. In: *Ciência e cultura* 39 (11): 1026-8. São Paulo.
- AULETE, F. J. Caldas (s/d). *Dicionário contemporâneo da língua portuguesa*. Vol. 2. Lisboa: Livraria Editora e Oficinas Typographicas e de Encadernação.
- _____. (1958). *Dicionário contemporâneo da língua portuguesa*. Vol. 4. Rio de Janeiro: Delta.
- BARRETO, Mário (1986). A palavra *não* e outros sinais de negação. In: _____ *Através do dicio-*

- nário e da gramática*. Rio de Janeiro: Presença/Prómemória/Instituto Nacional do Livro/Fundação Casa de Rui Barbosa.
- BIDERMAN, Maria Tereza Camargo (1992). *Dicionário contemporâneo de língua portuguesa*. Petrópolis: Vozes.
- BRENNER, Teresinha de Moraes (1981). *Modelo de Klima e a dupla negação em português*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- BUENO, Francisco Silveira (1963). *Gramática normativa da língua portuguesa*. São Paulo: Saraiva.
- CÂMARA JR., Joaquim Mattoso (1977). *Para um estudo da fonêmica portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão.
- CUNHA, Antônio Geraldo da (1987). *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- CUNHA, Celso Ferreira da (1983). *Gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Padrão.
- FERREIRA, Margarita Maria Correia (setembro de 1989). *O comportamento prefixal de não-*. Texto Apresentado no XIX Congresso Internacional de Lingüística e Filologia Românicas. Santiago de Compostela.
- MACAMBIRA, José Rebouças (1987). *A estrutura morfo-sintática do português*. São Paulo: Pioneira.
- MACEDO, Walmírio (1987). *Elementos para uma estrutura da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Presença.
- MATEUS, Maria Helena Mira et alii (1983). *Gramática da língua portuguesa*. Coimbra: Almedina.
- MORAES, Antônio (1813). *Dicionário contemporâneo da língua portuguesa*. Vol. 2. Lisboa: Lacédina.
- POTTIER, Bernard (1978). *Lingüística geral: teoria e descrição*. Rio de Janeiro: Presença/Universidade de Santa Úrsula.
- SANDMANN, Antônio José (1989). *A formação de palavras no português brasileiro contemporâneo*. Curitiba: Scientia et Labor/ Ícone Editora.
- UPPENDAHL, Klaus. (1979). *A negação em português*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

ORAÇÕES INFINITIVAS NO PORTUGUÊS DO BRASIL

Sabe-se que o português do Brasil apresenta inúmeros aspectos que o distinguem de outras variedades do português, em particular da europeia. Também notório é o fato de que alguns desses aspectos estabelecem diferenças em relação ao grupo românico como um todo. Tais fenômenos têm sido investigados em inúmeros estudos dedicados à caracterização da modalidade brasileira do português (cf. Tarallo, 1989; Roberts & Kato, 1993; e referências ali citadas).

Considere-se por exemplo a construção exemplificada em (1a), que ocorre em diversas variedades da língua em substituição à construção exemplificada em (1b), associada à variedade dita *padrão*:

- (1) a. Comprei um livro para *mim/ti* ler
b. Comprei um livro para *eu/tu* ler/leres

O contraste em (1) sugere uma abordagem comparativa com o português europeu, em que (1b), mas não (1a), é encontrada, sendo referida como construção de infinitivo flexionado (cf. Raposo (1987), Madeira (1995) e referências ali citadas). Também, uma abordagem comparativa com outras línguas românicas, em que (1a) e (1b) não ocorrem. Além disso, uma correlação com a construção do inglês, exemplificada em (2) e (3)¹:

- (2) I bought a book for *me/you* to read
(3) I want (for) you to read a book

A ocorrência de (1a-b) no português do Brasil suscita várias perguntas:

- (i) Por que (1a) só ocorre no português do Brasil, não sendo encontrada no português europeu, nem em outras línguas românicas?
(ii) Por que (1b) não ocorre em outras línguas românicas?
(iii) Existe uma correlação entre a construção em (1a) do português do Brasil e (2a) do inglês? Pode-se dizer que se trata de construções idênticas?

1 Análises prévias

Considere-se primeiramente (ii) – em seguida, discutiremos (i) e (iii). Aqui, a questão central é que a língua portuguesa, mas não as demais línguas românicas, possui o chamado infinitivo flexionado, o que permite o licenciamento do sujeito nominativo na construção encaixada. Ou seja, a variação é explicada em termos de uma propriedade morfológica da língua.

Várias análises discutem o processo de licenciamento da construção com infinitivo flexionado (cf. Raposo (op. cit.), Madeira (op. cit.), e referências ali citadas). Considerando que o interesse do presente estudo se concentra em (1a), e nas implicações de seu surgimento expressas em (i), (iii), tomarei como ponto de partida a análise de Botelho Pereira & Roncarati (1993) (doravante P&R, 1993) sobre o licenciamento da construção em (1a) em oposição a (1b). Nesse estudo, propõe-se que a diferença crucial entre essas construções é que (1a) é

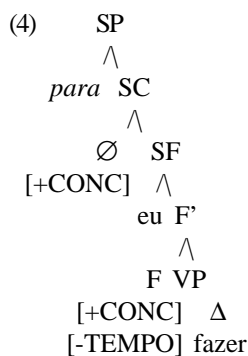
¹ A construção em (2a) tem sido discutida na literatura, ao lado da construção em (i), referida como construção de marcação excepcional de Caso (MEC) (cf. Chomsky (1981), (1986), (1995); Kayne (1984), (1995); Branigan (1992), entre outros):

- (i) He believes *me/you* to be a genius
Ele crê *mim/ti* ser um gênio
Ele *me/te* crê/considera um gênio

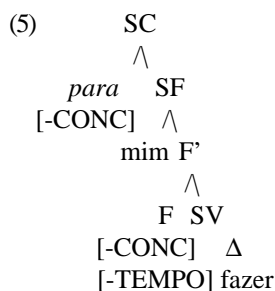
Chomsky ((1993), (1995)) propõe que em (i) o sujeito da oração encaixada é licenciado na oração matriz por meio de movimento na sintaxe fechada (dos traços) do sujeito para a posição de especificador de uma projeção funcional cujo núcleo é definido por traços de concordância (os chamados traços *phi* de pessoa, gênero e número), os quais são associados às propriedades licenciadoras do objeto da oração matriz (esse núcleo é referido como concordância de O (objeto), o núcleo funcional Agr (element) O). Tal idéia baseia-se no fato de que existem evidências de que, nas construções MEC, o sujeito da oração encaixada infinitiva ocupa uma posição mais alta do que o sujeito da oração encaixada finita (cf. Branigan (1992)). Quanto ao processo licenciador da construção (2a), entende-se que o sujeito recebe caso de P (excepcionalmente), na oração encaixada.

um caso de marcação excepcional de Caso (MEC), dada a reanálise de *para* como um complementador (ou na posição de complementador). Quanto a (1b), entende-se que *para* não sofre reanálise: ‘a oração infinitiva está contida em um sintagma preposicional encabeçado pela preposição *para*’ (p. 20).

Seguindo análise de Lobato (1988) e Rocha (1989) (citadas em P&R, 1993), P&R (1993) assumem que a atribuição do caso nominativo ao sujeito do infinitivo é determinada pela presença de CONC no núcleo FLEX que por sua vez concorda com o núcleo C, já que este elemento também apresenta traços de concordância – isto é, ‘o complementizador subcategoriza que o núcleo de FLEX seja [+CONC] ou [-CONC]. É a presença de [+CONC] no núcleo de FLEX que determina a atribuição de caso nominativo ao sujeito’ (p.20). Essa derivação está ilustrada em (4):



Conforme ressaltam P&R (1993), a análise acima não se aplica a (1a), visto que o núcleo FLEX nessas construções é marcado como [-CONC]. Além disso, o sujeito lexical não é marcado com o caso nominativo na construção em (1a), mas com o caso oblíquo – o que é previsto na análise. A proposta de P&R é que a preposição *para* é reanalisada na posição de COMP mantendo, porém, suas propriedades lexicais, notadamente a de atribuidor de caso oblíquo, do que decorre que o sujeito lexical na oração encaixada seja licenciado com o caso oblíquo (cf. *mim* em (1a)) – nesse aspecto, distingue-se dos complementadores *que*, *se* e \emptyset , que não atribuem Caso.



Nesse sentido, a sequência *para SN* não é um constituinte, na construção em (1a), ao contrário de contextos sintáticos em que a sequência *para SN*

ocorre como um argumento dativo ou benefactivo (cf. (6a)). Partindo da construção em (6a), em que ocorre um SP benefactivo (*para um criente*) em oposição à sequência *para SN*, P&R mostram que o segundo elemento é imune a processos sintáticos que afetam constituintes, como a topicalização ou a clivagem, conforme ilustrado em (6b) e (6c)²:

- (6)
- a. Eu já cheguei a dar entrada para um criente para mim ganhá o percentual sobre aquela entrada que eu dei.
 - b. *para mim, eu já cheguei a dar entrada para um criente, ___ ganhá o percentual sobre aquela entrada que eu dei
 - c. *foi para mim que eu já cheguei a dar entrada para um criente, ___ ganhá o percentual sobre aquela entrada que eu dei

Como suporte para essa análise, B&R mostram que *para* ‘aparece em posições que costumam ser preenchidas por outros complementadores no dialeto padrão’ (p. 23). É o caso de (7) e (8), respectivamente:

- (7)
- a. Para você ir a um lugar e não ficar tranquilo não adianta
 - b. E para ir para ficar chorando não dá também, né?
- (8)
- a. Você ir a um lugar e não ficar tranquilo não adianta
 - b. E ir para ficar chorando não dá também, né?

Propõem que a presença de *para* em (7) ‘parece ser justificada pela necessidade de implementação de um elemento lexical no núcleo de COMP, atribuindo um caso estrutural oblíquo ao sujeito, dada a ausência de [+CONC] em FLEX’ (p.24) – nesse caso, entende-se que (8) envolve um complementador nulo (cf. (4)).

Outras construções envolvem verbos transitivos como *esperar*, *lembrar*, *esforçar*: numa variedade, *para* licencia o sujeito oblíquo, enquanto na outra, isto é, na variedade padrão, ocorre (i) o complementador nulo, introduzindo uma oração infinitiva ou (ii) o complementador *que*, introduzindo uma oração finita, conforme ilustrado em (9) e (10), respectivamente:

- (9)
- a. quando minha mãe estava *esperando* pra mim nascer
 - b. não me *lembrei* pra mim pedir meu filho pra te mostrar (...)

² Os dados de Botelho Pereira & Roncarati (1993) foram extraídos de sete entrevistas de três mobaralenses da pesquisa ‘Competências Básicas do Português’ (Lemle & Naro (1977)) e três falantes da Amostra Censo (UFRJ 1980).

- (10) c. me *esforço* pra mim tirá meu diploma
 a. quando minha mãe estava esperando eu nascer
 a'. quando minha mãe estave esperando *que* eu nascesse
 b. não me lembrei de pedir a meu filho *que* lhe mostrasse (...)
 c. me *esforço* para tirar meu diploma

2 O problema da variação

Assumindo que a análise de P&R (1993) está essencialmente correta, uma questão que se coloca é por que o processo de reanálise de *para* na posição de COMP ocorre nessa variedade do português, e não em outras. Em outras palavras, cabe perguntar o que determina a reanálise da preposição na posição de COMP.

Conforme amplamente registrado na literatura, sabe-se que algumas variedades do português falado no Brasil apresentam um processo de empobrecimento do paradigma flexional dos verbos, que atinge também a flexão do infinitivo. Esse fenômeno pode, portanto, ser invocado para explicar a ocorrência da construção em (1a): na ausência do infinitivo flexionado, a preposição *para* é reanalisada na posição de COMP, com as consequências apontadas acima.

Entretanto, ainda assim é preciso explicar o que bloqueia a ocorrência de infinitivo não flexionado na posição relevante em outras variedades do português, notadamente a europeia, já que é uma forma disponível na língua. Essa observação se aplica às demais línguas românicas, que não dispõem da forma flexionada do infinitivo, mas possuem a forma não flexionada, como se sabe. Conforme apontado por Roberts (p.c.), pode-se aqui argumentar que o surgimento de (1a) decorre da existência de construção com sujeito lexical na oração infinitiva (a saber, a construção com o infinitivo flexionado (cf. (1b)) – ou seja, a construção com infinitivo flexionado forneceria a base para o desenvolvimento da construção ‘para mim VP’, em português.

Nesse caso, é impossível atribuir uma correlação entre (1a) do português e (2-3) do inglês: dada a ausência de infinitivo flexionado em qualquer período do desenvolvimento da língua inglesa, não se pode postular um desenvolvimento semelhante para essas construções nas duas línguas. A hipótese que gostaria de explorar é que as construções (1a) e (2-3) do português e do inglês apresentam desenvolvimento semelhante, seu surgimento sendo, portanto, independente da existência da construção com o infinitivo flexionado. Assim, a idéia é que o problema não se reduz à perda da flexão.

Considerem-se novamente os casos em (9) e (10). Conforme ressaltado por P&R (1993), na variedade dita *padrão*, além da projeção da construção com o infinitivo flexionado, existe a possibilidade de construir a oração com o complementador *que* introduzindo uma oração finita, e nesse caso, o verbo ocorre no subjuntivo. Nesse sentido, assume-se que

as duas últimas possibilidades não estão disponíveis para a variedade não-padrão.

O que eu gostaria de sugerir é que existe uma correlação entre a reanálise de *para* na posição de complementador e a ocorrência da construção com o complementador *que* introduzindo uma oração finita com o verbo no subjuntivo. Em particular, minha sugestão é que a reanálise de *para* na posição de complementador está associada ao fato de que, em algumas variedades do português, o uso da forma verbal no subjuntivo encontra-se em variação com a forma verbal no indicativo, caracterizando uma situação de perda da marcação morfológica da modalidade por meio da flexão do verbo no subjuntivo.

De fato, conforme apontado na literatura, em algumas variedades do português do Brasil, usam-se as formas do indicativo pelas do subjuntivo, sendo o subjuntivo restrito a algumas expressões cristalizadas (*Deus lhe pague*) e a construções com as conjunções *se* e *quando* que por sua vez não se substituem pelas construções em estudo (cf. Pereira (1974); Rocha (1997), e referências ali citadas).

Conforme ressaltado em Pereira (1974: 39), ‘há variantes do português nas quais a flexão modal do verbo não entra como uma categoria ativa do sistema dos falantes, que fazem uso exclusivamente do indicativo’, conforme ilustrado em (11a), em oposição à construção com a forma verbal no subjuntivo, ilustrada em (11b):

- (11) a. Você quer que eu saio?
 b. Você quer que eu saia?

Para Pereira (1974), o uso do indicativo em contextos que seriam compatíveis com o subjuntivo se justifica pelo fato de que o predicado da matriz seleciona a modalidade do seu complemento, propiciando o uso do indicativo nos contextos de subjuntivo.

Entretanto, merece destaque o caso dos predicados ditos *indiferentes*, que se caracterizam pelo fato de que a modalidade deve ser distinguida na oração encaixada, pois não há outro elemento na oração matriz que determine um ou outro modo verbal (isto é, o uso de um ou de outro modo verbal na encaixada é em si a única diferenciação). São verbos que apresentam suposições, opiniões, recordações (ex. *reputar/achar/supor; dizer/afirmar/observar/insinuar* (performativos); *lembrar/recordar*). Assim, comparem-se:

- (12) a. João disse que eu saísse.
 b. João disse que eu saí.

Nessas construções, a oposição entre o subjuntivo e o indicativo estabelece que o valor de verdade de (12a) seja interpretado como *indefinido* e de (12b) como *verdadeiro*.

Cabe então perguntar o que ocorre nas variedades do português mencionadas acima, em que o subjuntivo é sistematicamente substituído pelo indicativo – isto é, o que ocorre ocorre nas variedades do português em que a marcação morfológica

do subjuntivo não é esperada nesse contexto (sendo restrita aos casos mencionados acima)?

O que eu gostaria de sugerir é que a marcação da interpretação *indefinida* do valor de verdade é obtida por meio da construção ‘disse para NP VP’. A idéia é que a construção *Disse para mim sair* (em lugar de *Disse que eu saísse*) ocorre em oposição a *Disse que eu + indicativo (=saí/sairei/sairia/tinha saído)* como forma de distinguir a interpretação de valor de verdade *indefinido* e *verdadeiro*, respectivamente, o que constitui um traço das variedades do português mencionadas acima que usam as formas do indicativo pelas do subjuntivo.

Essa restrição de interpretação explica por que somente *para* é reanalisada como complementador. Nenhuma outra preposição pode ser utilizada nesse contexto, e esse é o contexto por excelência da reanálise de *para*. Uma vez reanalisada na posição de COMP, a preposição *para* recebe o traço de [+irreal], uma propriedade morfológica da língua. Essa possibilidade estende-se então a outros predicados, do que decorre a emergência das construções ilustradas em (1a), (6a), (7) e (9).

Cabe então perguntar por que (1a) só ocorre no português do Brasil, não sendo encontrada no por-

- (13) It is pleasant [_{benefact.} for the rich] [_{subj.} for the poor] to do the hard work
É agradável para os ricos para os pobres fazer o trabalho árduo
‘É agradável para os ricos que o pobres façam o trabalho árduo’
(exemplo de Chomsky (1977), citado em Jarad (1997:172))

selecionar a modalidade da construção encaixada. A preposição *for* é reanalisada na posição de complementador, recebendo o traço [+irreal]:

Assim, pode-se dizer que existe uma correlação entre a emergência da construção (2a) em inglês e um conjunto de mudanças que determinaram a transição do período chamado *inglês médio* para o *inglês moderno*, entre elas a perda dos clíticos, a perda da marcação morfológica de caso e a perda da realização morfológica do subjuntivo (cf. Van Kemenade (1987), Jarad (op. cit.)). Em face disso, é possível reponder à pergunta (iii), formulada acima, afirmando que existe, de fato, uma correlação entre as construções em (1a) do português do Brasil e (2) e (3) do inglês, respectivamente, já que se demonstrou que as condições que determinam o surgimento das mesmas estão associadas a fenômenos semelhantes.

3 Conclusão

O presente estudo constitui uma abordagem preliminar das questões examinadas. Seguindo análise de P&R (1993), mostrou-se que as construções em (1a) e (1b) estão associadas a diferentes projeções sintáticas: em (1a), a oração infinitiva ocorre encaixada no sintagma preposicional cujo núcleo é *para*, e em (1b), a oração infinitiva ocorre encaixada numa estrutura em que a preposição *para* é reanalisada na posição de complementador.

tuguês europeu, nem em outras línguas românicas? Vale ressaltar que a construção *Disse para* não é encontrada no português de Portugal., mesmo no caso em que se tem o sujeito nominativo e o infinitivo flexionado, como em *Disse para eu/nós sair/sairmos*, opção atestada em algumas variedades do português do Brasil. Minha sugestão é que o surgimento da construção *Disse para* no português do Brasil está associado a outro fato que caracteriza a variedade brasileira do português em oposição à portuguesa, a saber, a substituição do clítico (dativo) *me; te; lhe* pelo sintagma preposicionado introduzido por *para*, dando origem a *Disse pra mim*.

É interessante notar que o processo que deu origem à reanálise da preposição *para* no português do Brasil pode ser comparado ao que deu origem à construção com a preposição *for* na contraparte inglesa da construção (1a), ilustrada em (2a). Conforme apontado em Jarad (1997), (2a) tem sido analisada como envolvendo a reanálise de *for* como complementador, a partir de uma construção em que a preposição *for* é introduzida para substituir o caso morfológico marcador de dativo benefactivo (cf. Lightfoot, 1991). Nesse contexto, surge a construção em (13), cujo predicado da matriz se caracteriza também por não

Buscou-se então determinar as condições licenciadoras de cada construção. Enquanto a primeira *for* associada à presença de flexão na forma infinitiva, uma propriedade morfológica exclusiva da língua portuguesa em relação ao grupo românico, a segunda foi associada a outros fatos da morfologia do português falado no Brasil, a saber, (i) a (tendência à) perda da marcação morfológica do subjuntivo, no contexto de predicados introduzidos por verbos não-factivos e verbos performativos (notadamente os últimos) e (ii) a substituição do clítico dativo pela construção introduzida pela preposição *para*.

A análise permitiu ainda afirmar que existe uma correlação entre as construções em (1a) do português do Brasil e (2) e (3) do inglês, tendo sido demonstrado que o surgimento das mesmas foi determinado por condições semelhantes no âmbito da diacronia. Esse estudo vem reforçar a hipótese formulada em Roberts (1993, cf. ainda Salles (op. cit.)) segundo a qual existem semelhanças entre o desenvolvimento do inglês moderno e do português do Brasil.

Bibliografia

Botelho-Pereira, M.A. & C. N. Roncarati (1993) ‘O caso do sujeito em orações infinitivas introduzidas por ‘para’ no português popular do Brasil’. *DELTA* 9 (1), 15 - 30.

- Botelho-Pereira, M.A. (1974) *Aspectos da oposição modal indicativo-subjuntivo no português contemporâneo*. Dissertação de Mestrado. UFRJ.
- Braningan, P. (1992) *Subjects and Complementizers*. Dissertação de Doutorado, MIT
- Chomsky (1981) *Lectures on Government and Binding*. Dordrecht: Foris.
- _____. (1993) 'A minimalist program for linguistic theory', em *The view from building 20 - Essays in linguistics in honour of Sylvain Bromberger*, K. Hale and S. J. Keyser, eds. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 1-52.
- _____. (1995) *The Minimalist Program*. Cambridge, Mass.: MIT Press.
- Jarad, N. (1997) *The origin and development of for-infinitives*. PhD dissertation. University of Wales.
- Kayne, R. (1984) *Connectedness and Binary Branching*. Dordrecht: Foris.
- Madeira, A.M. (1995) *Topics in Portuguese Syntax: the licensing of T and D*. Dissertação de Doutorado, University College London.
- Roberts, I. (1993) 'Posfácio', em Roberts, I. & M. A. Kato (orgs) *Português Brasileiro - uma viagem diacrônica*, Editora da Unicamp: Campinas.
- Roberts, I. & M. A. Kato (orgs) (1993) *Português Brasileiro - uma viagem diacrônica*. Editora da Unicamp: Campinas.
- Rocha, R. C. F. (1997) *A alternância indicativo/subjuntivo nas orações subordinadas substantivas em português*. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília.
- Salles, H, M-L (1997) *Prepositions and the Syntax of Complementation*. Tese de Doutorado, University of Wales.
- Tarallo, F. (1989) *Fotografias Sociolinguísticas*. Campinas: Pontes / Editora da Universidade de Campinas.

VALORES SEMÂNTICOS E TEXTUAIS DOS ADVÉRBIOS EM PORTUGUÊS

1 Introdução

A teoria das partes da oração, antiga de 2.000 anos, reserva à classe dos advérbios um estatuto especial. Trata-se de uma classe heterogênea,¹ que integra elementos muito diversos, com variação marcada em distribuições e funções, se bem que se viu baptizar *cesto de lixos categorial* pelos críticos.

Daí que a investigação dos últimos anos prefere tratar os advérbios de *operadores*, i.e., unidades que abrem uma área operacional, um *escopo*, acima de entidades sintagmáticas ou discursivas. Além dos *valores denotativos*, os *advérbios frásicos*, *ilocutórios* e *metadiscursivos* têm valores pragmáticos, ligados à própria *acção discursiva*. Por tudo isso é evidente que, para descrever as funções dos advérbios, exige-se um modelo sumamente flexível que, a título provisório, tentamos aqui apresentar como modelo estratificatório.

2.1 Estratos descritivos

- modificações de traços micro-estruturais (nível do lexema);
- operações globais sobre sintagmas ou lexemas dentro da proposição;
- operações acima da proposição;
- operações acima do enunciado;
- operações ilocutórias;
- produção de conexões textuais / operações metadiscursivas.

Desenham-se sucintamente os casos *a - c*, para depois dar-se preferência às operações *d - f*.

Os níveis que distinguimos são os seguintes:

- Nível lexical (Nível L);
- Nível da proposição (Nível P);
- Nível comunicativo (Nível C);

- Nível da enunciação (Nível E);
- Nível das funções sintáticas (Nível S1);
- Nível das funções semântico-sintáticas (casos semânticos) (Nível S2);
- Nível dos *modos de validez*² (MV);
- Níveis modalizadores dependentes de diversos estratos (Níveis M)

A primeira distinção fundamental que se impõe com base nesta estratificação é aquela entre *valores endocêntricos* e *valores exocêntricos* dos advérbios.

2.2 Funções endo e exocêntricas dos advérbios³

São *endocêntricos* os *valores* que dependem do nível L, dos lexemas⁴ que se reúnem em proposições. Permitem especificações de traços da *micro-estrutura lexical*. Por outro lado, há especificações *externas* (valuativas, de gradação etc.) fora do lexema (dimensão exocêntrica).

(1) (D. Sebastião) "...o seu temperamento místico; a sua vocação para herói - tudo isso tem um liame que, sem uma forçada interpretação psicológica, o liga *indissolivelmente* às condições especiais do seu nascimento e da sua educação." (Sales Loureiro, 1978: 78/79)

(1.1) ligar <====> indissolúvel.

Indissolivelmente é emprego endocêntrico, depende de *ligar*: "unir por vínculos morais ou afetivos" e especifica o sema: *vínculo*, classificando-o *indissolúvel*. São *empregos exocêntricos* aqueles em níveis acima de L, nas *macro-estruturas*. Incluem os advérbios de maneira (MAN), de escopo (SCOP), de sujeito (SU), de acto ilocutório (ILOC),⁵ a mais, advérbios de conexão transfrástica, advérbios avaliativos de veracidade, de modo de validez da proposição, de

¹ "Sob a denominação de ADVÉRBIO reúnem-se, tradicionalmente, numa classe heterogênea, palavras de natureza nominal e pronominal com distribuições e funções às vezes muito diversas." Cintra/ Cunha 1989: 538.

² Em alemão: *Gültigkeitsmodi*.

³ Cf. Melis 1983: 29.

⁴ De verbos ou adjectivos.

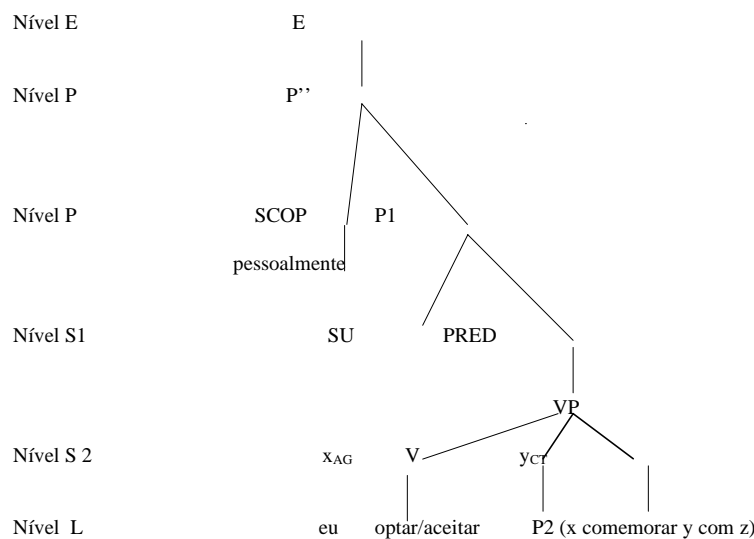
⁵ Como costumam tratar-se em diversos trabalhos respectivos (p.ex. Renzi et al. (1988), Fuentes (1991); Thielemann (1996); desiste-se aqui da descrição datalhada desses grupos.

comentário, até metadiscursivo ou textual (COM). Os *constituintes de referência* destes grupos são o *sintagma*, a *proposição* ou níveis *supraproposicionais*.

3 Nível do proposição (Nível P)

3.1 Advérbios de escopo

Trata-se dum grupo que restringe a validade do *sintagma* ou da *proposição toda*. O locutor não quer atribuir validade geral ao *conteúdo proposicional*, preferindo restringir a validade a um certo domínio, uma área: *política, estratégia, teoria, instituição, pessoa* (empregos *exocêntricos*). Em (2), a concretização dos advérbios entre os parênteses, mostra muito bem a atribuição de *escopos*.



(2) "*Pessoal e institucionalmente* (como docente e investigador do Instituto de História da Expansão Ultramarina da Universidade de Coimbra FLC), optei e aceitei comemorar estes 500 anos dos Descobrimientos Portugueses cumprindo sobretudo um plano de investigação e publicação, sincronizado o mais possível com a celebração dos grandes eventos." (JL: 01-07-98: 11)

(2.1) ASS: P1 & RESTR: SCOP (P1 vale para a minha pessoa e para a instituição).

O gráfico mostra a respectiva árvore de dependências:

Os *advérbios de escopo* costumam marcar-se por entoação suspensa e pausa depois do advérbio, vendo-se assim claramente a divergência de estatuto entre advérbio e proposição (P1).⁶

3.2 Advérbios explicativos⁷

Os advérbios explicativos, capazes de introduzir informações suplementares, são às vezes equivalentes a toda uma subordinada, permitindo em (4) a paráfrase causal:

- (4) Alejandro Gravier, um argentino com êxitos nos negócios segue-a *amorosamente* desde há cinco anos: (...).(Expr. Vivas 9-3-96:5)
 (4.1) Segue-a porque/ já que está amoroso/ apaixonado por ela.

4 Nível da enunciação (Nível E)

No nível da enunciação já não se completa ou restringe o *conteúdo proposicional* (P), mas operam-se valorizações, atitudes de locutor e interlocutor, reacções dos actores do próprio acto comunicativo (Nível C) com respeito a P.

4.1 Advérbios de avaliação subjectiva

- (5) "Cardoso e Cunha resiste ou sobrevive à frente da Expo'98? [...] *Infelizmente* para ele nenhuma das condições lhe é favorável." (Expresso Priv. 13-4-96: 4)
 (5.1) Infelizmente tenho que constatar P1.

Com *infelizmente*, advérbio performativo, o locutor anuncia que lamenta o *facto* P1 (condição de sinceridade).⁸ O advérbio de frase (*lamentavelmente*,

⁶ O quadro restrito deste trabalho não nos permite discutir a fundo a mobilidade de advérbios, sendo a última o traço saliente de advérbios frásicos. É evidente no caso de advérbios aléticos cf. *Melis* (1983):

- (3) O Pedro tem provavelmente razão. vs.
 (3.1) Provavelmente o Pedro tem razão. vs.
 (3.2) O Pedro tem razão, provavelmente.

⁷ Também discutidos como *Advérbios de sujeito*, cf. Renzi 1988.

⁸ A operação de *infelizmente*, leva o conteúdo de P1 ao *modo de factividade*. No entanto, é evidente que na fala o valor dos elementos do grupo depende da *condição de sinceridade*, e, se não houver esta, pode se tornar em pura *hipocrisia*.

afortunadamente, felizmente, paradoxalmente, inexplicavelmente etc.) escolhido pelo locutor permite evitar a expressão frásica do mesmo conteúdo.

4.2 Advérbios de avaliação alética e epistémica:

Com estas *modalidades*, o locutor que dispõe dum leque de advérbios para designar a *factividade, probabilidade, eventualidade* do conteúdo proposicional (*P*), vem notar o grau de certeza atribuído à factividade de *P*: *aparentemente, provavelmente, presumivelmente, aparentemente, obviamente, certamente* e outros.

(6) “Não foi *certamente* por acaso que a República de Haiti ficou à margem da viagem papal.(P1) O Vaticano não morria de amores pelo Presidente Jean-Bertrand Aristide (reposto no poder, em 1994, pelas tropas americanas)(P2). Ex-padre salesiano, Aristide lembrava a João Paulo II os «padres vermelhos» centro-americanos.(P3)” (Expresso 10-2-96: 23)

(6) é uma *sequência justificativa*. O autor presupõe o leitor na atitude (*P1: por acaso*), justificando, por conseguinte o seu enunciado (*P1: não por acaso*). *Certamente* ironiza o presuposto do leitor (*P1*); não é destinado a criar certeza, mas destinado a *sugerir* dúvidas. A *modalidade sugestiva* será depois sustentada: *não morrer de amores (P2); ex-padre salesiano (P3)*. Como não há *conector justificativo* (é que, já que) é ao leitor de concluir à exactidão de *P1*, aumentando-se assim a força persuasiva: (6.1) (CERT(P1)) <== *não morrer de amores (P2)*.

(7) ... e *consequentemente* (o PS deveria - Th..) apostar na destruição da AD e na realização desse acordo (E'1), *obviamente* após novas eleições.” (E'2/P2) (O Jornal: 29-1-82: 9)

Dentro do enunciado global *E*, o sintagma *obviamente após novas eleições* possui valor subsidiário duma *operação de sugestão* (E'2), com vista a aumentar a *aceitabilidade* do enunciado (E'1) baseado em *P1* (*O PS deve apostar na destruição da AD e na realização desse acordo*). O locutor sugere *E'1* sob restrição temporal, reforçando-a por *obviamente* que é coercitivo para o interlocutor e pois inverte totalmente a situação persuasiva. Não exprime a convicção do locutor; lhe serve de argumento para fazer aderir o leitor a *E'1*. *E'1* deve ser *óbvio* para o leitor, sendo parvo quem não o aceite. O enunciado (7) é uma sugestão em três níveis: 1º. reclamação do que o PS deveria fazer (E'1); 2º. deveria fazê-lo após novas eleições (P2); 3º o advérbio *obviamente* operando acima do conjunto de 1º. e 2º. para sustentar a estratégia persuasiva do locutor destinada a fazer aderir o leitor às suas afirmações.

4.3 Advérbios de função assertiva

Existe a mais um grupo de advérbios que à diferença da veracidade da *proposição*, destaca o valor funcional dos argumentos, pondo argumentos em relevo. Pertencem àquele grupo: *designadamente, verdadeiramente, essencialmente, precisamente* e outros.

(8) A verdade, porém, é que também este segmento do mercado habitacional continua à espera de melhores dias em Portugal.

Porquê? *Essencialmente* porque durante todo o ano de 1995 não se assitiu, neste domínio, segundo a AEOPS (Associação de Empresas de Construção e Obras Públicas - Th.), à introdução de qualquer «**medida significativa**» no intuito de lhe conferir uma maior flexibilidade e uma melhor funcionalidade. (Expresso 11-5-96: Priv.: 9)

(8.1) Vou dar uma explicação, mas o que se segue parece-me constituir o critério essencial. (Validação dum argumento para a continuidade da argumentação.)

(8.2) P2 & P1 é essencial para P2.

Precisamente, às vezes, é de emprego comparável: confere *unicidade* ao argumento, declarando-o *decisivo*.

(9) “... esta atitude da Igreja Católica portuguesa não pretende tomar a forma de um «*novo colonialismo*», mas apenas «*empenhar cidadãos crentes na sua responsabilidade histórica de promoverem um encontro de povos no campo da cultura e da solidariedade*». E foram *precisamente* os resultados desta persistência que conseguiram «convencer» os bispos de Angola, Brasil, S.Tomé e Príncipe, Moçambique, Guiné-Bissau e Cabo Verde a encontrarem-se durante quatro dias com os seus pares portugueses.” (Expresso 11-5-96:11)

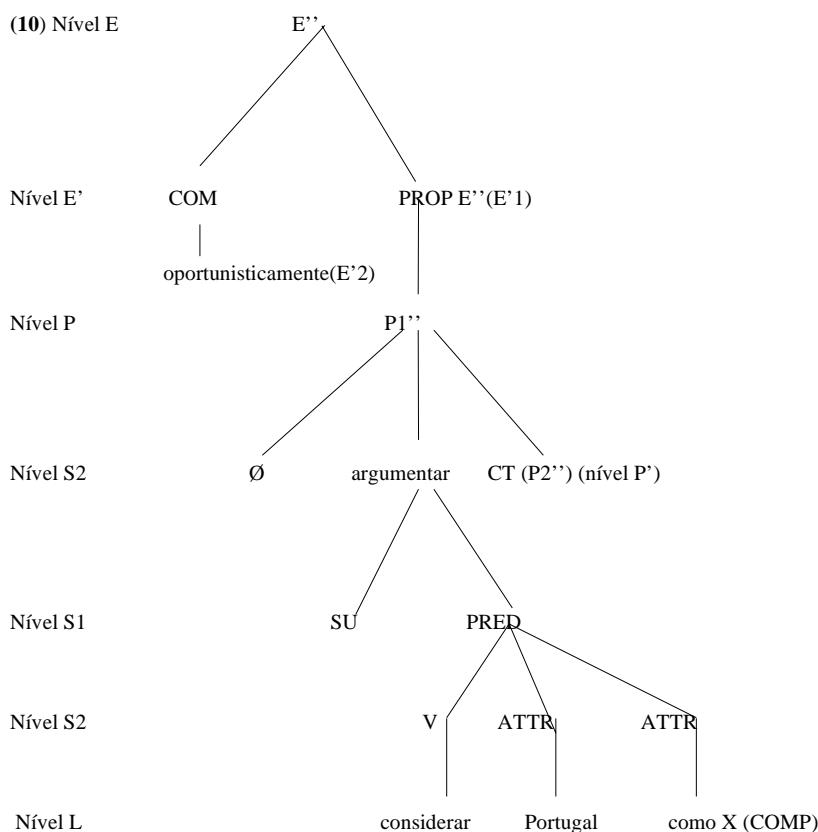
Valoriza o *acto ilocutório*: (9.1) Vou indicá-lo de maneira precisa.

5 Avaliações textuais - comentários textuais⁹

Noutras operações advérbiais, sobrepostos à proposição inferior (*P*), o locutor comenta (verbo de fala) enunciados, conteúdos proposicionais ou sintagmas (níveis E, P e S). *Comentam-se* sucintamente conjuntos de factos, situações, maneiras de agir, conteúdos textuais. Os comentários subjectivos integram-se também na estratégia de persuadir o interlocutor.¹⁰ Em (10) é menos o *conteúdo* a que o comentário diz respeito que a maneira de argumentar, avaliada *oportunistica*. *Oportunisticamente* domina a estrutura do *pacote proposicional* (10).

⁹ Muitas vezes os comentários textuais estão muito perto da actividade metadiscursiva, cf. abaixo 7.

¹⁰ Advérbios de função argumentativa.



(10) ”**Oportunisticamente**, argumentou-se também, que considerar Portugal já não como insusceptível de segmentação regional mas antes como uma única região nos daria vantagens nas negociações dos quadros comunitários com a União Europeia, uma vez que desse modo, seria mais fácil fazer valer a tese que todo o território deveria beneficiar das mesmas taxas de participação dos fundos comunitários. Este é, com certeza, de todos os argumentos que têm vindo a ser apresentados contra a regionalização o mais inconsistente.” (Expr. Econ. 11-05-96 : 12)

(10) mostra a complexidade e a condensação do processo de textualização. O comentário (COM) vem parafraseado: (10.1) É oportunístico tal modo de ver o problema.

6 Funções metadiscursivas dos advérbios

A estrutura metadiscursiva dos textos é, hoje em dia, na *linguística textual*, um facto adquirido. Organizando redes lógicas e sequências textuais, os sinais metadiscursivos são os faróis, os guias de produção e recepção. Em muitos casos trazem roupa adverbial: *finalmente*, *igualmente*, *posteriormente*, *paralelamente*, *antigamente* e outros.

(11) ”Sobre o balanço dos primeiros 12 meses de Chirac, Jospin foi frontal: «A política que

tem sido conduzida não tem nada a ver com o discurso da campanha (...) Num documento distribuído por ocasião do aniversário da eleição, intitulado «A grande desilusão dos franceses», o PSF contesta **igualmente** a política externa de Chirac afirmando *designadamente* que «a imagem da França no estrangeiro está desfocada.» (Expresso Rev. 11-5-96: 82)

Igualmente tem duas funções: classifica a parte antecedente como *comparável*, integrando assim o primeiro parágrafo de (11) nas *críticas*, e criando, regressivamente, conferindo clareza à estrutura textual.

Em (12) apresentamos a *ossatura metadiscursiva* dum comunicado da *Associação Portuguesa de Seguradoras (APS)*¹¹ que tem o objectivo de refutar acusações proferidas contra as *Seguradoras*, a saber, de não cumprirem o estipulado no Decreto-Lei. O conjunto dos conectores usados se revela um *armazém conectorial de refutação*, por si só já permitindo imaginar a estrutura argumentativa.

(12) Nunca..., Foram, assim..., Entretanto..., Entretanto..., Ora,.. Pelo respeito que merecem..., Com efeito..., É essa mesma confiança que faz..., É de referir..., Ora..., Nestas condições..., Finalmente..., (...). (DN 9-6-98: 7)

Vêm-se claramente os passos argumentativos de *constatar*, *fornecer novos argumentos* (entretanto, é de referir), *reduzir o valor* do argumento em favor (ora), *justificar-se* (nestas condições), e chegar (finalmente) ao *argumento superior da cadeia*.¹²

¹¹ Publicado no DN 09-06-98: 3. Infelizmente, por falta de espaço não será possível imprimir o próprio texto.

¹² Cf. Ducrot 1980.

7 Advérbios criadores de coerências argumentativas

Além do mais, um papel notável dos advérbios consiste em assegurar a *coerência argumentativa* do texto. Ao lado das conjunções, não é raro que sejam também os advérbios que servem a encadear *macroproposições, pacotes de enunciados*, organizados em cadeias argumentativas, *quadros pragmáticos*, reforçando, invalidando e combinando os *modos assertivos* dos enunciados particulares. Assim vão transformando factos informativos em estrategemas persuasivos: *juízos, objecções, justificações, conclusões*, etc., tentando tornar óptimo o efeito persuasivo em frente do interlocutor (*evidentemente, logicamente, naturalmente, obviamente*), convidando, intimando ou mesmo forçando o interlocutor a aceitar a argumentação apresentada, (cf.13):

(13) Estas formas pronominais, **logicamente**, não podem introduzir comentários actanciais, não referindo-se a actantes, mas sim, a elementos intensivos.

O autor trata dum fenómeno que apresenta como *notório*: pergunta se as *formas relexivas* podem introduzir comentários sobre *actantes*, servindo-se da forma silogística: SE ==> ENTÃO (em seguida S/E):

(13.1) O pronome intensifica a forma verbal ==> ORA, este pronome não representa um actante ==> ENTÃO não pode introduzir comentários actanciais. =>

(13.2) SE o pronome é intensificador ==> ENTÃO não pode introduzir coment.^s actanciais.

Sendo pré-fabricado e pressuposto: SE (P1) ==> ENTÃO (P2), o arranjo de conteúdos P1 ==> P2, em virtude do silogismo, terá de ser aceito como *lógico*. Do início, a asserção (P2) é qualificada *lógica e coercitiva* (não podem). *Logicamente* anuncia o direito para afirmar-se P2. Sendo P1 a *condição suficiente* de P2, torna-se ridículo refutá-la.

Em (14) integra-se *curiosamente* numa discussão sobre a sinceridade da Frente Nacional (FN) na França, destinada a qualificar o seu comportamento como hipócrita:

(14) "Quanto aos franceses de origem estrangeira, continuam praticamente afastados das listas (P1). *Curiosamente*, é nas listas da Frente Nacional que aparecem nomes de estrangeiros (P2) de segunda geração de emigrantes em situação de elegibilidade. Tal é o caso de Paris, onde o quarto nome da lista da extrema-direita é o de um descendente de um imigrante árabe (P3). Uma maneira de a FN obter um alibi (P4) para as acusações de partido racista." (DN 15-03-98: 20)

Com *curiosamente* estabelece-se *quadro macroproposicional* pragmático (P1 a P4) que desenvolve uma escala crescente de *valores dubitativos*.

Curiosamente sugere que a FN, partido xenófobo notório, não é sincera. O *modo sugestivo é inferencial*; cabe ao leitor inferir a conclusão. Não se lhe assera que a FN era hipócrita. O 1º valor escalar é neutro: (P1) *estrangeiros afastados das listas. Nomes de estrangeiros nas listas da FN* (P2) é dominado por *curiosamente*, valor superior que invalida a asserção de P2. (P3) *quarto nome descendente dum imigrante árabe*, aumenta a contradição afirmando *P2 vero*. Prepara P4, a conclusão: *alibi da FN*. A mistura das orientações argumentativas contrárias faz com que o leitor descubra a estratégia da FN.

8 Resumo

A dificuldade em encontrar uma descrição homogénea para os advérbios depende do facto de tratar-se de categoria polifuncional, sendo portanto tudo menos que um *cesto de lixos categorial*. Mesmo com formas idênticas (em *-mente*), revelam-se a *esfinge da classificação*, já que funcionam em vários níveis de língua e linguagem. Capazes de traspasar distâncias funcionais consideráveis, conseguem alterações impressionantes de valor pragmático. Daí a tendência de classificá-los *palavras-instrumentos, operadores*.

A sua riqueza e a sua variedade, no entanto, contribuem em maior grau ao funcionamento da linguagem: além de modificar significados verbais, os advérbios exprimem, no *níveis de frase e enunciado*, sentimentos, escopos, valores epistémicos e participam com funções metadiscursivas na organização do texto. Daí que se lhes propõe a descrição num modelo *estratificado* que saiba, em níveis distintos, visualizar as operações efectuadas. Tentámos mostrar várias das suas áreas funcionais: *intrafrásicas, suprafrásicas, textuais e discursivas*, a última sendo sem dúvida a mais atractiva delas.

Textos: Expresso, Diário de Notícias (DN), O Jornal, O Público, Jornal de Letras, Artes e Ideias (JL), Lisboa; Sales Loureiro, Francisco, D. Sebastião - antes e depois de Alcácer-Quibir, Lisboa: Ed. Vega, 1978.

Bibliografia

- ADAM, Jean-Michel. 1990. Eléments de linguistique textuelle - théorie et pratique de l'analyse textuelle. Liège: Mardaga.
- ANSCOMBRE, Jean-Claude. 1990. Thème, espaces discursifs et représentation événementielle. In: J-CI. Anscombre/ Gino Zaccaria (eds.), Fonctionnalisme et pragmatique. A propos de la notion de thème. Milano: Ed. Unicopli, pp. 43- 150.
- CUNHA, Celso / Luís F. Lindley Cintra, 1984 Nova gramática do português contemporâneo.² Lisboa: Sá da Costa.
- DUCROT, Oswald. 1980. Les échelles argumentatives. Paris: Minuit.

- FUENTES RODRIGUEZ, Catalina. 1991. Adverbios de modalidad. In: *Verba*, Santiago de Compostela, 18 (1991), pp. 275 - 321.
- Grande grammatica italiana di consultazione*, a cura di Lorenzo Renzi, 1988 Bologna: Il Molino; Parte: L'avverbio, a cura di Laura Lonzi, pp. 350 - 412.
- HEINEMANN, Wolfgang / Dieter Viehweger. 1991. *Textlinguistik. Eine Einführung*. Tübingen: Niemeyer.
- MELIS, Ludo. 1983. *Les circonstants et la phrase - étude sur la classification et la systématique des compléments circonstanciels en français moderne*. Louvain: Presses Universitaires.
- THIELEMANN, Werner. 1994. Valenzen, Kasus, Frames. In: *W.Thielemann/ Kl.Welke (eds.), Valenztheorie - Werden und Wirkung*. Münster: Nodus 1994, pp.195- 226.
- THIELEMANN, Werner. 1996. El adverbio: Pragmática - Gramática - Léxico: Campo conflictivo. In: *Gerd Wotjak (ed.)(1996)*, pp. 59 - 91.
- VIEHWEGER, Dieter et al. 1977. *Probleme der semantischen Analyse*. Berlin: Akademie-Vlg. (=Studia grammatica XV).
- WOTJAK, Gerd (ed.). 1996. *En torno del adverbio español y los circunstantes*. Tübingen: Narr.

ACONTECEU A VIRADA NO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA?

As perguntas que me faço
São levadas ao espaço
E de lá eu tenho todas
As respostas que eu pedi

(Roberto Carlos/Erasmus Carlos
"Pensamentos")

Os estudos de linguagem

Os estudos contemporâneos de linguagem caracterizam-se através de dois movimentos: o deslocamento do foco da frase para o texto e do enunciado para a enunciação. No entanto, basta uma olhada em nossos materiais pedagógicos, basta uma observação nas conversas de estudantes de nossas escolas, basta um rápido contato com professores de língua materna, para concluir que as novas tendências ainda não chegaram às salas de aula. É a marca prescritivista do estudo e do ensino que ainda predomina. Essa mudança nos paradigmas de estudos lingüísticos tem como consequência um novo posicionamento do homem diante da linguagem. O objeto linguagem passa a ser visto não mais como um produto a ser dissecado, a ser analisado e sim como um processo. Em última análise, o estudo da linguagem procura o homem que está na linguagem:

"... como as idéias não existem desvinculadas das palavras, a linguagem é um dos lugares onde se materializa a ideologia" (Gregolin, 1988 p.118)

A abordagem prescritiva da linguagem, historicamente, dominou os estudos lingüísticos. Essa tendência é tão forte que se transformou em um mito. Tanto é que, se perguntarmos aos representantes letrados de nossa sociedade qual é o objetivo do ensino de língua portuguesa em nossas escolas, a resposta é unânime: estuda-se língua portuguesa com a finalidade de aprender regras para falar e escrever corretamente.

Os enfoques contemporâneos de estudo de linguagem tiveram como consequência o surgimento de novas disciplinas lingüísticas: a Lingüística de Texto, a Análise do Discurso, a Semântica Argumentativa, a Análise da Conversação e outras. Essas disciplinas, cada uma com suas finalidades e à sua maneira, tentam abranger o fenômeno linguagem em sua totali-

dade, procurando explicitar todos os seus elementos funcionais, incluindo as unidades textuais e discursivas, não contempladas até então pelas teorias anteriores de estudo de linguagem. Surgem, a partir daí, novas categorias de análise que devem ser incorporadas à reflexão sobre a linguagem.

O professor de Língua Portuguesa

O professor que trabalha com língua portuguesa nas séries iniciais recebe sua formação em escolas de Magistério. Esse educador, geralmente, não atua em apenas uma ou outra disciplina. Recebe a formação para atuar no conjunto de todas as disciplinas ministradas nas séries iniciais. Sua formação, marcada por essa pulverização é precária na área de alfabetização e língua portuguesa. A finalidade da formação é mais com "o como se ensina" do que com "o que se ensina". Por essa razão, o professor que atua em nossas séries iniciais com a área de língua portuguesa pouco conhecimento tem sobre o funcionamento da linguagem. Seu conhecimento limita-se, quando muito, a regras normativas. Por outro lado, o professor que atua a partir da 5ª série recebeu em sua formação uma dose bastante significativa de estudos lingüísticos. Língua portuguesa, lingüística, teoria da literatura, filologia e outras disciplinas relacionadas à linguagem ocuparam todo o seu currículo. No entanto, as escolas de formação de professores na área de Letras - que se expandiram a partir dos anos 70 - não acompanharam a evolução dos estudos lingüísticos. Continuam com seus currículos defasados e marcados fortemente por uma visão tradicional de estudos de linguagem.

Os professores, em resumo, que atuam com o ensino de língua materna - uns, por não terem recebido uma formação em termos lingüísticos, outros, por terem recebido uma formação prescritiva - continuam a trilhar um caminho tradicional em termos de estudo de linguagem.

Inevitavelmente, a partir daí, há um paradoxo. A prática tradicional do professor de língua portuguesa, sua visão prescritiva em termos de linguagem encontra-se em oposição com a visão contemporânea - a visão textual e discursiva que fundamenta as propostas curriculares de ensino e que está presente nos difundidos "Parâmetros Curriculares Nacionais". Parâmetros esses que representam, segundo a versão oficial, a verdadeira tábua de salvação para o ensino. Em sua publicidade oficial, os órgãos do governo afirmam:

"O Governo está entregando os Parâmetros Curriculares Nacionais para 600 mil professores da Escola Pública. Os PCN sugerem uma nova maneira de ensinar. Agora, as crianças vão aprender mais."

Em síntese, a situação atual do ensino de língua portuguesa pode ser assim delineada: os professores, com sua formação tradicional em termos de linguagem envolvidos no processo de formação continuada - cursos de atualização, leituras, grupos de estudos, seminários- percebem que a teoria que dominam para falar da linguagem já não é suficiente para embasar sua prática pedagógica, uma vez que com as tendências contemporâneas de estudos lingüísticos surgiram novas categorias, novas teorias para explicitar o funcionamento da linguagem. Os órgãos oficiais, preocupados com a qualidade de ensino e responsáveis pela Educação tentam a todo custo atualizar esses mesmos professores, dar a eles uma instrumentalização teórica para redirecionar sua prática pedagógica de acordo com a nova visão da linguagem. De outro lado, porém, os Cursos de Formação de professores na área de Letras- em sua maioria- continuam a proporcionar uma formação defasada, uma formação tradicional em termos de linguagem. Os materiais didático-pedagógicos utilizados pelos professores com "marketing" e apresentação: "novos", "renovados", ainda continuam também a sedimentar as tradicionais atividades e visão de ensino de língua portuguesa.

Os parâmetros curriculares nacionais X livro didático de Língua Portuguesa

Os parâmetros curriculares nacionais repetem em linhas gerais o já publicado nas propostas curriculares de ensino de diversos estados brasileiros, nos anos 80. Os conteúdos de ensino de língua portuguesa estão articulados em três eixos: compreensão e produção de textos relacionados ao eixo do uso da linguagem e análise lingüística relacionada ao eixo da reflexão sobre a linguagem. Através de uma análise dos conteúdos sugeridos, bem como dos objetivos listados, podemos facilmente perceber que "a teoria" que está embasando a proposta tem como fundamento as "lingüísticas textuais e discursivas".

Como foi descrito no início dessa exposição, o ensino tradicional de língua portuguesa se embasa em

um teoria da frase. Os elementos teóricos presentes nos PCN ultrapassam o nível da frase: são elementos ligados à gramática do texto e à gramática do discurso. Na parte dedicada à prática de compreensão de textos, notamos a presença de elementos de tipologia textual/gêneros discursivos, apresentação ao aluno de diferentes tipos de textos, bem como de "regras" textuais. Fala-se em "análise de indicadores lingüísticos e extralingüísticos presentes no texto..." Desenvolvendo os objetivos e os conteúdos relacionados à produção de textos, novamente percebemos a presença de elementos teóricos ligados às novas tendências de estudo de linguagem: "mecanismos discursivos", "força de argumentos" "seleção do interlocutor". Essas novas categorias de análise estabelecidas pelas novas tendências de estudo de linguagem encontram lugar ainda nas sugestões de atividades de análise lingüística: "utilização de recursos sintáticos e morfológicos para expressar (.....) uma diferente topicalidade..." , "emprego de elementos anafóricos sem relação explícita com situações ou expressões que permitam identificar a referência".

A prática de ensino de língua portuguesa em nossas escolas, porém, continua a mesma. O professor, sem tempo para planejar suas aulas, utiliza-se do livro didático que se transforma em uma espécie de guia de conduta para o professor. As editoras, sedentas de lucros, procuram por todos os meios abocanhar seu quinhão no rentável negócio de venda de livros para a FAE - Fundação de Amparo ao Estudante "órgão do governo que adquire os livros das editoras e os repassa gratuitamente aos alunos. Fazendo uma análise dos livros mais distribuídos pela FAE, observamos o paradoxo entre as propostas contidas nos parâmetros curriculares nacionais e nos conteúdos, objetivos e atividades contidos nos livros didáticos. Torna-se necessário afirmar que o livro didático substitui o professor nas tarefas de escolher "o que ensinar", "como desenvolver as atividades", "como avaliar" ...; enfim, é o livro que assume o papel de sujeito no processo ensino-aprendizagem.

Enquanto nos PCN, encontramos uma conceitualização bastante clara do que é o trabalho com a reflexão que se faz com a linguagem denominada "análise lingüística", nos livros didáticos esse estudo ainda está planejado de acordo com a visão prescritiva, tradicional da linguagem. Um dos livros mais distribuídos pela FAE, o livro "Linguagem Nova" de FARACO e MOURA, apresenta o desenvolvimento dessas atividades em categorias estanques com o título de "Gramática", abrangendo sob esse rótulo, as categorias lingüísticas restritas ao nível da frase. O livro, assim estruturado, propõe o desenvolvimento de atividades justamente como é criticado pelo PCN de língua portuguesa:

"Assim não se justifica tratar o ensino gramatical como se fosse um conteúdo em si, mas como um meio para melhorar a qualidade da produção lingüística. É o caso, por exemplo, da gramática que, ensinada de forma descontextualizada, tornou-se emblemática

de um conteúdo estritamente escolar, do tipo que só serve para ir bem na prova e passar de ano...”(p. 17)

Nos “parâmetros curriculares nacionais” há nas sugestões do “tratamento didático dos conteúdos”(p. 50 e ss.) orientações para um curso de leitura. No livro didático, as atividades de leitura não aparecem “sistemizadas”, isto é, não há um “ensino de leitura”. É apresentado um texto com perguntas, o aluno responde às perguntas, depois há um outro texto e assim sucessivamente. Não se percebe subjacentemente às atividades de leitura sugeridas pelo livro didático uma gradação, uma seleção de estratégias de leitura a serem exercitadas.

A concepção de leitura do professor

A partir dos anos 80 houve uma mudança nos paradigmas de estudo de linguagem. Essa mudança tem conseqüências diretas no modo de ver a linguagem e no modo de ensinar linguagem. Para que a grande massa de professores em atuação tivesse conhecimento desses novos encaminhamentos, os governos iniciaram na segunda metade dos anos 80 os cursos de capacitação, na tentativa de colocar em ação um processo de educação continuada.

Dois fatos ocorridos em nossa atuação nesses encontros, chamaram a atenção.

a. Em um deles, a análise de uma reportagem. Por ocasião do dia mundial da alfabetização - 8 de setembro- o jornal “A Folha de São Paulo” (em sua edição de 8-9-97) traz como machete “Analfabetismo funcional atinge 33% em SP”. O assunto focaliza uma pesquisa “montada com textos do cotidiano” e realizada com uma amostra de mil pessoas entre 15 a 54 anos de idade da cidade de São Paulo. Aparecem na reportagem três exemplos do teste realizado. No primeiro, há um anúncio de emprego. O segundo texto apresentado foi um boletim informativo divulgado numa empresa sobre o resultado das eleições da CIPA. O último é um formulário de depósito bancário. As questões apresentadas no teste da pesquisa são bastante simples. No anúncio de emprego, por exemplo, os pesquisados deviam “Riscar embaixo do endereço onde o candidato deve se apresentar para o emprego”. A conclusão da reportagem é a seguinte: Na escola, as pessoas aprenderam a ler, a escrever e a fazer contas, mas não conseguem usar isso no dia-a-dia.”

Depois de discutir a reportagem, resolvemos verificar como os cursistas estavam utilizando suas estratégias de leitura. Selecionamos um texto publicado na revista *Veja* (edição de 16/04/97). Após uma reportagem sobre os casos de violência policial ocorridos em Diadema (SP) e na Cidade de Deus (RJ) e divulgados pelas redes de Tv, aparece uma charge. Na parte visual, há dois personagens: um repórter e um deputado. Passa-se então o seguinte diálogo:

“ - Deputado, o Senhor é da Bancada da PM?
- Negativo. O elemento que disse isso evadiu-se do local e não pode provar nada.”

Foi solicitado aos professores que depois da leitura do texto respondessem às seguintes questões:

- 1- O que o repórter perguntou ao deputado?
- 2- Qual foi a resposta do deputado? Como sabe?

O resultado do teste foi, em números, ainda maior que o da reportagem do jornal, isto é, apenas 30% dos professores “leu” o texto. Em reflexão com os cursistas sobre esse resultado da “leitura dos professores”, a conclusão foi a de que os professores, antes de entrar na escola usavam a linguagem de um modo inteligente. A escola com seu encaminhamento tradicional de ensino de leitura “mitificou” leitura como decodificação. Um professor, na discussão chegou a afirmar: “Eu tinha feito a leitura adequada, mas pensei que fosse para responder às questões como fazemos na escola”.

b. Ainda em pauta o tema leitura, foi solicitado ao professor que tipo de encaminhamento daria para a atividade com dois textos publicados nas revistas “*Veja*”(7-5-97) e “*Isto é*”(7-5-97). Seguem os textos.

Revista “*Isto é*”:

“Morreu o psicanalista e deputado federal Eduardo Mascarenhas. Conhecido na década de 80 por tentar popularizar a psicanálise através de programas de tevê, Mascarenhas entrou para a política em 1990 como suplente de deputado pelo PDT e em 1993 filiou-se ao PSDB. No Rio de Janeiro, de causa não divulgada, aos 54 anos. Na terça-feira 29.”

Revista “*Veja*”

“Morreu o psicanalista e deputado federal Eduardo Mascarenhas. Com uma clientela de artistas e socialites, sempre acompanhado de belas mulheres, Mascarenhas fez algum sucesso em programas de TV e em jornais, discutindo de forma superficial conceitos freudianos. Iniciou-se na vida pública em 1990, eleito pelo PDT. Três anos mais tarde mudou para o PSDB. Dia 29, aos 54 anos, de câncer no pulmão, no Rio de Janeiro”.

Um grupo de professores deveria encaminhar a leitura do texto publicado na Revista “*Isto É*”. O outro grupo, o texto da revista “*Veja*”. As questões formuladas pelos professores resumiram-se aos conhecidos: quem, onde, como, quando

Esses tipos de questões deixam de focar um aspecto importante dos textos em questão. Como afirmou Halliday (1976) a linguagem deve ser enfocada através de três componentes: o componente ideacional (o conteúdo do texto), o componente interpessoal (as relações que se estabelecem através do texto entre o autor-texto-leitor) e o componente textual (de que modo os elementos se relacionam, se organizam no texto para significar aquilo que eles significam). As questões elaboradas pelos professores para o encaminhamento da leitura dos textos mostram que apenas o componente ideacional foi contemplado. A linguagem é para esses professores apenas o veículo de idéias.

Essa reflexão mostrou ainda que os exercícios de leitura escolar realizados são exercícios de “cópia” e não de “compreensão” (Marcuschi, 1996). O encaminhamento da leitura pelos professores deixou de focar o componente interpessoal. Enquanto no texto da “Isto é” o jornalista tenta passar uma imagem neutra de Eduardo Mascarenhas, preocupando-se com a referência do texto, a revista “Veja” posiciona-se diante do político e psicanalista, caracterizando-o como um “bom vivant” - “sempre acompanhado de belas mulheres”- e colocando em dúvida sua própria profissão, afirmando que o psicanalista fez sucesso (algum) - “discutindo de forma superficial conceitos freudianos”... (chamamos a atenção para o uso do adjetivo “superficial”).

Um obstáculo a superar

Os professores, que hoje atuam na rede pública de ensino, são oriundos de cursos superiores cujos currículos não têm se mostrado muito eficazes na formação de educadores que realmente possam provocar a mudança qualitativa de ensino. Esses profissionais, no mercado de trabalho, sobrecarregados de aulas, apóiam o encaminhamento de suas atividades didático-pedagógicas no material que têm à sua disposição - o livro didático. No processo de educação continuada - cursos, palestras, leituras, grupos de estudo - entram em contato com as propostas curriculares de ensino que apregoam a não-adoção de livro didático. Os próprios parâmetros curriculares nacionais fazem uma distinção entre aqueles que planejam o ensino e aqueles que apenas o executam (estes seriam os que adotam o livro didático). O que fazer? Abandonar o material didático? E o que colocar em seu lugar? Mesmo aqueles professores que conhecem as novas teorias de estudo da linguagem sentem-se inseguros diante dessa realidade. É mesmo um salto no escuro que muitos, a maioria não quer dar.

Por outro lado, os consultores dos subsídios curriculares, os professores universitários - a comunidade científica - mostram-se bastante radicais no que diz respeito à elaboração e uso do livro didático. As editoras percebem a lacuna e a preenchem. Seus livros adquiridos pela FAE e distribuídos por todo o Brasil continuam a direcionar, a mostrar os rumos do ensino de língua portuguesa. Um levantamento junto às editoras nos levou a uma rápida análise dos livros mais distribuídos no Brasil, hoje. Todos eles com uma

tendência prescritiva, tradicional de ensino/aprendizagem de linguagem. Geraldi (1991) percebe a problemática da produção e utilização de livro didático, quando ao tratar da atividade de análise lingüística assim se refere à produção de material didático:

“Enfim, o risco deverá ser assumido em algum momento com a produção de material didático destinado a professores de 1º e 2º graus sobre a análise lingüística na sala de aula. Um projeto a mais no horizonte das muitas coisas a fazer”. (p. 241)

O risco a que faz referência o autor é a transformação desse material num receituário.

Há necessidade de superar esse primeiro obstáculo se quisermos mesmo caminhar em busca de uma mudança qualitativa do ensino de língua portuguesa. Essa superação inclui também uma mudança de atitude do professor em relação à linguagem, ao ensino, à escola e à educação. Não se deve esperar soluções simplistas como a anunciada pela publicidade do Ministério da Educação ao afirmar que a qualidade se alcança pela distribuição dos parâmetros curriculares aos professores da rede pública, nem tampouco esperar por soluções mágicas como a do nosso cancioneiro popular que encontra todas as respostas no espaço.

Bibliografia

- FARACO E MOURA. Linguagem Nova - Coleção didática 5ª a 8ª séries. São Paulo, Ática, 1994.
- GERALDI, J. Wanderley. Portos de Passagem. São Paulo, Martins Fontes, 1991.
- GREGOLIN, Maria do Rosário V. As fadas tinham idéias: estratégias discursivas e produção de sentidos. Araraquara. Tese de Doutorado, 1988.
- HALLIDAY, M. A. K. Estrutura e Função da Linguagem. In: LYONS, J. (org) Novos Horizontes em Lingüística. São Paulo, Cultrix, 1976.
- MARCUSCHI, L. Antonio. Exercícios de Compreensão ou Cópia nos Manuais de Ensino da Língua. Em Aberto, Brasília, ano 16, n. 69, jan/mar.1996.
- PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS-POR-TUGUÊS. Versão preliminar para discussão nacional. Ministério da Educação e Desporto. Brasília, out/97.

MECANISMOS QUE OPERACIONALIZAM O VALOR GENÉRICO DO ARTIGO

Neste trabalho, discutiremos os mecanismos que permitem que o artigo assuma um valor genérico, em função da construção de um enunciado genérico. Como marca de determinação, o artigo é suscetível de remeter o nome à zona do genérico em que se consolida um grau de determinação genérica.

O grau de determinação genérica consiste em uma determinação qualitativa vinculada à indicação de que a quantificação é possível (Groussier et Rivière, 1966). Tomando os enunciados:

- 1 **O homem** é um ser racional.
- 2 **Um homem** é um ser racional.
- 3 **Os homens** são seres racionais.

Em **1**, o artigo definido marca uma flechagem genérica identificando “homem” com a espécie “homem”. Não se trata de uma determinação puramente qualitativa, pois, se pensarmos de uma forma bem “ingênua” desvinculada de qualquer realidade pronta, temos nessa asserção uma decorrência de observações da propriedade “ser racional” atribuída a homens diversos. Foi da observação de que um homem **a** enquanto homem tem a propriedade de ser racional; de que um homem **b** enquanto “homem” tem a propriedade de “ser racional”, de que um homem **c** enquanto “homem” tem a propriedade de “ser racional”... que houve suporte para a asserção: “O homem é um ser racional”. A propriedade é atribuída à espécie que qualitativamente estende-se a cada elemento da espécie homem por meio de uma quantificação: Todo **X** que tem **P** é um ser racional. Podemos dizer que “ser racional” é uma propriedade estável, de caráter definitório, do centro organizador de *homem*. Essa extensibilidade da propriedade “ser homem” permite que se tenha uma extração por aferição em **2**. O artigo indefinido, nesse exemplo, marca uma extração por aferição por não termos uma ocorrência individualizada de **p**, e sim uma ocorrência enquanto possuidora da propriedade da espécie “homem” por ser membro dessa espécie. Essa extração por aferição resulta em uma varredura:

Qualquer **X** que tenha **P** é um ser racional

Em **3**, o artigo indefinido remete para a totalidade da classe. Toda ocorrência de **p** é identificável a

outra ocorrência de **p**. O artigo zero também apresenta o mesmo comportamento do artigo definido, remetendo para a totalidade da classe:

4 **Homens** são seres racionais.

Esses enunciados acima apresentam mecanismos responsáveis pelo valor genérico do artigo centrados no relator *Ser* que apresenta a ausência de uma determinação temporal associada à construção “o homem”, favorecendo uma varredura que resulta no valor genérico do artigo. Esse mecanismo força, de alguma forma, uma ruptura com o empírico, ou mais precisamente, com as variedades preestabelecidas. Por exemplo, quando temos:

5 **O homem** não é um ser racional.

A ausência da determinação temporal associada à ocorrência “o homem” possibilita uma operação de varredura remetendo para qualquer ocorrência que tenha a propriedade “homem”. Do ponto de vista lingüístico, o mecanismo que nos leva a construir um valor genérico para “o homem” sobrepõe-se à questão da verdade do enunciado.

Uma expressão nominal é genérica quando, no processo de construção referencial, o artigo indica uma referência a uma classe, a todo elemento pertencente a uma classe ou a qualquer elemento não localizado de uma classe. A construção referencial requer um elemento não atualizado no sentido de não ser um elemento situado no tempo e no espaço em uma situação de enunciação. Tomando, por exemplo, os enunciados **6** e **7**, podemos observar que em **6**, o artigo definido não remete o nome para elementos situados no tempo e no espaço como ocorre em **7**:

6 Percebi que **os cegos** têm seu modo de ver. (R.E)

7 **Os cegos** estão aguardando o médico na sala de espera.

Em **6**, o artigo definido remete “cegos” para a totalidade dos elementos da classe; já em **7**, o artigo definido remete para um conjunto de elementos determinados que se encontram em um espaço dado e que pertencem à classe dos cegos. Em **6** e **7**, as ope-

rações de determinação são distintas. Em **6**, temos uma operação de varredura. O artigo definido marca a atribuição de propriedades que passa por cada elemento da classe mas não se detém em um valor distinto; já em **7**, o artigo definido realiza uma operação de flechagem identificando cada elemento de um grupo de uma classe. A partir de uma predicação de existência em um pré-construído:

Há cegos na sala de espera

Temos: um cego **a** que se encontra na sala de espera, um cego **b** que se encontra na sala de espera, um cego **c** que se encontra na sala de espera, etc; o artigo definido marca a totalidade dos cegos que se encontram na sala de espera.

No enunciado **6**, o valor genérico resulta de vários atos de observação em relação à maneira dos cegos perceberem o mundo que difere da classe dos não cegos. Em **7**, temos um conjunto de cegos que se encontram em um espaço dado, opondo-se a outros cegos que não se encontram em tal espaço. Essa oposição cria zonas heterogêneas: de um lado temos a existência dos cegos que aguardam o médico na sala de espera; de outro lado, temos cegos que não são localizados em relação a “médico”, em uma situação de interação verbal.

Já em **6**, não é possível a bipartição em zonas heterogêneas: Uma ocorrência de **p** é sempre identificada a outra ocorrência de **p** em função de uma predicação atribuída. Assim “os cegos têm seu modo de ver” significa que um cego tem seu modo de ver, um cego tem seu modo de ver, um cego tem seu modo de ver...

Nesses exemplos supracitados, temos uma pequena amostra de que existem mecanismos que interferem na construção de um valor genérico do artigo. Trabalharemos a partir de agora em função desses mecanismos que possibilitam uma operação de determinação genérica.

I) A ausência de uma determinação temporal do relator *Ser* caracterizando uma propriedade definitória

No enunciado:

8 O cearense é hospitaleiro.

O relator *Ser*, desprovido de uma marca de determinação temporal, é responsável pelo valor genérico do artigo. Esse tipo de construção expressa uma propriedade definitória relacionada à propriedade permanente de *Ser*. Glosando temos:

Defino o cearense como uma pessoa hospitaleira.

Esse enunciado não abre espaço para zonas heterogêneas. Temos uma propriedade atribuída a um argumento em todo tempo e em todo espaço por todos os locutores. No entanto podemos forçar uma heterogeneidade, inserindo elementos que individualizam a ocorrência. Por exemplo, se inserirmos a relativa em

8.1 O cearense que conheci é hospitaleiro.

Temos uma propriedade estável, relativa à ocorrência **x** que não se estende necessariamente a toda ocorrência de **p**. A relativa rompe com a genericidade por provocar operações de determinação que se afastam de uma zona genérica. Considerando, ainda, o enunciado **8.1**:

8.1 O cearense que conheço é hospitaleiro.

8.2 Os cearenses que conheço são hospitaleiros.

8.3 Um cearense que conheço é hospitaleiro.

Temos em todas essas ocorrências uma quantificação que isola uma dada quantidade de ocorrências de **x** de uma noção **p** (cearense). No genérico, não há ocorrências de **p** isoladas de outras ocorrências em relação a uma predicação; já nesses enunciados, é possível termos ocorrências isoladas de **p** que se colocam em zonas opostas em função da predicação:

8.4 O cearense que conheço é hospitaleiro mas **o cearense** que você conhece não é hospitaleiro.

8.5 Os cearenses que conheço são hospitaleiros mas **os cearenses** que você conhece não são hospitaleiros.

8.6 Conheço um cearense que é hospitaleiro mas você conhece **um cearense** que não é hospitaleiro.

II) O aspecto pontual alternado à determinação genérica

9. A criança carente não sabe como provar sua inocência (R.E)

9.1 A criança carente não soube como provar sua inocência.

Em **9** e **9.1**, o aspecto pontual tira a ocorrência “criança carente” de uma zona genérica e estabelece zonas heterogêneas, provocando o surgimento de uma ocorrência localizada na situação de interação verbal, as quais diferenciam-se, entre si, pela natureza da operação de determinação. Em **9**, o artigo definido marca uma operação qualitativa e em **9.1**, uma operação quantitativa. Uma ocorrência, ao ser situada na situação de interação verbal, opõe-se a uma outra ocorrência em uma zona de abstração. Em **9.1**, por exemplo, trata-se da criança da qual estou falando e não desta ou daquela “criança carente”.

Em **9.2**, temos uma ocorrência individualizada de **p** por meio de uma extração. Entretanto, a presença da marca *nunca* elimina o aspecto pontual e transpõe a ocorrência para a zona do genérico:

9.2 Uma criança carente nunca soube como provar sua inocência.

9.3 Uma criança carente nunca soube como provar sua inocência.

A presença do artigo indefinido marca a operação de varredura, percorre um conjunto de ocorrências abstratas, não individualizadas:

Uma criança carente não soube como provar sua inocência; uma criança carente não soube como provar sua inocência, etc.

Já a presença do artigo definido não marca necessariamente um genérico:

9.4 **A criança carente** *nunca* soube como provar sua inocência.

Pode ser uma criança carente envolvida em uma dada situação:

9.5 Naquele caso do roubo na escola, **a criança carente** *nunca* soube como provar sua inocência.

O enunciado apresenta elementos (a marca do dêitico “naquele caso”) que levam a identificação de criança carente.

Se a asserção se contrapõe a uma outra asserção, o valor genérico do artigo permanece. Imaginemos uma situação em que **A** afirma:

A criança carente sabe como provar sua inocência.

Uma criança carente sabe como provar sua inocência.

E **B** rebate:

A criança carente sabe como provar sua inocência? **A criança carente** *nunca* soube como provar sua inocência!

Uma criança carente sabe como provar sua inocência? **Uma criança carente** *nunca* soube como provar sua inocência!

Essa presença ou ausência da marca da temporalidade está ligada à natureza das relações primitivas que uma noção relacional (para a qual o verbo remete) estabelece entre os elementos que preenchem os lugares dos Argumentos da *lexis*. A natureza das relações interfere nas operações de determinação marcadas pelo artigo. Vejamos:

10 **O cachorro** late.

10.1 **Um cachorro** latiu.

Pensemos na asserção acima, como resposta a uma pergunta bem ingênua:

O que faz um cachorro?

O artigo definido remete para a noção *cachorro* que, enquanto propriedade **p**, ou seja, enquanto/cachorro/, caracteriza-se pela predicação

latir. Não há um ato de latir atualizado no tempo. O **A1** (argumento 1) não se consolida como agente da ação de latir em um momento e espaço dados. Ele se torna agente quando há a predicação de existência consolidada ou a se consolidar, de existência provável, hipotética, do resultado a ação - o latido. Dessa forma, quando temos:

10.2 **O cachorro** late no quintal.

Na inserção do especificador “no quintal” temos a passagem do estado de não latir, ou seja, sai-se da existência zero de “cachorro latido” (latido no sentido de resultado de “cachorro late”) e passa-se a uma existência de “cachorro latido” situada no tempo e no espaço. O mesmo ocorre em **10.3** e **10.4**:

10.3 **Um cachorro** late.

10.4 **Um cachorro** sempre latiu.

Em **10.3**, o artigo indefinido remete para um elemento não situado da espécie, uma ocorrência abstrata, não havendo um ato de latir de uma ocorrência individualizada de **p**, atrelada a um tempo e a um espaço; o que ocorre em **10.4**.

Os artigos definido e indefinido não assumem necessariamente um valor genérico em um mesmo ambiente lingüístico. Por exemplo, em **10.5** e **10.6**, tanto o artigo definido quanto o indefinido assumem um valor não genérico em função do aspecto pontual do verbo:

10.5 **O cachorro** latiu.

10.6 **Um cachorro** latiu.

Em **10.6**, “um cachorro” passa à zona genérica se acrescentarmos a marca aspectual *sempre* :

10.7 **O cachorro** *sempre* latiu..

10.8 **Um cachorro** *sempre* latiu.

Se estabelecermos uma relação de causalidade em **10.7** o valor genérico do artigo definido é destruído:

10.7 **O cachorro** *sempre* latiu.

10.9 **O cachorro** *sempre* latiu, só agora você está reclamando.

O que já não ocorre em **10.8**:

10.8 **Um cachorro** *sempre* latiu.

10.9 **Um cachorro** *sempre* latiu, só agora você está reclamando. (*)

Se criarmos, por exemplo, uma relação de localização por meio de uma relação de posse, também rompemos com o valor genérico do artigo:

10.10 **O cachorro de Ana** sempre latiu.

Vimos que a marca da aspectualidade bloqueia o valor genérico do artigo. Mas há alguns casos em que esse fato não se verifica em relação ao artigo definido:

11 **O homem** inventou o avião.

12 **Um homem** foi à lua.

Em 11 e 12, não temos uma ocorrência individualizada e identificada da noção **p**. Neste tipo de enunciado está se destacando o evento realizado pela espécie homem e não por um determinado elemento dessa espécie. O artigo definido remete para a espécie enquanto espécie que se diferencia de outra espécie pela propriedade “inventar avião”(11) e “ir à lua”(12).

Nesses casos, não consideramos que haja um genérico da mesma natureza de “O homem é um ser racional”, a predicação que atribui um valor genérico a “O homem” em 11 e 12, resulta da observação ou da constatação de que um elemento ou alguns elementos da espécie realizaram tal evento. A propriedade não se estende a todos os elementos da espécie, daí termos o artigo indefinido como marca de extração e não, como genérico:

11.1 **Um homem** inventou o avião.

12.1 **Um homem** foi à lua.

III) A modalidade e a determinação genérica

As modalidades que envolvem o necessário, o possível, o eventual, o desejo, o deontico afetam o uso do artigo indefinido. Tomando, por exemplo, o enunciado

13 **Um país** pode ter o seu desenvolvimento comprometido quando o seu povo não tem acesso à educação. (F.SP)

A modalização força o artigo indefinido a situar a ocorrência em uma zona genérica, não há uma ocorrência individualizada de “país”, glosando temos:

Todo **X** que tenha a propriedade **P** pode ter o seu desenvolvimento comprometido quando o seu povo não tem acesso à educação.

A retirada da marca do modal não afeta a indeterminação:

13.1 **Um país** tem o seu desenvolvimento comprometido quando o seu povo não tem acesso à educação.

Aí a ausência de uma determinação temporal provoca a genericidade.

Se no enunciado há uma marca de especificação, o modal força a indeterminação mas não joga o artigo indefinido para a zona genérica:

14 **Um aluno** pode participar desta comissão

O dêitico “desta” bloqueia o uso genérico do artigo indefinido mas não interfere na indeterminação; há uma operação de varredura, o artigo indefinido não isola nenhuma ocorrência de **p**; não há uma existência de **x** participando de uma comissão. Mas se temos:

14.1 **Um aluno** participa desta comissão.

A asserção e a retirada do modal em sintonia com a marca de especificação impede uma operação de varredura, há uma ocorrência individualizada com capacidade de ser identificada a outra ocorrência. Temos uma predicação de existência sobre aluno:

Há um aluno participando desta comissão.

Já a modalidade interrogativa provoca a indeterminação:

14.2 **Um aluno** pode participar desta comissão?

A presença de uma modalidade à direita pode romper com o valor genérico do artigo indefinido:

15 **Um sindicato** tem o poder de parar o país inteiro. Infelizmente é o resultado dos monopólios estatais, além da baixa produção. (F.SP)

Em 15, a modalização apreciativa “infelizmente é o resultado dos monopólios estatais” provoca a individualização da ocorrência “sindicato”; na ausência dessa apreciação, o artigo indefinido assume um valor genérico no sentido de que todo sindicato tem o poder de parar o país inteiro:

15.1 **Um sindicato** tem o poder de apurar o país inteiro.

Subjacente a 15.1, há a marca de um modal:

15.2 **Um sindicato** pode parar o país inteiro.

Para esse tipo de enunciado, imaginemos uma situação em que está sendo discutido o poder de greve dos sindicatos em geral e alguém observa:

Um sindicato tem o poder de parar o país inteiro.
Um sindicato pode parar o país inteiro.

Em 15.1 e 15.2, a asserção não recai sobre uma ocorrência individualizada de **p**, o artigo indefinido marca uma operação de varredura.

A inserção do operador *haver* rompe com a genericidade do artigo indefinido:

15.3 **Há um sindicato** que tem o poder de parar o país inteiro.

Observamos que as marcas das modalidades não se harmonizam necessariamente da mesma forma com os artigos indefinido e definido:

15.1 **Um sindicato** tem o poder de parar o país inteiro.

15.4 **O sindicato** tem o poder de parar o país inteiro.

16 **Um país** deve honrar seus compromissos.

16.1 **O país** deve honrar seus compromissos. Entretanto, não se trata de uma determinada marca modal bloquear o uso do artigo definido genérico. Pois, enquanto que em **15.4** e **16.1**, o artigo não assume um valor genérico, em **17.1** e **18.1**, ele assume:

- 17 **Um bom amigo** deve ajudar os amigos.
- 17.1 **O bom amigo** deve ajudar os amigos.
- 18 Você acha que **um pobre** deve ser assim?
- 18.1 Você acha que **o pobre** deve ser assim?

Consideramos que essa questão está relacionada com as propriedades das noções que são colocadas em relação. Por exemplo, “bom amigo” ao ser colocado em relação com “amigos” deixa subjacente uma propriedade definitória:

Um bom amigo é aquele que ajuda os amigos.
O bom amigo deve ajudar os amigos.

Subjacente a **18** e **18.1**, há também uma propriedade definitória:

Um pobre é assim.
O pobre é assim.

Da observação de que **n bons amigos** apresentam a propriedade definitória “ajuda os amigos” decorre o artigo definido genérico.

Já em **15.4**, a presença do artigo definido remete para um dado sindicato em função da operação de localização que se manifesta. No pré-construído “sindicato” é localizado em relação a um outro elemento (o sindicato dos petroleiros, por exemplo).

Em **16.1**, por trás da presença do artigo definido, há uma operação de localização (país de alguém; o país do qual estou falando).

Bibliografia

1. CORBLIN, Francis. *Indéfini, défini et démonstratif*. Genève. Librairie Groz S.A, 1987.
2. CULIOLI, Antoine. Notes sur détermination et quantification: définition des opérations d'extraction et de fléchage. In: *Project Interdisciplinaire de traitement formel et automatique des langues et du langage (PITFALL)*, Département de Recherches Linguistiques (D.R.L), Université de Paris VII, p.1-14, 1975.
3. _____. *Notes du Séminaire de D.E.A*, Université de Paris VII, D.R.L., 1985.
4. _____. *Pour une linguistique de l'énonciation*. Paris, Ophrys, 1990.
5. GROUSSIER, M. L. et RIVIÈRE, C. *Les mots de la linguistique. Léxique de linguistique énonciative*. Paris, Ophrys, 1996.

O ENSINO DA LÍNGUA NA ENCRUZILHADA DAS NORMAS¹

Vou construir as minhas reflexões à volta de três afirmações produzidas recentemente (Julho-Agosto de 1998) na imprensa escrita brasileira. A primeira (a), colocada na boca do Presidente da Academia Brasileira de Letras («Isto é», n.º 1504, 29.7.98), Gustavo Niskier, a outra («Isto é», 1506, 12.8.98), (b), colocada na boca de quem apresenta a palavra como algo que transcende a própria comunicação, a terceira, (c), formulada por um professor (Luiz Antônio Ferreira, in: «Educação», 62, Julho 1998) de língua portuguesa e bem mais abrangente e questionadora. As afirmações são as seguintes:

- a) «Falar nossa língua corretamente é hoje um exercício patriótico»
- b) «é com a palavra que a pessoa se coloca no mundo».
- c) «O objectivo da escola é criar condições para a aprendizagem do português padrão, e como este – normalmente – não é aquele trazido pelos alunos, começam os conflitos. Na base do moderno raciocínio pedagógico ... é preciso ser poliglota em nossa própria língua. Assim o usuário precisa ser capaz de usar a língua com propriedade nas diversas situações de comunicação. À Escola, portanto, caberia a missão de propiciar o contacto do aluno com a maior variedade possível de situações de interação comunicativa, caberia ampliar a capacidade de análise e produção de textos ligados aos vários tipos de situação de enunciação... O perigo [do ensino da gramática] é ampliar um preconceito antigo de que tudo o que foge ao padrão culto é “errado”»

Assim, temos, por um lado, a afirmação “patriótica” de que a “pátria da língua” se exercita e se pratica no “falar correctamente” e, por outro lado, a afirmação “humana” de que é apenas com a palavra que o homem se posiciona no mundo e se afirma como pessoa, finalmente, a afirmação pragmática de que é

necessário encontrar a palavra certa para as diversas situações comunicativas. Isto é, o homem apenas se realiza por meio da língua, por meio da palavra, e essa língua, essa palavra deverão inscrever-se patrioticamente naquilo que é correcto. A última abordagem vai muito para além do correcto ou incorrecto, situa-se no “adequado”, assinalando que o Ensino da língua é um instrumento de integração do aluno na língua e no meio social através da interacção.

Há neste conjunto de posições dois aspectos essenciais: o primeiro aspecto é o que podemos designar como a **mapeação** da realidade através da língua, seja através do mapa lexical e do roteiro mental da nossa categorização da realidade, seja através da **carteação** dos figurinos configuradores dos nossos mitos colectivos. O segundo aspecto é já mais problemático e exige uma integração de dados bem mais complexos.

Não vou entrar em grandes discussões a respeito das distinções que Eugenio Coseriu introduziu na dicotomia “langue”-“parole” saussureana, com as distinções de tipo, sistema, norma e uso, nem nas distinções que a sociolinguística tem trazido ultimamente para o interior da linguística: apresentarei, sempre apoiado em dados autênticos, algumas reflexões à volta do tema da “norma e o ensino da língua”.

1 Mapeação da realidade por meio da língua

1.1 Mapeação lexical

A nossa experiência “corporizada” do mundo torna significativa a estrutura conceptual, interferindo quer nas categorias básicas quer nos esquemas imagéticos de compreensão do mundo². Em primeiro lugar, o homem ao colocar-se no mundo por meio da palavra, coloca o mundo “no seu canto” (PB)³, no seu lugar, reduzindo-o a categorias por força da sua

¹ Muitas das informações aqui inseridas foram testadas, na parte brasileira, junto dos Mestrados de “Linguística Portuguesa”, na UFC, durante os Seminários que aí dirigi nos meses de Julho e Agosto de 1998. Aos meus Colegas da mesma Universidade agradeço a disponibilidade para contextualizar e explicitar muitas das expressões e construções tidas como próprias da “norma” brasileira.

² Cfr. Lakoff 1887: 267

³ Usarei a sigla ‘PB’ para indicar “Português do Brasil” e ‘PE’ para indicar Português na variante europeia.

experiência perceptiva e motora, da sua experiência vivida corporalmente⁴. Com isto quero dizer que, ao ensinar-se a língua, deve prestar-se atenção em primeiro lugar aos roteiros mentais dos aprendentes. E esses roteiros mentais estão inscritos no interior das mesmas palavras. Estas têm vinculadas a si a sua própria explicação. Assim, não constitui um bom exemplo a ilustração de um verbo transitivo directo e indirecto feita, com base no verbo *dar*, no seguinte enunciado que a apresentadora do programa para a 7ª Série (Brasil) forneceu num canal da TV (no dia 13.8.98):

O Ricardo dava trabalho aos professores.

em que o verbo “dar” não ocorre no seu valor típico (ou, se preferirmos, no seu uso “prototípico”⁵), que é, evidentemente, o de “transferência de posse”, nem “trabalho” é o exemplo prototípico de objecto directo, o “objectum affectum / effectum” implicado no significado do verbo. Como não será um bom exemplo do predicativo de objecto directo o que surge no enunciado, apresentado no mesmo programa:

O Ricardo deixou a mãe triste.

em que “triste” tanto pode ter uma leitura de “atributo” como a leitura de predicativo em sentido estrito. Não bastará alinhar a exemplificação pela norma, como ainda ter em consideração os usos prototípicos das palavras que tipificam os nossos exemplos. Os verbos *dar*, *deixar*, etc., têm usos que são mais exemplares do que outros.

Todos temos a noção de que o mundo se encontra reduzido na língua a categorias e, se alguém quiser apresentar a categorização taxonómica do mundo⁶, não vai exemplificar a categoria PÁSSARO, com *pardal*, *rola*, *melro*, no Brasil, em Moçambique, ou em Macau, ou com *sabiá*, *beija-flor*, em Portugal; ou apresentar a lexicalização da categoria HERDADE com *xácara*, *sítio*, *granja* em Portugal, ou *quinta*, *quintinha*, *casa de campo* no Brasil; ou ainda a categoria ÁRVORE com *pau-brasil*, *coqueiro*, *mangueira*, em Portugal, ou *carvalho*, *castanheiro* no Brasil. E os exemplos poderiam estender-se indefinidamente.

E há mesmo coisas curiosas neste domínio: pode acontecer que a categoria representativa se situe no mesmo “denotatum”, como é o caso de “cão”, mas a palavra que instancia em primeiro lugar esse conceito é, em Portugal, *cão*, e no Brasil é *cachorro*, ou *pavimento* (de um edifício) no Brasil e *andar* em Portugal, o mesmo se dá em *parada*, *ponto* (PB) e *paragem* (PE). E os problemas não acabam aqui: possivelmente

jegue será o exemplo típico de uma parte da população do Ceará, mas não terá esse estatuto, nem em relação ao Brasil, nem mesmo em relação a uma boa parte da população do Ceará.

De qualquer modo, a primeira norma a seguir é ter-se a noção de que os roteiros mentais dos aprendentes estão já moldados e modelados pela língua, língua num espaço e num tempo concretos. As palavras instanciam conceitos já inscritos na língua e os que mais facilmente se descodificam são os que se aproximam dos exemplares típicos. Mas as taxonomias não se situam apenas nos objectos da natureza. Também nas coisas fabricadas pelo homem se verificam escolhas:

PE	PB
<i>vai-e-vem</i> (espacial):	<i>ônibus espaciais</i>
<i>tubo de escape</i> :	<i>escapamento</i>
<i>troço de estrada</i> :	<i>trecho</i>
<i>sumo</i> :	<i>suco</i>
<i>passaio</i> :	<i>calçada, calçadão</i>
<i>passadeira</i> :	<i>passagem pedestre</i>
<i>tasca</i> :	<i>botequim</i>
<i>prego</i> :	<i>churrasquinho</i> (de carne de vaca)
<i>leitor de cassetes</i> :	<i>toca-fitas</i>
<i>fato</i> :	<i>terno</i>
<i>atendedor automático</i> :	<i>secretária eletrônica,</i>
<i>bilhete</i> :	<i>ingresso</i> (ter dois bilhetes: ter dois ingressos)
<i>bilhete de identidade</i> :	<i>carteira de identidade</i>
<i>atacador</i> :	<i>cadarço</i> , etc.

A mapeação da realidade feita pela língua selecciona um ou outro aspecto: oculta determinados traços e salienta outros. Ao que em Portugal chamamos *carro descapotável*, chamam no Brasil carro *conversível*, a *direcção assistida* chamam *direcção hidráulica*, a *laço* chamam *gravata borboleta*, etc. Os aspectos categorizados pela língua têm alguma justificação: “descapotável” e “conversível” são características visíveis e são postas em saliência pela respectiva categorização, embora se silenciem outros traços na respectiva lexicalização.

Mas a mapeação feita pela língua não se situa apenas nas taxonomias. Vejamos alguns casos paradigmáticos:

PB	PE
<i>lotado</i> vs. <i>esgotado</i> / <i>cheio</i> (avião lotado / esgotado, cheio)	
<i>borrachudo</i> / <i>voador</i> vs. <i>careca</i> (relativamente a “cheque”)	

⁴ «simple structures that constantly recur in our everyday experience: CONTAINERS, PATHS, LINKS, FORCES, BALANCE, and in various orientations and relations: UP-DOWN, FRONT-BACK, PART-WHOLE, CENTER-PERIPHERY, etc.» (Lakoff 1987: 267)

⁵ Para a noção de protótipo cf. T. Givón 1986, G. Kleiber 1990, E. Rosch 1973 e 1977, J. Taylor 1989.

⁶ Devemos chamar a atenção para o facto de a categorização do mundo não ser propriamente uma simples categorização de coisas («.. the large proportion of our categories are not categories of things, they are categories of abstract entities. We categorize events, actions, emotions, spatial relationships and abstract entities of an enormous range: governments, illness and entities in both scientific and folk theories, like electrons and colds. Any adequate account of human thought must provide an accurate theory for all our categories, both concrete and abstract» (Lakoff 1987: 6).

varejo vs. por atacado, por grosso vs. à peça
escanteio-canto (futebol)
checagem-verificação / confirmação
um cara-um gajo

(processo de) barganha («a busca do consenso [no Japão] a corruptas barganhas entre políticos e conglomerados» («Veja», 2.9.98) -discussão,
galera-malta
transar-fazer amor
emergentes-novos ricos
pedágio-portagem
maracutaia-falcatrua

e há uma soma de palavras próprias de cada uma das variantes. Da parte brasileira:

manjadíssimo (notícia manjadíssima), racha, comunicólogos, viúvas da seca, paquera,

da variante europeia:

palmarés [curriculum], marisco, pelouro (cada um dos ramos da administração pública), etc.

As preferências nunca são desmotivadas: optar por *demanda* em vez de *procura*, *revide* («muitos enxergaram nos comentários do presidente um revide às posições do seu antigo aliado [Chico Buarque]» («Veja», 5.8.98) em vez de *remoque*, *nenén* em vez de *bebé*, *racha* («uma aglomeração de jovens enlouquecidos, que faziam uma racha na Avenida x...» («Veja», 5.8.98) em vez de *corrida*, *fumaça* em vez de *fumarada*, *fumante* em vez de *fumador*, *maconha* em vez de *droga*, *comunicólogos* em vez de *discutidores de banalidades* (na TV), *turma* em vez de *grupo/equipa* («a turma do presidente»), *manjadíssimo* em vez de *badaladíssimo* («a causa do fim do namoro ... é manjadíssimo: a agenda carregada» («Veja», 5.8.98), *seriado* em vez de *série* («Outro seriado que segue a mesma linha, Melrose Place, também vai ser exibido no TeleUno, de segunda à sexta-feira» («O Povo», Agosto de 1998), *bula* (explicação acerca da composição e aplicação que acompanha qualquer remédio) e *literatura*, têm a sua razão de ser, seja ela de natureza histórica ou cultural.

Há por vezes palavras e expressões conhecidas nas duas línguas, mas a preferência vai por uma dada variante:

PE	PB
(em grandes) parangonas:	manchete (de jornal)
morada, direção:	endereço
montra:	vitrine
recado:	mensagem (deixar recado/mensagem)
matrícula (do carro):	placa
marcha atrás:	marcha-a-ré
marçano:	aprendiz
grelha da TV:	programação
frincha:	fresta
tomada:	ficha
fiambre:	presunto
feijão verde:	vagem
fato macaco:	macacão
factura:	nota fiscal

estore: persiana
ementa: cardápio
ecrã: tela
esaparregado: creme de legumes
cachopa: moça
cancro: câncer
gelado: sorvete
joaquinzinho: carapau pequeno
malta: turma
maquetagem: paginação (de jornal)
(lâmpada) fundida: queimada
jantarada: festança
mulher-a-dias: diarista
cimeira: reunião de cúpula
peão: pedestre
talho: açougue
receita (de um jogo): renda
rés-do-chão: andar térreo
pronto-a-vestir: roupa feita
reformado: aposentado
pensão de reforma: aposentadoria
carregar no/ o botão: apertar (o botão)
capachinho: peruca
água fresca: água gelada
frescos: afrescos
utente: usuário
tareia: surra (PE, PB)
tacão: salto (PE, PB)
serviço à lista: serviço à la carte
salsicha: lingüiça
sapateira: caranguejo (PB e PE)
retrate: privada, banheiro, toaleta
pequeno almoço: café da manhã

E há depois as palavras que já fazem parte das armadilhas da língua:

rapariga: moça
bicha: fila
pega: prostituta
camisa: camiseta
cuecas: calcinhas
calções: bermudas
penca: nariz grande, narigudo

ou os vulgaríssimos:

tomates: colhões
cu: bunda
rabiosque: nádega
rabo: bunda
pila: pinto
tesão: ponta

É evidente que há criações em que as normas se encontram, tais como, *mãe de aluguel* (*mãe de aluguer*: PE), *cópias de genes* (*clonagem*), ou empréstimos semânticos comuns, embora com frequências diferentes:

evidência: «A primeira evidência dessa mudança é o aumento das instituições independentes para o bem alheio.» («Veja», 5.8.98) «Infelizmente, surgem evidências de que esse modelo virtuoso

está longe de obter resultados tão promissores ...» («Folha de São Paulo», 23.8.98)

Os brasileirismos ou portuguesismos semânticos estão igualmente a infiltrar-se na língua portuguesa, nos vários espaços da lusofonia. O brasileirismo do verbo *arrumar*: «Você não bebe, não joga e não fuma? Já é tempo de você arrumar um vício» (Anúncio, in: «Veja», 2.9.98) brasileiríssimo no sentido de ‘procurar’, ou os portuguesismos nos verbos *arrancar* no sentido de ‘começar’, *grilar* («o carro grilou»: *bater pinos* no PB), *magoar* no sentido de ‘contundir’.

Não esqueçamos os brasileirismos *fofoca* (‘in-triga’) e *fofocar* (coscuvilhar) – que já fazem parte da língua portuguesa seja qual for a variante -, *viadagem* (‘maricas’), *frescos* (maricas), *legal*, *cafona* (piroso), ou os lusismos, *cheché* (‘gagá’), *chalado* (‘maluco’), *chavalo*, *aldrabão* (‘vigarista’), *giro* (‘legal’), *bestial* (‘excelente’), *porreiro* (‘genial’), *pastora* (‘estúpido’), *taralhoco* (‘doido’), *baril* (‘legal’), *bué/buereré* (‘muito bom’: africanismo), *piropo* (‘galanteio’), *sarilho* (‘confusão’), *paneleiro* (‘bicha’), *puto* (‘menino’, ‘adolescente’), *pildra / choldra* (‘prisão’), *pega* (‘prostituta’), *quadro* (‘executivo’), *piada* (‘anedota’), *batota* (‘trapaça’), *engatar* (‘tentar conquistar uma moça’) e *engatação*.

Criações muito próprias do PB são também aquelas em que há a justaposição de elementos vernáculos com elementos estranhos ou adopção nua e crua da palavra importada, como acontece em *socialite* («A aprovação é da socialite carioca ...», «Veja», 5.9.98), *hora de rush*: *hora de ponta*, *durex*: *fito-cola*, *office boy*: *paquete*, *dublar*: *dobrar* (um personagem), *milkshake*: *batido*, *camelódromo*, etc.

A língua está lexicalmente “mapeada” de determinado modo e é esse “jeito” que o professor e a gramática deve propor como norma. A palavra explica-se a ela mesma, desde que a circunstância e o modo que circundam a palavra se correspondam.

1.2 Mapeação da realidade por meio de processos formativos

A formação de palavras⁷, além de revelar as preferências dos actuais falantes, mostra ainda como a língua instancia os conceitos ligados aos nossos tiques, aos nossos estereótipos, aos “tópoi” que, como lugares comuns da nossa categorização do mundo, denunciam os mitos, os medos e as esperanças que nos envolvem. As designações nas normas dentro de uma mesma língua desviam-se frequentemente. Por exemplo, os *pensos* (*adesivos*) do PE surgem no PB como *band-aids*, ou os “momentos livres, de lazer”, ao fim do dia de trabalho, são designados no PB como *happy-hours*, e o PE não tem qualquer expressão para os designar.

Ao lado dos processos lexicais já tidos como tradicionais e ligados a preferências de normas do

português do Brasil, ou do Português Europeu, há opções formativas muito próprias, tais como:

- *canadense*, *israelense* (PB) - *canadiano* e *israelita* (PE);

- *olhada* («dar uma olhada», PB) - *olhadela* («dar uma olhadela», PE),

- *virada* («na virada do século, PB), *viragem* («viragem do século», PE),

- *camioneiro / caminhoneiro*, *sanfoneiro*, *fichário*, *orçamentário* («Sem equilíbrio *orçamentário*, fim de gastos ‘eleitores’, ..., eleições sem voto de cabresto, não chegaremos àquele estágio alcançado pelos países mais avançados ...» («Jornal de Comércio», 21.8.98) (PB) - *camionista*, *ficheiro*, *orçamental* (PE)

- *litorâneo* («faixa / zona litorânea», PB) - *litoral* (PE), mas *neutral* (PB): *neutro* (PE)

- *natalino* («festas natalinas», PB) – *natalício* («festas natalícias», PE).

E termos como *agropecuarias*, *supermercadista*, *manobrista* (vs. *arrumadores*) são ainda exemplo de preferências do PB por certos afixos e que, portanto, constituem a sua norma.

As possibilidades que a língua disponibiliza são aproveitadas de modo diferenciado, contribuindo assim para uma norma com marcas próprias: ocorrem, no PB, os afixos *-agem* (*vendagem*, *checagem* «uma vez por ano os pilotos brasileiros fazem um vôo de checagem acompanhados de um supervisor ...» («Veja», 5.8.98) e, nas duas normas ocorre *clonagem* (clones, clonar). Por exemplo; o afixo *-mento* surge em casos onde são outras as opções no PE:

devotamento, *xingamento* (xingar), *experimentos* (os – realizados) (PB), mas indústria do *entretimento* (PB e PE); *faturamento* (PB) vs *facturação* (PE), *gerenciamento* (escolar) (PB) vs. *gestão* (PE), etc.

Temos, por outro lado, no PB, opções bem nítidas na selecção de um afixo como processo de negação do conteúdo sémico do lexema primário – DES (aliás, também presente no Português Africano):

despreparo: «o despreparo da polícia» («Isto é», 1506, 12.8.98)

despreparar: «a Escola está despreparada para trabalhar a leitura em sala de aula» («Educação», nº 207, Julho de 1998)

desinstitucionalizar: «A linguagem da imprensa escrita acompanha a lógica da televisão, que é dramática, conflitante, *desinstitucionalizadora*» («Isto é» / 1506, 12.8.98)

destratar alguém: ‘tratar mal’

descasar, *descasados*, *descasamento* («os descasamentos da classe média ...»), *despretensão*, *descreditar* (uma Universidade), *despoupança*, etc.

mas existe *decolagem* (*decolar* PB) ao lado de *descolagem* (PE). O PB mostra ainda uma alta

⁷ Para uma visão geral da “formação de palavras” cfr. M. Vilela 1994.

frequência de criações denominais ou deadjectivais em – AR e, conseqüentemente, de todos os possíveis derivados:

maneprar nos cremes e frituras» (‘usar com parcimônia’) (Jornais do Brasil)

revidar: «ela xingou-me e eu revidei» («Isto é», 1506, 12.8.98)

checar: «Sabemos que esta [«Isto é»] é uma revista séria, justamente por isso causou-nos estranheza o fato de não se procurar sequer checar uma informação antes de publicá-la» («Isto é», 1506, 12.8.98)

clonar (PB e PE)

plugar: *casa plugada* (‘casa inteligente’, ligada à Internet)

favelização das metrópoles

repreisar: «ele não gosta de repreisar a generosidade» («Veja», 5.8.98)

conflitar / *conflitantes* («O poder do tempo e do homem, embora conflitantes, se equivalem» («Veja», 5.8.98). «A linguagem da imprensa escrita acompanha a lógica da televisão, que é dramatúrgica, *conflitante*, desinstitucionalizadora» («Isto é», 1506, 12.8.98);

coletar: «coletadores de plantas / de dados»

mapear: «mapear a filantropia no mundo» («Veja», 5.8.98)

inocentar: inocentar uma pessoa

acessar: «acessar dados financeiros de empresas» («Veja», 2.9.98)

clicar: «clicar O. K. no computador» («Veja», 2.9.98)

embasar: «busca-se hoje fazer uma revisão dos conceitos da velha filosofia liberal dos séculos 17-18 e das práticas decorrentes desses princípios que *embasaram* a Revolução Industrial» («Jornal do Comércio», 21.8.98)

alavancar a economia

terceirização: «resultou na terceirização de muitos funcionários» («Isto é», 1506, 12.8.98)

A escolha de certos afixos como marcadores da pejoração ou majoração mostra também determinadas afirmações da norma, como:

– ISMO:

governismo das Tvês (‘favorecimento descarado’)

empreguismo: «Horácio Macedo ... praticou o mais desbragado *empreguismo* na instituição. Contratou 5.000 novos funcionários, que engordaram seu colégio eleitoral e atravancaram para sempre o orçamento dea UFRJ.» («Veja», 5.8.98)

assembleísmo: «É claro que você não pode implantar no país um *assembleísmo*, não há como promover reuniões para 5 milhões de milhões» («Veja», 12.8.98)

achismo: «É preciso adquirir autonomia [na leitura], sem cair no *achismo*» («Educação», 207, Julho de 1998)

modismo: «Opções e debates políticos no Brasil ainda costumam revestir-se de características de

modo e *modismo*. É como naquele velho dito popular: ouve-se tocar o sino, mas não se sabe onde fica a torre» («Jornal do Comércio», 21.8.98)

estrelismo: termo da “mídia” / dos “media”

– ÍCIO: empregatício: vínculo *empregatício*

– EIRO: «Sem equilíbrio orçamentário, fim de gastos ‘*eleitores*’, ..., eleições sem voto de cabresto, não chegaremos àquele estágio alcançado pelos países mais avançados ...» («Jornal de Comércio», 21.8.98)

– ÃO: *O charmosão, o mineirão, o estadão, o calçadão, o garotão* («Garotão nota 10. Medalha de ouro na Olimpíada Internacional de Memática»), *bolão* (Os argentinos estão batendo um bolão no cinema), *calçadão, mercadão, brasileiro* (futebol da 1.ª divisão), *provão* (‘prova pública abrangendo todo o ensino médio’), etc.

É evidente que a tecnologia, as nossas esperanças e os nossos medos nos obrigam à recuperação de processos já bem antigos: *nanotecnologia* (‘técnica da miniaturização’), *bedoteca, brinquedoteca* («Veja», 2.9.98), *gamemaníacos* («As novidades sobre o lançamento estão na revista SuperGamePower de agosto, que vem com um adesivo que é cara aos *gamemaníacos*» («O Povo», Agosto de 1998), *aidsteria, aidético* (PE: seropositivo), *codinome* (a defesa da privacidade, com um nome de código: «O nova-iorquino Mark Abene é um nome praticamente desconhecido na Internet. Phiber Optik, seu codinome, contudo, tornou-se uma legenda na rede mundial de computadores» («Veja», 2.9.98) e «Uma múmia infantil, com boneca construída em marfim, já ganhou o codinome de “Barbie” da antigüidade» («Veja», 5.9.98), etc.

O processo formativo representa um dos meios privilegiados de “formatar” na língua a realidade, os conceitos que vamos construindo acerca do mundo. E a gramática não pode ignorar esses processos, não deve ignorar as escolhas que determinada variante do português faz ou deixa de fazer.

1. 3 Mapeação por meio de colocações e fraseologias

Como todos sabemos, as línguas estão sobrecarregadas do que designamos, genericamente, por fraseologias. O nome mais comumente usado para enfocar estes produtos lexicalizados é o de expressões idiomáticas. As palavras individuais, ao integram estas expressões, perdem a transparência e tornam-se opacas. O significado global não é o resultado composicional das palavras individuais que integram o conjunto. Incluo também aqui, além das autênticas expressões idiomáticas, as chamadas “colocações”. Trata-se de um conjunto de factos que não pode ser ignorado pela gramática no ensino da língua, pois a norma reflecte-se de modo bem patente nesse género de factos de língua. Reporto-me a expressões da norma brasileira como:

pedir as contas a alguém: “despedir-se” (emprego) («ela pediu as conta...»)(Aragão / Soares, E. 3)
dar as contas a alguém: despedir alguém (no emprego)
estou voando: ‘não perceber nada do que se está a falar’
(*é um*) *point*: ‘(é o) máximo’

Certas expressões mostram percursos mentais evidentes e que, por vezes, são diferenciados de língua para língua:

PE	PB
estar ao corrente de:	estar sabendo
em directo: ao vivo (transmissão na TV)	
em diferido: videoteipe (TV)	
do pé para a mão: de um momento para outro	
estar à brocha, estar à rasca: estar aflito	
fazer o manguito: dar uma banana	
fazer farinha com alguém: abusar de alguém	
fazer óó: fazer nanã	
estou-me nas tintas para: estou-me cagando e andando	
terminar em águas de bacalhau: dar em nada	
ele teve a lata de ..: ter a cara de pau	
a páginas tantas / às tantas: a dada altura	
vir abaixo, avariar: quebrar (motor, rádio, etc.)	

Não vou insistir em que o fundo imagético de expressões como “estar ao corrente de”, “fazer o manguito”, “dar uma banana”, “ter lata”, são reveladores de caminhos mentais claramente diferenciados e portanto autónomos.

Também nas expressões feitas há um uso (ou abuso) diferenciado. Por exemplo, a expressão *por minha conta e risco* está a ser utilizada no Brasil em contextos distantes do uso normal no da variante europeia: ocorre a sequência «este sentido está por conta do texto»(Ingedore Vilaça Koch, no Congresso do GELNE, Fortaleza, 1998), com o valor de ‘esta interpretação do texto é autêntica / permitida’.

Na impossibilidade de percorrermos toda a fraseologia do português europeu e do português do Brasil, vamos apenas ver, a título de amostragem, algumas expressões construídas à volta de certas palavras:

dar:
«Os jovens *davam cavalo-de-pau* e passavam raspando pessoas...» («Veja», 5.8.98): ‘fazer derrapagens com o carro, fazer um pião’
dar o golpe do baú: ‘casar por interesse’ (PB)
dar-lhe na veneta / na telha (PB e PE)
dar-lhe duro (PE e PB)
não dá para inventar («como está o negócio, não dá para inventar») (PB)
dar plantão em: «as empregadas dão plantão na casa de madame» («Veja», 12.8.98)
«*mas aí nem deu*» (Aragão / Soares, E. 3) (= ‘dar certo’)
«*deram uma facada nele*» (Aragão/Soares, E. 11) ou «*aí meteram facada nele*» (Aragão / Soares, E. 11)
«*sem dar uma palavra com ninguém*»(Aragão/Soares, E. 3)

«*dar uma folheada*» («Educação», 207, Julho de 1998) (PB)

dar uma apitadela (PE): fazer um tefonema
dar o badagaio a alguém (PE): ter um troço (PB)

dar sangue (PE): doar sangue (PB)

levar:

levar o fora (PE) / levar um fora (PB)
«levei um corte na praia» (Aragão / Soares, E. 10)
«levei uma queda» (Aragão / Soares, E. 9)

bancar:

«Não ter condições de *bancar* a prova, bancar a faculdade» (= ‘pagar’) (PB)
«ele bancou o otário...» (Aragão / Soares, Entrevista 10)(= ‘fazer-se passar por’)

e há depois uma série de verbos que apontam para complementos muito específicos, tais como:

surtir: surtir efeito (colocação específica) (PB e PE)
curtir: «já a querer curtir a vida» (Aragão / Soares, E. 3) (PB)

ganhar nenén: «quando eu ia ganhar nenén» (Aragão / Soares, E. 3) (PB)

tomar: «Leila Guimarães tomou um susto ao ser chamada aos bastidores pelo sistema de alto-falante» («Veja», 12.8.98) (PB)

fazer: «vamos fazer uma vaquinha» (Aragão / Soares, Entrevista 10) (também PE)

Também muitos nomes são ponto de atracção de colocações muito próprias, como:

bola:

pisar na bola (‘dar barraca, armar barraco’) (PB)
o bate-bola entre duas pessoas (‘discussão’) (PB)
«não bater bem da bola» (PB e PE)
«estar com a bola toda» («Isto é», 22.7.98)

carne:

estar por cima da carne seca: “estar bem na vida” (PB)

barraco:

armar /fazer o barraco: ‘fazer uma confusão’ (PE: *dar barraca*)

sítio / canto:

colocar no sítio certo (PE.) vs. colocar no canto certo (PB)

quadro / quadra:

«Na véspera do leilão, contudo, o quadro começou a mudar» («Veja», 12.8.98)
«Ele pertence ao quadro da empresa»
«Ele entrou no quadro muito cedo»
«Ele entrou na quadra no segundo tempo» (PB) (equipa, PE)
«Na segunda quadra, volte à direita» (PB) (quarteirão, PE)

papo:

ele tem um papo legal

«os bons do papo» (= capacidade de criar bordões / slogans): «Veja», 12.8.98)

bater um papo (Aragão / Soares, E. 3)

Uma série de termos como *maracutaia* (*ocorreram maracutaias*: negócios “enrolados”, feitos às escondidas), *caixinha* (‘gorgeta’), *manobrista* (‘arrumadores’), *paquera*, *paquerar / azarar* (‘flirt’, ‘flirtar’), que indicam alguns dos nossos “topoi” actuais são diferentes nas respectivas normas. Há outros termos que põem em relevo determinadas marcas do nosso tempo em relação a outros tempos, com os mesmos ou diferentes termos, como é a discussão à volta das designações *babá / criada/ empregada /trabalhadores domésticos / clones de escravas /secretárias do lar / diarista*:

«Muita gente ainda está acostumada a ver as empregadas como clones de escravas», «Tudo está mudando, deixam de ser criadas para se transformar em trabalhadoras» («Veja», 12.8.98)

«Empregada doméstica desde os 11 anos, Teresinha ganhou fama recente, quando seu patrão desde 1978, o presidente Fernando Henrique Cardoso, usou o exemplo de “secretária doméstica”, como muitas preferem ser chamadas» («Veja», 12.8.98)

«Gastar dinheiro com a *diarista*»

Nota-se na norma brasileira, por um lado, a conservação de certos segmentos de língua que já não ocorrem no PE, como, por exemplo, a expressão «trecho em obras» usada no PB para indicar um espaço de uma rua em reparação. Por outro lado, há o recuo no uso de certas expressões com verbo “suporte” em favor do verbo simples, como, por exemplo, *ajoelhar* substitui por completo *pôr-se de joelhos*, a expressão mais frequente no PE.

No domínio das expressões idiomáticas, fraseologias, colocações, há ainda que referir a importância dos “topoi”, os provérbios, os lugares do poiso argumentativo. Passar por alto este domínio da língua é ignorar algo de muito importante na nossa linguagem quotidiana. Se na fala quotidiana encontramos usos desse fundo cultural e linguístico, também nos “mídia” / “mídia” encontramos exemplos de uso de ditos populares como apoio e ilustração das afirmações mais diversas:

«Opções e debates políticos no Brasil ainda costumam revestir-se de características de modo e modismo. É como naquele velho dito popular: *ouve-se tocar o sino, mas não se sabe onde fica a torre*» («Jornal do Comércio», 21.8.98)

«*fora maior o dia e maior seria a romaria*» (PE).

É evidente que não vamos incluir aqui o mundo das anedotas que os brasileiros arrolam à volta do “portuga” ou das que os portugueses criam em redor dos seus “brasucas”: estes pormenores estarão para além de qualquer norma.

1.4 Mapeação da realidade por meio de metáforas

Nos manuais de gramática não se tem dado o lugar devido a um dos fenómenos marcantes nas línguas naturais: a presença do que é designado genericamente como a linguagem figurada⁸. Vamos apenas registar algumas das ocorrências nos produtos linguísticos detectados em textos actuais de grande circulação, ou no “corpus” oral do Ceará, ou de algumas revistas brasileiras do mês de Julho / Agosto de 98. As metáforas tomam com veículo um determinado roteiro imagético, em que a (nova) configuração linguística acolhe e recolhe iluminações novas, salientando determinados pontos e ocultando outros⁹. Assim, os abstractos tornam-se concretos, entidades manipuláveis e visíveis – as chamadas metáforas ontológicas –, sujeitas a guerras e a violências, entidades inseridas dentro de um “contentor”, com um “dentro” e um “fora”, colocadas no espaço, com um lado superior e um lado inferior, etc.

Neste tratamento, faremos o seguinte percurso: áreas em que se situam as metáforas, como o “corpo / organismo humano”, a “casa”, a “guerra / violência”, o “desporto”, ou as chamadas metáforas do “contentor”, as metáforas “ontológicas” propriamente ditas e as “espaciais”¹⁰. Trata-se de metáforas¹¹ detectáveis na leitura de revistas e jornais, na observação de “noticiários” de televisão e que, como falante vindo de uma outra norma, me chamaram de imediato a atenção.

Metáforas em que o veículo é o **corpo / organismo humano / animal**¹²:

⁸ É volumosa, actualmente, a bibliografia sobre a “linguagem figurada”. Apenas indico alguns autores que me têm servido de apoio nos últimos tratamentos deste tema: C. Cacciari / Glucksberg 1994, R. Gibbs 1994, T. Givón 1986, J. Hintikka 1994, G. Lakoff / M. Johnson 1980, E. Pontes 1990, M. Vilela 1996.

⁹ É a dinâmica da sociedade que força a língua expandir-se, a “figurar-se” («Extensions of prototype occur for the same reasons that they do with lexical items: because of our proclivity for interpreting the new or less familiar with reference to what is already well established; and from the pressure of adapting a limited inventory of conventional units to the unending ever-varyin parade of situations requiring linguistic expressions» (R. Langacker 1991: 295)

¹⁰ Para a definição de metáfora do “contentor”, metáfora “ontológica”, “espacial”, cfr. Lakoff / Johnson 1980.

¹¹ Embora tenhamos presente que metáfora e metonímia são fenómenos diferentes – a transferência [mapping] metafórica envolve dois domínios, o domínio origem e o domínio alvo, apoiando-se o processo de substituição numa relação de similaridade parcial, a transferência metonímica labora dentro do mesmo domínio através da relação de contiguidade (a relação de “estar por”) – procedemos aqui como se a “figuração” se processasse por força da metáfora em sentido amplo, abrangendo portanto as duas estratégias (cfr. Lakoff 1987: 288 e s.).

¹² Chamamos a atenção para o facto de o corpo humano e as experiências que nele se situam ou dele derivam determinarem os sistemas conceptuais, o pensamento e, portanto, a categorização linguística («Thought is embodied, that is, the structures used to put together our conceptual systems grow out of bodily experience and make sense in terms of it; moreover, the core of our conceptual systems is directly grounded in perception, body movement and experience of a physical and social character» (Lakoff 1987: xiv).

cara: «ele quer alterar a cara do seu governo fazendo uma mudança ministerial» («Isto é», 1506, 12.8.98)

cotovelo: «Tem alguma coisa para **a dor de cotovelo?**» («Isto é», 1506, 12. 8. 98)

mão: «Não abrir mão de suas reivindicações ...» («Veja», 12.8.98)

boca: «ela mastiga muito a matéria prá gente entender» (Aragão / Soares, Entrevista 12)

sofrer: «Esse dinheiro nunca ... sofre aumentos» (Aragão / Soares, E. 3)

engordar: «Horácio Macedo ... praticou o mais desbragado empreguismo na instituição. Contratou 5.000 novos funcionários, que engordaram seu colégio eleitoral e atravancaram para sempre o orçamento dea UFRJ.» («Veja», 5.8.98):

pular: «o número de incêndios pulou para um número muito elevado»

clone: «Anthony Garotinho é clone do Brizola» («Isto é»/ 1506, 12.8.97)

vacas magras: os tempos são de vacas magras

meter pé: «aí ele [ladrão] metia pé na carreira...» (Aragão / Soares, E. 9)

vivo: dinheiro vivo («Além de dinheiro vivo, há outras maneiras de levar valores para o exterior» («Veja», 2.9.98)

aquecer: «A estratégia do turismo de eventos para aquecer o ano inteiro» («Inside», Junho 98)

salto: «o país acabou de dar um salto para trás»

a casa:

porta dos fundos: resta-lhe entrar porta dos fundos (= 'por vias travessas', 'porta do cavalo')

lavagem de roupa suja: «nesta lavagem de roupa suja entre comerciantes ...»

espinaftrar: «ela foi espinafrada pela crítica» («Veja», 5.8.98)

varrer para baixo do tapete: «as decisões varridas para baixo do tapete pode custar caro...» («Isto é», 1506, 12.8.98)

a guerra / violência:

minar a confiança

guerra contra a balança (para emagrecer)

detonar: «isso detonou a crise» («Veja», 5.8.98).

«Moscou detona uma nova crise mundial com calote de 32 bilhões de dólares» («Veja», 2.9.98)

conflito: *conflitantes* («O poder do tempo e do homem, embora conflitantes, se equivalem» («Veja», 5.8.98)

o desporto / código de condução

pisar na bola: «ele admite que pisou na bola» (fez besteira) («Tribuna da Bahia», 25.8.98)

pesos pesados: «Fernando Henrique ouviu os

pesos pesados da economia, tomou-lhes o pulso» («Veja», 12.8.98)

garfar: «garfar o futebol cearense» (Aragão / Soares, E. 10) ('prejudicar', 'roubar')

viver na contramão: «No mundo muçulmano, onde a regra é impor às mulheres severos códigos de conduta, a Turquia vive na contramão.» («Veja», 5.8.98)

de vento em popa: «As exportações de carros vão de vento em popa...» («Veja», 12.8.98)

barqueiro/pastor: «De pastores passaremos a barqueiros. ... O professor barqueiro ajuda na travessia, orienta nesse dilúvio de informações, no mar do conhecimento. Na companhia de seus alunos, vai questionar com quantos gigabytes se faz uma jangada, um barco que veleje nesse informar», como canta Gilberto Gil, na música Pela Internet» («Educação», nº 207, Julho de 1998)

São muito frequentes as metáforas conhecidas como a metáfora do "contentor", as metáforas ontológicas, as espaciais, etc. Assim, e apenas apresentamos alguns exemplos da metáfora do **contentor**¹³ e em que essa metáfora é levada a expansões recuperando constantemente o "veículo":

pacote /embrulho / embrulhada: «O ministro Pedro Marlan ... disse... que ... virá um novo *pacote fiscal*. Não deu detalhes - se seria um simples *embrulho*, um *pacotinho*, ou um *pacotaço*» («Tribuna da Bahia», 25.8.98)

«Quando vi *a embrulhada* em que se meteu o Presidente dos Estados Unidos, ...» («Jornal do Comércio», 21.8.98)

sair dos seus cuidados/sair pela tangente: «Não foi à toa, portanto, que o presidente Fernando Henrique Cardoso saiu dos seus cuidados para desmentir o seu auxiliar» («Tribuna da Bahia», 25.8.98). «Assediadíssimo especialmente pela clientela feminina, ele sai pela tangente: "Digo que tenho namorada e tenho mais uma amiga» («Isto é», 1506, 12.8.98)

sair de: «Afinal de contas, saímos de uma inflação ...» («Veja», 12.8.98)

desengavetar: «desengavetar um velho projeto» («Isto é», 1506, 12.8.98)

emergente: os países emergentes, os emergentes, a classe emergente

caixa aberta / caixa fechada: «O computador é uma caixa aberta, enquanto a TV é uma caixa fechada» («Inside», Junho 1998)

dentro do figurino: «a campanha [eleitoral no Brasil]vai começar como sempre; quer tudo como manda o figurino»

metáforas "ontológicas"¹⁴:

passo: «*segurar o passo*» (Aragão / Soares, E. 10)

¹³ A base experiencial para a metáfora do "contentor" é o próprio corpo humano em se baseia a fronteira para estabelecer um "dentro" e um "fora" (cfr. M. Johnson 1987 e M. Vilela 1996: 317-356).

¹⁴ A função da metáfora ontológica é a de se fazer compreender as experiências abstractas em termos de objectos e substâncias, tornando-as deste modo tangíveis e manipuláveis.

barra: «ela tá enfrentando essa barra» (Aragão / Soares, E. 9)

ouvir todos os lados da questão / do problema

fila: «aquele povo querendo cortar a fila» (‘furar’: Aragão / Soares, E. 3)

salário: «... se congelar salário...» (Aragão / Soares, Entrevista 12)

projecto: «desengavetar um velho projeto» («Isto é», 1506, 12.8.98):

máquina: «ele quer modernizar a máquina governamental» («Isto é», 1506, 12.8.98)

script: «Ele seguia um script pré-determinado, repetitivo e obsessivo. Via uma morena, de cabelo encaracolado, matava» («Isto é», 1506, 12.8.98) (A propósito do maníaco do parque)

matéria: «Ele [jornalista], ..., partiu para fazer uma matéria para o Globo Repórter» («Veja», 12.8.98)

líquido: «a sua reeleição é tida como líquida» («Isto é?», 1506, 12.8.98)

preta: «a coisa tá preta» [situação política] (Jornais)

desfrutar: «Pode-se desfrutar desde os quadros até ...» («Isto é», 1506, 12.8.98)

enxuto: empresa enxuta, pessoa enxuta («As abordagens sobre a reforma do Estado, estado enxuto ou saturado de gordura, ...» («Jornal do Comércio», 21.8.98)

fundo: «os fundos de pensão»

esborrachar-se: «a notícia esborrachou-se contra a inverdade» [Jornais]

manjadíssima: «a causa do fim do namoro ... é manjadíssimo: a agenda carregada» («Veja», 5.8.98)

varejo: «compras por atacado ou por varejo»

passado: «Não tenho medo do futuro: o que eu quero é cancelar o passado» (TV)

filantropia: «mapear a filantropia no mundo» («Veja», 5.8.98)

doença-arrastão: ‘indústria do entretenimento’ («Veja», 5.8.98)

economia: «alavancar a economia»

pastorar: «estar pastorando o carro» (‘vigiar’)

mercado verde: «Por enquanto o Ibope está avaliando o mercado – que ainda está verde, diz Montenegro» («Inside», Junho 1998)

record: «quebrar o record» / «estar quebrado» (‘estar liso’)

sair da inflação: «Afinal de contas, saímos de uma inflação ...» («Veja», 12.8.98)

metáforas “**espaciais**”:

azeitar estratégia: «a bem azeitada estratégia de marketing» [campanha eleitoral de FHC] («Veja», 5.8.95)

trilhas sonoras

cobrir: «um valor que deveria cobrir os custos da publicação»

margem: «superar por larga margem os números previstos»

baixaria: «A baixaria coloca em xeque um empresário ...» («Isto é», 1506, 12.8.98)

colateral: efeitos colaterais

mergulhar: «ele vai mergulhar nas raízes brasileiras» («Isto é», 1506, 12.8.98)

flagrar: «o satélite flagrou num só dia um grande número de incêndios» («Veja», 5.8.98)

sem fundo: cheques sem fundo (PB e PE), *borrachudo*, *voador*, *careca*

plugada: casa plugada (casa inteligente, ligada)

longe de mim pensar que ..., «Brasil muito além da notícia» («Inside», Junho 1998)

rezoneamento: «metade dos eleitores ignora o rezoneamento» («A Tarde», 24.8.98)

enxuto / gordo: «As abordagens sobre a reforma do Estado, estado enxuto ou saturado de gordura, ...» («Jornal do Comércio», 21.8.98)

embasar: «busca-se hoje fazer uma revisão dos conceitos da velha filosofia liberal dos séculos 17-18 e das práticas decorrentes desses princípios que embasaram a Revolução Industrial» («Jornal do Comércio», 21.8.98)

(voto de) cabresto: «Sem equilíbrio orçamentário, fim de gastos ‘eleitoreiros’, ..., eleições sem voto de cabresto, não chegaremos àquele estágio alcançado pelos países mais avançados ...» («Jornal de Comércio», 21.8.98)

«viúvas da seca»: as mulheres que ficavam com os filhos “os maridos partiam para as metrópoles

Uma vez que uma boa parte da literatura (escrita e oral) consumida no nosso dia a dia é constituída por esta “linguagem figurada”, não será de pedir à gramática que deixe de remeter para as “literaturas” o ensino e a explicação deste género de linguagem? E a “norma” situa-se também neste domínio: cada variante selecciona os seus veículos, tem as suas “figuras”, os seus roteiros, os seus figurinos para a construção dos seus percurso imagéticos.

2 Elementos de fonética, morfologia e sintaxe

Vamos tentar encontrar alguns traços da norma brasileira – ou ausência de norma - relativamente à forma de adopção de estrangeirismos e a adaptação fonético-gráfica e morfológica à língua portuguesa. Referiremos ainda alguns elementos divergentes na flexão e mesmo na sintaxe.

2.1 Estrangeirismos

A adopção pura e simples de termos estrangeiros, sobretudo americanismos, é um dos traços marcantes da norma brasileira, aliás também presente no PE, mas menos saliente. Eis alguns exemplos do PB:

delivery: «Negócios com *delivery* [entrega] crescem em SP»,

software [programa], *upgrade* [expansão], *e-mail* [correio electrónico], *delete /deletar*, *plug-plugar* [ligar], *call center*, *meeting*, *sales manager* [gerente de vendas], *workshop* [seminário], *briefing* [resumo], *board* [conselho empresarial], *budget* [orçamento],

chairman [presidente de uma empresa], *cash flow* [fluxo de caixa], *check-out* [conferência final], *personal trainers*, *showroom*, *car wash* (espaço para lavar carro), *baby house* (berçário), *double safe* (entrada com dois portões), *grill area* (churrasqueira), *kids place* (parque infantil), *playground* (área de recreio), *studio* (quarto reversível), *utility space* (espaço multiuso), *casual Friday* (moda da sexta-feira desengavata: informal), *happy-hours*, «bug do milênio» («Veja», 2.9.98). Expressões mais amplas que atingem já sintaxe: ser *in*, *farei o meu melhor* (=I'll do my best), *fiz o meu melhor* (=I've done my best)¹⁵.

Há assim grande disponibilidade para aceitar palavras estranhas, como (uma) *homepage*, (as) *webcams* (câmaras de vídeo digital que transmitem imagens pela Internet), ou combinações novas, segundo modelos também novos, ou segundo modelos já consagrados, como *gamemaniaco*, *camelódromo*, *sambódromo*, etc.

2.2 Grafia de estrangeirismos

Se por um lado há, no PB, a adoção do termo estrangeiro e a sua adaptação à grafia da língua portuguesa, como:

esnobe, *estandes*, *estoque*, *estressante*, *boate*, *toalete*, *souvenir*, *comitê*, *turnê*, *maiô* (e *maiozinho*), *drinque*, *contêineres* («o porto de Bremerhaven, na Alemanha, movimentou uma quantidade de contêineres superior a todos os portos brasileiros juntos» («Folha de São Paulo», 28.8.98), *caubói*, *Vietnã*, *Amsterdã*, *sutiã*, *flerte*, *fleitar*, *blefe*, *blefar* («Você acha que é blefe, num é?»), «querer blefar» (Aragão / Soares, E.10), *avionês* («aviation lingo»), *plugar* (casa plugada), *breacar* e *breque* (travar e travão).

por outro lado, há a conservação da grafia e da fonética original:

trade («A aposta unânime do trade parece ser mesmo no turismo de ventos» («Inside», Junho 98), *marketing*, *shows*, *megashow*, *garçon*, *garçonette*, *country*, (físico de) *skatista*, *happy-hours*, *gamemaniaco*, *band-aid*.

Há ainda uma mestiçagem: mantêm-se certos traços do estrangeirismo e marcas do português, como acontece em *marketeiro* («o marketeiro da campanha eleitoral»), etc.

Tanto a norma europeia como a brasileira têm critérios díspares na grafia e na fonética, quer atendo-nos aos termos nas duas variantes, quer comparando os termos dentro de cada variante, qualquer escrevente ou aprendente da língua terá muita dificuldade em saber qual é a norma. Uma vez que apre-

sentei exemplos da norma gráfica e fonética do PB, será que existe alguma norma visível? Como será possível ensinar a grafia, numa gramática, com esta disparidade de critérios?

2.3 Outras divergências entre as normas

A divergência das diversas normas pode situar-se em vários domínios. Por exemplo, na escolha das variantes lexicais possíveis¹⁶:

triglicérides- triglicerídeos, planejar- planejar, aterrissar- aterrissar, decolar- decolar, conexão- ligação, ônibus- autocarro, gol- golo, gramado- relva, zagueiro- defesa, guarda- redes - goleiro, escanteiro- canto, parada/ ponto- paragem, etc.

Essas divergências podem ainda situar-se em certos pontos muito específicos, como a pluralização:

- «entrar pela porta dos fundos», «resta-lhe entrar pela porta dos fundos» (PB)
- «ao fim das contas» (PB)
- «ser chamado às pressas», «O Telemar, ..., foi formado às pressas, a partir de um grupo de empresas ..» («Veja», 12.8.98).

No género / número:

mídia: «César Maia ganhou destaque na mídia como prefeito do Rio por causa de atitudes extravagantes» (Isto é / 1506, 12.8.98), com valor singular e plural, ao contrário do que acontece no PE («os *mass-media* / os *media*»

videocassete: «o videocassete» (Veja, 2.9.98)

disquete: «o disquete»

Verificam-se ainda algumas divergências na escolha do modelo flexional: as preferências do PE, nos verbos em -IAR, vão pela realização em -*io*, no PB, pela realização em -*io*:

- negoçoio, negoçoiam, premeio, premeiam (PE)
- negocio, negociam, premio, premiam (PB)

Nos verbos em -UAR as divergências são mais fundas:

- adéquo, adéquam, averíguo, averíguam (PB) e
- adequo, adequam, averiguo, averiguam (PE).

Uma nota saliente no PB é a supressão e aligeiramento de muitas expressões:

- supressão de preposição: «você torce Ceará»: (Aragão / Soares, Entrevista 10), puxar a mãe / o pai («ela puxou a minha mãe» (Socorro, E. 3), «assistir aula» (Aragão / Soares, 27), agradar / desagradar alguém / os fregueses
- supressão do artigo: «toda hora você vai inventar uma razão para ...», «toda hora você vai inventar razões para... » puxar a mãe / o pai («ela puxou a minha mãe» (Aragão / Soares, E. 3)
- supressão de outros elementos:

¹⁵ Alguns destes exemplos foram extraídos de: «Educação», 207, Julho de 1998.

¹⁶ A ordem é: PB-PE.

«Até [há] pouco tempo atrás os homens deixavam a encomenda de cosméticos a cargo da companheira ...» («Veja», 12.8.98),

«a notícia repercutiu no mundo inteiro» [repercutiu-se],

galera [galeria], negada (Ceará [negrada])

- supressão sistemática de elementos (ao telefone)¹⁷: «*Quem deseja?*» (= Quem deseja falar com ela/ele?), «*Quem gostaria?*» (= Quem gostaria de falar com ele / com ela?)» (Cfr. «Veja», 2.9.98, pg. 154)

- supressão de sílabas: «Curso de *quadrinhos*.

Se você é da turma que curte *quadrinhos*, se ligue nessa: O Graphite, estúdio de quadrinhos genuinamente cearense, inicia amanhã, dia 17, curso sobre o assunto», («O Povo», 16.8.98), «*filme pornô*», *xérox* (=xerocópia).

2. 4 Concentração dos verbos genéricos no PB

Os verbos genéricos como *ter*, *haver*, *fazer*, *pôr*, e os verbos genéricos de cariz popular, como *botar*, *pegar*, no seu uso quotidiano, aproximam-se semicamente entre si, podendo substituir-se sem mais aquelas. O verbo *ter* e *fazer* ocupam assim o espaço de *haver*. Vejamos apenas o caso de **ter**:

«tem gente que quer ter um carro importado»

«Tem esportes, tem cinema, tem jornalismo, tem documentários, tem per-view, tem mais na outra página, tem diversão, tem variedade, tem inteligência, tem o que ninguém mais tem: tem a qualidade Globosat. Só os canais Globosat têm o que os Canais Globosat têm. E quem não tem tem que ter» (Publicidade a Globosat)

«aqui no colégio tem a merenda do governo? ... tem não, de primeiro tinha» (Aragão / Soares, 17)

«Sempre não tem festa não, lá na sua igreja? – Tem festa quando é dia de aniversário ...» (Aragão / Soares 96, 19)

«A Iraci tem uma mão para máquina» (Aragão / Soares, 1996, 3)

«ter grana»

etc.

O verbo *fazer* recobre muitos dos usos de 'haver':

«faz menos de um século que as pessoas começaram a tirar o pé do chão para voar em aviões...» («Veja», 5.8.98)

Os verbos *pegar*, *botar*, *virar* alargam o âmbito de seu uso, ocupando o espaço de outros verbos mesmo na norma culta:

pegar:

pegar dois meses de suspensão (PB, 'apanhar')
«eu peguei os quatro anos» (Aragão / Soares, Entrevista 12)

«(o pé) pegou cinco ponto» (Aragão / Soares, Entrevista 10)

pegar no carro (PB e PE)

o carro não *pegou* (PB e PE)

pegar passageiros: «Taxistas autônomos são impedidos de *pegar* passageiros que desembarquem [em Brasília] dos aviões» («Veja», 12.8.98)

botar:

botar remédio na comida ('pôr, colocar')

botar dentadura

bota aqui a tua mão

«**botar defeito**» (Aragão / Soares, E. 10)¹⁸

virar:

«**vira-te!**», «**ele que se vire!**» ('arranje', 'resolva o problema') (PB)

«**ele virou artista**», «**isso virou realidade**» ('**transformar-se**') (PB)

virada: «Com menos de dois meses para provocar *uma virada* na campanha presidencial, o candidato do PT fala do governo FHC e do país» («Veja», 12.8.98) ('mudança total')

vencer de virada: «Vitória vence de *virada* o América e pega Juventude» («Correio da Bahia», 24.8.98)

2. 5 Mudanças de "regências"

Estão a definir-se algumas divergências na regência verbal, adjectival e nominal. Não vou alargar-me nas exemplificações, mas apenas ilustrar essa divergência:

- *contribuir com / contribuir para* («directores de estatais costumavam pedir aos fornecedores que contribuíssem com os candidatos oficiais» («Veja», 5.8.98)

- *assistir / assistir a*: «Tu não assiste nada na televisão» (Aragão / Soares, 33)

agradar / agradecer a: *agradar / desagradar* alguém; *agradar os fregueses*

namorar / namorar com: «ela namorou com ele mais ou menos ...» (Aragão / Soares, 3)

brincar a / brincar de:

«Em o *Brasil encantado de Monteiro Lobato*, as crianças vão poder brincar de jogos de fundo de quintal, no Sítio do Pica-Pau Amarelo.» («Correio da Bahia», 24.8.98), «*brincar de bola*» (Aragão / Soares, 19)

solidário (para) com / solidários a: «os religiosos ... são solidários aos sem-terra e sem-teto ...» («Folha de São Paulo», 23.8.989)

a / em: televisão em preto-e-branco (PB), televisão a preto e branco (PE)

de: *precisar de* («Tem aniversário, tem bodas, tem formatura, tem promoção na empresa. Se você precisa presentear alguém, o melhor é um Tissot» (Anúncio, in: «Veja», 2.9.98)

¹⁷ No PE também se verificam fenómenos semelhantes. Contudo, a redução obedece a um critério diferente: como, ao telefone:

- «tálá?»,

- «toussim» / «tôssim»

¹⁸ Em Trás-os-Montes usa-se de modo habitual, na linguagem popular, *botar* no sentido de 'pôr', 'colocar'.

2. 6 Nova forma de passiva

Começa desenhar-se no PB a ocorrência de passivas feitas à imagem do inglês. Este facto encontra-se também no PA: neste último caso, as explicações apontam tanto para a influência do inglês como para influências bantu. Apenas um exemplo:

«Os bancos jogam duro com os clientes. Seis meses após cancelar cheque roubado durante assalto no Rio, um cliente foi comunicado que, para renovar o cancelamento, teria que pagar R#5.» («Correio da Bahia», 24.8.98)

Creio que está a surgir também no uso do PE o mesmo fenómeno, se bem que com menor incidência. É frequente ouvir em pessoas cultas – ou que têm obrigação de o ser – frases como:

«este problema foi respondido prontamente»

em que tanto pode haver uma influência estranha à língua, como pode existir uma analogia com *interrogar*:

«ele foi interrogado (naquele preciso momento)».

2. 7 Pronomes

2. 7. 1 Colocação dos pronomes átonos

São conhecidas as divergências nas duas normas no que concerne a colocação dos pronomes átonos. Apesar de fenómeno repetido, não deixa de ser um facto. Apenas alguns exemplos:

«- Me fala do jogo de ontem» (Aragão / Soares 1996)

«Consta que vai-se instalar em ...» (Aragão / Soares 1996)

«o petista não consegue se mostrar ao eleitor como alternativa confiável de poder» («Época», 3.8.98)

«nós vamos conversar um pouquinho sobre tudo que você ... tudo que você quiser me contar» (Aragão / Soares, 15)

Não deixa de ser curioso o facto de, possivelmente, haver outras divergências na colocação. Encontramos a designação cristalizada «Oriente Médio». Será apenas um facto ocasional, ou um indício?

2. 7. 2 Pronomes usados como complementos

O pronome pessoal na função de objecto directo tem tendência para ser realizado na forma sujeito:

«ele quer ver eu em casa» (Aragão / Soares, 21)

«a mãe botava eu na cama» (Aragão / Soares, 21)

«aí eu fui lá no meu pai chamar elechamei ele..» (Aragão / Soares, 21),

«eu nunca vi ela não» (Aragão / Soares, 28),

«eu chamo ela de tia» (Aragão / Soares, 31)

Trata-se de exemplos do corpus oral de Fortaleza, mas não deixa de ser também um sintoma: mesmo a nível de “media”, há exemplos frequentes, pelo menos nos jornais publicados em Fortaleza.

No pronome pessoal, usado como complemento indirecto, temos de fazer algumas distinções:

-«há uma tendência da fala de Fortaleza para utilização de pronomes tónicos em detrimento dos átonos. É raro encontrarmos formas como *trouxe-me*, *dou-lhes*, etc. Comumente as formas empregadas são *trouxe para mim*, *dou para (pra) vocês*.» (Pereira Lima / Gadelha 1998)

-«Em *dei-lhe um presente* a forma recorrente é *dei um presente para / p'ra ela*, mas quando a referência pronominal é a primeira ou segunda pessoas do singular, há uma tendência para a utilização do pronome *me* em posição proclítica. Assim teríamos *Ele me deu um presente* com maior recorrência do que *Ele deu um presente para mim*. Como já apontamos, o mesmo fenómeno ocorre com a segunda pessoa tu, sendo o pronome tu intercambiável com a forma *você*. Na realidade, dificilmente um falante em situação informal de interação e até mesmo formal utilizaria a forma *para ti*. Na maioria das vezes é a forma *para você* que permuta com *te*.» (Pereira Lima / Gadelha 1996)

-«Outra realização importante é a da forma para gente. Em:

Ele deu-*nos* um presente

Ele *nos* deu um presente

Ele deu um presente *pra nós*

Ele deu um presente *para / pra gente*

É a última realização a mais recorrente em nossa fala» (Pereira Lima / Gadelha 1996). Perguntamo-nos se se trata de fenómeno localizado ou generalizado? Não será a norma do PB?

2. 8 Enfatização

Quer o PE, quer o PB, usam, sem grande parcimónia, dos processos disponíveis da língua para enfatizar, reforçar determinados conteúdos. Também nesse domínio suponho ter encontrado processos próprios do PB. Eis alguns desses processos:

- diminutivo que é comum às duas variantes, mas mais insistente no PB:

«Pode contar como é que foi a *festa todinha*» (Aragão / Soares, 17)

«Aí merendava O *mês todinho*» (Aragão / Soares, 17)

«passava o *dia todinho* no ônibus» (Aragão / Soares, 27)

- negação dupla¹⁹:

«eu *num tenho nem que contar*, porque ... lá é muito bom» (Aragão / Soares, 27)

¹⁹ No falar de Trás-os-Montes ouve-se ainda uma dupla negação, mas esta de carácter nitidamente arcaico:

- Queres ir comigo?

- Não num quero

«eu num vou não» (Aragão / Soares, 30),
«Nessa hora, o público *não quer nem* saber das subtilezas do estilo ou das fligranas do regulamento» («Viaje bem», revista de bordo da VASP, nº 16, 1998)

«*Não é preciso nem dizer* que a maior parte dos acidentes acontece nesta modalidade» («Viaje bem», revista de bordo da VASP, nº 16, 1998)

- reflexivização:
«engraçar-se com alguém / alguma coisa»

- expressões lexicalizadas:

«a coisa tá preta»

na hora: «Um morreu na hora, o outro, no hospital» («Veja», 12.8.98)

estar jeca: «o mundo está muito jeca» («Isto é», 1506, 12.8.98)

pisar na bola: «ele admite que pisou na bola» (fez besteira)

etc.

3 Expressões coloquiais do discurso quotidiano

As gramáticas da língua têm-se retardado a incluir nas suas páginas factos que estão já a ser estudados há algum tempo²⁰. Reporto-me a elementos como partículas modais, partículas conversacionais, marcas discursivas, conectores discursivos, etc. É bem verdade que estes elementos pressupõem um enquadramento teórico que envolve pragmática, análise do discurso, linguística de texto. E este enquadramento necessita de um espaço que não é redutível a um manual de gramática. Mas a própria “gramática da palavra” não deverá incluir já estes elementos? É que estes elementos são muito frequentes em todos os textos, escritos ou orais, extensos ou de pequeno porte. Vejamos alguns desses elementos e o seu alcance para o conhecimento / aprendizagem da norma.

As gramáticas tradicionais incluíram muitas das expressões em questão, ou nas interjeições, ou nas chamadas partículas de realce. Mas ao lado de expressões mais ou menos transparentes, que serão perfeitamente enquadáveis numa conversação normal, como:

- não faz mal, não tem mal, não faz nada

há outras expressões – que são exemplo de partículas conversacionais – encontráveis na despedida numa conversa, como:

- «vou chegar», «estou chegando», «fui», equivalente (no PB) a «ciaio», «tchau»

ou expressões equivalentes às interjeições tradicionais, para mostrar admiração, espanto, distanciamento, etc., como:

Viche!, Viche Maria!, Afe / Afe Maria! (PB)

expressões de interpelação, mostrando concordância, discordância, admiração, dúvida, etc., como:

- né?, «n’era?», «viu?», «isso!», «sabe?»,
- «olha só!», «tadinho!»,
- «sei não», «é não», «não enche o saco sua nega» («Isto é», 1506, 12.8.98),
- bom!, bem! repare! ora bem! veja bem! repare
- «faz favor!», «pois não?»,
- «percebes?», «pronto!», «e pronto»,
- «se calhar», «pode ser» (= ‘talvez’)
- «ena!», «puxa!», «do caraças!», «chiça!»,
- etc.

e expressões que aparecem colocadas na gramática, ou no lugar errado, como «daí», «então», ou no lugar devido mas em agrupamentos que nada explicam, como «pois!», «depois», «em seguida», «absolutamente», etc. Finalmente, elementos que categorialmente se situam num dado lugar da grelha, mas que exercem funções muito diferentes, como:

Ele vem *sempre* atrasado

Ele *sempre* me saiu um marau!

Onde situar na gramática tais expressões? Ignorá-las? Ao dizermos - *Bom!*, - *Ora bem!*, os lexemas não se reportam a ‘bondade’ ou ao “bem” presentes nos respectivos lexemas. etc. Colocá-las como interjeições?

A «gramática da palavra» tem de encontrar um lugar para estas expressões. Apresentei expressões, umas pertencentes à norma do PE, outras à norma do PB, mas todas essas expressões são correntes. E se há factos da língua que estejam dependurados na norma, estas expressões estão bem dependentes da norma.

4 Conclusão: o que ensinar?

4. 1. Ensinar a língua é ensinar o modo como a língua categoriza o mundo extralinguístico, é reduzir a realidade a categorias de conceitos. E o princípio mais elementar manda que nos sirvamos dos figurinos, dos “scripts” que os falantes têm ao seu dispor: coisas e relações entre as coisas. As palavras têm atrás delas os instrumentos que as explicam: elas guiam-nos no percurso através das errâncias do seu significado. Coisas e conteúdos interagem, desde que as coisas sejam usadas através das palavras adequadas.

Cada palavra tem um uso típico, mais saliente e outros usos mais genéricos ou mais específicos. Integrar a palavra no seu uso mais saliente é assim o primeiro caminho.

4. 2. A língua dispõe de modelos de formação verbal: a preferência por afixos, por neologismos lexicais, por empréstimos semânticos, por palavras importadas de outras línguas. Ensinar a língua é colocar o aluno perante esses roteiros mentais e materiais. Os modelos mentais de representação tanto se situam na imitação como na criação. Enfrentar a realidade através da língua é o primeiro passo para ter acesso à língua e à realidade.

²⁰ Luiz Antônio Marcuschi – aliás, o primeiro linguista da área lusófona a interessar-se por estes fenómenos – fez um levantamento crítico do que está subjacente ao conceito de “língua oral” ns manuais escolares de 1º e 2º níveis (1997)

4. 3. A linguagem é fruto de convenções e uma das convenções mais salientes é o que designamos como “figuração” ou linguagem figurada. Esta vertente da língua não é apenas uma criação de poetas: faz parte da própria língua. No ensino, nos manuais, não se reconhece esse papel da “metáfora” na instauração da língua. Não ensinamos esse modo novo e original de categorizar o mundo, que aliás atravessa todo o discurso quotidiano, seja ele oral ou escrito.

4. 4. O universo do que designávamos como “partículas”, hoje desdobrado em partículas modais, partículas conversacionais, conectores discursivos e textuais, anáforas associativas, etc., é outro dos tópicos impostos pela língua. Logo na gramática da palavra há que dar lugar a esses elementos mínimos, mas que dão sabor ao nosso discurso quotidiano.

4. 5. Finalmente, língua escrita, língua oral, não estão tão distantes como pensávamos há alguns anos antes: há apenas recorrências mais frequentes de um ou outro elemento na língua oral, mas a estrutura essencial mantém-se. Haverá razões de fundo para a gramática, os manuais se aterem apenas ao padrão “standard” ignorando completamente os outros padrões? Nos exemplos que apresentei servi-me tanto de um corpus oral como de corpus escrito: a diferença não é assim tão grande. A noção de “correcto” e “incorrecto” tem de ser novamente aferida: o “uso” também tem o seu peso na definição da norma.

Bibliografia

- ARAGÃO, Maria do Socorro Silva / Soares, Maria Elias (orgs.) 1996 – *A Linguagem Falada em Fortaleza. Diálogos entre informantes e documentadores*, Fortaleza: Mestrado em Linguística e Ensino da Língua Portuguesa.
- CACCIARI, Cristina / Glucksberg, Sam 1994 - «Understanding figurative language», in: Morton Ann Gernsbacher (org.) – *Handbook of psycholinguistics*, San Diego: Academic Press, 447-477.
- DAMÁSIO, António R. 1995 – *O erro de Descartes. Emoção, razão e cérebro humano*, Mem Martins: Europa América.
- GIBBS, Raymond 1994 - «Figurative thought and figurative language», in: M. A. Gernsbacher (org.) – Op. Cit, 441-445.
- GIVÓN, Talmy 1986 - «Prototypes between Plato and Wittgenstein», in: Craig (org.) – *Noun, Classes and Categorization*, Amsterdã: John Benjamins, 78-102.
- GONÇALVES, José Milton 1995 – *Tira-teimas de Português*, 2ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 1995
- HINTIKKA, Jaakko 1994 – *Aspects of metaphor*, Boston: Kluwer Academic Press Publishers.
- JOHNSON, Mark 1987 – *The body in the mind. The bodily basis of meaning. Imagination and Reason*, Chicago: The Univ. Chicago Press.
- KLEIBER, Georges 1990 – *La sémantique du prototype: catégories et sens lexical*, Paris: PUF.
- LAKOFF, Georges 1987 – *Women, fire, and dangerous things. What categories reveal about the mind*, Chicago: The Univ. of Chicago Press.
- LAKOFF, Georges / Thompson, H. 1977 - «Linguistic Gestalts», in: *Chicago Linguistic Society*, 13, 236-287.
- LAKOFF, Georges / Johnson, Mark 1980 – *Metaphors we live by*, Chicago: The Univ. of Chicago Press.
- LAKOFF, Georges / Norwig, Peter 1987 - «Taking: a study in lexical network theory», in: *Proceedings of the thirteenth annual meeting of the Berkeley Linguistic Society*, 196-206.
- NOGUEIRA DUARTE, Sérgio 1998 – *Língua viva. Uma análise simples e bem-humorada da linguagem do brasileiro*, Rio de Janeiro: Rocco.
- LANGACKER, Ronald W. 1991 – *Foundations of cognitive grammar: descriptive application*, vol. II, Stanford: Stanford Univ. Press.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio 1997 - «Concepção de língua falada nos manuais de português de 1º e 2º. graus: uma visão crítica», in: *Trab.Ling.Aplic.*, Campinas, 30, 39-79.
- PEREIRA LIMA, Ana Maria / Gadelha, Cibele 1998 – *Análise das categorias de complemento indirecto em uma amostra da linguagem falada em Fortaleza*, Trabalho apresentado no Mestrado “Linguística Portuguesa”, Fortaleza.
- PONTES, Eunice 1990 – *A metáfora*, Campinas: Unicamp.
- PRATA, Mário 1993 – *Dicionário de português. Schifaiçfavoire*, 17ª ed., SP: Globo.
- ROSCH, Eleanor 1973 - «On internal structure of perceptual and semantic categories», in: Moore, T. (org.) – *Cognitive development and the acquisition of language*, New York: Academic Press, 111-144.
- ROSCH, Eleanor 1977 - «Human categorization», in: Warren, N. (org.) – *Studies in cross-cultural psychology*, vol. I, New York, Academic Press. 1-49.
- TALMY, Leonard 1988 - «Force dynamics in language and cognition», in: *Cognitive Science*, 12, 49-100.
- TAYLOR, John 1989 – *Linguistic categorization. Prototypes in linguistic theory*, Oxford: Clarendon Press.
- VILELA, Mário 1994 – *Estudos de lexicologia do português*, Coimbra: Almedina.
- VILELA, Mário 1995 – *Léxico e Gramática*, Coimbra: Almedina.
- VILELA, Mário 1996 – «A metáfora na instauração da linguagem: teoria e aplicação», in: *Revista da Faculdade de Letras da Univ. do Porto: Línguas e Literaturas Modernas*, 13, 317-356.
- VILELA, Mário 1997 - «Do campo lexical à explicação cognitiva: risco e perigo», in: *Diacrítica*, 11, 639-666.

ROMANCES DESENCONTRADOS

Combinar matéria local ao molde europeu do romance foi um desafio para os grandes escritores brasileiros que inauguraram o período romântico, e há ainda hoje um traço permanente desse aspecto em nossa cultura. A *Senhora*, Aurélia, de Alencar, tem em seus arrufos grandiloquentes algo de disparatado, de descabido e de contraditório. Comprando o casamento por meio de negociação escusa, a menina pobretona enriquecida por herança, que então se vinga do amado que a abandonara por um dote mais atraente, acaba por encenar uma afetação de princípios liberais e humanistas em contraste cômico com o movimento circunstancial do romance. Assim, discurso dramático e ressentido aparece cercado de personagens menores, cuja configuração lembra *Memórias de um sargento de milícias*. A contradição dos “princípios” frente a uma sociedade escravista faz o fundo desse sentimento de desencontro, que levava Alencar a se desculpar da pequenez de seus romances, argumentando estar condicionado ao “tamanho fluminense”.

Com a caracterização desse quadro em *Ao vencedor as batatas*, Roberto Schwarz observa o paradoxo: o avanço estético de Machado de Assis dependeu de um recuo ideológico como modo - não plenamente bem sucedido - de resolver esses desajustes. O Machado de Assis menor, da primeira fase, com a racionalização do paternalismo, procura adequar a realidade social e ideológica do país aos seus enredos. O resultado não é dos melhores: *A mão e a luva*, *Helena e Iaiá Garcia* têm em comum a expectativa em chave subserviente de que a classe dominante possa oferecer um tratamento digno aos seus dependentes. Mas a decepção crescente anuncia a grande virada de Machado de Assis. *Iaiá Garcia* encerra esse período como um romance abafado, em que a situação subalterna ao favor de seus protagonistas quase paralisa o enredo para que eles possam manter sua dignidade num meio em que a sobrevivência do trabalhador livre estava plenamente condicionada aos caprichos e interesses dos poderosos.

O romance ter existido no Brasil antes de haver romancistas brasileiros é o motivo condutor da abordagem de Roberto Schwarz. Tal constatação é núcleo de ressonâncias complexas, que atingem em âmbito amplo a condição colonial do país e o estatuto de sua formação cultural, cuja síntese sob forma de metáfora aparece na inquietante e desconfortável expressão “idéias fora de lugar”. Para deixar logo de lado a polêmica que essa expressão causou no momento da pu-

blicação de *Ao vencedor as batatas* no final dos anos 70, e que ainda perdura, podemos lembrar que o autor não a professa como um diagnóstico pelo qual teoricamente se responsabilize, mas que a utiliza como forma de indicar a auto-imagem do país. Apesar do alcance genérico e ainda hoje permanente, tal como o autor a menciona em outros ensaios, no contexto desse seu trabalho de crítica literária, a expressão é situada no século XIX, particularmente na contradição experimentada pelos estratos intelectualizados, que conviviam com a simultaneidade disparatada da ideologia liberal dominante e da aberração escravocrata, ou, em outros termos, entre a dependência de origem que disseminava em solo brasileiro as idéias européias sobre trabalho livre como valor humanista e a presença do escravo nos serviços... - para usar uma imagem - da sala de jantar, onde tais idéias eram cotidianamente discutidas .

Para exemplificar a complexidade e a sutileza desse trabalho, podemos citar um detalhe do capítulo “A importação do romance e suas contradições em Alencar”. Trata-se da nota 20, quase um ensaio, em que o crítico se lembra das teorizações de Walter Benjamin em “O Narrador”, retomando-as com linguagem própria - o que de quebra resulta num modo diferente de dificuldade para o entendimento de Benjamin - para enfocá-las no exame da situação específica da condição colonial, quando se dá a confluência da narrativa tradicional frente à ascensão do romance. Revela-se aí o paradoxo que se produz numa obra como a de Alencar, em que a defasagem causada pela importação do romance, relativamente à simplicidade e concreticidade da narrativa pré-capitalista, faz de suas soluções algo mais complexo que o romance europeu.

A lição de crítica literária e de reflexão que a densidade dessa leitura cerrada nos oferece não se limita somente às suas qualidades internas de rigor intelectual e de redação desmistificada com espírito anti-retórico e desempolado, num texto ágil, cuja racionalidade límpida e criativa é antídoto eficaz para o delírio verborrágico e fraudulento dos modismos intelectuais em que a falta de horizonte de nossa condição pós-moderna nos atola. Aqueles são apenas aspectos decorrentes de um processo coeso de interpretação, que, ao invés de sobrevoar tematicamente os elementos da literatura com abordagens meramente conteudistas, exteriores ao estético, procura justamente romper com esses enquadramentos divisionistas ao sondar a historicidade da forma. Ao invés

de recolher simploriamente nos romances analisados a expressão externa das ideologias autorais através do discurso dos narradores e de seus personagens, a interpretação sonda o nível entranhado e concretamente mais significativo das resoluções estéticas escolhidas pelos autores, procurando no *modo* de suas escolhas e andamentos de enredo a significação plena de sua historicidade. Sem o alarde fácil das estereotipias e sem o mascaramento sedutor das mistificações metafóricas e de suas mesmices, tais procedimentos revelam o avanço teórico e a contemporaneidade do empenho reflexivo, na disposição aberta e transdisciplinar muito além do *up-to-date*, evitando transformar o discurso teórico num vale-tudo respaldado no arcaico e inexorável relativismo, que a diluição hodierna apresenta como novidade.

O objetivo final desta comunicação é lembrar a força desse caminho. Imediatamente, damos conta do curso de mestrado a respeito, que oferecemos no último semestre pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da UFRN. Mediamente, o curso se relaciona com o nosso projeto de pesquisa *Formas Brasileiras*, um projeto por fases e, portanto, permanente, armado por lógica dedutiva a partir do que foi acima exposto: se José de Alencar e Machado de Assis tiveram que resolver esteticamente a nossa situação específica, incluindo aí a sensação das “idéias fora de lugar”, por consequência temos uma condição presente a toda produção cultural do país. No caso da literatura, é o que *Formas Brasileiras* se propõe a examinar, percorrendo gradativamente por esse prisma nossas manifestações mais relevantes.

A CRÍTICA TEATRAL DE MACHADO DE ASSIS

A maior parte dos estudiosos da obra de Machado de Assis ressalta as suas qualidades de crítico. Tristão de Athayde chega a afirmar que, ao traçar, em 1865, o *ideal do crítico*, Machado de Assis marcou um conceito modelar de crítica literária, não só para si como para os seus contemporâneos.

Com relação à crítica teatral, parece haver unanimidade quanto à superioridade de Machado em relação aos seus pares. Para Edmundo Moniz¹ perspicácia, bom senso, bom gosto, serenidade e equilíbrio são as principais qualidades de suas análises. A paixão pelo teatro, o espírito combativo e esperançoso caracterizavam suas primeiras críticas, cujas idéias poderiam, segundo o autor, ser subscritas presentemente. José Galante de Sousa escreve que, como crítico, os trabalhos de Machado de Assis valem por uma profissão de fé; “*E, sobretudo como crítico teatral, não perde ocasião de demonstrar que crê firmemente na possibilidade do verdadeiro teatro entre nós...*”². Segundo Lúcia Miguel Pereira, Machado sai-se muito bem como analista literário e não há que se discutir a sua seriedade como crítico dramático. Jean-Michel Massa vai mais longe e vê nessa atividade uma forma de engajamento do escritor, e mais, ela teria revelado o verdadeiro Machado dos anos da juventude, “... *sem as máscaras com que se cobriu mais tarde. Aos vinte anos, é-se franco e sincero. E mais ainda quando se tem responsabilidade e se deseja mudar, como Machado de Assis, a face do teatro e do mundo.*”³, até o momento em que se retira à “*torre de marfim do esteticismo*” e abandona o jornalismo cotidiano para dedicar-se à ficção. Creio haver certo exagero tanto numa quanto noutra asserção, pois sabemos que Machado nunca apartou os problemas sociais de sua obra, essencialmente crítica, aliás; e, quanto à ausência de máscaras no jovem escritor, tenho minhas dúvidas. Desse modo, prefiro ratificar a opinião de Eugênio Gomes⁴ que, citando Barreto Filho a propósito da crítica teatral machadiana, vê nela um ângulo privilegiado de onde pode-se perceber a evolução de seu espírito. Verificar em que medida isso se dá, é a minha pretensão nesse trabalho.

Ao se estudar Machado de Assis sob o ponto de vista de sua evolução não há como evitar uma referência às chamadas duas fases de sua trajetória. Para Lúcia Miguel Pereira, entre os vinte e vinte e seis anos ele teria sido um jornalista destemido e agressivo, comentando sem rebuços homens e acontecimentos. É claro que a autora relativiza um pouco os traços dessa personalidade audaciosa ao sugerir que talvez ela se devesse mais à influência do meio (Machado vivia entre os liberais), que à uma inclinação inata. Assim, à medida em que vai se estabilizando na vida, o escritor vai abandonando a crítica, alheando-se da política, recolhendo-se na rotina e nos romances. Enfim, Pereira nos chama a atenção para o contraste entre o Machadinho, moço atrevido, amante de festas, teatro e atrizes e o ‘Seu’ Machado, siso chefe de repartição pública, amante da solidão, que detestava o carnaval. Massa aponta para a existência de três momentos distintos na trajetória do autor, ao considerar a fase anterior aos vinte anos, quando ele teria sido, se não um alienado, no mínimo um “equivocado”, pois ao elogiar o teatro francês, Machado menciona os fabricantes de melodramas d’Ennery e Bourgeois, ao invés dos idealistas Victor Hugo e Dumas Filho. Segundo este biógrafo de sua juventude, “*Aos vinte anos, Machado de Assis realizou uma mutação completa, mudou de alma, renegou-se a si mesmo e, num nobre movimento de sacrifício, queimou tudo aquilo que adorava. Foi, simultaneamente, uma revolução e autocrítica.*”⁵. Nessa época, influenciado por Francisco Otaviano, Ribeyrolles e pelas leituras de Pelletan, tornou-se republicano e democrata.

Ainda aqui prefiro a prudência de Pereira, pois embora reconheça o homem de oposição no jovem Machado, a autora observa que sua adesão ao liberalismo não fora tão radical, como quer Massa. Machado de Assis sempre resguardou seu ponto de vista pessoal e reservou-se o direito de expressá-lo, pelo menos nas questões concernentes à arte, assunto importantíssimo para ele. Assim, numa crônica de 1861 em que reivindica do governo a criação de uma escola

¹ “Machado de Assis e a crítica teatral”, *Correio da Manhã*, R.J., 12/03/1950.

² “Machado de Assis, censor dramático”, *Revista do Livro*, Ano I, nº 3-4, dez., 1956, p.83.

³ MASSA, Jean-Michel. *A juventude de Machado de Assis*. Ensaio de Biografia Intelectual. R.J., Civilização Brasileira, 1971, p.254.

⁴ “Influência do teatro de Machado de Assis”, *Correio da Manhã*, R.J., 14/06/1952.

⁵ MASSA, op. cit., p.215.

normal de teatro, referindo-se a um artigo de Macedo Soares (*Correio Mercantil*), Machado condena a aplicação do princípio liberal da concorrência em arte: “*Não, o teatro não é indústria, como diz a opinião a que me refiro; não nivelemos assim as idéias e as mercadorias.*”⁶ Nessa crônica o autor demonstra sua preocupação em salvaguardar a liberdade de expressão e, por conseguinte, a qualidade da arte, que não deveria ser sujeitada a fatores como, por exemplo, a lei da oferta e da procura, regulada por empresários gananciosos e pelo público, supostamente ignorante. Isso poderia significar a vitória do mau gosto e da depravação. Do seu discurso depreende-se também uma visão paternalista da relação do artista com o público; ao primeiro caberia ensinar e doutrinar sua platéia, cujas únicas interferências permitidas seriam os aplausos ou as pateadas.

A implantação de um teatro nacional de alto nível fazia parte de um projeto político que a geração de Machado abraçou, qual seja, o de modernização da sociedade brasileira, cujo modelo, embora inspirado no europeu, tinha um fundo nacionalista.

De fato, essa foi a tônica de seu primeiro ensaio importante, “*O Passado, o Presente e o Futuro da Literatura*”, de 1858. Nele, Machado delega ao teatro a responsabilidade pelo futuro da nossa literatura. Ao falar do passado, o autor refere o caráter essencialmente europeu da nossa poesia como um defeito, dando como exemplo Gonzaga que “... pintava as cenas da Arcádia, na frase de Garret, em vez de dar uma cor local às suas líras, em vez de dar-lhes um cunho puramente nacional...”. Por outro lado, elogia o “*Uruguai*” de Basílio da Gama, não por ser indígena, mas pela sua poesia suave, natural, tocante, “*elevada sem ser bombástica*”. Vê-se que Machado já revela sua predileção pela sobriedade em arte e, assim como fará Joaquim Nabuco alguns anos mais tarde ao criticar o indianismo em Alencar, recusa-se a identificar indígena com nacional. Para ele, o caráter próprio de uma literatura não se expressava na escolha de assuntos, personagens ou paisagens locais, mas naquele “*cunho nacional*”, que será melhor explicitado em 1873 (*Instinto de Nacionalidade*). Seu nacionalismo voltava-se para a construção de uma cultura essencialmente brasileira e moderna. Para isso era necessário livrarmos do estigma do exotismo selvagem e, ao mesmo tempo, combatermos a dominação estrangeira, presente também no campo das artes. Justifica-se, assim, a reação de Machado contra as peças traduzidas, responsáveis pela transformação da arte em indústria e pelo consequente atraso do nosso teatro. Esta era não só uma tomada de posição política, como uma estratégia para forçar uma produção dramática local. Nesse sentido Machado propõe duas medidas, uma de ordem política, outra de ordem estética, quais sejam: medidas protecionistas, através de legislação que garantisse os direitos autorais aos escritores brasileiros e taxasse a importação/tradução de textos estran-

geiros, e a adoção dos princípios da escola realista (que ele chamava de ‘*nova escola*’) que, pela sua índole pragmática, ajustavam-se como uma luva aos projetos de sua geração. Desse modo, o crítico incentivava os autores a estudarem a vida cotidiana a fim de encontrar na sociedade brasileira a inspiração para a sua obra; que até podia imitar a fórmula francesa, mas não o seu conteúdo.

O ensaio termina num tom bastante otimista, projetando no teatro grandes expectativas. Machado acreditava que uma vez solucionados os problemas, com a proteção governamental e a adoção da nova estética, “... *o teatro nascerá e viverá; é assim que há de se construir um edifício de proporções tão colossais e de um futuro grandioso.*”

No ano seguinte Machado renegaria este ensaio, “*por apresentar idéias muito metafísicas e vaporousas*”, era o revolucionário falando. Contudo, no que diz respeito ao teatro, suas idéias não se apresentaram assim, ao contrário, pareceram-me bastante pragmáticas e objetivas. Tanto que na série intitulada “*Idéias sobre o teatro*”, publicada n’*O Espelho*, o autor retoma-as, explicitando-as.

Desse modo, reafirmava a necessidade urgente de criar-se uma dramaturgia nacional, sem o que o processo de civilização não se completaria. O teatro existente não tinha originalidade, era cópia de uma fórmula já gasta. (Machado não desconsiderava os talentos individuais, mas lamentava que a ausência de uma política cultural pudesse levá-los a abandonar a cena).

Moralizar e civilizar. Essas deveriam ser as metas do teatro naquele momento; ele poderia também divertir, para quebrar a “*monotonia em que vegetamos n’este país sensaborão*”, mas o importante era que acompanhasse as reformas sociais, fosse o espelho da sociedade, para que essa, vendo-se, pudesse corrigir suas falhas.

Assumindo um tom reivindicatório, o autor queixava-se do meio brasileiro, por não incentivar a criatividade, e da falta de “*uma mão poderosa que abra a direção aos espíritos*”. Afirmava que era preciso ir além do tablado, havia que se educar as platéias: “*Demonstrar aos iniciados as verdades e as concepções da arte... Desta harmonia recíproca de direções acontece que a platéia e o talento nunca se acham arredados no caminho da civilização.*” Aqui fica claro que o autor referia-se às verdades e concepções da arte realista, pois afirmava a seguir: “*Ora, não se pode moralizar fatos de pura abstração em proveito das sociedades...*”. Para ele, assim como o jornal e a tribuna, o teatro além de se constituir em meio de educação e proclamação pública, era também instrumento de democracia e transformação social; só que com vantagem sobre os primeiros, pois, “*Diante da imprensa e da tribuna as idéias abalroam-se, ferem-se e lutam para acordar-se; em face do teatro o homem vê, sente, palpa; está diante de uma sociedade viva, que*

⁶ *Diário do Rio de Janeiro*, 16/12/1861.

se move, que se levanta, que fala e de cujo composto se deduz a verdade, que as massas colhem por meio de iniciação. De um lado a narração falada ou cifrada, de outro a narração estampada, a sociedade reproduzida no espelho fotográfico da forma dramática.” (grifos meus) Reprodução, espelho, fotografia, termos reveladores de uma opção pela arte como cópia fiel da realidade, e que, nesse caso, não podia imitar senão a realidade local. Aí tinham os defensores do teatro nacional, mais um argumento contra a importação, uma vez que a peça traduzida só desviava a cena de sua missão formadora, pois, ao discutir problemas de outras sociedades, não “educava” o povo brasileiro, nem fornecia à crítica o estudo de nossa sociedade.

Na sua cruzada pela renovação do teatro brasileiro, o cronista elogiava muito o teatro Ginásio, por prestigiar os autores realistas, assim como o ator Furtado Coelho, por aderir ao modo novo de representar, pautado pela naturalidade. Por outro lado, condenava o conservadorismo de João Caetano, cobrando-lhe um posicionamento mais comprometido com o novo. Seu teatro, o São Pedro, era alvo constante das críticas machadianas. Criticava as peças lá representadas, a decoração, a atuação exagerada do Sr. Barbosa: “... toma gestos e inflexões de voz hiperbólicos, alonga as palavras, carregando sobre elas, tortura a língua, a arte e a paciência dos pensadores que lá vão”⁷.

De 1862 a 1864 Machado de Assis foi censor do Conservatório Dramático, o que causa estranheza a alguns de seus biógrafos, afinal, ele trabalhava num jornal de oposição. Mas, nessa época o teatro vinha enfrentando sérias dificuldades. O cronista da seção “*Vespas Dramáticas*”, do jornal *A Semana Ilustrada* escreve em 1862:

“O teatro de S. Pedro está, arreia, não arreia, arreia.

“O Ginásio está, cai, não cai, cai.

“O Ateneu está, espicha, não espicha, espicha.

“Mais alguns dias, e todos estes três teatros farão ponto final”.

Ciente disso e disposto a contribuir para a superação da crise, Machado provavelmente viu na nomeação para o Conservatório, além do prestígio pessoal, uma oportunidade de combater pelo progresso da nossa arte dramática.

O fato de nunca dispensar a avaliação formal, aliado ao desejo de atuar com severa imparcialidade nos pareceres para o Conservatório, levaram o crítico a uma posição mais conciliadora em relação às escolas literárias. Em 1860 já havia se declarado eclético; embora a sua prática como crítico na época ainda apontasse para um certo tendenciosismo, isto é, uma boa vontade para com as peças realistas.

A encruzilhada em que se encontrava o teatro da época, entre o romantismo e o realismo, reflete-se

tanto na crítica, cuja dificuldade ou recusa em tomar partido ofereciam como saída o ecletismo ou a “neutralidade”, quanto nas outras instâncias envolvidas com o palco. Assim como o Ginásio não exibia apenas dramas realistas, o São Pedro não se limitava aos românticos; os atores, devido à precariedade de sua situação, viam-se obrigados a “peregrinar” de teatro em teatro, sem condições de se reunir sob um só pensamento, como era o desejo de Machado de Assis. Mesmo os autores não primavam pela fidelidade às escolas, veja-se o caso de Joaquim Manuel de Macedo, sobre quem Machado observou, em tom de reprovação, que não professava escola alguma; era realista ou romântico, conforme se lhe oferecesse a ocasião.

Essa “encruzilhada” parece ter sido benéfica para Machado em sua atividade como crítico, pois levou-o à procura de novos caminhos.

Em 1865 quando publica no *Diário do Rio de Janeiro* o ensaio “*O ideal do crítico*”, encarece a função da crítica como auxiliar indispensável na formação da boa literatura, pois, na medida em que guia os estrepantes, corrige os talentos. Julga a crítica no Brasil ainda bastante atrasada e arrola uma série de requisitos para tirá-la do estado de mediocridade: a ciência literária deve suplantar a imaginação; a análise da obra não deve limitar-se a frases feitas, mas ser feita com ciência, consciência, coerência, independência e imparcialidade; o crítico deve ser tolerante com as escolas, expressar-se com urbanidade e moderação, adotar uma regra bem definida para não cair em contradição, e, finalmente, ser franco sem aspereza. Tais princípios são os mesmos defendidos por Quintino Bocaiúva em 1856, o que me leva a concordar com João Roberto Faria⁸ quanto a uma possível influência deste sobre Machado e a especular sobre as razões que o levaram a adotá-los quase dez anos depois. Uma delas talvez tenha sido o próprio amadurecimento do autor, a outra, a necessidade de encontrar um eixo para o seu pensamento crítico. Isso o teria levado aos *Estudos críticos e literários*, de Bocaiúva, a quem respeitava muito, no afã de definir princípios norteadores para o trabalho que deveria empreender daí para a frente.

Enquanto homem de espírito democrático, avesso aos privilégios, Machado suspirava por leis poéticas que fossem os únicos critérios de julgamento do mérito literário; não poderia, portanto, deixar-se levar por entusiasmos guerreiros do tipo que o dominaram anos atrás. O momento era outro e sua postura deixou de ser a do militante para ser a do cientista que, diante do objeto estudado e partindo do princípio da neutralidade da ciência, não podia adotar outra atitude que não fosse a do distanciamento crítico. Na análise criteriosa que faz de “*Os primeiros amores de Bocage*”⁹, de Mendes Leal, o autor reformula alguns posicionamentos adotados anteriormente. Um deles diz respeito ao classicismo. Se em 1859 não o reco-

⁷ MACHADO DE ASSIS, *Crítica Teatral*, R. J., M. Jackson Inc. Editores, vol. 30, 1944, p.74.

⁸ FARIA, João Roberto. “Retrato de um republicano quando jovem”, *Revista da Usp*, set/out/nov, 1989.

⁹ MACHADO DE ASSIS, op. cit., p.p. 196-205.

mendava: “ *A leitora sabe que o clássico não é o meu forte; aplaudo-lhes os traços bons, mas não o aceito como forma útil ao século.*”; agora elogia o autor do drama justamente por ter atendido à lição clássica, que determina a separação entre arte e história, “ *... fazendo-se imaginoso e intérprete*” da biografia de Bocage. Ainda nessa linha, prescreve que a arte não deve ser cópia fiel da realidade, como defendera no passado: “ *Se a arte fosse a reprodução exata das cousas, dos homens e dos fatos, eu preferia ler Suetônio em casa, a ir ver Corneille e Shakespeare*”; mas que o artista deve preferir os traços largos da pintura, à “ *implacável minuciosidade do daguerreotypo*”. Observe-se que até a sua linguagem e preferências vão ao encontro do ponto de vista clássico, em detrimento do realista; lembremo-nos da expressão ‘reprodução fotográfica’ usada em 1859, quando o crítico reivindicava um teatro voltado aos problemas da sociedade presente; agora, a transcendência é eleita como condição essencial da arte. Outra opinião que Machado reconsidera é com relação aos dramaturgos Scibe e Dumas, merecedores de rasgados elogios no passado e, agora preteridos em favor da simplicidade de Molière: “ *... nada mais simples que a ação do ‘Misantropo’, e contudo eu dava todos os louros juntos do complexo Dumas e do complexo Scibe para ter escrito aquela obra prima do engenho humano.*”

A partir da segunda metade da década de 1860 o *vaudeville* passa a dominar a cena teatral do Rio de Janeiro, ameaçando a sobrevivência do teatro de idéias. Machado já vinha se manifestando contra isso há algum tempo. Em 1864 utilizara-se da seção “*Correio da Semana Ilustrada*” para protestar contra o Alcazar Lírico. Em cartas ao chefe de polícia e ao presidente do Conservatório Dramático reivindicava que o Alcazar também fosse submetido, como as demais casas de espetáculo, à inspeção policial e à censura do Conservatório. Talvez por trás disso existisse a intenção de provocar o fechamento da casa, eliminando, assim, um concorrente “desleal”. Em 1865, na seção “*Novidades da Semana*”, também do jornal *Semana Ilustrada*, o crítico, com bastante ironia, protestava contra o gosto do público, que preferia o espetáculo aparatoso, no caso “*Colombo*”, levado no teatro S. Pedro, aos dramas encenados no Ginásio Dramático.

Num artigo pessimista de fevereiro de 1866: “*O teatro nacional*”, Machado prevê a completa dissolução das artes dramáticas. Nem as peças estrangeiras, quer fossem clássicas, românticas ou realistas, atraíam o público, que, no entanto, não era responsabilizado pela queda; mas sim, as reformas romântica e realista, por deteriorarem-lhe o gosto ao transformarem-se em ultra-romantismo e ultra-realismo. Neste artigo o autor delimita o sentido da função formadora do teatro; a prioridade não é mais moralizar, mas educar o gosto, restringindo-se, portanto, ao campo da arte. Outro responsável pelo fracasso seria o governo, por não ter criado um teatro normal. Esta antiga reivindicação do autor e de seus pares já havia provo-

cado um artigo bem mais desesperado no *Diário do Rio de Janeiro* (10/01/1865) em que escreve:

“*Que resultou do abandono de tantos anos? O estado deplorável que hoje presenciamos: uma arte bastarda, apenas legitimada por uns raros lampejos, arrasta a mais precária existência deste mundo.*”

“*Os artistas foram obrigados a fazer ofício daquilo que devia ser culto: enfim os escritores dramáticos, que podiam contribuir mais ativamente para um repertório nacional, se outras fossem as circunstâncias - apenas, por uma devoção digna de ser admirada, apresentam de longe em longe os produtos de sua inspiração.*”

“*Em tal estado de coisas, sem esperança de um próximo remédio, não há outra coisa a fazer senão cruzar os braços.*”

“*E a crítica, diante de uma arte penosa e inglória, deve tomar a benignidade por seu principal elemento, a fim de não aumentar a aflição ao aflito.*”

Machado não cruzou os braços, tanto que iria voltar ao assunto e, diplomaticamente, consideraria com certa complacência as causas da demora do governo em aprovar a lei de criação do teatro nacional, na esperança de que a reforma se efetuasse brevemente. Também a “benignidade”, acrescentada ao seu código de conduta como crítico, não iria afetar o rigor de suas análises, pelo contrário, por ter adquirido maior maturidade intelectual, passaria a exigir mais em termos de coerência estética, aprofundando-se no exame das obras, fazendo relações e teorizações mais complexas.

Assim, em “*O Teatro de Gonçalves de Magalhães*” (1866) Machado atribui ao nosso primeiro poeta romântico o mérito de reformar a cena no tocante à declamação e o de fundador do teatro nacional, embora seu talento dramático não correspondesse ao lírico. Numa análise da peça “*Antonio José*”, o crítico reconhece seu caráter de tragédia, mas observa que Magalhães não a realizou como devia, pois o elemento trágico só existe no quinto ato. A propósito de “*Olgiate*”, Machado parece reformular sua concepção de arte ao admitir o sacrifício da verdade histórica em favor dos preceitos artísticos. Lamenta que o poeta não tenha tido uma produção mais fecunda, pois isso despertaria, pelo exemplo, os talentos nacionais.

Se Magalhães teve o mérito de inaugurar a tragédia nacional, Alencar teve o de iniciar a comédia, e com mais sucesso. Machado só tece elogios às peças “*Verso e Reverso*” e “*O demônio familiar*”, essa, alta comédia, aquela, comédia elegante, simples, fina, com ela “ *... era a sociedade polida que entrava no teatro, pela mão de um homem que reunia em si a fidalguia do talento e a fina cortesia do salão.*” No fundo, era este o retrato da sociedade brasileira que se queria ver representado no palco. Mas, como uma sociedade podia ser polida e admitir a barbaridade da escravidão? Embora já não acreditasse no caráter de demonstração da arte, como proclamara no passado, o crítico considera bastante satisfatória a solução alencariana de consolar a consciência - protestando contra o ca-

tiveiro _ sem sair das condições da arte, isto é, pela própria pintura dos sentimentos e dos fatos; pois o teatro deveria, no seu entender, influenciar o espectador pela impressão produzida em seu espírito e não através de argumentações cansativas.

Ao discorrer sobre o tema da reabilitação da mulher perdida, caro ao teatro da época, Machado evita entrar no mérito da questão moral, talvez por considerá-la menor em face de outras mais relevantes, limitando-se a condenar apenas a monotonia do assunto: “*Que a conclusão fosse afirmativa ou negativa, pouco importa em matéria de arte.*” O crítico comporta-se da mesma forma ao comentar “*As asas de um anjo*”: “*Pondo de parte esta questão da correção dos costumes por meio do teatro, coisa duvidosa para muita gente...*”. Sobre a famosa última cena do quarto ato, considera-a desnecessária e inconveniente.

Mais maduro, Machado não repudia a arte pura. Admite-a como mais uma dentre as concepções de arte existentes.

Sobre “*O que é o casamento*” o crítico elogia o gosto e discernimento de Alencar ao conceber os caracteres, o diálogo natural e vivo e o estudo de sentimentos, mas nota certo exagero na fidelidade à pintura dos costumes, características da escola realista que o incomodará sobremaneira em “*O Primo Basílio*”.

Ao analisar a dramaturgia de Joaquim Manuel de Macedo, Machado de Assis, numa demonstração de que para ele não havia inviolabilidades, sublinha a regressão artística do autor de “*O Cego*” e “*Cobé*”, peças cuja qualidade não foi mantida em “*Lusbela*” e “*Luxo e Vaidade*”, obras ruins, mas com muito sucesso de público. Dentre os inúmeros defeitos dessas composições, o crítico ressalta o excesso de oratória, e, ao fazê-lo, aproveita para explicitar a forma como o ensinamento deve aparecer em cena: “*A moral do teatro, mesmo admitindo a teoria da correção dos costumes, não é isso: os deveres e as paixões na poesia dramática não se traduzem por demonstração, mas por impressão.*” Machado condena veementemente a preocupação de Macedo em produzir efeitos de cena ao invés de efeitos de arte, descumprindo o seu dever de autor prestigiado, qual seja, o de educar o gosto do público, mediante obras de estudo e observação.

Ao comentar a “*Torre em Concurso*” o crítico revela-se conhecedor da teoria da comédia concluindo pela superioridade desta sobre o gênero burlesco. É fundamentado nisso que condena Macedo também como poeta cômico, ou melhor, burlesco, pois ele não faz alta comédia, talvez por preguiça, insinua o autor, já que seu talento não precisaria do escudo protetor de um gênero menor para justificar as inverossimilhanças, as tintas carregadas e outros defeitos. “*Para fazer rir não precisa empregar o burlesco; o burlesco é o elemento menos culto do riso*”, afirma.

Numa comparação com Molière, o crítico aconselha Macedo a evitar a anulação de situações

cômicas por meio de frases e considerações ociosas; em cena só devem ficar os personagens e a situação. Mais uma vez a verbosidade perde o dramaturgo.

A partir da década de 1870 o teatro aparece cada vez menos nas crônicas machadianas. No conhecido ensaio “*Notícia da Atual Literatura Brasileira. Instinto de Nacionalidade*”, (1873), em que faz um balanço de nossa produção literária até aquele momento, dedica poucas linhas ao teatro. Menciona M. Pena, Magalhães, G. Dias, Porto Alegre, Agrário de Menezes, Alencar, Quintino Bocaiúva, Pinheiro Guimarães, deixando claro que, se houve alguma coisa boa, foi no passado; no presente a cantiga burlesca e o canção, a mágica aparatosa, levaram o gosto do público ao último grau de decadência e perversão. Essa constatação e a descrença numa possível recuperação do teatro “sério”, levaram Machado a nova mudança de atitude e o discurso ponderado do cientista foi substituído pela ironia com que comentava o movimento cultural da época, cuja maior afluência de público parecia ir para as touradas:

“... certo gozo superfino, espiritual e grave, que patenteia a brandura dos nossos costumes e a graça de nossas maneiras”;

“... um dos mais belos espetáculos que se podem oferecer à contemplação do homem; e que uma sociedade já enfiada de tantas obras de arte, de um teatro superior, quase único, de tantas obras-primas do engenho humano, uma sociedade assim, precisa de um forte abalo muscular, precisa de repousar os olhos num espetáculo higiênico, deleitoso e instrutivo.”¹⁰

Aqui é bom deixar claro que esse discurso irônico não teve o mesmo papel dos discursos “militante” ou “científico” na crítica teatral machadiana, porém é importante registrá-lo como uma manifestação antecipada do que viria a ser a marca de sua literatura de ficção da chamada segunda fase.

O exame da crítica teatral de Machado de Assis nos mostra que a sua evolução, se é que se pode chamar assim sua trajetória como homem e como escritor, não se deu de forma linear, mas em espiral, através de uma série de retomadas e aperfeiçoamentos.

Assim, em 1879, Machado publica, na *Revista Brasileira*, um longo estudo sobre a obra de Antonio José, no qual retoma o discurso teórico, rigoroso, que conquistou graças à prática cotidiana da crítica dos espetáculos teatrais. Esse exercício crítico permitiu-lhe descobrir uma grandeza e uma fragilidade na arte, ou seja, ela era muito grande para caber nos limites de uma escola literária, mas muito frágil para mudar a sociedade.

Bibliografia

FARIA, João Roberto. “Retrato de um republicano quando jovem”, *Revista da USP*, São Paulo, set/out/nov, 1989.

¹⁰ _____, *Obras Completas*, R. J., Ed. Nova Aguilar, vol. 3, p.381.

- GOMES, Eugênio. “Influência do teatro de Machado de Assis”, *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro., 14/06/1952.
- MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. *Crítica Teatral*, Rio de Janeiro., M. Jackson Inc. Editores, vol.30, 1944.
- _____. *Obra Completa*, Rio de Janeiro., Editora Nova Aguilar, vol. 3, 1992.
- MASSA, Jean-Michel. *A juventude de Machado de Assis. Ensaio de Biografia Intelectual*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1971.
- MONIZ, Edmundo. “Machado de Assis e a crítica teatral”, *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 12/03/1950.
- PEREIRA, Lúcia Miguel. *Machado de Assis: estudo crítico e biográfico*. 6ª ed., Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: EDUSP, 1988.
- PONTES, Joel. *Machado de Assis e o teatro*, Rio de Janeiro, SNT/MEC, 1960.
- SOUSA, José Galante de. “Machado de Assis, censor dramático”, *Revista do Livro*, Ano I, nº 3-4, Rio de Janeiro, INL/MEC, dezembro, 1956.